

Daniel de Abreu Damasceno Júnior

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NAS REVISTAS *GALILEU*, *SUPERINTERESSANTE E CIÊNCIA HOJE*: UMA ANÁLISE DO PERÍODO ENTRE 2012 A 2021 DAS PUBLICAÇÕES SOBRE CIENTISTAS, CIÊNCIA E RAÇA

Rio de Janeiro

1/ 2023

Daniel de Abreu Damasceno Júnior

Divulgação Científica nas revistas *Galileu*, *Superinteressante* e *Ciência Hoje*:
Uma análise do período entre 2012 a 2021 de publicações sobre Cientistas, Ciência
e Raça

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, da Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Divulgação Científica.

Orientador: Antônio Marcos Pereira Brotas

Rio de Janeiro

01/ 2023

Título do trabalho em inglês: Science Communication in *Galileu*, *Superinteressante* and *Ciência Hoje* Magazines: analyzing publications from 2012 to 2021 about science, scientists and race.

O presente trabalho foi realizado com apoio de Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) - Código de Financiamento 001.

D155d Damasceno Jr., Daniel Abreu.
Divulgação científica nas revistas *Galileu*, *Superinteressante* e *Ciência Hoje* : uma análise do período entre 2012 a 2021 das publicações sobre cientistas, ciência e raça / Daniel Abreu Damasceno Jr.. -- 2023.
251 f. : il., fotos.

Orientador: Antônio Marcos Pereira Brotas.
Dissertação (Mestrado Acadêmico em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2023.
Bibliografia: f. 217-235.

1. Divulgação científica. 2. Raça. 3. Jornalismo. 4. Mídia. 5. Ciência. I. Título.
CDD 501.4

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Rede de Bibliotecas da Fiocruz com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica: Beatriz Schwenck - CRB-5142
Biblioteca de Educação e Divulgação Científica Iloni Seibel

Daniel de Abreu Damasceno Júnior

**DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NAS REVISTAS *GALILEU*, *SUPERINTERESSANTE* E
CIÊNCIA HOJE: UMA ANÁLISE DO PERÍODO ENTRE 2012 A 2021 DAS
PUBLICAÇÕES SOBRE CIENTISTAS, CIÊNCIA E RAÇA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, da Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Divulgação Científica.

Orientador(a): Antônio Marcos Pereira Brotas

Aprovado em: 24/02/2023.

Banca Examinadora

Dr^a Luisa Medeiros Massarani, Casa Oswaldo Cruz/Fiocruz (PPGDC)

Dr^a Cleidiana Patricia Costa Ramos – (Depto. de Com. Social-Rádio e TV/UneB)

Dr^a Claudiane de Oliveira Carvalho Sampaio – (PPGCOM-UFPA)

Dr Alan Alves-Brito – (PPGDC/COC/FIOCRUZ)

AGRADECIMENTOS

Lembro-me de uma noite chuvosa. Sentado na sala, enquanto brincava, olhei para a porta e o vi. Estava encharcado pela chuva, e trazia consigo um saco preto. No saco estavam 12 volumes de uma enciclopédia, que usei até concluir a educação básica. Lembro-me também de dias, longos dias, cercado por uma tonalidade branca nas paredes, nos lençóis e nos profissionais de enfermagem. Nesses mesmos dias, estava ela, ao meu lado e cuidando de mim. E com frequência, leu para mim e me ensinou a ler. Agradeço imensamente ao meu já falecido pai, que muito me instigou a conhecer. Em cada passo do percurso ainda ouço seus conselhos ecoando em minha memória. Tamanha gratidão também dedico à minha mãe, que me amou, cuidou e incentivou em todos os aspectos. O principal dos aspectos é aquele que tornei minha profissão: conhecer. A ambos, meu amor, meu carinho e gratidão. Agradeço ao meu irmão, este que me ensinou a ser também amigo. Aquele com quem partilhei momentos de muitos sorrisos, e também dor. Entre presenças e ausências, sobre silêncios ensurdecedores e gritos inaudíveis, essa pesquisa busca trazer à memória aqueles que nem sempre são vistos ou ouvidos, ou são vistos e nunca lembrados. Portanto, agradeço também à minha sobrinha, Maitê. Sua vinda durante esse momento do meu percurso foi o que me inspirou a produzir essa pesquisa. Mesmo que você já não esteja entre nós, nunca deixará de estar em nós. À minha família, Cláudia O. Damasceno e Daniel A. Damasceno, meus pais. Maitê e Samuel de Abreu Damasceno, minha sobrinha e meu irmão. A cada um, sou eternamente grato.

Agradeço também às minhas primeiras orientadoras Helena de Godoy Bergallo e Luciana Costa de Moraes por terem me ensinado tanto durante a Iniciação Científica, sobre ser um pesquisador. Agradeço à Elizabete Captivo Lourenço, que também me ajudou nesse percurso. Com vocês, aprendi sobre morcegos, sobre divulgação, também sobre a vida e sobre ser profissional. Também dedico especial agradecimento à professora Luísa Massarani, que instigou um aluno a transformar o trabalho de disciplina em um projeto de pesquisa. Sou grato pelo carinho, disponibilidade e pelo desafio (que foi enriquecedor para mim). A cada um, meu carinho e gratidão.

Agradeço aos meus amigos de turma, com quem partilhei momentos de sorrisos, estresses compartilhados e compaixão quando acompanhei meu irmão nos dias de luto. Estes dias não foram esquecidos, nem seu apoio. Agradeço também ao meu orientador, Antônio Marcos Pereira Brotas. Obrigado a cada um, de todo o coração.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

DAMASCENO Júnior, Daniel de Abreu. Divulgação Científica nas Revistas *Galileu*, *Superinteressante* e *Ciência Hoje*: Uma análise do período entre 2012 a 2021 das publicações sobre Cientistas, Ciência e Raça. 2023, 251f. Dissertação (Mestrado em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: ano da defesa.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar e entender a divulgação científica nas revistas. *Galileu*, *Superinteressante* e *Ciência Hoje* quando abordam a contribuição de cientistas negros, questões raciais e ciência. Os objetivos específicos são: a) identificar quem e em quais os contextos o profissional/pesquisador negro é convidado a falar no jornalismo científico; b) avaliar se e quando as discussões abordam questões raciais e ciência; c) explorar e analisar o conteúdo das narrativas em relação a tais questões. Adotamos uma metodologia quali-quantitativa associada à análise de conteúdo de Lawrence Bardin. Para a elaboração de códigos associados às questões raciais, utilizamos a Teoria Crítica de Raça. As revistas selecionadas foram *Galileu*, *Superinteressante* e *Ciência Hoje*. Das matérias, foram coletados dados de mês e ano de publicação, gênero textual e seção no site. Quatro categorias foram criadas para critério de inclusão das matérias no corpus a ser analisado e organização. O período selecionado foi de 2012 a 2021, ao considerarmos as medidas implantadas em 2012 para oferecer maior oportunidade a grupos raciais minorizados. A coleta resultou em 787 matérias, correspondendo à *Galileu* (n=388), *Ciência Hoje* (n=370) e *Superinteressante* (n=29). Apesar do número de matérias coletadas, apenas 128 (16,2%) matérias se enquadram nos critérios de inclusão para análise. Raça e Ciência são predominantes sendo 29,7%. Em 27,3%, raça surgiu como tema transversal, sendo outras 23,4% matérias abordando trajetórias de cientistas negros. Apenas 19,5% das matérias apresentam pesquisas produzidas por cientistas negros. Os dados demonstram que pesquisadores negros frequentemente são apresentados enquanto personagens de um tempo passado, representado pelos pesquisadores que faleceram. Os pesquisadores apresentados enquanto fontes, aqueles que tem voz, são menor número. Também foi possível observar um maior aumento de temas raciais em períodos específicos.

Palavras-chave: Divulgação científica; mídia; ciência; raça; jornalismo.

ABSTRACT

DAMASCENO JR, Daniel de Abreu. Science Communication in *Galileu*, *Superinteressante* and *Ciência Hoje* Magazines: Analyzing publications from 2012 to 2021 about science, scientists and race. 2023. 251f. Dissertação (Mestrado em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: ano da defesa.

The general objective of this research is to analyze and understand scientific dissemination in magazines *Galileu*, *Superinteressante* and *Ciência Hoje* when they address the contribution of black scientists, racial issues and science. The specific objectives are: a) to identify who and in what contexts the black professional/researcher is invited to speak in scientific journalism; b) assess whether and when discussions address racial issues and science; c) explore and analyze the content of the narratives in relation to such issues. we adopted a quali-quantitative methodology associated with Lawrence Bardin's content analysis. for the elaboration of codes associated with racial issues, we used the critical theory of race. the magazines selected were *Galileu*, *Superinteressante* and *Ciência Hoje*. from the articles, data were collected on the month and year of publication, textual genre and section on the website. Four categories were created for inclusion criteria of the subjects in the corpus to be analyzed and organization. the selected period was from 2012 to 2021, considering the measures implemented in 2012 to offer greater opportunities to minority racial groups. the collection resulted in 787 articles, corresponding to *Galileu* (n=388), *Ciência Hoje* (n=370) and *Superinteressante* (n=29). despite the number of articles collected, only 128 (16.2%) articles fit the inclusion criteria for analysis. race and science are predominant being 29.7%. in 27.3%, race emerged as a cross-cutting theme, with another 23.4% covering the trajectories of black scientists. only 19.5% of the articles present research produced by black scientists. the data show that black researchers are often presented as characters from a past time, represented by researchers who died. the researchers presented as sources, those who have a voice, are smaller in number. it was also possible to observe a greater increase in racial themes in specific periods.

Keywords: Science communication; media; black scientists; race; journalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Modelo de Codificação e Decodificação.....	55
Figura 2	Matéria publicada pelo Estadão, em suas duas versões.....	85
Figura 3	Fases da metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016) Fases da metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016).	89
Figura 4	Relação da Divulgação Científica e Jornalismo Científico segundo Pasquali (1979)	96
Figura 5	Ano das publicações originais das matérias.....	98
Figura 6	Ano de republicação/atualização das matérias por revista.....	99
Figura 7	Matérias publicadas pela "Folha de São Paulo", "Estadão", "O Globo" e "Estado de Minas" referentes à Dilma Rousseff.....	108
Figura 8	Orçamento federal destinado às agências CAPES.....	113
Figura 9	Estrutura das matérias adotada na presente pesquisa.....	124
Figura 10	Categorias emergentes a partir da codificação "Personagens Citados".....	129
Figura 11	Nuvem de palavras com as palavras mais utilizadas em combinação com outras.....	133
Figura 12	Número de revistas enquadradas nas categorias de inclusão e organização por tema.....	134
Figura 13	Classificação de Gênero Textual das matérias segundo as categorias.....	138
Figura 14	Número de cientistas negros citados em cada categoria divididos de acordo com as codificações de citação aos cientistas negros.....	139
Figura 15	Número de segmentos codificados com os temas/códigos TCR por categoria e revista.....	140
Figura 16	Número de matérias na categoria Raça e Ciência segundo revista e classificação textual.....	141
Figura 17	Presença de Cientistas negros e brancos mencionados e Códigos TCR (eixo secundário) agrupados por ano.....	147
Figura 18	Número de matérias publicadas, republicadas ou atualizadas presentes na categoria Raça e Ciência segundo gênero textual e ano.....	152

Figura 19	Número de matérias presentes na categoria Raça e Ciência segundo gênero textual e ano de publicação original.....	153
Figura 20	Presença de cientistas negros e brancos em relação aos Códigos TCR.....	153
Figura 21	Número de segmentos nas matérias contendo menções a um ou mais estudos.....	154
Figura 22	Número de cientistas brancos e negros presentes segundo as classificações textuais.....	155
Figura 23	Número de cientistas brancos e negros de acordo com o mês de publicação, republicação/Atualização.....	155
Figura 24	Número de cientistas brancos e negros de acordo com o mês de publicação, republicação/atualização.....	156
Figura 25	Gêneros textuais das matérias enquadradas na categoria Raça e Ciência na revista Ciência Hoje.....	160
Figura 26	Relação entre classificação textual e códigos TCR em comparação à quantidade de pesquisadores negros e brancos encontrados por matéria (N).....	161
Figura 27	Mapa de documentos dispostos de acordo com a coocorrência de códigos.....	165
Figura 28	Número de pesquisadores de acordo com os gêneros textuais. Eixo secundário apresentando a soma de códigos TCR por gênero.....	166
Figura 29	Matérias enquadradas na categoria Trajetória e Raça.....	167
Figura 30	Matérias publicadas, republicadas e atualizadas ao longo do período selecionado para coleta.	172
Figura 31	Matérias de acordo com a classificação textual.....	173
Figura 32	Número de matérias publicadas ou republicadas/atualizadas por ano.....	178
Figura 33	Número de matérias enquadradas em cada gênero textual. Em eixo secundário, número de códigos TCR.....	179
Figura 34	Presença de pesquisadores negros e brancos nas matérias.....	180

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Difusão, Disseminação e Divulgação da Ciência.....	60
Tabela 2	Frequência de Gêneros Textuais encontradas a partir das matérias analisadas.....	135
Tabela 3	Lista de cientistas negros mencionados nas matérias e o número de matérias em que cada cientista foi citado.....	135
Tabela 4	Número de matérias inclusas nas categorias. Divisão por revistas.....	137
Tabela 5	Média de temas TCR codificados por matéria segundo as categorias.....	140
Tabela 6	Códigos TCR mais frequentes da categoria Raça e Ciência (N) e percentagem em relação ao todo.....	146
Tabela 7	Estrutura textual da Revista Ciência Hoje.....	158
Tabela 8	Códigos TCR presentes nas matérias que compõe a categoria Trajetória e Raça.....	168

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TCR	Teoria Crítica Racial
CLS	<i>Critical Legal Studies</i>
WHO	World Health Organization
CTCR	Códigos TCR
FDA	<i>Food and Drugs Administration</i>
LGBTQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e outros.
HIV	<i>Human Immunodeficiency Virus</i>

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	16
1	TEORIA CRÍTICA DA RAÇA.....	23
1.1	PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA TCR.....	28
1.1.1	Conceitos e Definições.....	31
1.1.2	Críticas, Autocríticas e Réplicas.....	36
1.2	TEORIA CRÍTICA DE RAÇA NO BRASIL.....	39
1.2.1	Abdias Nascimento e o Mito da Democracia Racial.....	39
1.2.2	A Visão Interseccional de Lélia Gonzalez.....	44
1.2.3	Conceição Evaristo: Escrevendo e Vivendo.....	45
2	COMUNICAÇÃO, RAÇA E CIÊNCIA.....	47
2.1	A COMUNICAÇÃO COMO OBJETO DE ESTUDO.....	49
2.1.1	Teoria Culturológica da Comunicação.....	52
2.1.2	As Representações Imagéticas: Arquétipos e Estereótipos.....	55
2.2	DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: FORMAS E VISÕES.....	58
2.2.1	Modelos De Divulgação Científica.....	60
2.2.1.1	Ciência, Conhecimento e Público.....	66
2.2.2	Perspectivas a respeito do papel da Divulgação Científica...	66
2.3	JORNALISMO E CIÊNCIA.....	69
2.3.1	Características do Jornalismo 2.3.1 CARACTERÍSTICAS DO JORNALISMO.....	69
2.3.2	Gêneros Textuais.....	73
2.4	DISPOSITIVOS DE PODER E RAÇA.....	77
2.4.1	Mídias: Representação e Manutenção do Poder.....	79
3	METODOLOGIA.....	88
3.1	CARACTERIZAÇÃO DOS <i>CORPORA</i>	89
3.1.1	Revistas Selecionadas para Coleta.....	90
3.1.1.1	Revista <i>Ciência Hoje</i>	91
3.1.1.2	Revistas <i>Galileu</i> e <i>Superinteressante</i>	91
3.2	O PERÍODO DE COLETA.....	98
3.2.1	Governo Dilma e as Políticas Sociais (2012 a 2014)	99
3.2.2	Crise no Governo Federal e o Desmonte da Ciência (2015 a	107

	2017)	
3.2.3	Governo Bolsonaro: Desinformação, Pandemia e Efeitos Sociais (2018 a 2021)	112
3.3	COLETA, SELEÇÃO E PREPARAÇÃO DOS <i>CORPORA</i>	119
3.3.1	Codificação	126
3.3.1.1	Código “Cientista Citado” e as Categorias Emergentes.....	127
3.3.1.2	O Tema “Raça” e seus Códigos.....	129
4	DAS CATEGORIAS, SUAS APREENSÕES E REFLEXÕES.....	132
4.1	TEMAS RACIAIS NA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E JORNALISMO.....	141
4.1.1	Raça e Ciência	141
4.1.2	Trajetórias e Raça na <i>Galileu</i>	165
4.1.3	Cientistas e Pesquisas	172
4.1.4	Raça como Tema Transversal	177
4.2	A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E A NECESSIDADE DE (AUTO/RE) AVALIAÇÃO.....	188
4.2.1	Jornalismo Científico e a Incorporação de elementos da Educação	190
4.2.2	A Divulgação Científica, Autonomia e Afetos	206
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	215
	REFERÊNCIAS	218
	ANEXO A	235

Não é fácil escrever esta carta. Começou como um poema, um longo poema. Tentei transformá-la em um ensaio, mas o resultado ficou áspero, frio. Ainda não desaprendi as tolices esotéricas e pseudo-intelectualizadas que a lavagem cerebral da escola forçou em minha escrita.
(ANZALDÚA, 2000, p. 229).

INTRODUÇÃO

Alice Augusta Ball, nascida na cidade de Seattle em 1892, formou-se em Química (1912) e Farmácia (1914), recebeu título de primeira mulher negra a concluir mestrado em Química na Faculdade do Havaí (SANTANA e PEREIRA, 2021). Após ser convidada a fazer pesquisa sobre os princípios ativos da *kava* (*piper methysticum*) na cura da Lepra, atualmente conhecida por Hanseníase (em homenagem à descoberta de Hansen) (MENDHEIM, 2007). Mais do que separar e identificar os componentes do óleo de *chaulmoogra* usando métodos de separação simples, como a filtração e cristalização fracionada, Alice Ball isolou os ácidos graxos responsáveis por suas propriedades terapêuticas e os converteu em ésteres de etila, aumentando a absorção das substâncias pelo corpo humano (SANTANA e PEREIRA, 2021). O método ficou conhecido como Método Ball e foi utilizado como primeiro e único tratamento contra Hanseníase até a década de 1940, quando os antibióticos foram inventados. Ball faleceu aos 24 anos em 1916, por inalar compostos químicos que utilizava diariamente no laboratório. O trabalho de Alice Ball, posteriormente foi publicado e seu nome foi ocultado, dando créditos ao Químico Arthur Lyman Dean, sendo creditada, reconhecida e honrada postumamente nos anos 2000 (MENDHEIM, 2007; SANTANA e PEREIRA, 2021). O caso poderia ter sido completamente esquecido se num estudo, a autora Kathryn Takara não encontrasse menções e documentos de Alice Ball e suas descobertas (SANTANA e PEREIRA, 2021), o que trouxe à tona as fragilidades da narrativa impetrada por Arthur L. Dean. Ainda há muito sobre Alice Ball que não se conhece.

Para esta introdução, trago a discussão elaborada por Alves-Brito (2020), que aborda a visibilidade (invisibilidade) de determinados indivíduos os quais são, por decisão intracientífica, deliberadamente relegados ao esquecimento¹. Para além da invisibilização, o autor apresenta de forma minuciosa outro pesquisador negro de grande relevância (ALVES-BRITO, 2020, p. 314):

Como cientista e pensador negro, Cheikh Anta-Diop moveu-se, com tranquilidade, epistêmica e cognitivamente, entre as Ciências

¹ Permito-me ser redundante uma vez que o esquecimento/invisibilização, por definição, implicam num esforço deliberado do grupo “hegemônico” em ocultar pesquisadores negros, mulheres, entre outros.

Humanas (História, Egíptologia e Antropologia) e as Ciências Exatas (o laboratório de Física, principalmente), proferindo palestras e conferências importantes focadas em política e na tríade Filosofia-Ciência-Religião, temas quentes na HC contemporânea.

Histórias como a de Cheikh Anta-Diop e Alice Ball me fizeram refletir sobre o indivíduo negro em diversas instâncias. No âmbito educacional, onde apesar de mais da metade da população ser composta por pessoas negras, sendo também a maioria da população do sexo feminino, ainda assim, menos de 25% da população negra alcança níveis superiores de educação (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010).

Se em 2018, a educação apresentou aumento na população negra que concluiu o ensino médio para 61%, estando ainda abaixo da taxa de conclusão da população branca, que é de 76% (IBGE, 2019). Quanto à presença de negros no ensino superior, a taxa da população negra subiu para 50,5% de indivíduos cursando ensino superior, ainda abaixo quando comparado à população branca em que 78% cursavam ou já tinham concluído o ensino superior (IBGE, 2019). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018 foi o ano com maior número de matrículas de pessoas autodeclaradas negras, pretas ou pardas que pessoas brancas (BRASIL, 2019). Neste mesmo ano, observou-se maiores índices de permanências e conclusões do ensino superior por parte de pessoas negras, quando em comparação com anos anteriores. Abandono escolar caiu de 30% em 2016, para 28% em 2018, enquanto o número de pessoas negras cursando o ensino superior passou de 50% em 2016 para 55% em 2018 (IBGE, 2019). Essa melhora observada pode ser influência da Lei nº 12.711/2012, que dispõe sobre a reserva obrigatória das vagas proporcional à percentagem de pessoas autodeclaradas negras, pretas ou pardas na unidade federal nas matrículas em cursos das instituições federais de ensino (BRASIL, 2012). Em 2022, completando 10 anos da chamada Lei de Cotas resultados importantes emergem: alunos cotistas apresentam desempenho excelente, não apresentando diferença na nota média em comparação com outros alunos, e alunos cotistas apresentam maiores chances de conseguirem cargos de liderança no mercado de trabalho (ZEIDAN, 2022). Apesar dos dados promissores, este aumento no número de pessoas negras nos níveis superiores não reflete maior igualdade étnica e racial na pós-graduação.

Em outros âmbitos, Gabriela Reznik e Luísa Massarani demonstram em análises que as representações do cientista na Rede Globo de Televisão, por exemplo, são embasadas na visão eurocentrada (REZNIK *et al.* 2017; MASSARANI *et al.* 2019a). Tais representações são transportadas para outros meios além do jornalismo, como o cinema, TV e animações. Com base na análise de 102 filmes curta-metragem, Reznik e colaboradores (2019) identificaram os cientistas representados principalmente como homens (89%), enquanto cientistas femininas apareceram em menor frequência ou juntamente com personagens masculinos. Igualmente, no recorte de raça, 80% dos cientistas eram brancos, e apenas um cientista foi identificado como negro. Os negros na mídia são representados em papéis secundários ou de contextos negativos ou de miséria (REZNIK *et al.*, 2017; ABREU e SILVA, 2013; PONTES e BAN, 2018).

A invisibilização indivíduo negro nesses diversos aspectos da sociedade e em diversas instâncias pode ser compreendido pelo que Foucault (1995, p. 244) define como dispositivo:

conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

Os dispositivos operacionalizam demarcando diferenças entre elementos heterogêneos e a natureza da relação entre esses elementos. Sendo o dispositivo um conjunto de elementos, Foucault acrescenta que os dispositivos podem também ser “um tipo de formação que, em determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante” (1995, p. 244). Os dispositivos também estão relacionados às relações de poder, englobando as instituições de produção de saber/conhecimento como um dos elementos discursivos do dispositivo. Nesse sentido, a ciência e o jornalismo são dispositivos de saber, inscritas no que compreendem os dispositivos discursivos e também institucionais. A própria racialidade pode ser compreendida enquanto um outro dispositivo que se beneficia das representações do Outro, do

negro, operacionalizado desde o período Brasil-colônia para justificar a escravização (CARNEIRO, 2005). Se por um lado pode parecer imbricada a presença e operacioralidade desses diversos dispositivos, por outro, há que se entender que as práticas sociais se constituem discursivamente, discursos estes que formam sujeitos e objetos, que são condicionados, deslocados e multiplicados, podendo haver mudanças de posições (CARNEIRO, 2005). Alves-Brito (2020, p. 836) traz relatos a respeito do racismo institucional, onde posteriormente afirma: “Não podemos normalizar a ausência dos corpos negros, das mulheres, LGBTQs e povos originários no escopo da produção científica”. Para Alves-Brito *et al.* (2020), além das questões relacionadas à desigualdade social, há também outro fator que impede ou desestimula jovens a pensar a ciência como espaço para pessoas negras: a falta de identificação com os profissionais da área. Considerando a relevância da representação do pesquisador pela mídia, como levantado por Alves-Brito e colaboradores (2020), houve nessa pesquisa o interesse em analisar mais diretamente o dispositivo midiático associado à produção acadêmica.

Guazina (2007) introduz o termo “*mídia*”, afirmando ser um termo generalizadamente utilizado para se referir à imprensa, meios de comunicação, jornalismo entre outros. Aqui, o termo mídia será utilizado em consonância ao sentido atribuído por Lima (2003), onde mídia pode ser compreendido como

o conjunto de instituições que utiliza tecnologias específicas para realizar a comunicação humana. Vale dizer que a mídia implica na existência de um intermediário tecnológico para que a comunicação se realize. A comunicação passa, portanto, a ser uma comunicação mediatizada. Este é um tipo específico de comunicação que aparece tardiamente na história da humanidade e se constitui em um dos importantes símbolos da modernidade. Duas características da mídia são a sua unidirecionalidade e a produção centralizada e padronizada de conteúdos. Concretamente, quando falamos da mídia, estamos nos referindo ao conjunto das emissoras de rádio e de televisão (aberta e paga), de jornais e de revistas, do cinema e das outras diversas instituições que utilizam recursos tecnológicos na chamada comunicação de massa (LIMA, 2003 *apud* GUAZINA, 2007, p. 57)

Para além dos elementos elencados (instituições, tecnologias, metodologias padrão de produção de conteúdo), as mídias possuem reconhecida centralidade nas sociedades modernas e sua capacidade de, por meio da representação de indivíduos e coletivos, construir a realidade e influir na política e economia (GUAZINA, 2007). A mídia, nesse sentido, é o termo que abarca as concepções também atribuídas ao termo dispositivo de Foucault, incluindo ainda o aspecto tecnológico e sentidos inerentes aos seus usos na comunicação no meio digital. O jornalismo tem papel fundamental na disseminação de descobertas e pesquisas científicas, assumindo por vezes o desafio de narrar histórias de cientistas ou discursar tendo como assuntos transversais ou centrais as questões sociais. Para Meditsch (2002), enxergar o jornalismo como transmissor de informações apenas, é reduzir o seu papel na sociedade. Ao considerar a influência da mídia no que se refere à construção da realidade através da representação, não se pode ignorar a perspectiva de Moscovici (2003), no qual a representação convencional e confere status, torna uma imagem, pessoa, ou acontecimento um modelo, um parâmetro. As representações são conjuntos dinâmicos cuja característica principal é a produção de comportamentos e relações com o meio, onde uma imagem representa uma ideia (MOSCOVICI, 2003; CASTRO, 2002). A representação imagética ou simbólica, pela perspectiva de Moscovici (2003), não se limita apenas a algo visual, é simbólico e carregado de significados.

Dentre os dispositivos, aqueles associados à comunicação midiática possuem maior capilaridade na sociedade. E enquanto produtores de saber, possuem potencial de influência na sociedade. Assim, se faz necessário identificar e entender como se constituem os discursos e representações associados à ciência e ao cientista negro. Portanto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar e entender a maneira que o jornalismo científico nas revistas *Galileu*, *Superinteressante* e a divulgação científica pela *Ciência Hoje* abordam em seu conteúdo a contribuição de cientistas negros, questões raciais e ciência. Os objetivos específicos são: a) identificar quem, como e em quais os contextos o profissional/pesquisador negro é convidado a falar no jornalismo científico; b) avaliar se e quando as discussões abordam questões raciais e ciência; c) explorar e analisar o conteúdo e estruturas das narrativas em relação a tais questões. As hipóteses a serem testadas aqui foram herdadas da pesquisa exploratória conduzida anteriormente, que são: a) cientistas negros serão apresentados em sua maioria a partir de uma narrativa sintetizada de sua trajetória; b) os

discursos em torno das questões raciais emergirão em função da presença de um cientista negro na narrativa. O período escolhido para coleta de matérias jornalísticas foi de 2012 a 2021 a partir da observação do aumento da participação de pessoas negras no ambiente acadêmico como efeito das políticas de ações afirmativas. O método selecionado para a coleta de dados foi o *webscrapping*, enquanto os termos descritores para as revistas foram selecionados a partir da experiência anterior com a pesquisa exploratória. A partir de uma metodologia quali-quantitativa, a pesquisa foi conduzida utilizando como referência metodológica a análise de conteúdo de Lawrence Bardin (1977; 2016). Na análise, pretendo olhar atentamente a partir da produção das matérias considerando o modelo de Codificação/Decodificação de Stuart Hall (2003). Este modelo considera não apenas a mensagem, mas as estruturas de produção, estruturas de sentido e os agentes envolvidos na produção. A referência teórica para a elaboração de códigos relacionados aos gêneros textuais foi Marques de Melo e Assis (2010), enquanto os códigos referentes a questões raciais foram analisados a partir da Teoria Crítica da Raça (FERREIRA e QUEIROZ, 2018). A coleta resultou em 787 matérias, os quais foram submetidas às categorias de inclusão para compor os *corpora*. As que atenderam aos critérios de análise compreenderam 128 matérias, correspondendo a 63 matérias da revista *Galileu*, 16 da *Superinteressante* e 44 da revista *Ciência Hoje*. Para melhor compreensão, a pesquisa foi dividida em 5 capítulos.

No primeiro capítulo, a Teoria Crítica de Raça (TCR), o qual norteou os conceitos utilizados no decorrer dessa pesquisa. O contexto histórico em que surgiu será brevemente apresentado, então nos debruçaremos sobre os princípios e fundamentos da TCR e os dissensos internos e externos. Finalizarei o capítulo com os percursos da teoria no Brasil, o qual deram origem aos códigos.

No segundo capítulo abordaremos a ciência e a comunicação. Discutiremos brevemente sobre algumas teorias da comunicação como a Teoria Funcionalista e Teoria Crítica, a fim de contextualizar alguns dos conceitos presentes não apenas na Teoria Cultural, do qual consideraremos o modelo de Codificação/Decodificação (HALL, 2003). A partir disso, nos debruçaremos sobre a comunicação da ciência pela divulgação científica e o jornalismo científico, considerando as particularidades do jornalismo.

No terceiro capítulo detalharei minuciosamente os procedimentos metodológicos elaborados e seguidos para a análise dos dados. A partir da análise de

conteúdo, os *corpora* foram coletados, selecionados e preparados. Assim, apresentarei as revistas do qual foram coletadas as matérias que compõem os *corpora*. Contextualizarei também os nove anos correspondentes às matérias coletadas, sendo dividido em três períodos de governos distintos: Governo Dilma Rousseff; Governo de transição de Michel Temer e o Governo Bolsonaro. A divisão política dos períodos partiu da observação das peculiares relações entre poder executivo e políticas públicas de cada governo. Também apresentarei as categorias de inclusão e seus critérios, e o protocolo de codificação e análise dos *corpora*. Também abordo as referências quanto aos gêneros textuais e as variáveis coletadas e utilizadas para análise.

O capítulo quatro será dividido em duas partes, sendo a primeira em que discutiremos os resultados gerais e por categoria. As categorias “Trajetórias e Raça”, e “Pesquisadores e Cientistas” foram elaboradas para analisar a representação do cientista. As categorias “Raça e Ciência” e “Raça como Tema Transversal” se debruçam sobre a presença das questões raciais em diferentes contextos, os quais verificaremos o discurso predominante quando nas matérias são abordados temas raciais, assim como o cientista negro enquanto fonte. Assim, a segunda parte desse capítulo será dedicado a discutir a divulgação científica e os dados observados. Também dedicarei alguns parágrafos para levantar reflexões.

1 TEORIA CRÍTICA DA RAÇA

Nesse capítulo, apresento a Teoria Crítica de Raça (TCR) em seu desenvolvimento a partir de um breve contexto histórico. A fim de ressaltar as influências dos momentos que a modelaram e a incorporação de seus princípios e conceitos, serão abordadas a Teoria Crítica e os *Critical Legal Studies* (CLS) de maneira sintetizada. Igualmente relevante para a compreensão da TCR são as contribuições de Pierre Bourdieu a respeito das relações de poder, a partir das concepções de campo, poder simbólico e capital simbólico. Em seguida, conceituaremos racismo, raça, etnia e os demais conceitos relevantes para a compreensão das relações raciais a partir da TCR, como Discriminação Racial e Neutralidade Racial, entre outros. Dentre os princípios da TCR, abordaremos a interseccionalidade e aspectos dos estudos raciais dentro e fora do binômio negro-branco e as narrativas como ferramenta para a TCR. Então, discutirei alguns dos aspectos criticados por outros teóricos e as visões adotadas para esta pesquisa. Para finalizar, apresentarei aspectos da produção intelectual brasileira que fizeram uso de princípios presentes na TCR de maneira deliberada ou não, assim como abordar também as particularidades das relações raciais no Brasil através de um breve histórico de tais relações. Este capítulo tem por objetivo estabelecer a visão norteadora das análises no que se refere às questões raciais a serem abordados nos capítulos seguintes e na análise dos dados coletados.

A Teoria Crítica de Raça (TCR) teve sua origem a partir de movimentos sociais que repercutiram no ambiente acadêmico norte-americano, principalmente nos cursos de Direito nos anos 1970 (FERREIRA e QUEIROZ, 2018). Derrick Bell é considerado por diversos autores como o pai da TCR. Sua atuação como professor na *Harvard Law School* foi marcada por lecionar uma disciplina que revisitava casos a partir de uma perspectiva racial. No entanto, após inquirir à instituição a contratação de outros acadêmicos negros, a rejeição por parte da instituição que culminou na sua demissão. Desencadeando assim o processo que levaria ao desenvolvimento da TCR (CRENSHAW *et al*, 2002). Em 1980, Bell publicou um artigo analisando o caso *Brown v. Conselho de Educação*, onde ele analisa as motivações e efeitos do caso que conduziu à revogação da lei de segregação racial nos EUA (BELL, 1980). O caso surgiu em decorrência de Linda Brown, ainda criança, ter que percorrer longas distâncias na cidade de Topeka, Kansas, para chegar à escola.

Existiam diversas escolas próximas de sua casa, mas vigorava em 1954 a doutrina de segregação racial. Logo, nenhuma escola próxima aceitava matrícula de alunos negros. Brown viu a necessidade de levar o caso a juízo através do processo que ficou conhecido como *Brown v. Conselho de Educação de Topeka*. O caso que conduziu à revogação da doutrina segregacionista teve êxito devido aos estudos de Mamie e sua expertise enquanto testemunha (MCNEILL, 2017). Sua colaboração representou um avanço no âmbito do Direito, como também se desdobrou em pesquisas na psicologia. Ao longo de décadas no âmbito acadêmico foram conduzidos estudos a respeito da identidade (TWENGE e CROCKER, 2002). Houve pesquisas referendando as conclusões de Clark e outras as contestavam a partir de dados que mostravam a autoestima de pessoas negras era maior que a de pessoas brancas (BERGNER, 2009). Dentre as pesquisas, uma meta-análise com 354 estudos confirmou estas conclusões, mas identificou que a autoestima de pessoas negras era influenciada pelo ano de nascimento e o ano em que a pesquisa era conduzida (TWENGE e CROCKER, 2002). Os achados revelaram que as pontuações de autoestima para nascidos em 1949 ou antes, apresentavam autoestima similares as de pessoas brancas, enquanto as pontuações aumentam paralelamente à década, tendo as maiores pontuações as pessoas nascidas na década de 1970: “Esses resultados suportam a hipótese da identidade social que os direitos civis e Orgulho Negro promoveram visões positivas dos negros sobre si mesmos, o que provavelmente funcionou para elevar a autoestima” (TWENGE e CROCKER, 2002, p.378)². Fato é que a pesquisa pioneira de Clark instigou o campo e conduziu à novas perspectivas quanto à identidade. Nesse sentido, Clark revolucionou a área e foi essencial para que a população negra nos Estados Unidos da América pudesse caminhar em direção a relações mais dignas. Apesar de este caso em específico ter resultado no processo de revogação da segregação legalizada, cerca 50 anos antes deste caso acontecera o caso *Plessy v. Fergusson*.

Homer Plessy recorreu contra a ferroviária Fergusson para que os vagões não fossem mais direcionados à grupos raciais específicos. Em 1886, período do caso, as companhias ferroviárias deveriam destinar vagões separados para brancos e negros, onde o indivíduo negro que adentrasse o vagão para brancos, deveria pagar

² Os dados de Twenge e Crocker (2002) concluem que em períodos em que ocorrem movimentos sociais liderados pelo movimento negro, os movimentos estimulavam também a valorização estética, como o movimento Black Power.

multa ou cumprir penalidade de 20 dias na prisão (BRITTO e KARNINKE, 2019). Homer Plessy, no entanto, perdeu a causa contra a companhia Fergusson. O caso *Plessy v. Fergusson*, juntamente com o caso *Brown v. conselho de Educação* são frequentemente revisitados a fim de investigar os processos jurídicos e relações raciais. Na investigação de Bell sobre o caso *Brown*, o autor ressalta o aspecto político, econômico e social da segregação vigente, assim como expõe o que denomina Convergência de Interesses (BELL, 1980). Quando Bell (1980) conclui que o fim da segregação racial também era do interesse das pessoas brancas elitistas, ele enfatiza que o fim da segregação racial objetivava um fim materialista. Em outras palavras, a convergência de interesses ou determinismo material é o conceito que entende que pessoas, classes ou grupos diferentes podem convergir num mesmo objetivo considerando o resultado de interesse. Um exemplo seria a incorporação de indivíduos negros em espaços anteriormente negados. Essa incorporação, no entanto, não teria uma função inclusiva, mas um fim materialista que acarretaria em representações deturpadas. Bell (1980) dialoga com a análise de Hooks (1992), que se debruça sobre o uso da cultura negra como produto pela moda, onde o corpo feminino foi exposto face à mudança cultural que demandava representações negras em todos os espaços. Os espaços antes negados foram permitidos e reinscritos como espetáculo, não para apresentar a beleza da pele negra, mas para reafirmar socialmente um compromisso com a inclusão. A autora então expõe que a “colonização e a apropriação do corpo como sua própria máquina de produção/consumo no capitalismo tardio é um tema fundamental da socialização contemporânea”³ (HOOKS, 1992, p. 71). Ou seja, para manter-se com alguma relevância no mercado, é necessário que haja alinhamento aos interesses da sociedade moderna. Isso não significa necessariamente um compromisso social para com os interesses ali compreendidos, mas uma necessária reformulação da máquina de produção/consumo, que agora deve conter novos modelos de produtos.

Convergência de interesses é a compreensão de que o racismo se articula com os interesses tanto das elites brancas quanto de brancos de classes mais baixas, e eventualmente, se alinham aos interesses de outros grupos raciais, quando benéfico (DELGADO e STEFANCIC, 2017). Em face da demissão e questões que emergiram no âmbito jurídico em relação às questões raciais, alunos instigados

³ "The colonization and the appropriation of the body as its own production/consumption machine in late capitalism is a fundamental theme of contemporary socialization"

demandaram um novo professor pertencente à minoria para continuar lecionando a disciplina, no entanto, a instituição respondeu afirmando que não encontrava valor pedagógico em tópicos especialmente raciais, considerando que os assuntos seriam diluídos e abordados em outros cursos e disciplinas da instituição (CRENSHAW *et al*, 2002; FERREIRA e QUEIROZ, 2018). A instituição decidiu oferecer um minicurso com professores convidados. As aulas não alcançaram as expectativas e os estudantes familiarizados ao *Critical Legal Studies* (CLS) por meio de eventos como a *Critical Legal Studies Conferences* organizaram o “Curso Alternativo”, onde algumas características herdadas da Teoria Crítica através dos CLS seriam incorporadas ao que viria a ser a Teoria Crítica da Raça (CRENSHAW *et al*, 2002).

A Teoria Crítica tem por princípio a crítica ao positivismo, crítica à dominação da sociedade via razão instrumentalizada e crítica à cultura (ou deterioração da cultura) e à negação de seu papel de conscientização, humanização e natureza transcendente (FRANÇA e SIMÕES, 2017). O contexto de ascensão da Teoria Crítica era de instituições e academia plenamente renovados pelos pensamentos do Iluminismo. O chamado “esclarecimento” gerou um sentimento de que somente o conhecimento especializado e lógico poderiam conduzir ao progresso de uma sociedade. O Iluminismo que surgira em decorrência da contestação do conhecimento fundamentado nos dogmas religiosos, por sua vez, foi seriamente criticado por se sustentar numa intelectualidade instrumental. Na visão dos filósofos da Escola de Frankfurt, o pensamento Positivista apenas concentrava capital simbólico nas mãos da academia, sem que de fato houvesse desenvolvimento intelectual na sociedade. Os teóricos críticos se levantaram para questionar a dominação da sociedade através do pensamento instrumentalizado e tecnológico. Enquanto a Escola de Frankfurt buscava questionar o legado do Iluminismo, estimular uma sociologia crítica do Positivismo e o conhecimento científico essencialmente técnico, os *Critical Legal Studies* se propõem questionar as práticas do liberalismo e os métodos adotados em relação a determinadas questões. Os *Critical Legal Studies Conferences* não raramente eram conceitualmente estruturados a partir da perspectiva das relações de poder segundo Pierre Bourdieu (FERREIRA e QUEIROZ, 2018).

Essas concepções de Bourdieu se fundamentam na visão de que as dinâmicas sociais se dão no interior de um campo, que pode ser compreendido como um local, espaço ou segmento social onde os indivíduos expressam o *habitus* (THIRY-CHERQUES, 2006). O *habitus* seria o conjunto de concepções, disposições crenças

e experiências adquiridas pelo indivíduo ao longo de sua vida. O *habitus* corresponde à compreensão do indivíduo de sua posição em determinado espaço. O *habitus* traduz as concepções, crenças, julgamentos políticos, estilo de vida, concepções morais e éticas em uma posição relacional no campo. O campo enquanto espaço estruturado é sustentado pelas lutas promovidas por agentes objetivando a manutenção ou alteração das forças e capitais simbólicos. Bourdieu (1989, p. 14) traz a concepção de poder simbólico, que consiste no “poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo”. O poder simbólico seriam então, recursos na forma de acervo mental ou material que podem ser transformados pela argumentação em discurso persuasivo. Enquanto estrutura-estruturante (ou seja, constituída pelos indivíduos nela presentes, mas também constituidora do *habitus*) o campo é a expressão do *habitus* nas relações sociais. Como espaço relacional simbólico, o *habitus* determina a posição no campo a partir do capital, descrito como

[...] trabalho acumulado (em sua forma materializada ou em sua forma incorporada, corporificada) que, quando apropriado de forma privada, isto é, exclusiva, por agentes ou grupos de agentes, permite-lhes apropriar-se da energia social na forma de energia reificada ou trabalho vivo. (BOURDIEU, 2018, p. 15)

O capital, nessa perspectiva, pode assumir a forma de bens materiais (como ativos econômicos, propriedades entre outros) e abstratos, denominados capitais simbólicos (como capital cultural, social e simbólico) (BOURDIEU, 1986; THIRY-CHERQUES, 2006). O capital cultural consiste nos conhecimentos, habilidades, informações e qualificações educacionais e intelectuais acumulados ao longo da vida. O capital social compreende as relações sociais e conexões de um indivíduo, conferindo acessos sociais. E o Capital simbólico corresponde ao prestígio, honra, reconhecimento a determinado indivíduo, sendo também resultado dos capitais mencionados anteriormente. Dessa maneira, um indivíduo com elevado grau de educação, mais acesso à cultura e maior rede de contatos, possui mais prestígio e reconhecimento (poder simbólico), além de seu capital econômico. Ao interagir com um grupo de indivíduos, sua posição será determinada a partir de seu capital, crenças e disposições em comparação com os demais indivíduos (*habitus*), o que constitui o

campo. Este campo será o espaço onde os indivíduos ou agentes competirão por um objetivo comum ou por posições mais elevadas (o campo não é necessariamente um espaço físico). Esta disputa ocorrerá a partir de investimentos de recursos, esforços, tempo, entre outros. Tais concepções associadas ao CLS trariam questões e perspectivas importantes na abordagem teórica das relações de poder no ambiente científico. Os eventos, apesar de ampliarem seu público para integrar mais teóricos negros, ignoravam a literatura crítica (FERREIRA e QUEIROZ, 2018). Esta literatura trazia perspectivas importantes sobre a escravidão, racismo e supremacia branca. A academia, no entanto, resistia a tais literaturas sob argumento de falta de neutralidade nas narrativas. Nesse aspecto, era inevitável que a perspectiva das relações de poder associadas ao CLS provocasse um questionamento a respeito da participação ativa, mas ignorada ou invisibilizada de pessoas negras na academia.

Ao observar o campo científico, muitos estudantes identificaram a luta pelo poder a partir da negação da voz narrativa de autores negros. Esse legado de questionamento do pensamento, das práticas dominantes e do liberalismo inspirou estudantes feministas críticas a levantarem uma provocação em 1985, no congresso do CLS: "*What is it about the whiteness of CLS that keeps people of color at bay?*" (CRENSHAW *et al*, 2002). Na tradução de Ferreira e Queiroz (2018) "o que há com a branquitude da CLS que mantém as pessoas de cor à margem?". Além desta, novas provocações nos anos seguintes geraram animosidade nos diversos patamares da academia, culminando em certa divisão. Somente em 1989 ocorreria o evento "Novos desenvolvimentos em raça e teoria jurídica", consolidando um novo campo cujo nome se fixaria ao final deste mesmo ano.

Além do papel do racismo enquanto prática sistêmica de discriminação nas relações raciais e a crítica ao sistema de dominação e relações de poder, a TCR assume uma perspectiva ativista (FERREIRA e QUEIROZ, 2018). Seu objetivo não se limita apenas em investigar e compreender como a sociedade se organiza em função das relações e hierarquias sociais, mas também intenciona fornecer propostas ou meios de modificar esta realidade (DELGADO e STEFANCIC, 2017). A partir dos fundamentos teóricos e histórico mencionados, pretendo discorrer alguns dos princípios e conceitos tão relevantes quanto os próprios princípios da TCR.

1.1 PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA TCR

Para os teóricos da TCR, o racismo é “a regra e não a exceção – é a ‘ciência normal’, a maneira habitual por meio da qual a sociedade opera, a experiência comum e corrente da maioria das pessoas de minorias raciais neste país” (DELGADO e STEFANCIC, 2017). Almeida (2019, p. 41) define por racismo estrutural “uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social nem um desarranjo institucional.” O racismo nas instituições se apresenta na maneira que processos e práticas que favorecem a estratificação e hierarquização racial, de modo a privilegiar determinado grupo racial em detrimento de outro. A expressão individual em atitudes racistas, são resultado de uma sociedade essencialmente racista, não sendo apenas resultado de desvios de comportamento. Racismo é um mecanismo de dominação e expressão de poder cuja manutenção é feita em torno do conceito de raça (JESUS, 2018; ALMEIDA, 2019).

A raça é compreendida como uma identidade racial atribuída a determinadas características físicas, étnico-culturais, religião, origem geográfica ou forma de existir. É compreendida na TCR como uma construção social, o “processo de conferir a um grupo ou conceito uma delimitação, um nome ou uma realidade” (ALMEIDA, 2019, p. 21; DELGADO e STEFANCIC, 2017). Munanga (2004) esclarece o termo “raça” segundo sua etimologia, advindo do italiano “*razza*”, que por sua vez advém do latim “*ratio*”, raça significa espécie, categoria. Sendo frequentemente usado nas ciências naturais para classificar seres vivos. Esse modelo de classificação, frequentemente baseado em aspectos morfológicos, foram resgatados quando surgiu a necessidade de se estudar a diversidade humana. Sistemas de classificação frequentemente são úteis para organizar e operacionalizar o pensamento. O processo de racialização, no entanto, emergiu com os conceitos hierárquicos das tais classificações.

As circunstâncias históricas do século XVI foram responsáveis pela ideia e sentido de raça assim como o processo de construção da imagem e representação do negro na sociedade (ALMEIDA, 2019). Para Almeida (2019, p.23), o processo de desumanização do ameríndio e do africano através de descrições como “infelizes”, “degenerados”, “animais irracionais”, “sem história”, “bestiais” e “envoltos em ferocidade e superstição” conduziu a um processo de colonialismo. O termo “preto” surgiu como forma de se referir a pessoas de pele escura originárias da África. Com a escravidão nas américas, os espanhóis utilizavam o termo “negro” para definir os

escravos de pele escura (ROCHA, 2010). Reforçados por argumentos que partiam de filósofos e naturalistas, a ciência também foi tomada como uma ferramenta para a discriminação racial, de modo que foram elaborados modelos explicativos para a diversidade humana embasadas num determinismo biológico. Nesta perspectiva, as condições naturais teriam influenciado psicológica, moral e intelectualmente determinadas raças, favorecendo comportamentos imorais, violentos e lascivos (ALMEIDA, 2019, p. 23). Com o avanço tecnológico no século XX, estudos envolvendo a genética passaram a observar com atenção os códigos genéticos e grupos sanguíneos associados aos critérios morfológicos (MUNANGA, 2004). A partir de tais análises, foi possível identificar que características morfológicas não são necessariamente expressões de proximidade ou distância racial. Ter pele negra não é sinônimo de próximo dos povos de origem africana, assim como ser branco não é sinônimo de ser próximo de povos de origem europeia. A noção de raça não tem suporte no campo biológico, sendo demonstrado por Pena e Birchall (2006) que a razão das diferentes tonalidades de cor na pele humana, são resultado da adaptação a determinadas condições geográficas e ambientais, tendo pouca significância nos genes.

No entanto, se no campo científico-biológico o conceito de raças não é uma realidade, no campo sociocultural, a raça foi utilizada para operacionalizar um sistema hierárquico. Os conceitos de raça atualmente nada tem a ver com os conceitos de classificação morfológica originários da biologia e outras ciências naturais (MUNANGA, 2004). Atualmente, raça está intimamente relacionada à construção social e ideológica das relações de poder e dominação instituídas pela hierarquização de grupos a partir de características morfológicas.

A raça (...), é de fato uma categoria etnosemântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico. (MUNANGA, 2004, p. 6).

Enquanto o conceito de raça é frequentemente associado a características morfológicas, a etnia é intimamente ligada às questões socioculturais. De acordo

com Munanga (2004), dentro de um grupo racial pode haver diversos estilos de vida, cultura, costumes, crenças e história. Um grupo étnico é “um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território” (MUNANGA, 2004, p. 12). Dessa forma, a TCR abarca as relações raciais envolvendo povos latinos (LatCrit), asiáticos, negros, entre outros, ao entender a raça como uma categoria não objetiva e construída no imaginário social a partir de determinados atributos.

1.1.1 Conceitos e Definições

Apesar de ser uma expressão do racismo, cabe aqui definir a discriminação racial como atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados (ALMEIDA, 2019). As discriminações raciais podem ser positivas e negativas. As discriminações positivas têm por objetivo oferecer oportunidades a grupos raciais historicamente prejudicados como meio de reparação, enquanto as discriminações negativas a longo prazo produzem um processo de estratificação social, interferindo nas chances e oportunidades de reconhecimento e ascensão social (ALMEIDA, 2019, p. 27). Enquanto as atitudes deliberadamente ostensivas e hostis motivadas pela raça compõe a discriminação direta, os processos em que sejam ignoradas as diferenças sociais que impactem significativamente sobre diferentes grupos, adotando uma neutralidade racial, são compreendidas como discriminação indireta (ALMEIDA, 2020, p. 27). A neutralidade racial se manifesta em uma postura institucional de negar aspectos relacionados à desigualdade racial para embasar determinada postura ou decisão. Numa mesma população, há pessoas com mais recursos, oportunidades, acesso e privilégios, enquanto outras pessoas não as possuem. Tratá-los igualmente desconsidera fatores relevantes e reforça a estratificação social (LOPES, 2006). Para Delgado e Stefancic (2017), a neutralidade racial é capaz de remediar apenas as mais evidentes e flagrantes práticas de discriminação. Dessa forma, se faz necessário tratar os desiguais de acordo com sua desigualdade, oferecendo meios e oportunidades para aqueles com menos recursos e acessos.

Ser um indivíduo racializado numa sociedade racista conduz ao que pode ser considerado como dupla-consciência, a compreensão de mundo a partir da visão dominante, e a consciência da realidade enquanto indivíduo minorizado. A dupla-

consciência, termo cunhado por Du Bois (2021) para se referir à maneira de se perceber o mundo a partir da visão dominante e da visão enquanto pertencente a algum grupo racial é uma concepção relevante considerada na TCR. Para a TCR, considera-se necessário compreender e identificar, não apenas o aspecto de dupla-consciência, mas também sob uma percepção de múltiplas consciências. Du Bois (2021, p. 39) conduz uma análise a partir da perspectiva de um homem negro, ressaltando que o homem percebe sua relação com a sociedade a partir da visão da sociedade branca que o trata e enxerga a partir de um lugar. O mesmo homem negro, no entanto, enquanto vítima do racismo e sendo tratado de maneira diferente de outros indivíduos de pele branca, desenvolve também uma perspectiva individual sobre os mesmos eventos a partir do que ele chama de “véu”, a raça como motivador do tratamento diferenciado atribuído a ele. Delgado e Stefancic (2017) sintetizam a definição como “noção de que os negros são capazes de ver os eventos raciais sob duas perspectivas – a do grupo dominante e a própria – ao mesmo tempo”. A concepção de múltiplas consciências conduz ao pensamento interseccional, onde múltiplos sistemas de preconceitos podem atravessar um mesmo indivíduo, como preconceitos de gênero, raça, orientação sexual, classe entre outros. Assim, a TCR identifica a necessidade de analisar determinadas questões a partir de uma visão interseccional, ou seja, considerando os eixos de subordinação (DELGADO e STEFANCIC, 2017). Se um mesmo indivíduo pode sofrer com racismo e com os efeitos do machismo, torna-se necessário uma visão que considere as relações de raça e de gênero sobre o mesmo indivíduo, como o caso de mulheres negras. Da mesma maneira, um homem branco de classe baixa não sofre os mesmos problemas que um homem negro de classe baixa, um homem negro transgênero tem experiências sociais diferentes de um homem negro cisgênero. Assim, a interseccionalidade pressupõe considerar os diferentes estigmas que um mesmo indivíduo sofre, e as diversas faces da discriminação que o afetam. A partir da noção de intersecção, surge outro aspecto considerado pela teoria crítica de raça, que é o essencialismo e antiessencialismo (DELGADO e STEFANCIC, 2017).

O debate do essencialismo e antiessencialismo emerge a partir da observação de movimentos e grupos que advogam uma determinada causa. Indivíduos que se encontram num lugar interseccional, como uma mulher negra, por exemplo, é atravessada pela discriminação de raça e gênero. O essencialismo abarca a concepção de unir indivíduos para lutarem pelas questões basais para o grupo como um

todo, contemplando indivíduos duplamente discriminados também na luta. Podemos tomar como exemplo os movimentos antirracistas, que abarcariam consigo grupos indígenas, asiáticos, entre outros grupos atravessados pelo mesmo denominador: o homem branco. O antiessencialismo assume a percepção de que um grupo amplamente diverso pode não corresponder às necessidades específicas de determinados grupos interseccionais. Retomando o exemplo anterior, os grupos indígenas advogam por causas específicas os quais os negros podem não necessariamente ser afetados. Neste aspecto, a luta conjunta seria benéfica para determinados grupos, mas negligenciado por outro. Assim, os teóricos antiessencialistas acreditam que seja melhor a formação de grupos focais.

Os esforços dos teóricos da TCR não se concentram apenas no combate do racismo ou na compreensão das relações raciais, mas também se debruçam sobre os métodos de desenvolvimento teórico, legislativo, Jurídico e cultural da própria teoria. Um dos pressupostos da TCR é a ideia de que o sistema linguístico e estrutura, não está suficientemente preparado para enfrentar as questões impostas à questão racial, o Determinismo Estrutural (DELGADO e STEFANCIC, 2017). Um exemplo seria o binômio negro-branco, onde indivíduos de outras raças, como os latinos, asiáticos e judeus teriam que recorrer a precedentes comparáveis na história e lutas dos movimentos negros (DELGADO e STEFANCIC, 2017). Ou seja, o racismo teria por base uma relação entre negros e brancos, e as outras raças seriam minorias à medida que sua relação racial com brancos seja comparável à dos negros. Os esforços, nesse sentido, se concentram em compreender as particularidades das relações raciais a partir das experiências de cada grupo. A partir dessa preocupação, se torna necessário compreender as relações não apenas a partir da visão dos grupos racializados, mas também compreender o lugar da branquitude.

A Branquitude pode ser compreendida como um lugar de privilégio, de vantagem em uma sociedade estruturada numa mentalidade colonial (LEÃO, 2020; FRANKENBERG, 2004). Sendo uma construção social, a branquitude não tem qualquer valor fora do contexto social. A branquitude detém o poder de definir-se como normativo, frequentemente não compreendendo a si mesmo como raça, mas como um lugar de neutralidade racial. A branquitude está ligada a uma performance do sujeito (ALEXANDER, 2021). Essa performance se manifesta numa espécie de cultura interna, onde a linguagem branca não enxerga a si mesmo enquanto raça, não coloca a si mesmo como objeto de estudo. As práticas orientadas pela branquitude

centralizam elementos como a hierarquização social, política e econômica (LEÃO, 2020). Branquitude é uma categoria construída ao longo de uma história, cujo sentido só existe nas relações raciais, marcadas por privilégios e subordinações. Uma das características da branquitude ressaltadas por Frankenberg (2004), é a invisibilidade para algumas pessoas. Como pode a raça, característica tão evidente nos negros, latinos, asiáticos (e outros), ser invisível aos brancos? A branquitude está na identidade, nas práticas, na mentalidade e num modo de existir que não se percebe como tal, onde o ser branco só identifica sua própria cor (mas não sua forma de existir, mentalidade e práticas) quando em face ao não branco, o “Outro”, o não ser.

Alexander (2021, p. 6) compreende a performance da branquitude como “uma prática autorreificadora, uma prática que sustenta a capacidade de nomear, a capacidade de não ser nomeado e o poder de falar sem ser punido, enquanto desenvolve o processo de punir os outros”. Onde a performance da branquitude consiste na prática de fazer juízos com bases na própria medida, de definir categorias e classes segundo a própria perspectiva, de caracterizar e não ser caracterizado. Sendo a performance uma prática, Alexander compreende a branquitude como performance que também possa ser adotada por pessoas de outras raças. A TCR se debruça sobre os temas associados à branquitude e os métodos de manutenção do privilégio branco a partir do denominado “Estudos Críticos da Branquitude” (DELGADO e STEFANCIC, 2017). Considerando a natureza da branquitude enquanto construção social de caráter relacional, se faz necessário também falar sobre a negritude.

Para compreender a negritude, é necessário analisá-la em suas características e ao pensamento que a conduz a partir de Munanga (2009). O que se pode descrever como o aspecto de maior relevância ao pensar a negritude, é a consciência de um passado histórico e o sentimento de coletividade produzido por tal passado histórico. A partir da consciência de um processo colonial da ancestralidade africana, da história de desumanização e apagamento cultural dos povos negros, Munanga (2009) define negritude como retomada e afirmação dos valores da civilização do mundo negro. O passado colonial mencionado anteriormente, se refere ao processo de colonialismo, descrito por Mbembe (2018) como projeto de universalização, cujo objetivo era conduzir os povos colonizados à modernidade. As bases instituídas construiriam o conceito de que pessoas negras sejam inaptas para produção intelectual. Os argumentos partiam de filósofos e naturalistas, a ciência também foi tomada como uma ferramenta para a discriminação racial, de modo que foram

elaborados modelos explicativos para a diversidade humana embasadas num determinismo biológico. Onde as condições naturais teriam influenciado psicologicamente, moralmente e intelectualmente determinadas raças, favorecendo comportamentos imorais, violentos e lascivos (ALMEIDA, 2019, p. 23). Nesse sentido, tomar consciência de que povos ancestrais foram escravizados, alienados da sua cultura de origem e inseridos num contexto de práticas e pensamentos coloniais, é um dos passos para se pensar a reivindicação de sua história. Essa consciência perpassa também a percepção da desigualdade e discriminação por parte de um projeto sistêmico de marginalização do povo negro. O segundo aspecto do pensar a negritude seria a linguagem, a expressão cultural negra a partir de vocabulário próprio, a preservação através das religiões sob influência da cultura africana ou mesmo através da expressão estética na forma de vestimentas, costumes entre outros. Por último, há o aspecto psicológico do negro. Compreender o pensamento e comportamento do negro a partir de suas experiências, fatores socioculturais, econômicos, entre outros, não a partir de uma visão biológica ou genética (determinismo biológico).

A negritude suscitou uma necessidade pelo resgate da história sob a perspectiva de povos negros. O *Storytelling* e o revisionismo histórico ascenderam como uma ferramenta importante na construção de narrativas sob novas perspectivas. O artigo de Bell (1980) ao reavaliar o caso *Brown v. Conselho Estudantil* fez levantar uma série de considerações que, se já existiam naquele momento, estavam decantadas no interior dos mais críticos. Retornar a um caso e ali aplicar uma percepção à luz de outras questões, foi relevante não apenas na área jurídica, mas também para tudo o que a TCR viria a ser. Enquanto o revisionismo histórico se concentra em retornar a situações do passado e reconta-las a partir de novas observações, o *Storytelling* se compromete a contar histórias sob a perspectiva de indivíduos ou grupos invisibilizados, histórias que sequer foram conhecidas pelo público. Segundo Delgado e Stefancic (2017), o *Storytelling* e a narrativa são definidas como “utilização de histórias, parábolas e relatos em primeira pessoa para compreender e analisar questões raciais”. O *storytelling* é um dos maiores alvos dos críticos da TCR juntamente com o binômio negro-branco. No entanto, a TCR também sofre críticas não apenas a respeito de seus fundamentos teóricos ou princípios, as críticas externas e internas serão abordadas no tópico a seguir.

1.1.2 Críticas, Autocríticas e Réplicas

As críticas externas associadas ao *Storytelling* e Binômio negro-branco são as principais direcionadas aos princípios da TCR. A utilização de narrativas tendo por base a perspectiva de indivíduos e grupos são constantemente criticadas no meio jurídico por uma “função destrutiva” (DELGADO E STEFANCIC, 2017). As críticas externas “acusam os teóricos críticos da raça de se esconderem atrás de histórias e narrativas pessoais para defender seus pontos de vista, e de não respeitarem as noções tradicionais de verdade e mérito” (DELGADO E STEFANCIC, 2017). Tais críticas frequentemente associadas a casos de terceiros que supostamente “enfrentaram as mesmas adversidades” e conseguiram alcançar algum resultado de sucesso. O *Storytelling* enquanto um método (no caso, a narrativa de outra perspectiva) para analisar questões sociais torna a narrativa e seus vieses alvos de críticas, que devem ser considerados. No entanto, os argumentos dos críticos não se concentram neste aspecto, tais argumentos se baseiam na visão de neutralidade racial (ou ainda, numa falsa concepção de democracia racial) que simplesmente nega a existência do racismo e de sua influência na sociedade. Como exemplifica Delgado e Stefancic (2017), “o exemplo de judeus e asiáticos, dois grupos minoritários que alcançaram níveis elevados de sucesso pelos padrões convencionais”. Tais tipos de argumento se intensificaram ainda mais no período do mandato do presidente norte-americano Barack Obama. No entanto, os críticos estavam confundindo a crítica da TCR ao padrão de um sistema racista com uma crítica a indivíduos bem-sucedidos mesmo dentro deste padrão. Além do mais, argumentos de uma suposta democracia racial embasados em poucos indivíduos racializados que ascenderam nesse mesmo sistema, não demonstram que de fato há democracia racial.

Já o binômio negro-branco, é alvo devido à comparação das experiências de raças, onde a experiência racial do “negro” frequentemente é posta como medida para análise do racismo para com outros grupos raciais. Um conceito que surgiu ligado ao binômio negro-branco é o de *excepcionalismo*, se compreende que a experiência e história de cada grupo racial é característica e tão diferente de outras, que se faz necessário analisar a partir da visão e experiência daquele grupo específico. Tais pensamentos são de fato relevantes, e pensar as relações raciais a partir da dicotomia negro-branco pode deixar lacunas tanto de conhecimento quanto

de estratégias de ação, assim como promover divisões entre os diversos grupos que buscam combater o racismo. Os já mencionados pensadores críticos latinos (LatCrits) e asiáticos emergiram para compreender e pensar a partir de suas próprias experiências e grupos raciais. Além desses, também surgiram os críticos LGBTQIAP+ (“Queer-Crits”) a fim de analisar as interações e normatividades sociais a partir da questão de gênero e sexo em relação à raça. Também a Teoria Crítica Feminista de Raça (FemCrits) surgiu como um dos campos dedicados a contemplar perspectivas e experiências que antes pouco eram representadas (gêneros e raça).

Quanto às críticas internas à TCR, o grande alvo é sua concentração no âmbito do idealismo, que dedica esforços a compreender as relações raciais e suas implicações a partir das concepções e motivações. Também por considerar que a natureza do racismo consiste principalmente no âmbito da construção social. Ou seja, os idealistas sustentam que o racismo e as relações raciais se constroem primeiramente no imaginário social, e por tanto, aí deve ser dedicado esforço de análise e combate ao racismo. A vertente realista (ou determinista econômico) entende que há grande relevância no campo do ideal sociocultural, mas acreditam que o racismo tem sua natureza centrada na obtenção e manutenção de privilégios e *status* a partir da raça. Para os realistas, o racismo se sustém principalmente por ser ferramenta eficaz na concentração de capital, e que a construção de hierarquias sociais reforça a manutenção da concentração de capital econômico. Já os Deterministas Materiais, embasados principalmente no artigo de Bell (1980), consideram que o racismo é movido de acordo com interesses do grupo dominante, onde uma vez que seja lucrativo fazer uso da exploração de determinado bem ou capacidade física, apoiam grupos ou fazem concessões de direitos civis quando o resultado lhe parecer conveniente. Os materialistas acreditam que poucas ou quase nenhuma atitude em apoio às lutas das minorias ou grupos racializados, foi de fato por altruísmo (DELGADO e STEFANCIC, 2017). Os críticos com maior enfoque no aspecto pragmático das teorias questionam como as demais vertentes podem influenciar na luta ativista. O que foi ressaltado por Delgado e Stefancic (2017, *ebook*) é a força presente na reciprocidade do campo teórico com o campo ideológico como:

(...) a maioria dos crits concorda que teoria e prática devem andar juntas. Por um lado, os ativistas precisam de novas teorias para

enfrentar uma ordem social que trata comunidades minoritárias e pobres tão terrivelmente. Da mesma forma, os teóricos precisam da injeção de energia que vem da exposição a problemas do mundo real, tanto como estímulo para a pesquisa quanto como uma prova de realidade para sua escrita.

As críticas até aqui observadas possuem foco direcionado à ênfase das pesquisas em um aspecto mais conceitual e ideológico em vez da aplicação no movimento ativista. É importante compreender que as críticas em nenhum momento se direcionam à capacidade de gerar conhecimentos ou sua importância acadêmica. Quanto ao *Storytelling*, considero relevante sua compreensão uma vez que pode se apresentar consoante a alguns estilos de narrativa presentes nas matérias jornalísticas. Delgado e Stefancic (2017) enfatizaram que a natureza das críticas se deu por conta de um equívoco dos críticos quanto ao que a TCR questionava a partir das narrativas. Em relação ao binômio negro-branco, às críticas se davam à comunidade da TCR como um todo, compreendo e concordo com a relevância da crítica. A presente pesquisa possui recorte enfatizando um grupo racial específico, os negros no contexto acadêmico, no entanto, serão considerados as discussões fora da dicotomia negro-branco que podem surgir ao analisar os dados. O contexto do período considerado na elaboração da coleta de dados que será analisado e narrado no capítulo 3, partirá de uma visão considerando os princípios da Teoria Crítica de Raça conceituados anteriormente, apresentados na Tabela 1.

Quadro 1- Resumo dos temas característicos e princípios anteriormente apresentados da TCR.

Teoria Crítica de Raça (TCR)		
Temas Característicos	Crítica ao Liberalismo	Crítica aos métodos liberais políticos
	Convergência de Interesses	Avaliação de motivadores de determinados grupos
Princípios e Áreas Desenvolvidos Teóricos	Raça e Racismo	Um grande entendimento sobre a centralidade da raça e do racismo
		Conceito de Racismo
		Conceito de Raça
		Raça como construção social

		Discriminação Racial e Neutralidade Racial
		Raça, sexo, classe e suas intersecções.
		Essencialismo e anti-essencialismo.
	Determinismo estrutural	Branquitude
		Negritude
		Interpretações revisionistas das leis sobre os direitos civis e sobre o progresso.
		Narrativas e contra-narrativas (<i>Storytelling</i>)
Crítica e autocrítica; réplicas		

Fonte: O autor (2023).

Uma vez estabelecidas origem e bases da TCR, se faz necessário compreender como seus princípios estiveram presentes no Brasil. Para não incorrer no erro de praticar uma perspectiva excepcionalista e considerar apenas os aspectos únicos do racismo no Brasil, faz-se necessário um apanhado histórico dos aspectos que convergem na TCR no seu país de origem e no Brasil. Abordaremos conceitos relevantes para se compreender a realidade Brasileira, o racismo e raça no contexto brasileiro e como as discussões de raça no Brasil tem incorporado princípios da Teoria Crítica da Raça.

1.2 TEORIA CRÍTICA DE RAÇA NO BRASIL

Para se compreender as relações raciais e práticas do racismo no Brasil, se faz necessário uma análise da conjuntura e estruturas dessas relações através de um breve olhar histórico. Dentre as peculiaridades do racismo no Brasil, está o mito da Democracia Racial, construído e estabelecido no ideológico brasileiro ao longo dos anos.

1.2.1 Abdias Nascimento e o Mito da Democracia Racial

Ainda no contexto de uma sociedade escravocrata no século XIX, o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) identificou a necessidade de se estabelecer

uma estrutura para a história brasileira. Mais precisamente, no ano de 1845, o IHGB promoveu um concurso premiando o projeto que melhor apresentasse a história do Brasil, sendo Karl Von Martius (1794-1868) o vencedor (FERTIG, 2006). A proposta de Martius consistia numa história do Brasil considerando o valor das raças, uma história que pudesse abarcar em si a contribuição indígena no conhecimento da flora, fauna, geografia do território nacional, cultura e riquezas. Nessa mesma proposta, os escravizados de origem africana deveriam ser valorizados por sua contribuição na construção do país através de seu empenho físico. Os principais agentes nessa hierarquia seriam os caucasianos de origem europeia, a quem deveriam ser considerados guias morais e intelectuais na construção de uma civilização brasileira. Os caucasianos, principalmente de origem portuguesa, deveriam ser apresentados na história como a civilização “mais evoluída” e responsável por conduzir a nação ao crescimento econômico e social (MARTIUS E RODRIGUES, 1956). A proposta de Martius exprimia uma visão de nacionalismo, com o objetivo de que os diversos povos no país pudessem zelar pelo Brasil esquecendo-se de diferenças culturais, sociais, estruturais, religiosas e étnicas. Desde já se pode perceber as estruturas de poder sendo expressas na maneira de se contar a história de uma nação. No entanto, com a Lei 3353, Lei Áurea, de 13 de maio de 1888 abolindo a escravatura, as relações raciais agora tinham novos contornos, assim, novas preocupações foram levantadas. O Brasil como país de população única foi visto entre os países europeus com maus olhos. Como bem descreve Schwarcz (2003), havia uma grande preocupação no final do século XIX por parte de cientistas a respeito da “degeneração das qualidades brancas” por conta da miscigenação. O Brasil como nação miscigenada se tornou laboratório para alguns e modelo de democracia para outros.

O termo “democracia racial” emergiu em 1930 no âmbito político, e apesar de já existir desde 1914, só se solidificou entre os grupos políticos, intelectuais e sendo incorporado às Ciências Sociais nos 20 anos que se seguiram após sua origem (GUIMARÃES, 2019). Nos debates norte-americanos, o Brasil era frequentemente apresentado como o exemplo de uma democracia sem preconceitos. Campos (2007) ressalta que a expressão anteriormente usada era “Democracia Étnica”. Ela foi reapresentada por Cassiano Ricardo em 1938 com o sentido de uma democracia brasileira formada a partir das qualidades de seu povo, organizadas hierárquica e efetivamente pela liderança da raça branca europeia. Nesse sentido, é possível

identificar que para intelectuais como Cassiano, democracia racial possuía o sentido de compreender e reconhecer valores intrínsecos à raça, e melhor utilizá-los para um governo próspero. Não necessariamente objetivando alcançar uma sociedade integrada e equitativa, nem mesmo de oferecer condições sociopolíticas a todos os grupos. Democracia racial teria neste período, o sentido de “estabelecer condições para que os ‘mais capazes’, os ‘melhores’ e os ‘racialmente superiores se sobressaiam” (CAMPOS, 2007).

No decorrer das disputas pelos sentidos e conceitos, Gilberto Freyre trouxe um novo conceito de “democracia étnica” ou “democracia social”, no qual o Brasil era um país sem linhas marcadas de discriminações de raça e preconceitos institucionalizados como as leis de segregação nos EUA e o *Apartheid* na África do Sul. O Brasil seria apresentado por ele como um país marcado pela fraternidade racial, miscigenação cultural e biológica (GUIMARÃES, 2019). Arthur Ramos, que também era fortemente presente nas discussões raciais no ambiente político, deliberadamente utilizava o termo “Democracia Racial” distanciando do sentido usado por Cassiano Ricardo. Ramos acreditava que uma política livre de preconceitos e discriminações nas relações raciais seriam o passo para fundar uma sociedade pós-racista (GUIMARÃES, 2019). Os negros brasileiros passaram a usar o termo democracia racial, de Cassiano Ricardo, com o sentido mais próximo de Freyre e Arthur até meados dos anos 1960. Onde se iniciaria uma forte crítica à ideia da democracia racial.

O autor Abdias Nascimento (2016) traz dados estatísticos demográficos para demonstrar que a representação de um país racialmente democrático, é na verdade uma nova estrutura no qual o Brasil estabeleceu as relações de poder com base na raça. O forte tom de denúncia que percorre desde a distribuição geográfica como expressão da estratificação social a partir de filtros de raça até atos mais sutilmente presentes. De maneira ampla, ele descreve o Brasil negro onde a “realidade dos afro-brasileiros é aquela de suportar uma tão efetiva discriminação que, mesmo onde constituem a matona da população, existem como minoria econômica, cultural e nos negócios políticos” (NASCIMENTO, 2016, p. 83). Nos casos mais sutis, ele apresenta os eufemismos frequentemente apresentados para filtrar candidatos às vagas, como

“Até 1950, a discriminação em empregos era uma prática corrente,

sancionada pela lei consuetudinária. Em geral os anúncios procurando empregados se publicavam com a explícita advertência: "não se aceitam pessoas de cor." Mesmo após a lei Afonso Arinos, de 1951, proibindo categoricamente a discriminação racial, tudo continuou na mesma. Trata-se de uma lei que não é cumprida nem executada. Ela tem um valor puramente simbólico. Depois da lei, os anúncios se tornaram mais sofisticados que antes: requerem agora 'pessoas de boa aparência'. Basta substituir 'boa aparência' por 'branco' para se obter a verdadeira significação do eufemismo. Com lei ou sem lei, a discriminação contra o negro permanece difusa, mas ativa". (NASCIMENTO, 2016, p. 82)

Num país que se apresentava como racialmente democrático, mas de um racismo fortemente presente, Abdias Nascimento descreve o que ele (entre outros autores) denomina por "Mito da democracia racial":

"Devemos compreender 'democracia racial' como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo nos Estados Unidos e legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado dos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. Da classificação grosseira dos negros como selvagens e inferiores, ao enaltecimento das virtudes da mistura de sangue como tentativa de erradicação da "mancha negra"; da operatividade do "sincretismo" religioso; à abolição legal da questão negra através da Lei de Segurança Nacional e da omissão censitária – manipulando todos esses métodos e recursos – a história não oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio se vem perpetrando contra o afrobrasileiro. Monstruosa máquina ironicamente designada democracia racial que só concede aos negros um único "privilegio": aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora. A palavra senha desse imperialismo da brancura, e do capitalismo que lhe é inerente, responde a apelidos bastardos como assimilação, aculturação, miscigenação; mas sabemos que embaixo da superfície teórica permanece intocada a crença na inferioridade do africano e seus descendentes".

(NASCIMENTO, 1978, p. 93)

Apesar das inúmeras denúncias e críticas a este ideário, o mito da democracia racial já se assentou sobre o imaginário de parte da população brasileira, principalmente por ter existido um período de exaltação da miscigenação no Brasil (DA COSTA MELO e SCHUCMAN, 2022). Diante das constantes contradições da ideia de uma democracia racial, se estabeleceu um conceito que sustentaria a crença de uma sociedade não-racista. O mérito se estabeleceu como uma das bases que sustentam a ideia que o Brasil oferece oportunidades iguais a todos, mantendo o ideal de democracia racial. O alcance de tais oportunidades se daria por mérito, merecimento, "capacidade: aptidão, engenho, competência, dom, dote, idoneidade, inteligência, saber e talento; inaptidão, incapacidade e incompetência" (DA COSTA MELO e SCHUCMAN, 2022; HOUAISS, 2022, p. 551). Assim, a meritocracia assume uma relação de mérito e poder, a partir da percepção de que todos partimos do mesmo lugar para alcançar nossos objetivos a desigualdade é justificada pelo mérito de alguns que o alcançaram por esforço individual. O conflito acerca da visão de racismo por parte dos brasileiros onde há a compreensão de que existe o racismo (na forma da discriminação direta), mas não a percepção de que eles mesmos (ou as instituições e estruturas sociais) sejam racistas (FIGUEIREDO E GROSGOUEL, 2009).

No Brasil, impera a visão de uma sociedade no qual o racismo não se manifesta pelos poderes políticos, na economia, cultura, entre outros. O racismo só é percebido quando expresso na forma da discriminação direta, onde indivíduos ou grupos atuam deliberadamente de maneira ostensiva contra grupos racializados. Mas o racismo na sua forma de neutralidade racial, ou como ferramenta de estratificação social, frequentemente tem sua existência negada. Sua causa está na construção de uma representação de país ideologicamente centrado no mito de uma democracia racial. Mesmo antes de se tornar uma democracia, o conceito de um país de população miscigenada já tinha sua imagem construída, a partir do projeto de Martius. Esse discurso da democracia racial e mérito são característicos e intrínsecos no Brasil, compondo a característica excepcional do racismo presente aqui. No entanto, outros autores e intelectuais já vinham trabalhando para desconstruir as concepções errôneas presentes fazendo uso de alguns princípios que dialogam intimamente com aqueles presentes na TCR.

1.2.2 A Visão Interseccional de Lélia Gonzalez

Ainda em 1984, cinco anos antes da própria TCR se estabelecer formalmente como uma teoria crítica, a autora Lélia Gonzalez publicava seu artigo “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira” (1984), onde discorre sobre os efeitos violentos contra a mulher negra, resultantes da articulação do racismo com o sexismo. Gonzalez (1984) traz uma análise a respeito da representação da mulher negra na sociedade, representação essa que se modifica de acordo com o contexto em que é percebida, sintetizadas nas noções de mulata, doméstica e mãe-preta. Nesse artigo, Gonzalez exprime o que seria o cerne do pensamento interseccional, no qual identifica, analisa e denuncia a opressão sofrida pelas mulheres negras a partir dos eixos de raça e gênero. Fortemente atuante nos movimentos feministas, Gonzalez também não se privou de criticar o feminismo que prevalecia principalmente o discurso no qual as mulheres negras eram estereotipadas como sendo agressivas e criadoras de caso (BAIRROS, 1999). Suas reflexões sobre as questões raciais e étnicas frequentemente negadas ou invisibilizadas no feminismo, representavam um grande problema em países de maioria afro-americanos e ameríndios (BAIRROS, 1999). Gonzalez (2011) reflete a partir da psicanálise e contribuições de Lacan que, o *racismo por omissão* ocorre a partir da visão eurocêntrica e neocolonialista onde um feminismo que não considere questões raciais, acabam por reproduzir uma forma de análise a partir do discurso dominante (masculino e branco). Lélia Gonzales frequentemente trazia a importância de se considerar a diversidade étnica e racial por meio de conceitos como *Amefricanidade*, onde traz suas reflexões sobre a prevalência do eurocentrismo na América Latina. A autora enfatiza os aspectos histórico-culturais americanos e a importância de considerar a forte contribuição *ameríndia* e *amefricana*, ao que denomina como *Ladinoamefricanidade*. Sueli Carneiro também trouxe contribuições importantes para a visão interseccional. Ao abordar contrapontos das reivindicações feministas cujas lutas eram por demandas da perspectiva de mulheres brancas:

Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam

nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. (CARNEIRO, 2003)

A autora não busca invalidar a luta feminista de mulheres brancas, mas traz novo olhar sobre a necessidade de um feminismo negro, considerando demandas e realidades a partir da visão interseccional no Brasil. Muitas foram as contribuições de autores e autoras para uma visão interseccional do racismo presente na sociedade brasileira. Outra ferramenta da Teoria Crítica da Raça utilizada por autores brasileiros, é o *Storytelling* como forma de reivindicar histórias silenciadas pelo grupo dominante.

1.2.3 Conceição Evaristo: Escrevendo e Vivendo

Aqui no Brasil, as narrativas tem papel fundamental nesse resgate e reivindicação a partir das *Escrevivências*, termo cunhado pela autora Conceição Evaristo. Ao falar das escrevivências em *Becos da Memória* o diz como “o primeiro experimento em construir um texto ficcional con(fundindo) escrita e vida, ou melhor dizendo, escrita e vivência” (EVARISTO, 2018, p.9). Escrever deve ser compreendido como uma intersecção narrativa entre o autor que escreve a partir da própria experiência e as histórias que possam ser também coletivizadas (SOARES e MACHADO, 2017). As escrevivências são histórias que apresentam aspectos comuns ao protagonista e ao autor a partir de marcadores sociais que remetem a experiências coletivas para um grupo na sociedade. Ou seja, ao narrar uma história cuja ótica parta da experiência de vida na periferia, este autor conduzirá a uma relação de identificação com grupos marcados por experiências da vida na periferia, na favela, as relações sociais específicas destes locais, entre outros.

No entanto, cabe entendermos que a escrevivência não abarca a ficção no sentido de irreal ou utópico. Os textos de escrevivências estão impregnados por experiências universais, mesmo que algumas destas experiências não tenham sido vividos pelo autor especificamente. Essas experiências universais também não englobam qualquer universalidade, e sim as experiências universais de um povo minorizado: “Não é um livro em que a autora se debruça somente sobre a sua própria

história e faz um texto que esgota em si própria. O texto está impregnado da história de uma coletividade” (EVARISTO, 2018, p.39). Dessa forma, as escrituras trazem em seu cerne as experiências comuns a qualquer pessoa negra em qualquer espaço, mas também traz as experiências do próprio autor.

As narrativas através das escrituras são fundamentais uma vez que frequentemente a contribuição negra no campo do saber é invisibilizada. O negro que na literatura cede espaço a estereótipos como a mulata, doméstica e mãe-preta anteriormente mencionados. As escrituras emergiram no Brasil para combater a narrativa estipulada pelo grupo dominante, apresentando os mesmos objetivos que o *storytelling* nos EUA, ou seja:

A perspectiva do direito à memória pela lógica de valorização e resgate do povo preto reorienta a narrativa sobre modernidade, posto que reconhece a experiência e o legado civilizatório dos povos do continente africano e sua longa história pré-escravidão. (SÁ, 2020, p. 43)

Os demais temas e princípios da TCR são frequentemente utilizados no Brasil, como a neutralidade racial, essencialismo e antiessencialismo, entre outros (em seu sentido e terminologia descritos anteriormente) por diversos autores brasileiros os quais não prolongarei em elencar seus usos. Mesmo sendo necessário a translocação destes princípios para a realidade brasileira, tais conceitos não demandam modificações em seu sentido ou terminologia.

Para além destes princípios, as relações de poder através do racismo como mecanismos sociais também contaram com grande participação da ciência. A ciência, enquanto estrutura composta por indivíduos majoritariamente branca, também contribuiu na resistência da ascensão das vozes negras

(No Brasil) Via de regra a produção branca e hegemônica sobre as relações raciais dialoga entre si, deslegitimando a produção dos pesquisadores e ativistas negros sobre o tema. Isso é claramente manifesto nas listas bibliográficas utilizadas onde, via de regra, figuram autores negros não-brasileiros, ou no fato de quão poucos intelectuais negros brasileiros alcançaram prestígio nacional e internacional. Os ativistas negros, por sua vez, com honrosas

exceções, são tratados, pelos especialistas da questão racial, como fontes de saber, mas não de autoridade sobre o tema. Os pesquisadores negros em geral são reduzidos também à condição de fonte e não de interlocutores reais no diálogo acadêmico, quando não são aprisionados exclusivamente ao tema do negro. (CARNEIRO e FISCHMANN, 2005, p. 60)

A ciência como sistema de produção de conhecimento exerceu grande força e influência nos debates raciais, sendo a fonte do qual o grupo dominante se preenchia de argumentos a fim de referendar atos de subjugação, assim como também o meio do qual foram pensadas estruturas de análise, compreensão e revisão do racismo na estrutura sociocultural, a teoria crítica da raça.

2 COMUNICAÇÃO, RAÇA E CIÊNCIA

Em pesquisa tentando identificar, via entrevistas, se há algum conjunto de regras comuns entre cientistas de diversas áreas, Lama-Zubirán e colaboradores (2021) baseiam-se em diversos autores para encontrar convergências no que seriam as possíveis regras da ciência. Nessa breve revisão, emergem as possíveis regras: a) leitura da realidade, suas regras e leis a partir da observação; b) postura crítica de análise; c) perícia e acervo teórico o suficiente para que se conduza uma experimentação (aptidão metodológica), e; d) ter capacidade de comunicar suas pesquisas adequadamente⁴. Nessa pesquisa com 270 entrevistados entre doutores (69%), mestres (17%) e bacharéis (14%), os resultados demonstraram que, para os pesquisadores, a principal regra da ciência contém-se no método de pesquisa (LAMA-ZUBIRÁN *et al*, 2021). Respostas também incluem as seguintes regras: seguir as regulamentações e guias da instituição; publicação das pesquisas; postura crítica diante

⁴ “This rule has been especially emphasized by science disseminators like Bernstein (1978) and Freeland (2004), and scientific editors such as Vizcaíno Sahagún (2002). They highlight the fact that scientists do not often realize the importance of it: ‘It seems a lie, but there are scientists who do not know how to communicate their ideas, their results. And this is a frequent cause of rejection of articles.’ (Vizcaíno Sahagún, 2002, p. 23)” (LAMA-ZUBIRÁN *et al*, 2021).

da pesquisa; possuir comportamento ético (ou bioético); aptidão metodológica; entre outros.

Portocarrero (1994) aponta que já há muito tempo não se pensa a ciência restrita ao método científico. Apesar das discussões que vão desde a filosofia, sociologia e história da ciência, cabe aqui nos restringirmos à perspectiva de Thomas Kuhn. Por se distanciar da visão de ciência como as perspectivas verificacionistas e falsificacionistas, Kuhn “se limita a mostrar como tem sido historicamente construída a cientificidade, e não que requisitos lógico-empíricos precisam ser satisfeitos para que uma disciplina se converta em ciência” (OLIVA, 1994, p. 87). Para Kuhn, para que uma disciplina alcance a posição de “ciência”, é necessário que primeiramente haja a superação da disputa entre escolas internas. Essa disputa, cuja disciplina ainda está em posição de pré-ciência (não como uma suposta “pseudociência”, mas como fase anterior ao estabelecimento enquanto ciência), é a fase em que emergem diversas teorias e metodologias as quais conduzem a diversos debates e novas disputas entre os acadêmicos da área (OLIVA, 1994)⁵. Supera-se essa fase e estabelece-se um consenso a partir da redução das divergências internas entre escolas ou superação de uma por outra. Assim, a perspectiva de Kuhn como

a transição da pré-ciência para a chamada ciência (normal) se consuma quando a atividade de pesquisa desorganizada e dispersiva que antecede a formação de um campo unitário de investigação passa a ser desenvolvida sob a égide de um paradigma endossado por toda a comunidade científica. (OLIVA, 1994, p. 90)

Assim, Kuhn define paradigmas como “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes.” (KUHN, 1970:58 *apud* OLIVA, 1994, p. 90). Para Kuhn (1998), a ciência é fruto de um processo pedagógico em que tradicionalmente, uma comunidade é exposta já desde seu ingresso a um mesmo conjunto de modelos, literatura e/ou referências basais.

⁵ Podemos, em exercício de exemplificação, rememorar no campo das ciências biológicas Darwin e a Teoria da Evolução, e ainda a teoria de Lamarck sobre o uso e desuso, que até determinado ponto a de Darwin se sobrepôs devido as descobertas de Mendel, os quais originariam a Teoria Sintética da Evolução. No campo da comunicação, veremos o mesmo ocorrer com as escolas de perspectiva Estrutural-Funcionalista, Crítica e a Culturoológica.

Nesse aspecto, não necessariamente há a necessidade de existência de regras e diretrizes escritas ou formalizadas entre as diversas áreas. Pois no processo educacional esse conjunto de conceitos, leis, teorias e regras intrínsecas de cada campo são consensualmente assimiladas e se projetarão na prática do profissional que se iniciou na pesquisa:

A esta altura deveria estar claro que os cientistas nunca aprendem conceitos, leis e teorias de uma forma abstrata e isoladamente. Em lugar disso, esses instrumentos intelectuais são, desde o início, encontrados numa unidade histórica e pedagogicamente anterior, onde são apresentados juntamente com suas aplicações e através delas. (KUHN, 1998, p. 71).

Feyerabend (1977) segue a mesma linha de entendimento construtivista. A ciência teve forte influência no campo sociológico e com o advento da comunicação por tecnologias mais avançadas, novas perspectivas e campos de estudo emergiram para compreender o impacto dos meios de comunicação na sociedade. Portanto, torna-se relevante abordar algumas teorias da comunicação e sua relevância na análise da relação público-ciência.

Num primeiro momento, trarei as teorias da comunicação a partir das teorias Funcionalista, Crítica e Culturoológica. Tais teorias foram de grande relevância tanto no período que emergiram, quanto nos conceitos que precederam ou conduziram à novas visões. Após estabelecer os conceitos relacionados à comunicação, o presente capítulo de dedicará a abordar a divulgação científica e jornalismo científico.

2.1 A COMUNICAÇÃO COMO OBJETO DE ESTUDO

As pesquisas no campo da comunicação tiveram seu início principalmente nas décadas de 1930 e 1940 nos EUA, com a ascensão do rádio no processo de informação do público norte-americano. Sob os efeitos do positivismo e a concepção da ciência enquanto única forma de produzir conhecimento, e influência da forte presença das ciências naturais no período, os estudos de comunicação se aliam a uma perspectiva estrutural-funcionalista (FRANÇA e SIMÕES, 2017). Há determinada sutileza a respeito da diferença entre opinião e conhecimento, sendo,

porém, discutido desde os filósofos gregos: “uma distinção clássica datando de antes de Platão, é entre *Doxa* e *Episteme*. *Doxa* é a palavra antiga grega para crença ou opinião popular (...). Platão estabeleceu *Doxa* contra *Episteme*, ou conhecimento.” (WRIGHT, 2018, p. 18). O conhecimento é a permanência da opinião diante do encontro com o significado, resistindo ao teste do tempo, críticas e argumentações, na visão de Aristóteles (WRIGHT, 2018). Opinião e conhecimento são parte fundamental da discussão de Wright (2018), e culminam no quanto opinião e conhecimento se aproximam da verdade. A teoria funcionalista surge com uma compreensão da comunicação análoga a um organismo, onde as instituições seriam as estruturas orgânicas que mostrariam ao público sua função no corpo. O funcionalismo parte do princípio do comportamento como o resultado da relação estímulo-resposta, onde alguns estudiosos acreditavam ser possível moldar o comportamento através de determinados estímulos. Um componente relevante para essa teoria é o conceito de massa, um determinado “conjunto heterogêneo de indivíduos; um conjunto anônimo, composto por pessoas que não se conhecem e exercem sobre si poucas influências recíprocas” é controlado por autoridade e não exerce influência nas instituições e expressam um comportamento de resposta (FRANÇA e SIMÕES, 2017, p. 55). Lasswell (1948) descreve as funções básicas da comunicação como: a) vigilância sobre o meio ambiente; b) a correlação das partes da sociedade em resposta ao ambiente, e; c) transmissão da herança social de uma geração para outra. A vigilância é a necessidade de informações a respeito de situações, eventos e acontecimento em um determinado grupo, sendo fortemente representado pelos meios jornalísticos, agências de notícias entre outros. A comunicação exerce a função de correlacionar as partes da sociedade a partir da produção de informações cujo propósito seja integrar a sociedade. Esta integração se dá por informações que funcionem como instrumento de vínculo entre as partes, a exemplo dos esportes. A transmissão da herança social pela comunicação seria apresentar o legado cultural de uma geração às mais novas gerações. Lasswell (1978) incluiria uma quarta função da comunicação com o objetivo de distrair o público, o entretenimento (*apud* FRANÇA e SIMÕES, 2017). Lazarsfeld e colaboradores (1991) acrescentaram ainda a função social, a de manutenção do poder através da comunicação. O autor também traria como efeito as disfunções da comunicação. A manutenção seria decorrente do potencial de conferir status, influenciando também na cultura popular. Enquanto o resultado inesperado pelo

excesso de informação seria a disfunção narcotizante, onde a sociedade desenvolve apatia aos acontecimentos. O público em certo aspecto substitui a resposta comportamental pela satisfação de estar informado. A teoria funcionalista teve grande importância na construção de conhecimento da comunicação entre emissor e receptor, ambos numa perspectiva de estímulo-resposta. No entanto, a Europa também contribuiria com os estudos de comunicação fazendo uso dos conceitos elaborados por Karl Marx, partindo da Teoria Crítica e dando origem ao conceito de Indústria Cultural.

A Escola de Frankfurt e a Teoria Crítica partiam da crítica ao sistema capitalista, ao positivismo e à deterioração da cultura (como mencionado no capítulo anterior). Esses críticos dissertam sobre o que denominam como indústria cultural pela padronização técnica dos produtos oriundos dos meios de comunicação (rádio, cinema, revistas) em detrimento da arte e cultura e inovação:

Por enquanto, a técnica da indústria cultural levou apenas à padronização e à produção em série, sacrificando o que fazia a diferença entre a lógica da obra e a do sistema social. Isso, porém, não deve ser atribuído a nenhuma lei evolutiva da técnica enquanto tal, mas à sua função na economia actual. A necessidade que talvez pudesse escapar ao controle central já é recalçada pelo controle da consciência individual. A passagem do telefone ao rádio separou claramente os papéis. Liberal, o telefone permitia que os participantes ainda desempenhassem o papel do sujeito. (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 57)

Os autores reforçam o uso da produção massiva como forma de manipulação e controle. Isso pode ser observado no texto onde mesmo que esteja presente o viés dos conceitos materialistas na sua análise, eles utilizam o termo “massa” em relação ao público a fim de representar este público como desprovido de identidade e, alienados, acompanham a ideologia do que é produzido:

O poderio social que os espectadores adoram é mais eficazmente afirmado na omnipresença do estereótipo imposta pela técnica do que nas ideologias rançosas pelas quais os conteúdos efémeros devem responder. Todavia, a indústria cultural permanece a indústria

da diversão. (ADORNO e HORKHEIMER, 1947, p. 64)

A teoria crítica nega a comunicação de massa como cultura, tanto por seu viés mercantilista quanto pela padronização dos produtos e alienação do público consumidor através da massificação da cultura (ADORNO e HORKHEIMER, 1947). Ou seja, uma cultura cuja massa não tem participação na construção, e mediante a força da indústria, aquilo que é assimilado pela massa são os produtos. Na contramão dos estudos que consideravam o público como massa acrítica, surgem os estudos culturais, trazendo novas concepções para a cultura de massa e suas análises.

2.1.1 Teoria Culturológica da Comunicação

Edgar Morin foi um dos autores essenciais para a Teoria Culturológica, definindo cultura como “um corpo complexo de normas, mitos, símbolos e imagens que penetram o indivíduo em sua intimidade, estruturam os instintos e orientam as emoções” (MORIN, 1997, p. 15). Morin (1997) assume a cultura de massa como cultura, constituída por um corpo de símbolos, mitos e imagens próprias relacionadas à vida (imaginária e prática), um sistema de projeções e identificações. O autor tece críticas à visão intelectual de arte e cultura, que nas visões funcionalistas e críticas, enxergam na comunicação uma série de produtos considerados aquém da cultura idealizada por tais estudiosos. O mesmo considera as visões anteriores como olhares de uma “alta classe” sobre um fenômeno que ocorre fora de seu total controle, e se relaciona principalmente com um público mais amplo. Assim, Morin desloca os holofotes que se direcionavam de uma visão hipodérmica da comunicação, para uma relação cultural. A oposição entre cultura de massa e cultura, na perspectiva de Morin, só existia enquanto os intelectuais aplicassem uma visão dicotômica entre “alta cultura” e “baixa cultura”:

“Tudo parece opor a cultura dos cultos à cultura de massa: qualidade à quantidade, criação à produção, espiritualidade ao materialismo, estética à mercadoria, elegância à grosseria, saber à ignorância. Mas antes de perguntarmos se a cultura de massa é na realidade como a vê o culto, é preciso nos perguntarmos se os valores da ‘alta cultura’

não são dogmáticos, formais, mitificados, (e) se o ‘culto da arte’ não esconde muitas vezes um comércio superficial com as obras” (MORIN, 1997, p. 18).

O autor entende a necessidade de uma abordagem da cultura de massa a partir de uma metodologia que compreenda as interdependências dessa cultura, uma análise considerando a totalidade das relações. Ele também propõe que se considere o próprio observador nessas relações. Tal método é denominado por Morin (1997) como método da totalidade e autocrítica. A relação entre indivíduo e cultura, na Teoria Culturoológica, é identificada como uma relação de reciprocidade, no qual o indivíduo incorpora determinadas referências dessa cultura no próprio estilo de vida, e suas experiências orientam as constituições da cultura (MORIN, 1997). Assim, um mesmo indivíduo pode incorporar e influir em diversas culturas, e tais culturas se relacionarem com diversas outras culturas através de seus indivíduos e grupos. A sociedade moderna policultural, como denomina Morin, incorpora uma *terceira cultura*, que se relaciona com as demais e constitui-se da industrialização de componentes das demais culturas, a cultura de massa. Esta terceira cultura se constitui do que Morin (1997) entende como uma contradição dinâmica entre a padronização e inovação. A padronização resulta na produção de arquétipos, figuras-modelo da personalidade e ideais humanos, personagens-tipo de estrutura básica, podendo ser repetidos à exaustão até que se tornem clichês, reduzindo-os a estereótipos. No entanto, é necessário a inovação devido à necessidade de atender à demanda do público consumidor, que “reclama um produto individualizado e sempre novo” (MORIN, 1997, p. 25). A visão de cultura e comunicação concebida por Morin dialoga com as contribuições de Stuart Hall. Este, compreende a cultura como um sistema de representação, cujos códigos, signos e conceitos são compartilhados por aqueles que pertencem à mesma cultura. Apenas esse mesmo conjunto de informações compartilhadas permitem a compreensão e tradução dos códigos comuns nessa cultura (HALL, 2016). Esta concepção seria muito relevante para compreender a visão de Hall sobre os processos de comunicação.

Stuart Hall trouxe uma perspectiva sobre comunicação a partir de uma visão não tradicional e linear. O modelo denominado por ele como Codificação e Decodificação se desvencilhava do circuito *emissor-mensagem-receptor* ao incluir também as estruturas relacionadas à produção da mensagem e os meios de

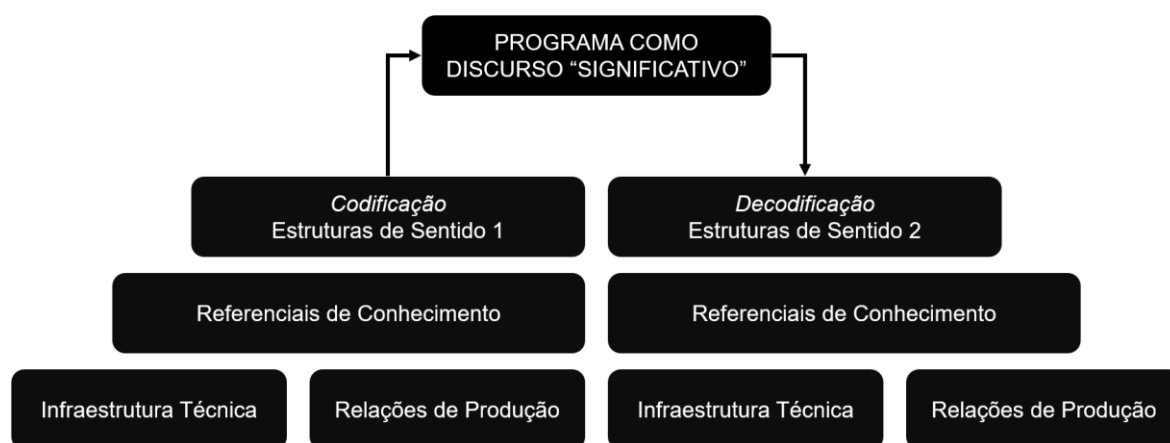
decodificação por parte do público receptor (HALL, 2003). Para o autor, é importante pensar a comunicação como modalidades articuladas uma à outra, sendo também cada modalidade em si relativamente autônoma. Essa autonomia e articulação com as demais modalidades serão essenciais para uma comunicação efetiva da mensagem:

Assim, embora de modo algum se queira restringir a pesquisa "a seguir apenas aquelas pistas que emergem das análises de conteúdo", devemos reconhecer que a forma discursiva da mensagem tem uma posição privilegiada na troca comunicativa (do ponto de vista da circulação) e que os momentos de "codificação" e "decodificação", embora apenas "relativamente autônomos" em relação ao processo comunicativo como um todo, são momentos determinados. (HALL, 2003, p. 388)

Assim, Hall considera tão relevante o processo de produção da mensagem a partir das escolhas que deverão compor o sentido, quanto o processo de decodificação do público, a partir das possibilidades de decodificar e reproduzir a mensagem. Esse processo se inicia na escolha de um determinado evento histórico, onde há de se construir o contexto e relevância desse evento através do discurso. Uma vez que o evento histórico esteja sob a forma de discurso, ele se torna sujeito às regras e complexidades da linguagem. Para Hall, a linguagem é um modelo geral de cultura e representação, no qual a própria linguagem é um meio de ocorrência da elaboração de significados (HALL, 2016). O conjunto de informações prévias nos fornecem a compreensão sobre o significado sobre determinado objeto, acontecimento ou sujeito. Dessa maneira, mesmo que não estejamos fisicamente diante de tal objeto, acontecimento ou sujeito, conseguiremos criar em nossa mente a imagem sobre tal, ou seja, o conceito. Assim, no processo de produção, uma vez escolhido o evento histórico transformado em narrativa dentro das normas da linguagem, se torna um produto discursivo o qual Hall denomina *forma-mensagem* (HALL, 2003, p. 389). É a forma-mensagem que faz circular os significados. A audiência então decodifica estes significados e os convertem em práticas. Se a interpretação desses significados não ocorrer, ou sendo interpretados, não forem convertidos em práticas (reprodução), a mensagem não tem efeito. O modelo de Codificação/Decodificação

estabelece que para haver comunicação também é necessário que haja certa simetria entre as estruturas de sentido utilizados na codificação da forma-mensagem (Estruturas de Sentido 1) e as estruturas de sentido utilizados na decodificação (Estruturas de Sentido 2). Ou seja, deve haver determinado grau de identificação e equivalência de compreensão dos códigos entre o emissor e os receptores (Figura 1).

Figura 1– Modelo de Codificação e Decodificação.



Fonte: Adaptado de Hall (2003).

Stuart Hall trouxe uma visão desvencilhada do positivismo predominante na época, e entendendo a realidade como uma construção social, numa visão crítica, desenvolveu análises da comunicação que traziam consigo um foco nas relações de poder e o papel ou inserção da comunicação e mídias nestas relações. Ao considerar a relevância da cultura e desenvolver o papel da linguagem para a comunicação, Hall dedica também atenção às representações presentes nesse meio. Hall (2016, p. 108) define representação como “processo pelo qual membros de uma cultura usam a linguagem (amplamente definida como qualquer sistema que emprega signos, qualquer sistema significante) para produzir sentido”.

2.1.2 As representações imagéticas: Arquétipos e Estereótipos

Em uma série de análises de imagens de obras de arte e revistas de notícias, Hall (2016) discorre a respeito do poder da comunicação em assentar sentidos através da representação. O autor ressalta o papel da representação dos negros através de estereótipos que naturalizam, reduzem e fixam diferenças, ditando o que

é normal e o que é anormal. Considero relevante enfatizar a diferença entre os conceitos de arquétipos trazidos por Morin (1997) e estereótipos de Hall (2016). Estereótipo possui sua origem do grego, onde *steros* = sólido era associado a *typos* = tipo, sendo usado primeiramente em 1794 por Firmin Didot, que usava o termo para descrever um tipo de impressão onde a partir do estereótipo (a peça sólida), podia-se produzir diversas cópias impressas (FORTUNA, 2000; MLODINOW, 2013). O arquétipo, palavra também originária do grego, é proveniente das palavras *arché* = primeiro e *typos* = tipo, emergindo em textos sendo atribuídos ao Eidos de Platão (WILLIAMSON, 1985). O arquétipo seria na visão Platônica, um padrão original do qual cópias são reproduzidas, sendo associado ao campo das ideias para Platão. A visão de Platão para arquétipo seguia o sentido de uma forma dissociada da humanidade: assumindo um sentido metafísico similar ao de sua concepção de Verdade (estas alcançariam o indivíduo uma vez que suas virtudes e capacidades alcançassem certo “avanço”). Esta perspectiva que atribui às ideias (*Eidos*) um sentido metafísico foi reavaliada por inúmeros estudiosos, mas teve sentido transformado por Carl Jung, que em seus estudos compreendeu os arquétipos enquanto uma preconcepção de origem instintiva, natural. Assim, para Jung, os arquétipos seriam concepções oriundas do inconsciente, instintivamente produzidas (WILLIAMSON, 1985). Desvincilhando a concepção de arquétipos de uma perspectiva metafísica como a de Platão ou psicológica como a de Jung, Northrop Frye traz os arquétipos enquanto estruturas básicas literárias. Essa perspectiva identifica bases ao que Freye denomina “categorias narrativas pré-genéricas”, sendo as quatro principais: a) Agon ou conflito, a base arquetípica característico do romance seguido de “aventuras maravilhosas”; b) Pathos ou catástrofe, um arquétipo associado ao tema Tragédia, terminando em triunfo ou derrota; c) Sparagmus, ou o senso de heroísmo advindo de um mundo caótico, onde o arquétipo se faz presente na sátira ou ironia, e; d) anagnorisis, onde ocorre o nascimento de um novo herói numa sociedade renascida e em ascensão (característica da comédia) (WILLIAMSON, 1985).

A partir dessas concepções de arquétipo, é possível observar distância do que se compreende por estereótipos. Os arquétipos *a priori* considerados uma ideia a ser alcançada pelo exercício da dialética (visão Platônica), vindo a posteriori assumir um teor determinista onde estas preconcepções são uma espécie de herança psicológica coletiva. Os arquétipos são compreendidos em último aspecto enquanto

uma estrutura básica do qual serão produzidas cópias. Essa concepção de um modelo básico para reprodução persiste na percepção de estereótipo que foi originalmente a utilizada por Firmin Didot ao aplicar o termo a respeito da peça usada na impressão de jornais, livros entre outros. Os conceitos de arquétipo e estereótipo adquirem novos contornos ao longo dos anos e perspectivas em que são analisadas. O que se pode extrair dos significados de arquétipo é a sua característica prototípica, pioneira. Já o estereótipo pode ser entendido a partir de sua característica “sólida”, consistente, em que mesmo que seja também parte da produção e reprodução de réplicas, pouca ou nenhuma diferença haverá nos produtos.

Os arquétipos devem ser entendidos como estruturas básicas utilizados no modelo de produção industrial da comunicação. Enquanto os estereótipos tem o propósito essencial de reduzir uma representação a um conceito caricato e eventualmente pejorativo, os arquétipos tem apenas o objetivo de conter um modelo, não de estabelecer um padrão social. Dentre as representações estereotípicas do negro, está a imagem do super corpo negro, presente na forma do lutador que vence por superioridade física; pelo jogador que frequentemente explora os longos metros do campo de futebol; pelo atleta que corre velozmente distâncias fisicamente impossíveis ao indivíduo “comum”; ou da mulher que tem maior resistência à dor (GUAZINA E GUIMARÃES, 2016, BOLSON, 2016). A estereotipagem é o “processo de reduzir a representação a poucas informações exageradas e simplistas” (HALL, 2016, p.191).

Os Estudos Culturais associados à comunicação foram de grande importância na compreensão do papel da comunicação na sociedade. Conceitos ainda herdados da teoria funcionalista são essenciais para a teoria Culturológica, como a concepção de massa, que deixa de ter o sentido de um público inerte e reativo a estímulos, mas passa a compreendê-lo como construtores de sentido a partir da compreensão das mensagens. A visão funcionalista da comunicação a partir do propósito (função) de integrar a sociedade por meio das informações ainda permeia a teoria Culturológica, agora associada às relações de poder. Hall (2016) ao entender os estereótipos como meio de assentar conceitos sobre um determinado grupo, dialoga fortemente com a função de transmitir a herança social. Enquanto os estereótipos constroem a representação do papel do indivíduo numa sociedade, a teoria funcionalista a função de apresentar às novas gerações seu lugar, através do representado. A teoria Culturológica traz consigo também o conceito de indústria

cultural, legado da teoria crítica. Abandonando a visão positivista da escola de Frankfurt, mantém ainda os conceitos de ideologia e estereótipo.

Edgar Morin e Stuart Hall tem perspectivas consoantes sobre cultura e comunicação, principalmente ao desconsiderar a visão de “alta cultura” e “baixa cultura”. Também convergem ao compreender o público como tendo papel importante na compreensão da mensagem. Nesta pesquisa, no entanto, o enfoque será sobre o meio de produção e codificação, a partir do modelo de Codificação/Decodificação de Stuart Hall (2003). Por considerar que o discurso produzido, seja de forma oral ou escrita, constitui um texto, e todo texto se organiza dentro de determinado gênero em função das condições e contexto em que é produzido, os quais se podem gerar usos sociais (BRASIL, 1998, p. 21).

2.2 DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: FORMAS E VISÕES

Comunicar a ciência ao público é uma prática que ocorre desde o século XVII com trabalho partindo dos próprios cientistas, principalmente físicos e astrônomos (MASSARANI e MOREIRA, 2004). Essa difusão que ocorria inicialmente com o propósito de propagar e difundir novas formas de pensar e experimentar, a ciência também se tornava fonte de entretenimento (MASSARANI e MOREIRA, 2004). Com o ideal de que o conhecimento científico poderia conduzir a um esclarecimento individual e desenvolvimento econômico, foram criados periódicos e revistas, que incluíram ilustrações para difundir a ciência (MASSARANI e MOREIRA, 2004). No século XVIII, o que transformaria a comunicação da ciência em prática institucional, foi a criação do *The Royal Institution*, ao promover demonstrações públicas, conferências e livros dedicados à divulgação (MASSARANI e MOREIRA, 2004). Com os diferentes períodos, a comunicação da ciência também passava por mudanças, com o surgimento das tecnologias como o rádio, cinema, TV, entre outros, a comunicação se adaptava para continuar comunicando seus feitos, descobertas e importância no meio social (MASSARANI e MOREIRA, 2004). O público inicialmente espectador, eventualmente detinha o poder de legitimar a própria ciência (MASSARANI e MOREIRA, 2004). A relação entre ciência, comunicação e público perpassa também a história da própria ciência. No entanto, a ênfase será no período mais recente, onde emerge a necessidade de entender essa relação e as visões e modelos que tem direcionado as comunicações da

ciência.

Os textos científicos, de acordo com Rojo (2008), podem ser encontrados em três principais esferas de produção denominados: discursos primários, caracterizados pela divulgação dos achados de uma pesquisa entre a própria comunidade científica (e.g. artigos em periódicos); discursos de divulgação científica, caracterizados pelos textos direcionados a um público fora do meio acadêmico, produzidos por cientistas ou jornalistas especializados em jornalismo científico; e discursos didáticos, caracterizados por serem textos destinados principalmente a alunos ou estudantes, cujo objetivo é disseminar e contextualizar achados científicos a estes estudantes. Pasquali (1979) enfatiza este caráter ao entender a difusão científica em dois níveis: 1) difusão intrapares e; 2) difusão extrapares.

A difusão intrapares é caracterizada pelo intuito de disseminar ao público especializado ou de áreas correlatas. Ela assume linguagem mais elaborada e ocorre em locais e veículos mais especializados, por vezes, eliminando o público não especializado. A difusão extrapares se caracteriza pelo seu intuito de disseminar a públicos mais amplos e gerais, abarcando não apenas o público-alvo especializado, mas pode também ser consumidas por públicos interessados, mesmo que não especializado. Conceitualmente, a difusão científica extrapares faz uso de técnicas, recursos e processos para a veiculação de informações científicas e tecnológicas para o público leigo, abarcando o jornalismo científico como subespécie (PASQUALI, 1979). Sendo a divulgação científica também conhecida por vulgarização ou popularização da ciência, o uso de linguagem recodificada para um público não especializado (PASQUALI, 1979). A divulgação científica para José Reis é “a veiculação em termos simples da ciência como processo, dos princípios nela estabelecidos, das metodologias que emprega e de seus resultados” (REIS, 2002, p. 76). Assim, Pasquali (1979) traduz a difusão científica como tendo objetivo alcançar a todos os públicos, podendo ter públicos-alvo diferentes. Quando o público-alvo é o amplo público especializado e não especializado, ocorrendo a recodificação da linguagem científica, pode-se chamar de *divulgação científica*. No entanto, quando o público-alvo é especializado e a codificação segue direcionada ao meio científico, denomina-se *disseminação científica* (Tabela 2).

Tabela 1 -Difusão, Disseminação e Divulgação da ciência.

		Nível de Codificação	Universo Percepcional Deliberado
Difusão	Difusão	<i>Omnibus</i> (para todos)	<i>Omnibus</i> (para todos)
	Divulgação	Transcodificada para <i>Pauci a Omnibus</i> (para todos)	<i>Omnibus</i> (para todos)
	Disseminação	<i>Pauci</i> (para poucos)	<i>Pauci</i> (para poucos)

Fonte: Pasquali (1979).

Para Bueno (1985), a principal diferença entre divulgação científica e jornalismo científico se encontra nas características particulares de cada um, sendo em termos gerais o mesmo objetivo: “transferir ao público não iniciado, informações de natureza científica e tecnológica”. O jornalismo científico não se limita a informar, mas possui compromisso em cumprir a função de informar, educar, além do caráter social, cultural, econômico e político-ideológico (BUENO, 1985). A divulgação científica também pode ser denominada como *vulgarização* da ciência, *popularização* ou *comunicação da ciência*. Brossard e Lewenstein (2021, p. 15) sintetizam a divulgação científica em quatro principais modelos: modelo de déficit, modelo de contextualização, modelo de expertise leiga e modelo de engajamento público.

2.2.1 Modelos de Divulgação Científica

O modelo de déficit considera haver uma lacuna de conhecimento científico no público, assumindo uma comunicação linear da informação produzida pela ciência para o público (ZIMAN, 1991; BROSSARD e LEWESTEIN, 2021). No entanto, Brossard e Lewenstein (2021) atentam para diversas falhas deste modelo, que considera principalmente o conhecimento especializado como compreensão científica, o que desconsidera outras formas de conhecimento. Os autores ressaltam ainda que em 30 anos de coleta de dados a respeito do conhecimento científico se

mantém estáveis, mesmo após implementação de projetos que objetivam solucionar a lacuna de conhecimento (BROSSARD e LEWESTEIN, 2021). Para solucionar isso, foi desenvolvido o modelo contextual, que entende o público como parte ativa do processo de construção do conhecimento, o público recebe a informação, processa informações com base em experiências prévias, estruturas psicológicas e sociais (BROSSARD e LEWESTEIN, 2021). As críticas associadas ao modelo contextual estão em sua aparente versão “mais sofisticada” do modelo de déficit, incorporando a compreensão de que o público assimila, processa e reage às informações sob influência das forças sociais (BROSSARD e LEWESTEIN, 2021). O aspecto mais criticado pelos autores é seu caráter publicitário que demonstra uma característica mais persuasiva e com menor interesse em auxiliar o público a estar mais preparados enquanto cidadãos munidos de informação (BROSSARD e LEWESTEIN, 2021).

A fim de contornar a finalidade mais persuasiva dos modelos anteriores, o modelo de expertise leiga parte do princípio de que o público local possui conhecimento relevante e complementar ao conhecimento científico. Esse conhecimento do público é denominado conhecimento leigo, ou expertise leiga, sendo o conjunto de informações adquiridos a partir da experiência do público. A soma de ambos os conhecimentos pode fornecer melhor panorama ao público, para tomar decisões sociais e políticas (BROSSARD e LEWESTEIN, 2021). As críticas associadas a este modelo estão relacionadas a uma determinada característica política e anticientífica, visto que por vezes este modelo pode privilegiar o conhecimento local em detrimento do conhecimento científico (BROSSARD e LEWESTEIN, 2021, p. 21). Brossard e Lewestein (2021, p. 22) definem o modelo de engajamento público como o modelo que “se concentra em uma série de atividades destinadas a aumentar a participação pública nas discussões sobre políticas de ciência”, assumindo um compromisso de democratizar a ciência por meio do empoderamento do público nas discussões e decisões relacionadas à ciência (BROSSARD e LEWESTEIN, 2021). O modelo de engajamento passa pelas mesmas críticas associadas ao da expertise leiga, por vezes associados a uma agenda mais voltada à política que científica ou de democratização da ciência (BROSSARD e LEWESTEIN, 2021). Podemos identificar os aspectos mais resumidamente na Quadro 2:

Quadro 2 Modelos de Divulgação Científica.

Modelo	Público	Metodologia	Críticas
Déficit de conhecimento	Não compreende a ciência por haver uma lacuna de conhecimento no público.	Preencher o público com informações científicas.	Entende por “conhecimento científico” o conhecimento especializado. Desconsidera a relação entre saber especializado e necessidades do público.
Modelo Contextual	O público não simplesmente responde à informação, mas processa de acordo com experiências próprias e esquemas psicológicos.	Utilizar uma abordagem que concilie a informação científica ao contexto do público alvo.	Ainda considera o público como “receptáculos vazios” de informação. Caráter mais publicitário e persuasivo que informativo.
Expertise Leiga	O público possui seu conjunto de experiências e conhecimentos, que podem ser associados ao conhecimento especializado e técnico.	Associar o conhecimento leigo ao conhecimento especializado para solucionar problemas locais e informar o público.	Valida pseudociências e crenças como equivalentes ao conhecimento científico.
Engajamento Público	A participação ativa pode promover compreensão através da relação dialógica entre público e ciência.	O público precisa ser integrado em eventos científicos.	Apresenta propósitos mais políticos que informativos. Valida a opinião pública como equivalente ao conhecimento científico.

Fonte: Adaptado pelo autor de acordo com Brossard e Lewestein (2021).

Os modelos de divulgação científica parecem convergir com as teorias da comunicação em alguns aspectos. É possível perceber como a Teoria Funcionalista e o modelo de déficit consideram haver uma necessidade de informar a partir de funções, como estabelecer uma vigilância sobre assuntos considerados relevantes e transmissão de um legado cultural de uma geração à outra (no caso do modelo de déficit, transmissão do legado da cultura científica). Ambos compartilham da concepção de um público como massa, reativo às informações que recebem, que reage em função das informações recebidas. Igualmente, o modelo contextual que considera relevante entender o contexto da realidade no qual o público se insere, parece possuir traços comuns com a teoria crítica, onde são levantadas as relações de poder entre mídias de comunicação, público e classes sociais. Na teoria crítica e modelo contextual, é possível identificar que apesar de serem críticas diretas aos seus sucessores, ainda permanecem na visão de um público de massa. As teorias culturológicas e o modelo de expertise leiga emergiram da compreensão de que o público não é simplesmente reativo. O público recebe a informação, processa com base nas próprias experiências e decide assimilar ou não.

As considerações de Morin (1997) podem nos proporcionar a compreensão da divulgação científica enquanto uma *terceira cultura*. Essa terceira cultura está relacionada, mas difere fortemente da cultura científica representada pela disseminação por periódicos e artigos o qual a ciência está intimamente associada. Também se distancia da comunicação tradicional, criando uma cultura que utiliza elementos de ambos, mas familiar ao público. A padronização amplamente discutida por Morin (1997), apresentada na forma de figuras-modelo, os arquétipos, podem ser identificados em diversos meios de comunicação, recaindo eventualmente nos modelos estereotípicos. Tais observações são importantes ao considerarmos a concepção de Morin (1997) de que uma cultura não pode exterminar outra. A comunicação pode incorporar aspectos de diversas culturas e modelar tais aspectos. O público igualmente pode incorporar tais concepções na sua própria visão uma vez que os arquétipos e estereótipos se assentarem como um padrão. Assim, a divulgação científica a partir do modelo da expertise leiga pode ser compreendida a partir das visões culturológicas de Edgar Morin e Stuart Hall. Ao considerar a relevância do público no processamento das informações e suas respectivas experiências ao encontro do conhecimento especializado, emerge uma terceira cultura. Cultura esta que pode ser analisada pela ótica do modelo de

codificação/decodificação de Hall (2003). A codificação para a divulgação deve ser compreendida a partir do processo de produção. Partindo do momento de escolha do evento histórico e sua transformação em narrativa e posteriormente em produto discursivo, até o momento de sua codificação na forma-mensagem. Logo, a decodificação parte do momento em que o público recebe a forma-mensagem até as estruturas de sentido que permitam a decodificação, como a compreensão dos signos, a linguagem, entre outros.

Esse diálogo observável entre as teorias da comunicação e os modelos de divulgação científica nos apresentam a visão por parte da divulgação sobre o público que receberá a mensagem. O modelo de engajamento público pode ser observado a partir das teorias da comunicação associadas às redes sociais, uma vez que o público passa a ser considerado mais participativo nos espaços acadêmicos. No entanto, deve-se considerar dois aspectos: Os modelos de divulgação científica ainda apresentam visões fortemente positivistas ao considerar a ciência a única forma de conhecimento. O que pode influenciar na relação de comunicação entre ciência e público. Outro aspecto a se considerar, são as diferentes formas da divulgação no contexto atual como: a) as redes sociais; b) eventos presenciais de divulgação, e; c) meios tradicionais de comunicação (Jornalismo, TV, rádio). O modelo de engajamento público, apesar de se propor mais aberto à experiência do público e a construir uma relação com a sociedade, ainda está fortemente enraizado nos modelos deficitários de divulgação:

As críticas atribuídas ao modelo EPC (Entendimento Público da Ciência) como sendo, também, um dos “modelos deficitários”, marcou o início de uma reversão de atribuição e o diagnóstico de uma “neurose institucional” que tem sido amplamente anunciada: o déficit não está com o público, mas sim com as instituições científicas e atores experts que abrigam preconceitos sobre um público que julgam ignorante. (GUIMARÃES, 2014, p. 75).

Ao observar as redes sociais, deve-se considerar os influenciadores digitais na divulgação científica, como Átila Iamarino, atuando fortemente no combate ao negacionismo (BLANCO *et al.*, 2022). Nas redes sociais, o público não apenas recebe e processa a informação, mas também reage e reflete seus pensamentos

diretamente aos produtores de conteúdo por meio de mensagens diretas ou comentários. Esses comentários e mensagens são compreendidos pelas redes sociais como *engajamento*. A presença dos divulgadores científicos como influenciadores digitais podem ser observados segundo o conceito de comunicação *Two-step flow*, onde considera-se uma fonte primordial (meios tradicionais de comunicação, periódicos científicos) dos quais os líderes de opinião coletariam informações e as recodifica para a linguagem do público (GUARALDO, 2008). Juntamente a essa forma de divulgação, pode ser observado efeitos semelhantes à teoria da sociedade em rede, no qual a informação agora é dispersa horizontalmente pelo próprio público nas redes sociais (CASTELLS, 2002). Assim, a informação parte de uma fonte inicial (como artigos de periódicos), é filtrada e recodificada pelo influenciador que a divulga, e essa informação se expande horizontalmente entre os usuários das redes sociais. Quanto aos meios presenciais da divulgação científica no modelo de engajamento público, com base no que o modelo de engajamento público se propõe ser:

Engajamento (...) é um conceito que muito se aproxima das noções de "participação da comunidade" e "envolvimento da comunidade" (TINDANA *et al.*, 2007). Os mesmos autores apontam que engajamento é da ordem dos sistemas de governança: não há um lado privilegiado na relação governo-comunidade, não é possível fazer pressuposições – engajamento pressupõe escuta e pede o diálogo. Este conceito não pode ser considerado apenas como uma estratégia de participação, mas sim um envolvimento político, uma participação cívica (GUIMARÃES, 2014, p. 75).

Uma vez que esse modelo se propõe ser uma relação dialógica horizontal, conceitualmente pode ser observado sob as relações de sociedade em rede elaborada por Castells (2002). Não cabe no presente texto analisar minuciosamente as percepções da ciência a respeito do público, a fim de não nos distanciar do intuito da pesquisa. No entanto, é importante observar a convergência nos modelos de divulgação científica e teorias da comunicação em direção às concepções dialógicas. Essas concepções, seja por surgimento das tecnologias que proporcionaram maior visibilidade às opiniões públicas ou por necessidade de apoio público, caminham em

direção a uma tentativa de relação com o público. Nos interessa particularmente uma observação mais atenta sobre o contexto do surgimento e construção do modelo de *Conhecimento Leigo* ou *Expertise Leiga*.

2.2.1.1 Ciência, Conhecimento e Público

O modelo de “Conhecimento Leigo” teve sua origem em análise de Epstein (1995) sobre os atores envolvidos nas atividades relacionadas ao vírus da imunodeficiência humana (HIV). Epstein (2021) ressalta que alguns dos benefícios práticos e simbólicos da inserção dos chamados “leigos”: o reestabelecimento da ciência e medicina; melhor recepção do público às reivindicações dos especialistas; melhores relações e estreitamento nas fronteiras ciência e sociedade, e; relações entre médicos e pacientes. O autor que faz um levantamento histórico ressalta que os atores ativistas já possuíam alto capital cultural devido às atividades pré-existentes de movimentos ativistas LGBTQIAP+. Estes ativistas há certo tempo já faziam reivindicações no campo político, o que lhes concedera tanto influência quanto possibilidades de captação de recursos. Esse movimento em particular englobava indivíduos de diversas áreas de atuação, como médicos, cientistas, educadores, enfermeiros e profissionais ou intelectuais de outras áreas. Também é importante observar que Epstein (1995) relembra que grande parte dessa comunidade era composta por homens, brancos e de classe média. Esses capitais simbólicos (econômico, social e cultural), não apenas permitiram um possível diálogo com especialistas em suas áreas, mas também, associada à crise de confiança na ciência, possibilitaram que os pesquisadores fossem confrontados em sua própria área.

Parte dos ativistas já fazia uso de medicamentos não aprovados pela *Food and Drugs Administration* (FDA) que é a instituição de regulamentação de uso e distribuição de fármacos nos EUA, importando medicamentos experimentais. Esses alegavam que as ações da FDA eram “paternalistas” em não permitir o indivíduo de assumir o risco. Os desdobramentos ocorreram mais especificamente em 1990, quando os ativistas decidiram então por organizar movimentos em frente ao FDA e outras instituições que estavam diretamente ligadas às pesquisas sobre o HIV (EPSTEIN, 1995). Nessa ocasião, abriu-se uma oportunidade para diálogo entre os ativistas e os pesquisadores, onde, os ativistas participaram mais frequentemente

das discussões envolvendo o processo do “fazer” científico. No entanto: “O caminho mais importante que os ativistas pelo tratamento buscaram para a construção de sua credibilidade científica foi precisamente a aquisição de tal competência, aprendendo a linguagem e a cultura das ciências médicas” (EPSTEIN, 1995, p. 70). Os ativistas passaram a estar presentes em conferências, aprender com profissionais solidários, analisar protocolos e fazer leituras densas sobre o tema. Observa-se já desde o parágrafo anterior que o esforço por estar presente nessas atividades e entender e dialogar com os pesquisadores parte principalmente dos ativistas.

A linguagem é ressaltada como um aspecto principal, uma vez que os ativistas passaram a ter que buscar entender os códigos característicos da biomedicina, e advogavam pelo uso de termos mais “populares” (EPSTEIN, 1995). Essa relação foi igualmente benéfica, mas não deixou de lado as disputas características ao campo, principalmente quando questões metodológicas eram questionadas pelos ativistas:

Nos ensaios clínicos da AIDS, como em outros casos, as populações de sujeitos participantes inicialmente tendiam a ser formadas em grande parte de homens brancos de classe média. Os ativistas da AIDS argumentavam que pessoas de todas as populações afetadas – usuários de drogas injetáveis e pessoas com hemofilia, mulheres e homens, brancos e minorias, heterossexuais e homossexuais – deveriam ter acesso aos testes clínicos (EPSTEIN, 2021, p. 75).

Os ativistas que frequentemente tinham acesso a conteúdo científico passaram a argumentar com base em considerações oriundas da bioestatística e retomando discussões antigas da biomedicina. Dentre as discussões, muitas das sugestões dadas pelos ativistas foram não apenas consideradas, mas aplicadas no método de pesquisa. Após os embates, os ativistas permaneceram de alguma forma ligados à ciência, seja monitorando o método ou auxiliando na comunicação com o público. Muitos destes ativistas também aderiram a um lado ou outro dos conflitos internos metodológicos dos estudos, mas em grande parte, ainda se mantiveram associados e apoiando cada vez mais ao fazer científico (EPSTEIN, 2021). Nesse contexto, não é de se surpreender que grande parte das críticas ao modelo de expertise/conhecimento leigo seja associada à maior valorização do saber popular em detrimento do saber especializado (BROSSARD e LEWESTEIN, 2021).

2.2.2 Perspectivas a respeito do papel da Divulgação Científica

Quando partimos da perspectiva da produção da divulgação científica, pode-se identificar visões predominantes sobre o papel da divulgação científica na sociedade (DAVIES, 2021). Em estudo empírico a respeito do papel da divulgação científica na sociedade, Davies (2021) identificou cinco temas principais que nos fornece uma compreensão da visão que conduzia os comunicadores à divulgação científica. Sendo elas: a) responsabilidade; b) pragmática ou instrumental; c) desenvolver e enfatizar a democracia; d) cultura, e; e) propósitos promocionais.

No que se pode chamar de visão de responsabilidade ou prestar contas, os comunicadores possuem um senso de responsabilidade para com o público. Os comunicadores discorrem a respeito da produção científica ser desenvolvida a partir do investimento público. Nessa perspectiva, divulgar a ciência é moralmente necessário. Na visão pragmática ou instrumental, divulgar a ciência é importante por contribuir para a vida do cidadão na forma de melhores embasamentos ao tomar decisões. Assim, a ciência se coloca como fonte confiável para a compreensão dos contextos onde o público deverá tomar tais decisões. Segundo Davies (2021), frequentemente foram mencionados exemplos como projetos políticos, questões sobre vacinas e mudanças climáticas para enfatizar a importância da divulgação. Nestes exemplos, o público poderia tomar decisões mais adequadas quanto a determinados temas. A visão de um desenvolvimento democrático, a comunicação científica parte do pressuposto de uma relação dialógica com a sociedade. Essa relação considera a ciência enquanto mediadora, desenvolvendo o debate na esfera pública. Nessa visão, a divulgação científica não tem apenas a função de informar, mas de desenvolver uma relação democrática com a sociedade através da integração. Já a visão cultural de divulgação científica entende o papel da comunicação como parte de um processo cultural “no qual significados e identidades são construídos” (DAVIES, 2021, p. 125). A autora enfatiza que nessa visão, a divulgação científica vai além do informativo e normativo para incluir o estético e o prazeroso. Na visão promocional de divulgação científica, há prevalência de uma importância de reconstrução de imagem da ciência e (re)conquista da credibilidade por parte do público. Tais visões, assim como os modelos apresentados possuem enorme impacto no processo de produção dos textos de divulgação científica. Esses

diversos aspectos são relevantes ao se analisar o processo de sua produção por guiarem-no até o texto na sua forma final (forma-mensagem).

2.3 JORNALISMO E CIÊNCIA

O jornalismo é uma estrutura de difusão, manifestação e formação de ideias com potencial tipificador, podendo ser compreendida também como uma instituição (GENRO FILHO, 2004; GUERREIRO-NETO, 2012). Seu surgimento se deu pela necessidade de difundir informações de maneira a auxiliar no processo de sedimentação de uma ordem e manutenção desse poder (GENRO FILHO, 2004). Enquanto parte de um sistema composto por indivíduos, está sujeita às intenções e ideologias, no entanto, o jornalismo é uma estrutura de comunicação, não sendo limitado nem definido por tais ideologias (GENRO FILHO, 2004). Enquanto estrutura de comunicação baseada num sistema industrial, incorpora a ideologia, cultura e o próprio conhecimento presente na humanidade (GENRO FILHO, 2004). Seu produto (partindo do caráter industrial), é a informação.

2.3.1 Características do Jornalismo

O jornalismo pode ser compreendido como uma forma de conhecimento, como pondera Meditsch (2002). Após minuciosamente analisar as abordagens do jornalismo como fonte e produtor de conhecimento, o autor discorre desde visões mais positivistas os quais não consideravam o jornalismo como produtor válido até a visão mais recente: O jornalismo é uma forma de produzir conhecimento próximo às linhas das ciências, fazendo uso de técnicas e métodos diferentes, possuindo suas próprias particularidades. Uma das principais características do jornalismo está na diferença de tempo de produção de informação. O tempo do jornalismo está intimamente ligado ao momento presente, sendo importante que o leitor possa situar a informação no contexto atual (DALMONTE, 2010). Franciscato (2005) categoriza o tempo do jornalismo em instantaneidade, simultaneidade, periodicidade, novidade e revelação pública. A instantaneidade está relacionada ao relato no tempo mais curto possível entre o acontecimento e a difusão dele. A simultaneidade está ligada ao relato ocorrendo no mesmo momento do acontecimento. A periodicidade é a categoria de tempo no qual o jornalismo tende a apresentar o desenvolvimento de

um acontecimento, retornando a ele para apresentar novas descobertas associadas ao que já foi apresentado. A novidade é a categoria associada ao relato de algo “novo” que tenha ocorrido dentro de contextos historicamente relevantes, trazendo novas questões, perspectivas ou debates para um acontecimento. Por fim, a revelação pública seria o relato de um acontecimento desde o início de sua investigação e os desdobramentos que só são revelados após o desfecho. A partir das categorias de Franciscato (2005), podemos observar que o jornalismo tem maior compromisso com o tempo presente, sendo o tempo passado uma ferramenta para contextualizar o leitor da relevância de um acontecimento. Para o jornalismo, o tempo futuro é uma dimensão no qual os desdobramentos do tempo presente podem ter intenso impacto, justificando a relevância do enfoque nesse acontecimento específico. Sobre essa relação do jornalismo com o tempo:

O que interessa, neste sentido, é a transitoriedade do tempo: o passado como o presente que se esgota; o futuro como a projeção que se faz a partir do aqui e agora do instante atual, cabendo ao presente a posição central entre passado e futuro. O que permite ao presente recuperar o passado e projetar o futuro é uma articulação entre a linguagem e a memória, o que dá forma ao discurso. (DALMOND, 2005, p 332)

Outra característica do jornalismo que o diferencia da ciência é a ausência de hipóteses ou pressuposições de sistemas teóricos. O jornalismo busca informar o acontecimento a partir de uma observação não controlada, apreendendo as diversas perspectivas envolvidas no acontecimento (MEDITSCH, 2002). O jornalismo, segundo Genro Filho (1987, 182), se apoia no modo Hegeliano de produção de conhecimento, a partir das categorias de *universalidade*, *particularidade* e *singularidade*:

No universal, estão contidos e dissolvidos os diversos fenômenos singulares e os grupos de fenômenos particulares que o constituem. No singular, através da identidade real, estão presentes o particular e o universal dos quais ele é parte integrante e ativamente relacionada. O particular é um ponto intermediário entre os extremos, sendo também uma realidade dinâmica e efetiva.

A singularidade é o objeto de relato em si, o acontecimento o qual o jornalismo se dedica a narrar. A singularidade pode ser descrita como a matéria-prima do jornalismo. O particular é a influência do singular num contexto mais amplo, no entanto, é menos abrangente do que o universal. Nesse aspecto, o particular diz respeito aos impactos nas instâncias imediatas ao singular. A universalidade é onde aquele acontecimento se enquadra no cenário geral. As singularidades estão dissolvidas na universalidade, onde também se encontram os grupos de particularidades. O tempo de um acontecimento, sua particularidade e universalidade são relevantes aspectos que influenciam no produto final do jornalismo. O jornalismo tem forte relação com a linguagem, a mensagem é essencial para a difusão de informações, portanto, cabe nos debruçarmos atentamente a respeito deste aspecto.

Segundo Bakhtin (2016), a língua e a linguagem são desempenhadas na forma do discurso ou *enunciador*. Tanto os discursos quanto a linguagem são multiformes de acordo com o campo de atividade humana no qual está inserido. O discurso reflete condições e finalidades de cada campo, não expresso apenas por seu conteúdo temático, mas também por estilo de linguagem e construção composicional. Assim, cada campo elabora um estilo próprio, uma linguagem e uma construção composicional específicas, estabelecendo tipos relativamente estáveis de discurso, os quais podem ser chamados de *gêneros do discurso* (BAKHTIN, 2016). Os gêneros do discurso são formas classificatórias do discurso, não funcionais. São discursos primários os enunciados produzidos de forma oral (ou simples) e secundários quando o discurso apresenta complexidade (predominantemente escrito). Neste segundo tipo de discurso estão os textos jornalísticos que apesar de ainda amplos, se encontram numa categoria que emerge associada à tecnologia:

Integrando o grupo dos “secundários”, os gêneros jornalísticos pertencem, ainda, a uma constelação mais vasta, a dos “gêneros midiáticos”, cuja configuração é determinada por suportes tecnológicos (meios de Comunicação) que condicionam o uso dos códigos de expressão linguística (MARQUES DE MELLO e ASSIS, 2016, p. 43).

Os textos jornalísticos apresentam características particulares permitindo classificações mais específicas, como pontua Bertocchi (2005). Os textos podem ser denominados: a) *gêneros informativos*, agrupando as espécies narrativas; b) *gêneros interpretativos*, agrupando espécies que buscam trazer uma determinada interpretação de determinado acontecimento, e; c) *gêneros argumentativos*, agrupando espécies avaliativas. Marques de Melo e Assis (2010), porém, não utilizam o termo gêneros argumentativos, mas compreendem como *gêneros opinativos*. Os autores enfatizam que a diferença entre os gêneros interpretativos e opinativos está principalmente em os primeiros buscarem “o sentido das forças que atuam num fenômeno”, enquanto os últimos atribuem valores ao acontecimento (MARQUES DE MELO E ASSIS, 2010, p 111). Os gêneros apresentados ao serem observados pela perspectiva das teorias de comunicação de massa parecem ter certa correlação com a teoria funcionalista, como discorre Marques de Melo e Assis (2016) ao citar o gênero informativo sob a função de vigilância social e o interpretativo como papel educativo e esclarecedor. O mesmo autor, porém, levanta um alerta a respeito das classificações:

Essas lógicas, estabelecidas historicamente, conforme o avanço da profissão, é que definem os formatos e os distinguem uns dos outros. Por conta disso, alertamos para o fato de serem insatisfatórias apenas as análises textuais para a compreensão do objeto. É necessário ir ao cerne da questão, ou seja, à prática. A leitura correta e coerente das formas de expressão jornalística – independentemente da finalidade – só se torna possível com a apreensão do processo, dos bastidores, dos antecedentes (MARQUES DE MELO e ASSIS, 2016, p. 52).

Tomando as considerações de Marques de Melo e Assis (2016) ao enfatizar aspectos da análise prática, faz -se necessário atentarmos para as classificações. A fim de uniformizar os conceitos e evitar desentendimento, utilizarei os conceitos utilizados por Marques de Melo e Assis (2010), para gêneros informativos, interpretativos, opinativos e diversionais (matérias de entretenimento). No entanto, com a chegada da internet à sociedade, a chamada *web 2.0*, tanto as relações sociais quanto

o jornalismo foram fortemente modificadas. Primo (2007, p.2) caracteriza a *web 2.0* como

“segunda geração de serviços online e caracteriza-se por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para interação entre os participantes do processo. A *web 2.0* refere-se não apenas a uma combinação de técnicas informáticas (...), mas também a um determinado período tecnológico, a um conjunto de novas estratégias mercadológicas e a processos de comunicação mediados por computador”

O jornalismo praticado e mediado pelo *ciberespaço* (internet) é conhecido como *ciberjornalismo*. No processo de adaptação do jornalismo ao ciberespaço, Salaverría e Cores (2005) identificaram quatro fases: A repetição, emulação de gêneros textuais clássicos no ciberespaço; enriquecimento, quando já familiarizados, os jornalistas incorporam características do ambiente virtual para os gêneros clássicos; renovação, quando os gêneros clássicos são completamente reconfigurados para a nova mídia, e; inovação, quando novos gêneros emergem dentro do novo ambiente. Assim, Salaverría e Cores (2005) trazem os gêneros informativos e interpretativos no contexto do ciberjornalismo, sem distanciar do modelo clássico. No entanto, os autores incluem entre os gêneros do jornalismo os *gêneros dialógicos*. Estes que correspondem à comunicação entre duas ou mais pessoas de maneira síncrona ou assíncrona. Os gêneros argumentativos citados por Salaverría e Cores (2005) convergem na definição de Bertocchi (2005), correspondendo ao que Marques de Melo e Assis (2010; 2016) denominam de gêneros opinativos.

2.3.2 Gêneros Textuais

Diversos autores discorrem a respeito de quais espécies (ou formatos) pertencem a cada gênero gerando diversos modelos de classificação. No entanto, há consonância sobre o significado dos gêneros informativos e interpretativos. Mendez e colaboradores (1998) definem os gêneros informativos como sendo o primeiro aquele que buscam relatar o acontecimento mais fielmente possível de como

ocorreu. Enquanto o segundo seria o relato somado às interpretações ou interpretação possível do acontecido. Medina (2001) descreve os textos opinativos como gênero que expressam opinião do escritor. O autor também inclui o gênero *entretenimento*, cujo objetivo é distrair, entreter o leitor. No entanto, o gênero interpretativo não está presente em sua classificação incluindo a reportagem, crônica, entrevista e nota para o gênero informativo. Quanto a Marques de Melo e Assis (2010, p. 45), sua classificação estrutura-se a partir dos critérios de intencionalidade e da natureza estrutural do relato:

No jornalismo informativo, o relato terá sua estrutura dependente de variáveis externas: os acontecimentos e a relação estabelecida entre o jornalista e os protagonistas do acontecimento. No opinativo, a estrutura dependeria do controle, pela instituição, da autoria e angulação (tempo e espaço) da narração. Por esses critérios, resultaria então que o jornalismo informativo comportaria os formatos nota, notícia, reportagem e entrevista. Nos formatos opinativos estão o editorial, o comentário, o artigo, a resenha, a coluna, a crônica, a caricatura e a carta.

No entanto, a *entrevista* é um ponto a ser observado com atenção. Lage (2001) aborda a entrevista a partir de três aspectos, como: a) procedimento de apuração, no qual o entrevistado é uma das fontes; b) conversa com determinado personagem cujos conhecimentos sejam de interesse público, ou; c) matéria publicada com informações coletadas de um entrevistado que represente autoridade. Dessa maneira, Lage (2001) ressalta que a entrevista pode se apresentar tanto como um gênero jornalístico quanto como elemento da notícia. Marques de Melo e Assis (2010) concordam ao entender a notícia em ambos os aspectos, no entanto, não restringindo o gênero entrevista a fontes especializadas. Assim, é importante considerar a presença de entrevistados também em outros gêneros e formatos textuais.

Quanto à *notícia*, *nota* e *reportagem*, Medina (2001) define Notícia como relato “puro” do acontecimento, enquanto a reportagem seria o relato minucioso e aprofundado com apuração do acontecimento no local (quando possível). A nota, ainda segundo o autor, corresponde ao relato do acontecimento. Marques de Melo (2003, p. 66) já define notícia como “relato integral de um fato que já eclodiu no organismo

social”. Quanto à nota, porém, o autor a descreve como o relato de um acontecimento que pode se desdobrar numa futura notícia e a reportagem como um gênero cujo enfoque é o assunto entorno do acontecimento, se dedicando a contextualizar as particularidades do mesmo. Nestas perspectivas é possível observar que a reportagem e a nota são gêneros relacionados à notícia. Tanto para Medina (2001) quanto para Marques de Melo e Assis (2010), a nota é uma síntese do que seria uma notícia, enquanto a reportagem seria uma notícia mais aprofundada com atenção às minúcias do acontecimento e seu entorno. Assim, considero relevante a classificação dos gêneros informativos segundo Marques de Melo e Assis (2010; 2016) ao conter a notícia, a nota e a reportagem. A entrevista, por sua vez, parece se destacar dos gêneros informativos no contexto do ciberjornalismo, o qual Salaverría e Cores (2005) o transportam para os gêneros dialógicos. Os gêneros dialógicos serão considerados aqui, a partir das observações de Salaverría e Cores (2005).

O gênero opinativo por sua vez, é comumente constituído por textos que expressem a opinião da empresa, do jornalista, do colaborador ou do leitor. Dessa forma, os formatos de texto que se apresentam são: Editorial, quando expressa a opinião da empresa; comentário, resenha, coluna, crônica, caricatura ou artigo, quando partem da opinião do jornalista, e; carta, quando parte da opinião do leitor.

O formato editorial não apresenta a assinatura de um indivíduo específico, uma vez que reflete as opiniões da empresa (SALAVERRÍA E CORES, 2005). O artigo, apesar de apresentar certa similaridade com a estrutura editorial, tende a ser produzida por pensadores, escritores e especialistas de diversas áreas, sendo dividido em duas subespécies: artigo e ensaio (MARQUES DE MELO e ASSIS, 2010). Para Marques de Melo e Assis (2010), os artigos também podem ser categorizados quanto à sua finalidade, sendo doutrinário quando o objetivo é apresentar argumentos a respeito de determinado assunto, ou científicos quando objetiva apresentar avanços científicos.

A coluna, por sua vez, é um formato mais livre e pessoal, levando a assinatura (MARQUES DE MELO e ASSIS, 2010). Esse formato tende a satisfazer a demanda pública por textos mais próximos do leitor, podendo apresentar assuntos diversos como moda, cosméticos, política, entre outros. A crônica possui a característica de tratar assuntos cotidianos da perspectiva do jornalista ou do coletivo, mantendo uma ordem cronológica, serve também como registro do momento para a posteridade (MARQUES DE MELO E ASSIS, 2010). Apesar de Salaverría e Cores (2005)

atribuem a crônica ao gênero interpretativo, Marques de Melo e Assis (2010; 2016) o incluem nos gêneros opinativos. O comentário, por sua vez, se apresenta como um intermediário entre o editorial e a crônica, expressão pouco mais livre do jornalista, mas menos intimista que a crônica. A caricatura pode ser definida como a opinião ilustrada, também podendo se apresentar na forma de charge. Tanto Salaverría e Cores (2005) quanto Marques de Melo e Assis (2010;2016) incluem o formato *resenha*, que consistem em análises e revisões de obras, sejam literárias, cinematográficas, entre outros.

Os formatos presentes nos gêneros interpretativos são diversos de acordo com cada autor, no entanto, Marques de Melo e Assis (2010, p. 121) identificam uma vertente tendo como base a reportagem e variações da mesma:

A primeira “vertente” concentra as possibilidades interpretativas em torno da reportagem e merece mais estudos para quem sabe, desenvolver critérios mais sólidos de classificação para o formato e a definição de seus caracteres enquanto gênero interpretativo, uma vez que nas classificações já legitimadas no âmbito acadêmico a reportagem é fixada no gênero informativo.

A segunda vertente apresenta novos formatos, mas não define critérios específicos para a identificação dos mesmos. Salaverría e Cores (2005) incluem a reportagem no gênero interpretativo ao analisarem o ciberjornalismo. Ao observarmos o formato, encontramos 15 subespécies em Machado (2012), enquanto Kindermann (2002) identifica quatro subespécies. Já Moraes Gonçalves e colaboradores (2015) propõe oito subespécies de reportagem e Medina (2001) faz uso de 15 subespécies. Marques de Melo e Assis (2010) ao discorrerem a respeito do gênero interpretativo, contextualizam a reportagem interpretativa como o formato a dar origem ao gênero interpretativo. Sendo caracterizada por aprofundar, apresentar antecedentes temporais, espaciais e contexto do próprio acontecimento. Apesar de dedicar um capítulo ao gênero, Marques de Melo e Assis (2010) enfatizam as controvérsias a respeito do gênero, não apresentando uma estrutura para o mesmo. No entanto, Marques de Melo e Assis (2016) incluem o gênero em sua organização classificatória, apresentando cinco formatos para o gênero.

Assim, ao observar os formatos apresentados pelos autores, é possível identificar determinadas convergências. Primeiramente, há uma tendência a atribuir variações do gênero reportagem como formato principal do gênero, o que é observável em Salaverría e Cores (2005) para o ciberjornalismo, Marques de Melo e Assis (2010), Machado (2012) e Moraes Gonçalves e colaboradores (2015). Dentre os formatos, a reportagem interpretativa foi o formato principal do gênero, sendo apresentada por Dias *et al* (1998 apud MARQUES DE MELO e ASSIS, 2010), também aceita por Machado (2012) e que compartilha definição semelhante com a *análise* em Marques de Melo e Assis (2016). O segundo formato que aparece com determinada regularidade é o *perfil*, presente em Marques de Melo e Assis (2016), Kindermann (2002) e também Moraes Gonçalves *et al.* (2016), sendo denominado por este como reportagem-perfil.

Quanto aos demais formatos, a enquete e cronologia mencionados por Marques de Melo e Assis (2010) não parecem ter definições claras, além de serem ferramentas presentes em outros formatos. O mesmo ocorre com os formatos propostos por Kindermann (2002), onde os formatos *reportagem de aprofundamento da notícia* (RAN), *reportagem de a partir de entrevista* (REn), *reportagem de pesquisa* (RPe) e *reportagem retrospectiva* (RRe) são formatos de reportagem que fazem uso de ferramentas presentes em outros formatos. O dossiê carece igualmente de critérios mais bem definidos para sua utilização (MARQUES DE MELO e ASSIS, 2010). Assim, os formatos adotados para o gênero interpretativo na presente pesquisa, sendo principalmente baseados em Salaverría e Cores (2005) e Marques de Melo e Assis (2010; 2016), com adaptações, serão os formatos *reportagem interpretativa* e o *perfil*. Kindermann (2002) faz separação entre a reportagem clássica e a reportagem “contaminada” por outros formatos. Assim, faremos distinção entre reportagem clássica e, o que denominaremos de reportagens híbridas.

2.4 DISPOSITIVOS DE PODER E RAÇA

Feyerabend acredita que uma ciência que busca deter a posição de “único método correto e dos únicos processos aceitáveis” é apenas ideologia, e deve ser separada do Estado e da educação (1977, p. 164). Nesse aspecto, o autor tece críticas e segue refletindo que um processo educacional que se institui nessa transmissão de métodos e regras racionalistas não forma cientistas realmente

críticos, uma vez que os mesmos não tem opções ao paradigma que são expostos (FEYERABEND, 1977). Se no processo pedagógico o iniciante da ciência é exposto a diversas formas de se pensar, o ingressante poderá realmente se preparar para lidar com diversas ideologias que perpassem seu trajeto:

Preparando-se para essa escolha, a pessoa estudará as ideologias mais importantes em termos de fenômenos históricos, estudará a ciência como fenômeno histórico e não como o único e sensato meio de enfrentar um problema (FEYERABEND, 1977, p. 164)

Em face destas análises da ciência enquanto um paradigma, é no encontro de diferentes paradigmas que ocorre o epistemicídio. Boaventura de Souza Santos (1992) traz à discussão aspectos relevantes a se considerar em diálogos interculturais, onde o mesmo lembra que um diálogo intercultural é tanto uma troca de saberes quanto uma troca de culturas. Nesse aspecto, o autor afirma que o diálogo pode se fazer a partir de universos de sentidos distantes. Estes lugares de sentido comum dentro de uma cultura (ao que o autor denomina de *topoi*), para tal cultura, funcionam enquanto premissas que por sua evidente clareza, não precisam ser discutidos. Segundo Boaventura (SANTOS, 1992, p.115) os *Topoi forres* “são altamente vulneráveis e problemáticos quando usados numa cultura diferente. O melhor que lhes pode acontecer é serem despromovidos de premissas de argumentação a meros argumentos”. Essas observações constroem o argumento sobre o qual Boaventura propõe um diálogo intercultural baseado na hermenêutica diatópica. A Hermenêutica Diatópica emerge como uma busca de uma cultura pela compreensão dos sentidos basais presentes em outra cultura, considerando temporalidade (uma vez que cada sociedade se sente contemporânea na história de sua própria cultura), linguagem e outros aspectos. Boaventura (SANTOS, 1992, p. 121) então levanta a questão:

...dado que no passado a cultura dominante tornou impronunciáveis algumas das aspirações à dignidade humana por parte da cultura subordinada, será agora possível pronunciá-las no diálogo intercultural sem, ao fazê-lo, justificar ou mesmo reforçar sua impronunciabilidade?

Essa sobreposição de uma cultura sobre a outra ao longo de trocas culturais desiguais, anulação dos sentidos e esquecimento de saberes de outras culturas pela cultura hegemônica é denominada pelo autor como Epistemicídio e Imperialismo Cultural. O conceito de epistemicídio elaborado por Boaventura (1992), é desenvolvido por Carneiro e Fischmann (2005), trazendo elementos fortes do conceito de biopolítica de Foucault (2005).

2.4.1 Mídias: Representação e manutenção do poder

Foucault (2005) constrói o conceito de biopolítica, apreendido de estudos das relações sociais e da história (incluindo a história da ciência). O biopoder ou biopolítica, segundo o entendimento de Michel Foucault, seria o exercício do poder sobre a vida e morte, em que paradoxalmente, para aqueles que detém o poder, os sujeitos da sociedade não estão vivos nem mortos. Estes sujeitos estariam neutros quanto à vida e morte, uma vez que não se pode oferecer a vida, há apenas o exercício sobre a morte. Para Foucault, o poder exercido antes pela soberania, transformou-se num dispositivo do estado:

o que se poderia denominar a assunto da vida pelo poder: se vocês preferirem, uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos, uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico. (FOUCAULT, 2005, p. 286)

Se num primeiro momento o estado soberano utilizava-se do poder para fazer morrer e deixar viver, na biopolítica o que se tem é um estado que deixa morrer e faz viver. Nesse aspecto, Foucault (2005, p. 304) afirma que com a biopolítica o racismo emergiu como forma estatizada de exercício do poder:

Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo.

Dessa forma, Foucault entende no biopoder a construção de uma sociedade

que se relaciona positivamente entre a vida de alguns e a morte de outros. Deixar que alguns morram equivale, nessa sociedade, a potencializar a vida de outros. Definido como:

conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos (os quais não retomo agora), constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica. (FOUCAULT, 2005, p. 290)

Na mídia, uma pessoa negra não é necessariamente um ser, e sim, um corpo, mesmo enquanto cientista. Sueli Carneiro em sua tese já observava:

Os ativistas negros, por sua vez, com honrosas exceções, são tratados, pelos especialistas da questão racial, como fontes de saber, mas não de autoridade sobre o tema. Os pesquisadores negros em geral são reduzidos também à condição de fonte e não de interlocutores reais no diálogo acadêmico, quando não são aprisionados exclusivamente ao tema do negro. (CARNEIRO, 2005, p. 60).

Carneiro (2005) desenvolveu o conceito de epistemicídio, construído por Boaventura, associando-o ao conceito de biopoder. Em sua tese, Sueli Carneiro entende epistemicídio como uma ampla gama de estratégias de subjugação, no qual:

o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo (CARNEIRO, 2005. p. 97)

Para além da biopolítica, Foucault assume a verdade e poder como intrinsecamente relacionados. No que diz respeito à comunicação e os meios de

produção de conhecimento, o epistemicídio e biopoder estão intimamente ligados às relações de poder e verdade. Foucault (1979) compreende as longas buscas pela verdade não como uma forma de compreender a verdade como reflexo do real, mas como uma tentativa de racionalizá-lo. Logo, a busca não é pela compreensão daquilo que é, mas uma busca lógica humana para um sistema de veridicção de uma narrativa. Assim, a verdade de um discurso se dá pelo quadro veridictório e no quanto ele é plausível dentro deste mesmo quadro. Nesse sentido, se faz necessário esclarecer que a Verdade já não possui mais o sentido de fidelidade ao que é real, mas assume o sentido de “conjunto de regras os quais se distingue os fatos verdadeiros e os falsos e se atribui efeitos de poder” (FOUCAULT, 1979, p. 13). Foucault (1979) discute o regime de verdade que conferia poder ao discurso científico. Se Nietzsche (1987) entende que o sentido de verdade é ilusório, sendo um conceito sustentado por diversos conceitos cuja força está na sua coerência, Foucault (1979) vai além em assumir a verdade como circularmente ligada a sistemas de poder. Assim, a verdade não é apenas construção humana, é também uma ferramenta da manutenção de poder.

Essa discussão passa não apenas pelo que já foi levantado, mas deve também passar pelo significado de “produção de conhecimento”. Este termo especificamente, obriga-nos a olhar atentamente ao significado atribuído à palavra *conhecimento*. Como já mencionado, o conhecimento é similar à *episteme* desenvolvida por Platão, e entendida por Aristóteles como a representação fidedigna ao significado, resistindo ao encontro com o tempo e argumento, e mesmo ao encontro com o próprio significado. Hessen (2000, p. 17), em seu livro *Teoria do Conhecimento*, nos ajuda compreender um pouco a respeito desse “fenômeno peculiar de consciência que chamamos de conhecimento”. O conhecimento, entendido como um fenômeno de *consciência*, na perspectiva da Teoria do Conhecimento por base fenomenológica, compreende que é necessária a existência de um sujeito, um objeto, e entre eles uma relação. Nessa relação entre sujeito e objeto, o primeiro aprende e apreende sobre o segundo, e que o conhecimento se dá nesse processo onde a “imagem” do objeto (conceito) é determinada pelo objeto. Assim, quanto mais um sujeito aprende sobre um objeto, mais características o sujeito apreende e agrega no conceito que faz do objeto: “A imagem é objetiva na medida em que carrega consigo as características do objeto. Diferente do objeto, ela está, de um certo modo, entre o

sujeito e o objeto. Ela é o meio com o qual a consciência cognoscente apreende seu objeto” (HESSEN, 2000, p. 18).

Diferentes correntes filosóficas terão diferentes abordagens no que diz respeito ao significado de conhecimento, como o *pragmatismo* que, por exemplo, entende o conhecimento apenas a partir de sua praticidade: “É dessa determinação prática de fins que o conhecimento humano retira seu sentido e seu valor. A verdade do conhecimento consiste na concordância do pensamento com os objetivos práticos do homem” (HESSEN, 2000, p. 31). No pragmatismo o conhecimento assume o significado mais próximo de “técnica” ou aplicabilidade. Já o *racionalismo* e o *empirismo*, entendem o conhecimento a partir de sua origem, “a qual a verdadeira fonte do conhecimento é o pensamento, a razão. O empirismo (de *empeiría*, experiência) contrapõe a antítese, dizendo que a única fonte do conhecimento humano é a “experiência”, sendo o *intelectualismo* um amálgama de ambas as interpretações, do qual o conhecimento é originado pelo pensamento e pela experiência (HESSEN, 2000, p. 44). Perseguindo a questão do conhecimento, Castro e colaboradores (2009) estabelecem primeiramente uma distinção entre dados e informação, extraídos da Estatística e Midiologia,

descobrimos que é chamada de dado toda informação recolhida de uma maneira sistemática; ou seja, o dado, do ponto de vista estatístico, aparece como informação. Assim, os dados constituem um objeto construído pelo observador a partir de um conjunto de considerações teóricas que definem o quadro de observação. Por outro lado, informação refere-se a um dado, um atributo, que, articulando-se e combinando-se com outros dados já cristalizados em nós mesmos por nossa vivência, transformou-se em nós e **in-formou-nos**, ou **em-formou-nos**. Portanto, dados são fatos que fazem um certo sentido para nós, razão pela qual foram captados por nossa percepção; e informação é um dado com maior sentido e significado, agregado por nós, mesmos dado. (CASTRO *et al*, 2009, p. 61, *grifo dos autores*)

À luz de Husserl, Castro e colaboradores encerram definindo conhecimento como

O conhecimento é um diálogo entre mim e a essência da coisa que conheço, isto é, por meio do conhecimento, certa coisa do mundo adquire um significado inteligível para mim (...). Como ser-envolvido-no-mundo, através de minhas experiências, do fluxo do vivido, construo meu mundo em minha *consciência*, que é justamente o lugar onde mundo e sujeito se unem. (CASTRO *et al*, 2009, p. 70).

Observamos que o conhecimento é um fenômeno da *consciência* que pode originar-se do pensamento, da experiência, ou de ambos. Como elementos presentes na concepção observada até o momento, sendo produzido por uma relação dialética entre o sujeito e o objeto⁶. Nessa perspectiva, expresso minha concordância com o autor Paulo Freire em seu livro *Pedagogia da Autonomia* quando afirma: “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria ‘produção ou a sua construção’” (FREIRE, 1996, p. 47). Paulo Freire expressa o conhecimento como algo a ser construído, não transferido. Ainda nessa observação, é importante olhar atentamente a escolha de palavras sobre o conhecimento enquanto fenômeno da “consciência”, produto do *pensamento* e *experiência* do sujeito para com o objeto. Dentro dessa compreensão de conhecimento, é possível compreender o jornalismo científico e divulgação científica enquanto produtoras de conhecimento, mas no âmbito exclusivamente dos sujeitos internos dessas instituições (jornalistas, pesquisadores, divulgadores, entre outros). Estes são os que participam, ponderam e experienciam uma relação dialética com a informação que desejam transmitir. No entanto, o conhecimento não é algo que se possa transferir a terceiros. O que se pode é criar os meios para que o conhecimento seja produzido juntamente com o interlocutor. Principalmente quando se considera que seja algo produzido conscientemente, em nível de consciência e pensamento. Os meios de produção de informação e conhecimento sujeitos a uma prática bancária, acabam por formar pesquisadores e jornalistas cujas práticas favoreçam os dispositivos hegemônicos. Cardoso (2018) discorre a respeito da branquitude acadêmica e suas práticas e o poder que contém, os quais o autor ressalta: A invisibilização de pesquisadores negros, determinação das pautas raciais e definição de quem é racializado

⁶ Seria possível fazer toda uma discussão apenas sobre o significado de *conhecimento*, no entanto, não cabe fazer aqui este levantamento uma vez que não é o objetivo nessa pesquisa. As concepções trazidas partem de textos que se propõe fazer revisões gerais, ambos fazendo uso de abordagens fenomenológicas.

(quem é negro, pardo, amarelo ou indígena?). É diante desse poder, e aqui retomamos os conceitos de Bourdieu (2016) de poder simbólico, que a branquitude se permite ser o porta-voz de quaisquer assuntos. No campo da comunicação, isso se mostra um problema uma vez que a escolha de quem vai falar e sobre o que vai falar é feita por um grupo majoritariamente branco.

Alcoff (1991) afirma que o indivíduo pode acreditar escolher suas próprias práticas discursivas, no entanto, as escolhas disponíveis são aquelas socialmente construídas. No jornalismo, Amaral (2005, p.3) traz o conceito de lugar de fala enquanto um aporte que “reconhece as implicações das posições sociais e simbólicas do jornal e do leitor e incorpora a noção de mercado de leitores”. A definição proposta por Amaral (2005, p. 108) é:

podemos dizer que a ideia de Lugar nos é bastante significativa; é um espaço ocupado, um ponto de vista relacional, uma posição determinada num conjunto ou um ambiente. Falar é apropriar-se de estilos expressivos já constituídos no e pelo uso, objetivamente marcados por sua posição numa hierarquia de estilos que exprime a hierarquia dos grupos, é produzida para e pelo mercado ao qual ela deve sua existência e suas propriedades mais específicas.

O lugar de fala no jornalismo é compreendido como um instrumento teórico-metodológico para entender a posição de um jornal em relação ao campo que atua e os capitais simbólicos que possui. A compreensão do lugar de fala na produção de conhecimento, tendo o jornalismo e a divulgação enquanto instituições, demanda escolhas ponderadas na produção. Nesse sentido, Robinson e Cuver (2016, p.3) discutem uma das premissas básicas do jornalismo, a objetividade:

What has served the press well in terms of establishing itself as an authority to tell societal stories – objectivity, accountability, evidence – has not benefited communities of color. In fact, these standards have been used as crutches for the *status quo*, according to scholars who study race and media. These scholars have demonstrated a narrative of ignorance, stereotyping, racist framing, and other problems in the mainstream, ‘objective’ press, which ignored key topics and people in coverage of reparations, affirmative action, and other racial issues⁷

⁷ Opto por não traduzir para não haver perda ou erros dos significados empregados pelos autores.

Os autores em consonância com Alcoff (1991) refletem os problemas de pessoas brancas falarem por grupos racializados, e expandem a discussão para o problema da “objetividade”. A partir de Ward (2010), os autores sugerem uma “Objetividade Ativa” no qual o jornalismo assumiria uma perspectiva pragmática da objetividade considerando uma narrativa interpretativa da realidade e culturalmente ativa. Não há uma defesa do jornalismo opinativo, mas uma sugestão do jornalismo olhar mais atentamente à reportagem interpretativa.

Uma comunicação produzida pela hegemonia ocasiona em situações como a que pôde ser observada no dia 26 de novembro de 2022. Um jovem com aspirações nazistas adentra uma escola e assassina quatro pessoas a tiros, deixando outras dez feridas (NUNES, 2022). O assassino em questão, adolescente de 16 anos de idade, filho de um policial militar. Segundo a matéria, o mesmo planejou o ataque por dois anos pondo-o em prática usando da arma do pai, enquanto vestia a braçadeira com a suástica, principal símbolo nazista. A matéria publicada no *Estadão*, por sua vez, utilizava por foto de capa uma imagem contendo apenas uma mão que empunhava arma (Figura 30) (GELEDÉS, 2022)

Figura 2 - Matéria publicada pelo Estadão, em suas duas versões: a) Publicação original em 26 de novembro de 2022; b) Matéria republicada com nova imagem de capa.



A mão, como pôde-se observar, pertencia a uma pessoa negra, mesmo o

autor do atentado (e homicídios) sendo um adolescente branco. O racismo pela mídia se manifesta encrustado na prática do jornalismo, o pensamento não apenas hegemônico, mas também constituinte de uma necropolítica. Tomando como exemplo uma análise de 191 edições do jornal laboratório *Foca Livre*, o estudo de Pontes e Ban (2018), correspondeu ao período de 1991 a 2016. Nessa pesquisa, apenas 1,5% das matérias fazem referência a pessoas negras (n=41), de um total de 2595 matérias. No que diz respeito aos discursos textuais, 17 dessas matérias traziam consigo reportagens relacionadas às políticas de ações afirmativas, mais especificamente a política de cotas, música, educação entre outros. Quanto aos recursos visuais, o autor descreve como:

As 24 vezes em que aparecem imagens com sujeitos negros, apenas 11 não trazem no título palavras de recusa. As outras 13, mesmo considerando que nas chamadas a palavra negro não está presente, estes indivíduos estão relacionados com narrativas de assassino, presidiário, prostituição, desigualdade, entre outros (PONTES e BAN, 2018, p. 132).

O corpo negro foi estabelecido como produto, e foi transformado em objeto (HALL, 2016). Enquanto ser humano, o corpo negro é privado; porém, enquanto objeto da natureza, ele poderia ser explorado. Parte dessa comodificação pode ser observada na medida que o negro foi reduzido ao status natural (selvagem), o corpo negro torna-se produto que atenda às demandas de um mercado (HALL, 2016). Essa representação racista não é exclusiva do jornalismo. Há menos de um século, Renato Kehl idealizou o Boletim de Eugenia. Uma iniciativa de divulgação e educação científica destinada

“a médicos, farmacêuticos, geneticistas, zoólogos, antropólogos, botânicos, agrônomos, diretores de museus científicos, inspetores de serviço sanitário, professores, literatos (a própria vinculação de Monteiro Lobato à Sociedade Eugênica de São Paulo nos demonstra essa capilaridade entre diversas áreas), políticos, mas também uma elite intelectual branca (ou que se

esforçava em construir seu processo de racialização mais próximo da brancura europeia). (NETO, 2021, p.5)

O boletim que perdurou até o ano de 1933, como Neto (2021) ressalta, possuía alcance e suporte principalmente entre as camadas da classe média e alta da sociedade. A divulgação científica encontra-se no que Edgar Morin compreende por uma terceira cultura, uma cultura oriunda do encontro entre comunicação (e no caso das revistas aqui analisadas, jornalismo) e ciência. Assim, a divulgação científica constitui-se de duas estruturas institucionais com suas próprias disputas, sendo atravessados pelos dispositivos raciais. Há nessa intersecção o potencial para uma produção que invisibilize os pesquisadores negros, e há também o potencial para a construção de narrativas antirracistas. Assim, o que será observado nesta pesquisa não é a baixa inserção de pessoas negras nesses ambientes ou conteúdos (apenas), mas a comodificação e/ou redução de seus corpos, representações e histórias.

3. METODOLOGIA

Neste capítulo os métodos e procedimentos serão descritos a fim de esclarecer a condução da pesquisa. Inicialmente nos debruçaremos sobre o *corpus* a partir do método, revistas selecionadas e período de coleta. Em seguida, descreverei os critérios considerados na análise do *corpus* para determinar se o mesmo deveria ou não compor os *corpora* da pesquisa. Então, serão apresentados as categorias e códigos emergentes durante a análise.

Nessa pesquisa permeia uma visão *Construtivista* que transpassa os autores citados e nos demais que referendam reflexões e discussões presentes aqui. As relações de poder permeiam os diversos aspectos da sociedade, sendo a racialidade um dos dispositivos mais presentes na sociedade. As instituições de produção de saber são de grande relevância nessas relações, constituindo papel central na construção de significados e representações no que tange à imagem do “Outro”. Das mídias, selecionei aquelas associadas à divulgação científica e jornalismo científico que possuem relativo grau de prestígio e capilaridade na sociedade (como serão descritas mais adiante). Isso por considerar que a representação imagética e discursiva produzida por esses meios possuem potencial de influência nas relações sociais e na sociedade em si. É, então, nesse aspecto que esta pesquisa se constitui primariamente de um interesse em debruçar-se sobre a produção das representações de pesquisadores negros em textos de matérias de divulgação científica e jornalismo científico. Os objetivos específicos se dividem em três, sendo o primeiro o de identificar quem são os cientistas negros e em quais contextos aparecem no conteúdo da matéria. O segundo se desdobra em analisar e identificar se e quando as matérias abordam questões raciais e ciência. E por último, explorar e analisar o conteúdo e estruturas dos discursos associados à essas questões raciais.

A presente pesquisa foi conduzida a partir de uma abordagem qualitativa-quantitativa. Assim, o método quali-quantitativo foi conduzido sob análise de Bardin (2016), um método consolidado para análise de conteúdo. A análise de conteúdo segundo descrito por Bardin (2016) descreve uma análise em três fases (figura 6).

Figura 3 - Fases da metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016).

Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016)	Fase Pré-Análise	Leitura flutuante
		Observação de Índices
		Seleção dos Documentos
	Fase Exploração do Material	Leitura integral
		Codificação
		Quantificação
	Inferência dos Dados	Tratamento dos resultados obtidos
		Interpretação dos dados

Elaborado pelo autor (2023)

A fase de pré-análise constitui uma leitura com objetivo de entender e organizar os textos de acordo com suas narrativas e categorização considerando o enfoque de seu conteúdo. Os dados foram tratados no software MaxQDA, um software para análise de textos, áudios, vídeos e imagens, que permite ao usuário criar códigos e categorias de palavras ou termos, além de identificar automaticamente ocorrências a partir das categorias e códigos criados pelo usuário (OLIVEIRA *et al.* 2015). Os códigos são apresentados num modelo hierárquico em formato de ramos, enquanto a criação de variáveis por parte do usuário, permite categorizar textos e respostas por características específicas como gênero, etnia, profissão, entre outros (OLIVEIRA *et al.* 2015). Essa fase será melhor abordada no tópico seguinte, onde serão descritos mais detalhes sobre os *corpora*. A segunda fase (exploração do material), consiste na leitura integral, codificação e quantificação dos dados. A terceira fase do método de análise de conteúdo é uma adaptação do método proposto por Bardin (2016), que consiste na inferência e interpretação dos resultados a fim de compreender convergências e divergências entre a mensagem que as diversas matérias tentam transmitir.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS CORPORA

A coleta de dados foi conduzida em 25 de setembro de 2021 a 25 de abril de 2022 através do método *web scraping*, técnica que permite coletar dados de forma automatizada. Para tal, fez-se uso da biblioteca *Python BeautifulSoup*, possibilitando analisar documentos *Hipertext Markup Language* (HTML) e *Extensible Markup Language* (XML), e assim, permitindo a extração de dados dos veículos de interesse. Os dados coletados foram título, autor, corpo do texto e *URL*. Os termos “negro” e “afrodescendente” são alvos de amplos debates no que tange ao peso histórico atribuído aos mesmos. Alguns autores acreditam que o termo “negro” remete a ideia escravista e colonial, partindo do pressuposto que este era o termo utilizado pelos brancos no período de escravidão. Outros autores, porém, acreditam que o uso do termo ressignifica o peso pejorativo do período, para uma ideia de resistência e força (ROCHA, 2010). Devido haver diferentes posições quanto à utilização de determinados termos, faz-se necessário adotar uma variedade de termos a fim de conseguir uma amostra mais representativa possível. Visto que determinados veículos jornalísticos podem adotar termos específicos refletindo suas perspectivas a respeito de cada palavra, foram adotados como termos descritores: “*ciência*”; “*cientistas*”, “*cientista*”; “*negros*”, “*negras*”, “*pretos*”, “*pretas*”, “*afro-brasileiro*”, “*Afro-brasileira*” e “*afro*”.

3.1.1 Revistas selecionadas para coleta

Ao pensarmos a produção dos textos de divulgação, é importante considerar aspectos da interlocução a partir de Goffman (1979). Tomarei emprestado os conceitos de emissor e receptor das teorias da comunicação, os quais Goffman (1979) se refere como falante (*speaker*) e ouvinte (*hearer*). Em uma interlocução, o *emissor* se dirige intencionalmente a alguém, no entanto, outras pessoas podem estar ouvindo, se tornando também *receptores*. Goffman (1979) aborda a possibilidade de o emissor estar direcionando sua fala propositalmente a um receptor, que pode ou não estar ouvindo. Consideremos aqui o emissor como indivíduo A, e os receptores como B, C e D, onde o indivíduo A esteja falando diretamente com os indivíduos B e C, e o indivíduo D não faça parte da conversa, mas esteja presente no mesmo ambiente. Nessa situação, mesmo que B não esteja prestando atenção e C esteja, ambos são considerados pelo emissor na interlocução. Enquanto D não é o alvo da mensagem, mas a recebe por estar no

mesmo espaço. O receptor é ratificado uma vez que a mensagem transmitida pelo emissor o considera como alvo (indivíduos B e C). No entanto, numa interlocução, mesmo indivíduos não ratificados podem ouvir a mensagem, sendo também receptores não ratificados (indivíduo D). Goffman (1979) também considera que mesmo entre os receptores ratificados, há aqueles a quem a mensagem seja direcionada especificamente, sendo chamados de *endereçados*. Consideremos o mesmo indivíduo A conversando com os indivíduos B e C a respeito de algum acontecimento relacionado ao indivíduo C. Nessa interlocução, o emissor (indivíduo A) tem como público ratificado (reconhecido na interlocução) os indivíduos B e C, no entanto, mesmo que o indivíduo B seja reconhecido na conversa, as mensagens são direcionadas a C, tornando este o receptor endereçado, e B não endereçado.

3.2.1.1 Revista *Ciência Hoje*

Transportando tais conceitos para os textos científicos, a partir de Goffman (1979), podemos entender um texto como tendo um público ratificado, ou seja, a quem as mensagens são direcionadas. Onde tais textos podem ser lidos mesmo por indivíduos não ratificados (não considerados como parte do público alvo). Porém, mesmo entre o público ratificado, há aquele público a quem os textos são endereçados. As revistas que produzem textos científicos podem ter como público alvo o público especializado ou o público não especializado, ou ambos. A codificação será ajustada a partir do público que se objetiva alcançar. No entanto, é o público endereçado que terá maior peso nas escolhas textuais, considerando o modelo de codificação/decodificação e Goffman (1979). Assim, podemos analisar as revistas de divulgação científica a partir do processo de produção como (Tabela 3):

Quadro 3 - Classificação das Revistas especializadas em Ciência e Tecnologia segundo editorial.

	Objetivo	Produtor	Leitor	
			Ratificado	Endereçado
Revistas Científicas	Disseminação Científica	Cientistas	Especialistas	Especialistas
Revistas	Divulgação	Jornalistas	Não	Não Especialistas

Jornalísticas	Científica		Especialistas	
Revistas Híbridas	Difusão/Divulgação	Cientistas	Especialistas e Não especialistas	Especialistas
		Jornalistas	Especialistas e Não especialistas	Não especialistas

Adaptado de Gomes (2000)

Rojo (2008, p. 594) caracteriza como principal diferença entre a divulgação científica e o jornalismo científico a produção da informação textual, sendo o primeiro produzido por cientistas (ou sob supervisão deles), e o segundo, produzido por jornalistas especializados ou não. Tal concepção parece presente na perspectiva de Gomes (2000). Esta concepção não considera questões mais amplas, portanto, seguiremos com as considerações de Bueno (1985), assumindo a Revista *Ciência Hoje* (RCH) como revista de natureza híbrida.

A revista *Ciência Hoje* é produzida pelo Instituto *Ciência Hoje*, uma organização privada sem fins lucrativos dedicada à divulgação da ciência. O corpo editorial da revista *Ciência Hoje* possui estreita relação com a comunidade científica, a fim de que suas publicações possam ser confiáveis e de qualidade (CIÊNCIA HOJE, 2021). Cavalcanti Filho (2018) ressalta que a própria “Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) é a responsável pela edição da revista *Ciência Hoje* (CH), de periodicidade mensal” (p. 111). A revista foi criada com o objetivo de aproximar o conteúdo científico com o público não acadêmico, usando de linguagem não especializada, se tornando uma das mais relevantes revistas de divulgação científica e aproximando o público à produção intelectual e tecnológica de universidades, institutos e outros, à sociedade em geral e em especial, professores e alunos do ensino médio (FERREIRA E QUEIROZ, 2010). Ayres e colaboradores (2003) ressaltam que a relevância da revista extrapola a intencionalidade de difundir a ciência por se tornar também recurso importante nas salas de aula. Educadores utilizam-se da revista como recurso pedagógico, permitindo não apenas capilaridade do conhecimento científico, mas também uma aproximação com o que é produzido pelos próprios pesquisadores.

A história da revista se inicia em 1982, com as aspirações de alguns cientistas

da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em criar a primeira revista de divulgação científica do país (*CIÊNCIA HOJE*, 2020). A idealização do que seria a revista já vinha sendo desenvolvida desde 1978, a partir do documento “*Ciência Hoje – Uma revista de difusão científica*”, que já demonstrava o intuito de estabelecer a comunicação entre público especializado e não especializado (*CIÊNCIA HOJE*, 2020). O documento foi enviado a José Reis, que trouxe considerações relevantes para o que deveria conduzir os princípios editoriais da revista (*CIÊNCIA HOJE*, 2020). Em 1993, a revista transportou também seu conteúdo para os meios eletrônicos através da *Ciência Hoje em Hipertexto* (CHH), permitindo aos leitores o *download* dos materiais apresentados (matérias, textos, imagens) e disponibilizados por autores (*CIÊNCIA HOJE*, 2020). Com diversas modificações no percurso, atualmente a revista conta com mais de 300 publicações sendo a versão eletrônica atual conhecida como revista *Ciência Hoje Online*, contando também com uma edição chamada *Ciência Hoje das Crianças* e canal no *YouTube*, além de estar também em redes sociais como *Facebook*, *Twitter* e *Tumblr* (*CIÊNCIA HOJE*, 2020).

Esta forte presença da *Ciência Hoje* nos diversos meios de comunicação, associados aos textos no *site* da própria revista apresentam uma divulgação científica a partir de uma visão de desenvolvimento democrático. Esta visão se faz perceptível através de uma “promessa de estimular o senso crítico e aproximar a universidade da população, permitindo, assim, que a comunidade científica saia de seu ‘casulo’ e coloque o saber que detém em domínio público” (*CIÊNCIA HOJE*, 2020, site). A revista também reforça os percalços associados à linguagem para a comunicação com o público, sendo necessário a colaboração entre cientistas e jornalistas na busca de uma codificação mais adequada ao público:

O dilema das diferenças na linguagem, na abordagem e na prática de cientistas e jornalistas continua vivo. Por isso, a busca de uma linguagem que atenda às exigências de cientistas e jornalistas deve ser um desafio permanente, pois é isso que permite que a ciência chegue à sociedade, democratizando o acesso ao conhecimento e possibilitando a reflexão sobre ele (*CIÊNCIA HOJE*, 2020, site)

A revista *Ciência Hoje* também assume uma relação linear de comunicação,

no qual a informação parte dos comunicadores (cientistas e jornalistas) para o público leitor (receptor). No entanto, a revista considera relevante compreender e situar o contexto para que o leitor consiga relacionar o texto com a sociedade. Nessa perspectiva, pode-se inferir que a revista adota um modelo de divulgação científica próximo ao modelo contextual.

:

É fundamental contar com divulgadores bem preparados para identificar as grandes questões sociais, econômicas, culturais e políticas envolvidas no empreendimento científico para, assim, compartilhar com a sociedade as reais expectativas relacionadas com as pesquisas em curso e estimular o exercício da cidadania. (CIÊNCIA HOJE, 2020, site)

Sendo a revista *Ciência Hoje* uma revista de natureza híbrida, seus textos devem ser analisados tanto sob as perspectivas de textos científicos como textos de divulgação científica quanto sob o olhar de textos do jornalismo científico. Considerando tais questões, abordaremos a seguir as particularidades do jornalismo científico e as estruturas herdadas do jornalismo, assim como as revistas *Galileu* e *Superinteressante*. No campo editorial da *Ciência Hoje* estão presentes no processo de produção jornalistas e cientistas, sendo observado por Cruz (2022) que em 2019 o número de jornalistas consistia em 70% dos responsáveis pelas publicações, sob respaldo de cientistas. Comparando entre as edições de 1989 e 2019, Cruz (2022) identifica que atualmente a revista apresenta maior caráter jornalístico pela maior frequência de publicações feitas por jornalistas. Em 1989, o número de cientistas era maior, o que conferia maior caráter acadêmico aos textos por serem esses os maiores produtores de publicações. No entanto, se em 1989 havia maior pluralidade regional no conselho editorial, em 2019 havia maior concentração no Sudeste, “dados refletem hegemonia regional nada surpreendente. Uma vez mais, percebem-se lutas bem típicas do campo em que emergem dominações e exclusões” (CRUZ, 2022, p. 190). A autora também observa que os cientistas que produzem na *Ciência Hoje* frequentemente são parte da SPBC, assim “os mesmos agentes divulgadores são os responsáveis pela produção intelectual que legitima o campo.” (p. 186).

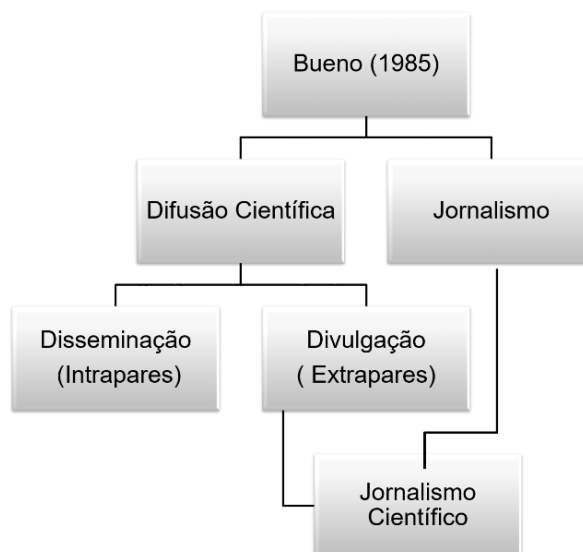
3.1.1.2 Revistas *Galileu* e *Superinteressante*

O jornalismo científico, como anteriormente mencionado, é considerado por alguns autores (e.g. BUENO, 1985) um subconjunto do campo da divulgação científica. No entanto, Bueno (1985) destaca que a definição de jornalismo deve abarcar não apenas os aspectos da divulgação, mas as características obrigatórias do jornalismo. O tempo, periodicidade, atualidade, universalidade, singularidade e particularidade do acontecimento. Assim, o jornalismo científico se ocupa do acontecimento científico (a descoberta, o evento, a pesquisa), das pessoas (os cientistas, pesquisadores, tecnólogos) que estejam relacionados ao acontecimento. O acontecimento deve considerar sua singularidade (a descoberta, o evento ou a pesquisa em si), sua particularidade (a repercussão no campo científico ou relevância no campo social) e sua universalidade (ao abarcar diferentes ramos do conhecimento científico). Diferente do tempo na ciência, o jornalismo científico deve manter periodicidade e relacionar o acontecimento com a atualidade. Bueno (1985) também ressalta que o jornalismo científico deve cumprir objetivo de informar, educar, cumprir sua responsabilidade social, cultural, econômico e político-ideológico. O jornalismo, segundo José de Marques Melo (2003, p. 41) pode ser definido como

processo social que se articula a partir da relação (periódica/noturna) entre organizações formais (editoras/emissoras) e coletivamente (públicos/receptores) através de canais de difusão (jornal/revista/rádio/televisão/cinema) que asseguram a transmissão de informações (atuais) de natureza científica e tecnológica em função de interesses e expectativas (universos culturais e ideológicos).

Dessa forma, o jornalismo científico incorpora as práticas do jornalismo enquanto abarca a cultura científica para a produção de seu conteúdo (Figura 2). Este que deverá não apenas informar, mas estimular a produção do conhecimento ao familiarizar o público com a cultura e produção científica e sua relevância no âmbito sociocultural, político e econômico.

Figura 4 - Relação da Divulgação Científica e Jornalismo Científico segundo a discussão de Bueno (1985) a partir de Pasquali (1979).



Fonte: Elaborado de Bueno (1985).

A revista *Superinteressante* foi criada em 1987 pela editora Abril inspirada na revista espanhola *Muy Interesante*. A revista *Galileu*, seguindo a mesma linha, foi criada em 1991 pela editora Globo Ciência (DAMIATI, 2017). A *Superinteressante* publica anualmente cerca de 400 mil exemplares anualmente, enquanto a *Galileu* publica cerca de 190 mil exemplares (DAMIATI, 2017). Ambas com alto poder de capilaridade na sociedade (DAMIATI, 2017). No entanto, Damiaty (2017) faz uso da concepção de “infoentretenimento” de Gomes (2009), e entende a *Superinteressante* como uma revista alinhada a esse conceito. Gomes (2009) o define como:

O *infotainment* seria, então, o resultado desse cenário global. Nos anos 80 e 90 do século XX, a consolidação de grandes conglomerados da mídia, que se ocupam ao mesmo tempo da produção de entretenimento e de informação, a cada vez mais alta exigência de audiência e de lucro na indústria da cultura e a transmissão televisiva da primeira guerra do Golfo, evidenciam o estreitamento entre informação e entretenimento. (GOMES, 2009, p. 201-202).

Gomes (2009) não assume em sua concepção alguma perspectiva pessimista

ou otimista a respeito do infoentretenimento. Sua concepção parte da perspectiva de mercado que consistia na demanda de novas formas de produzir informação e entretenimento, surgindo o infoentretenimento como estratégia de produção⁸. Damiani (2017) inclui a revista *Superinteressante* nesse aspecto a partir da análise das mudanças estéticas e editoriais ao longo da década de 1990 e 2000. A revista *Galileu* também é analisada no qual Damiani (2017) observa que:

No que diz respeito às estratégias de produção de sentido, podemos dizer que o histórico de transformações da revista *Galileu* nos mostra uma tendência à aproximação cada vez maior da linguagem do entretenimento. Isto é observado na medida em que modificam o design, aumentam as referências visuais, transformam a linguagem no que as editoras chamam de “mais leve” ou “mais acessível” e procura-se facilitar o consumo da informação, transformando seu processo de aquisição em algo divertido. Além disso, adota-se temas típicos da área do entretenimento, que são abordados em convergência com o que se veicula em outros meios – como o cinema, a TV e a Internet – para tornar o conteúdo mais interessante a um público cada vez mais jovem (DAMIATI, 2017, p. 35).

Silva e colaboradores (2021, p. 350) caracterizam a revista *Superinteressante* como “um documento histórico que apresenta uma das formas contemporâneas de se comunicar a ciência”. Os autores também ressaltam que ela possui um editorial próprio e relativamente estável. Schneider e Tavares (2013) traçam uma comparação entre as revistas e identifica que para ambas, há semelhança quanto ao tema da produção (a ciência e tecnologia), quanto ao público-alvo (jovens e adolescentes) e possuem grande representatividade e prestígio no mercado editorial. “Apesar de serem de editoras diferentes, já que *Superinteressante* é da Abril e a *Galileu* da Globo, os periódicos têm estrutura e forma de abordar os temas bastante semelhantes, dessa forma, facilita a observação e comparação entre elas” (SCHNEIDER e TAVARES, 2013, p. 3). Salomão (2010) ao levantar uma breve

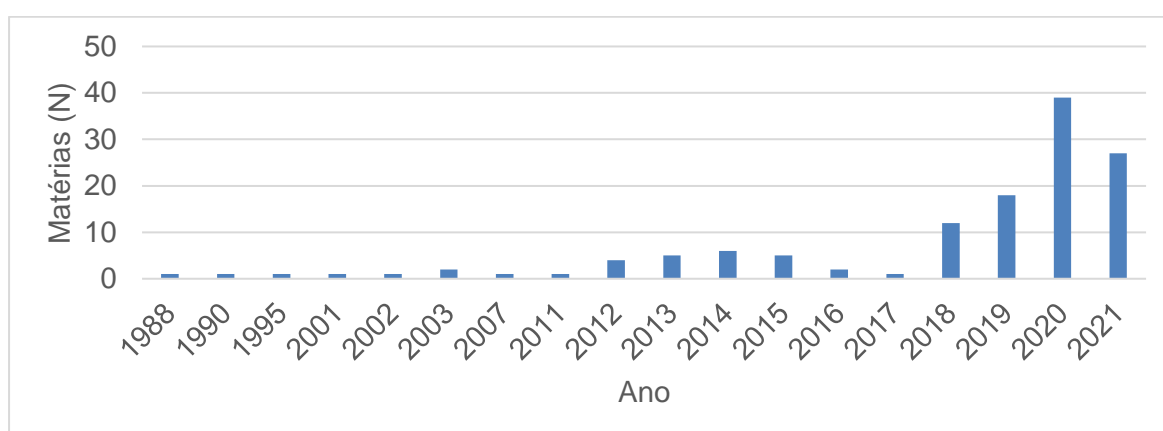
⁸ Gomes (2009) levanta ressalvas das quais pode-se resumir em: a) Por se basear na justaposição de dois conceitos, infoentretenimento não pode ser compreendido como conceito; b) o sentido de informação no qual o termo se baseia, não é aquele comumente compreendido pelo jornalismo; c) o conceito de entretenimento deve ser entendido a partir das suas características como linguagem, tema e forma, e; d) o termo acolhe também a interface realidade e ficção.

revisão da história e compreensões do jornalismo de revista, identifica diversas categorizações. No entanto, a que mais pareceu coerente para o que se observou na análise e em acordo com os autores levantados neste tópico é a categorização que segue “as funções dos próprios veículos e aproxima-se às funções da comunicação, em si mesma, ou seja: entretenimento/diversão, notícias/informação e partidárias/opinião” (SALOMÃO, 2010, p. 190).

3.2 O PERÍODO DE COLETA

O período escolhido para coleta de matérias jornalísticas foi de 2012 a 2021 a partir da observação do aumento da participação de pessoas negras no ambiente acadêmico como efeito das políticas de ações afirmativas. As matérias coletadas foram filtradas para corresponderem ao período de 2012 a 2021, no entanto, foi possível identificar matérias cuja publicação original é anterior ao período delimitado, mas que puderam ser inclusas para análise uma vez que foram republicadas ou atualizadas posteriormente. Desta forma, as matérias coletadas ainda correspondem ao período delimitado, mas nos leva a observar o número de publicações originais que datam do período 1988 a 2021 que foram atualizadas e republicadas posteriormente. Quanto aos anos originais das publicações, datam do período 1988 a 2021, estas publicações foram atualizadas e republicadas posteriormente (Figura 9).

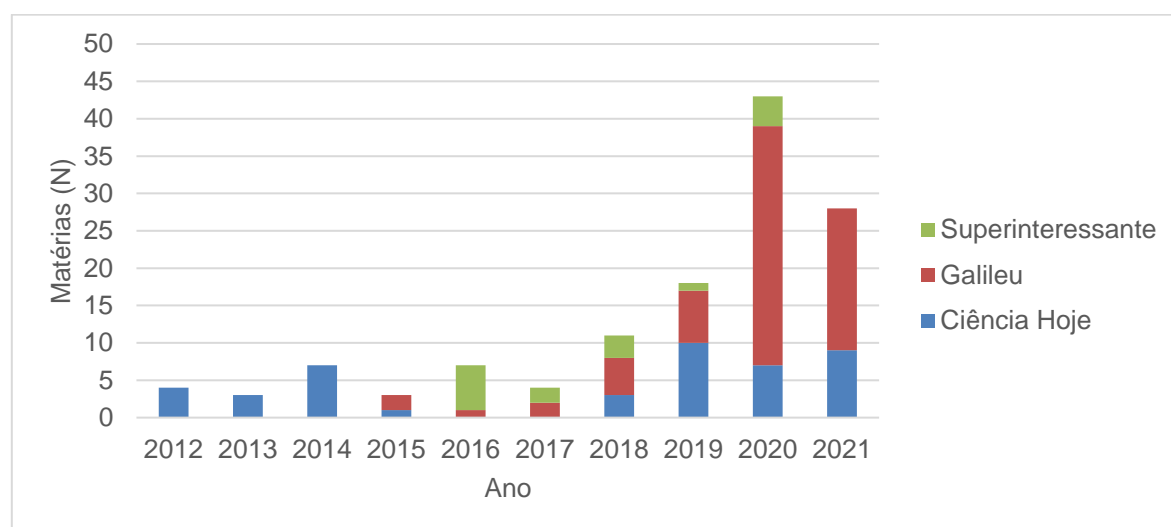
Figura 5- Ano das publicações originais das matérias.



Fonte: O autor (2023)

Após a triagem das 128 matérias que se enquadraram para análise, foi possível identificar que oito delas foram publicadas originalmente no período correspondente a 1988 a 2011. Após o ano de 2012, essas matérias foram republicadas ou atualizadas. Dessa forma, todas as matérias que compõe o corpus correspondem ao período de 2012 a 2021 (Figura 10).

Figura 6- Ano de republicação/atualização das matérias por revista.



Fonte: O autor (2023)

Por se tratar de um período de quase 10 anos, considero relevante separar em três diferentes períodos os quais serão caracterizados segundo seu contexto: 2012 a 2014; 2015 a 2017; e por último, 2018 a 2021. Este tópico é dedicado a contextualizar os eventos mais significativos para a sociedade e política brasileira, enquadrando acontecimentos relevantes não apenas para a compreensão do período e contexto socioeconômico, mas também para trazer à memória a participação da imprensa como ator sociopolítico nestes contextos. A narrativa que se inicia em 2012, sob o governo Dilma, percorre longo percurso até seu impedimento em 2015, havendo influência da mídia, de atores políticos, cujos efeitos ainda repercutiriam nas eleições de 2018, onde o então eleito candidato Jair Bolsonaro reformularia todos os aspectos da sociedade e das relações.

3.2.1 Governo Dilma e as Políticas Sociais (2012 a 2014)

O ano de 2012 teve grande relevância no que se refere às políticas de ações afirmativas no Brasil. No entanto, é relevante considerar alguns eventos de anos anteriores, a fim de entender como tais políticas culminam no ano de 2012.

O movimento negro atua desde o período pós-abolição como os quilombos e a Revolta dos Malês (1835) e a Revolta da Chibata (1910), mais tarde com a presença da Frente Negra Brasileira (1931-1937), onde ganhou maior força de articulação como associação e caráter político e beneficente (GOMES *et al*, 2021). A Frente Negra Brasileira posteriormente se tornou um partido político, foi extinto por Getúlio Vargas, mesmo as organizações sendo reprimidas durante o período ditatorial, a imprensa negra e o Teatro Experimental do Negro Nascimento (1944-1968), idealizado por Abdias, continuavam atuando para preservar e disseminar a cultura negra por meio da educação e arte (GOMES *et al*, 2021; GOMES, 2011). Na pós-ditadura, houve reorganização e o Movimento Negro Unificado surgiu (MNU), uma entidade em nível nacional (GOMES *et al*, 2021). Repensando aspectos do racismo e efeitos das desigualdades de gêneros, nos anos 1980 é formado o Movimento das Mulheres Negras. As vozes destes movimentos na luta e combate ao racismo chegaram aos níveis mais altos do poder através de uma marcha em homenagem à Zumbi dos Palmares ocorrida em 1995 (WALTERS, 1995; GOMES *et al*, 2021). Este evento chamado Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida, reuniu cerca de 20 mil pessoas, contando com apoio de organizações políticas de esquerda que aderiram à luta antirracista. Neste mesmo evento foi entregue ao Presidente da República Fernando Henrique Cardoso o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, no século XXI, as lutas são marcadas pela defesa das políticas públicas de ações afirmativas (WALTERS, 1995; GOMES *et al.*, 2011; GOMES, 2021). As lutas do movimento negro tiveram conquistas significativas, sendo uma das fundamentais, concretizada na constituição federal de 1988 com o artigo 5º, inciso XLII que reconhece o racismo como crime inafiançável e imprescritível, e a preservação dos documentos e reminiscências relacionadas aos quilombos, agora encontrados no artigo 216, parágrafo 5º (BRASIL, 1988). No mesmo ano foi criada a Fundação Cultural Palmares (DA SILVA SOARES, 2016). A Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial em 2003 (SEPPIR) criada a partir da Medida Provisória nº 111 de 21 de março de 2003, comprometido em desenvolver medidas e estratégias que promovam a igualdade racial e incorporar tal perspectiva nas ações governamentais

(SEPPPIR, 2018).

Ao observarmos dados de 1999, a população brasileira era de 160 milhões de indivíduos, sendo 54% desses indivíduos autodeclarados brancos, 40% autodeclarados pardos e 5% autodeclarados pretos (totalizando 45% de negros no Brasil) (HENRIQUES, 2001). No mesmo censo, a população pobre esteve em torno dos 34% da população, composta por cerca de 53 milhões de pessoas na faixa da pobreza e 22 milhões de indigentes (HENRIQUES, 2001). Desse número, os negros compunham 64% da população pobre e eram cerca de 69% dos indigentes (HENRIQUES, 2001). De acordo com o autor, “nascer negro no Brasil está relacionado a uma maior probabilidade de crescer pobre”, no que diz respeito à renda, o “Brasil branco” é 2,5 vezes mais rico que o “Brasil negro” (HENRIQUES, 2001, p. 20). Ainda sobre o ano de 1999, em termos educacionais, 75% dos jovens negros não tinham concluído o ensino fundamental, enquanto em relação aos jovens brancos, esse número era de 57% (HENRIQUES, 2001). Enquanto 89% dos jovens brancos não haviam ingressado na faculdade, 98% dos jovens negros não dispunham do direito de acesso às faculdades (frequentemente por não terem finalizado outros segmentos educacionais) (HENRIQUES, 2001).

Ainda em 1999, a então deputada Nice Lobão apresentou o Projeto de Lei n. 73/99, estabelecendo que cada instituição federal de ensino dispusesse percentual de reservas de vagas em concursos de ingresso em cursos superiores (BRASIL, 1999 *apud* CAZELLA, 2012). Os grupos minoritários abarcavam os autodeclarados negros e indígenas. A percentagem de vagas a ser disponibilizadas deveria acompanhar os dados dos censos mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) para o estado em que a instituição pertencia (BRASIL, 1999 *apud* CAZELLA, 2012). As Políticas Públicas de Ações Afirmativas (PPAA's) são inspiradas no modelo americano que buscava mitigar os impactos das leis segregacionistas vigoradas entre os anos 1896 a 1954 (CAZELLA, 2012; AZEVEDO, 2001). Com objetivo de combater o segregacionismo, o movimento pelos direitos humanos buscava articular o desmonte do sistema segregacionista, utilizando-se de medidas não-violentas, tendo mudança brusca quando em 1965 ocorreram os assassinatos de Malcolm X e Martin Luther King em 1968, o maior líder do movimento negro (AZEVEDO, 2001). No entanto, apesar do racismo amparado pela lei ter sido combatido, se fazia necessário também combater o racismo institucional, manifestado nas práticas veladas que excluía negros de oportunidades

(AZEVEDO, 2001). Nessas condições surgiram as políticas compensatórias norte-americanas, quando em 1973 por determinação jurídica federal foram instituídas as cotas raciais, que institui reserva de vagas para alunos pertencentes aos grupos discriminados (AZEVEDO, 2001)

As PPAA's são resultado de diversas pressões sociais, como as atuações do Movimento Negro ao longo das décadas. Elas buscam dar um novo significado ao conceito de justiça social, considerando importante entender que há desigualdade social, e não se pode ignorar as diferentes realidades (LOPES, 2006). Algumas universidades adotaram as cotas raciais como medida de ação afirmativa, como a Universidade de Brasília (UNB) em 2004, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2007. Em 2010 foi instaurada o Estatuto da Igualdade Racial pela Lei n. 12.288/2010, assumindo responsabilidade em adotar medidas, programas e políticas afirmativas e implementar programas que busquem corrigir os efeitos da desigualdade e práticas discriminatórias (CAZELLA, 2012). Enquanto tramitava o que seis anos depois se tornaria a Lei de cotas, em 2006 duas cartas foram elaboradas e assinadas por intelectuais brasileiros a favor e contra a lei que estabelecia reserva de vagas sob critérios raciais (OBSERVATÓRIO, 2022). Foram 330 assinaturas e mais 60 signatários apoiando a medida, sem qualquer repercussão midiática. A carta em oposição à lei de cotas, contava com 114 assinaturas de intelectuais das ciências humanas, artistas e ativistas, esta carta por sua vez obteve grande atenção midiática (OBSERVATÓRIO, 2022).

Somente em 2012 foi sancionada pelo governo Dilma Rousseff a Lei nº 12.711, 2012 (BRASIL, 2012). A Lei estabelece a reserva de 50% das vagas a estudantes que tenham cursado ensino médio em escolas públicas e 50% a alunos com renda menor ou igual a um salário mínimo per capita. E vagas para alunos autodeclarados negros, indígenas e Reservas a pessoas com deficiência (acrescido em 2016) proporcional à percentagem respectiva da população do estado, segundo IBGE (BRASIL, 2012). O artigo sétimo decreta o período de 10 anos para a análise e revisão do programa (BRASIL, 2012). No entanto, o Projeto de Lei 1788/2021 adia para 2042 a revisão, proposta pelo deputado Ubirajara do Pindaré Almeida Souza (BRASIL, 2021).

As PPAA's se tornaram também catalizadoras das discussões sociais e antirracistas no campo intelectual. Mesmo já havendo representantes acadêmicos engajados, o próprio meio acadêmico se tornou campo de discussão a respeito da

inclusão racial através do crescimento do movimento negro de base acadêmica, como denomina Rattz (2011). Por esta influência, no ano de 2000 foi criada a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), responsável pelo Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (Copene) (GOMES *et al.*, 2021). A ABPN

...surge para congregar pesquisadores negros e não negros que estudam as relações raciais e demais temas de interesse da população negra, produzir conhecimento científico sobre a temática racial e construir academicamente um lugar de reconhecimento das experiências sociais do movimento negro como conhecimentos válidos (GOMES *et al.*, 2021, p.7).

A atuação do Movimento Negro em pressionar por políticas públicas sociais (como as PPAA's e cotas raciais), somada ao debate acadêmico sobre questões sociais influenciou em novas ações, como a inclusão do campo cor/raça na plataforma *Lattes*. O Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq), visando respeitar o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/10), incluiu um campo onde o pesquisador poderia declarar cor/raça de acordo com as classificações do IBGE. A partir de então, seria possível identificar e quantificar a participação de pretos e pardos (negros) no ambiente acadêmico, a fim de acompanhar o desenvolvimento das PPAA's. Dados sobre 2014, no *site* do CNPq revelam as primeiras informações a respeito dos dados coletados no campo cor/raça:

A participação de pardos (as) e pretos (as) decresce à medida que se eleva o nível de formação dos bolsistas em ambos os sexos. Assim, a participação dos negros (as) é maior na Iniciação Científica, certamente resultado da política deliberada de inclusão, tanto racial como social, e menor no doutorado e nas bolsas de Produtividade em Pesquisa (TAVARES *et al.*, 2019).

No âmbito sociopolítico, a aparente apatia do público quanto à política demonstrava um certo descrédito dos partidos para com a população. As eleições já não eram entendidas como uma maneira eficaz de expressar as demandas públicas uma vez que houve um esvaziamento das ideologias partidárias (BRUGNAGO e

CHAIA, 2014). No entanto, manifestações públicas ocorridas em 2013 fizeram emergir no público um novo vigor em relação às visões políticas, onde novamente se via fortificada a dicotomia entre *esquerda* e *direita* (BRUGNAGO e CHAIA, 2014). Fortemente representada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a esquerda mobilizou agendas que buscavam combater o projeto neoliberal. Por outro lado, a direita, fortemente representada pelo Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB) se debruçou sobre valores conservadores. O PSDB desenvolveu uma campanha anti-partidária, ideologia essa que consistia principalmente em acalorar o sentimento antipetista através de discussões radicalizadas (BRUGNAGO e CHAIA, 2014). Os protestos que haviam unido a população, no entanto, se tornaram catalizadores da divisão. A esquerda que já estava há muito acostumada a promover protestos, identificou na causa uma forma de unir diferentes grupos em torno de um propósito. No entanto, a Direita, que pouco estava acostumada a estes movimentos, foi apossada de um novo sentimento:

Para a nova militância da direita, por sua vez, sair às ruas foi uma grande novidade. Um sentimento inicial de prazer tomou as pessoas nos protestos. Porém, ao ganhar gosto por esse poder de tomar as ruas, a direita tentou impor suas ideias ao movimento. Essa imposição tomou aos poucos a forma de radicalização, em que ideias diferentes das colocadas por eles não eram aceitas, impossibilitando a busca por pautas comuns com seus colegas de manifestação (BRUGNAGO e CHAIA, 2014).

Não adentraremos aqui nos conceitos e discussões mais aprofundadas do que seria a esquerda e a direita. O espectro político é amplo, e igualmente, se encaixa principalmente em seu contexto histórico. Mas cabe aqui enfatizar que no contexto dos anos 2013 e 2014...

Fossem quais fossem os partidos que defendessem, os esquerdistas foram apelidados de “petralhas” em uma brincadeira de palavras entre PT e o nome dos personagens Irmãos Metralha da Disney. A sociedade foi dividida aos olhos das discussões ideológicas em dois grandes blocos: “coxinhas” e “petralhas”. Quem não se encaixa em um desses dois grupos se torna uma anomalia política, um alienado

(BRUGNAGO e CHAIA, 2014).

Ainda nesse período, a ideologia conservadora se desenvolveu a partir de dispositivos ideológicos a fim de conservar uma visão comum da realidade. Estes dispositivos ideológicos são elencados por Chauí (1995), e consistem no Mito da Não-Violência. Brunagno e Chaia (2015, p. 111) entendem por mito o “princípio de que crenças se interiorizam de forma tão profunda que deixam de ser percebidas como crenças e passam a ser a própria realidade”, onde uma vez que existem conflitos que não se explicam por si só, desenvolve-se uma solução imaginária para explicar a realidade. Este mecanismo esteve presente em todo o período até 2021, portanto, faz-se necessário discorrer a respeito brevemente aqui.

O mito da não-violência funciona a partir da crença que a nação brasileira não é violenta, então, a violência é gerada por pessoas que não são brasileiras, mesmo sendo nascidos no Brasil⁹. Esse mecanismo é compreendido como o mecanismo da *exclusão*. O segundo mecanismo, a *distinção*, que consiste na crença que se o brasileiro não é violento, e mesmo assim ela ocorre, ela é acidental. O terceiro mecanismo é o *jurídico*, a violência somente é praticada por criminosos e delinquentes, sendo principalmente o ataque à propriedade privada. O quarto mecanismo é o *sociológico*, que se caracteriza por uma diferença cultural, onde um indivíduo ou grupo pertencente a uma cultura diferente seria violento, por não ter se ajustado ainda à nova cultura o qual foi introduzido. E por último, a *inversão do real* no qual consiste em entender a violência como não violência, negando-a, ou atribuindo culpa a quem sofreu a violência.

Para tais mecanismos, Chauí (1995) e Brugnago e Chaia (2015) caracterizam quem são considerados violentos: “os pobres, os negros, os homossexuais, os nordestinos e, mais recentemente no discurso eleitoral, o próprio PT (BRUNAGNO e CHAIA, 2015, p. 111); “a população pobre, os negros, as crianças de rua e os favelados”, eventualmente os policiais, quando o assassinato policial se trata de número elevado (CHAUÍ, 1995, p.73); “populações que migraram do campo para a cidade e das regiões mais pobres (norte e nordeste) para as mais ricas (sul e sudeste)” (CHAUÍ, 1995, p.74);.e:

⁹ Nos anos seguintes esse ideal se consolida no termo “Patriota”, onde os verdadeiros brasileiros são os “Patriotas”. As oposições a essa cosmologia viriam dos não patriotas, que, apesar de nascidos no Brasil, não seriam brasileiro “verdadeiramente”.

... o machismo é colocado como proteção natural a natural fragilidade feminina; o paternalismo branco é visto como proteção para auxiliar a natural inferioridade dos negros; a repressão contra os homossexuais é considerada proteção natural aos valores sagrados da família; a destruição do meio ambiente é orgulhosamente vista como sinal de progresso e civilização etc. (CHAUÍ, 1995, p.74).

Diante de tal cenário, as eleições presidenciais que ocorreram naquele mesmo ano apresentaram um forte acirramento por parte dos candidatos. Pouco antes das eleições, a Operação Lava-Jato, conduzida pela Polícia Federal, traria repercussões para a imagem da esquerda. Manchetes traziam em evidência que o ex-presidente Lula e a então presidente Dilma Rousseff teriam conhecimento sobre diversos esquemas de desvio de verba pública e do desmonte de empresas estatais como a Petrobrás (ARAÚJO, 2021). Por um lado, havia a então presidente Dilma Rousseff, pelo PT, buscando a reeleição representando as propostas da esquerda. A campanha da então candidata e presidente, se apoiavam em propostas de políticas sociais. Por outro lado, havia o então senador e candidato Aécio Neves, pelo PSDB, assumindo a liderança sobre a direita que emergira desde as manifestações. A campanha do candidato se debruçava fortemente sobre as manchetes associando a esquerda aos esquemas de corrupção emergentes. Nas eleições, Dilma obteve então no primeiro turno 41,6% dos votos contra 33,5% de Aécio, o que conduziu a um segundo turno que definiu a reeleição de Dilma com 51,7% dos votos (AMARAL e RIBEIRO, 2014). Dados daquele ano caracterizam o público que reelegeu Dilma: localidades com menor renda *per capita*, maiores índices de analfabetismo, maiores taxas de desemprego e onde o programa Bolsa Família beneficiava mais pessoas (MARTINS *et al.*, 2014). No entanto, as particularidades desta eleição se encontram principalmente no âmbito comunicacional.

Em uma pesquisa com 35.049 matérias coletadas dos jornais '*Folha de São Paulo*', '*Estadão*', '*O Globo*' e '*Estado de Minas*' e matérias do *Jornal Nacional* da Rede Globo, Dilma foi alvo frequente da mídia, esta que assumiu postura contrária à candidata antes, durante e após sua reeleição (FERES e SASSARA, 2016). Se por um lado, as mídias tradicionais favoreciam o sentimento antipetista, as redes sociais como o *Facebook* emergiram como outra forte influência na comunicação:

A Pesquisa Brasileira de Mídia 2015 mostrou que 42% dos brasileiros se informam primariamente pela Internet, sendo ainda o meio no qual o brasileiro mais gasta tempo (cerca de 5 horas diárias, em média, para os dias de semana, e cerca de 4 horas e meia, em média, para os fins de semana) (CASTRO, 2017).

A forte influência das redes sociais pode ser observada na página “Dilma Bolada” no *Facebook*, que contribuiu fortemente para a reeleição da então candidata, sendo a página considerada pela revista *Forbes* a pessoa fictícia mais influente do *Facebook* (FORBES, 2015). Diante da derrota nas urnas, o candidato Aécio Neves e o PSDB assumiram uma postura de negação dos resultados:

“Na realidade, como é notória, a decepção do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e associados foi profunda e democraticamente letal. Conduzidos, desde o dia seguinte à apuração dos votos, pelo candidato presidencial derrotado Aécio Neves, eles percorrem o trajeto histórico dos antigos golpistas: primeiro acusaram os vitoriosos de fraude eleitoral, depois, de corrupção. Reprise da eleição de 1950, de Vargas, e da de JK (Juscelino Kubitschek) em 1955. E bandeira gêmea do anticomunismo de 1964” (SANTOS, 2017 *apud* ARAÚJO, 2021, p. 15).

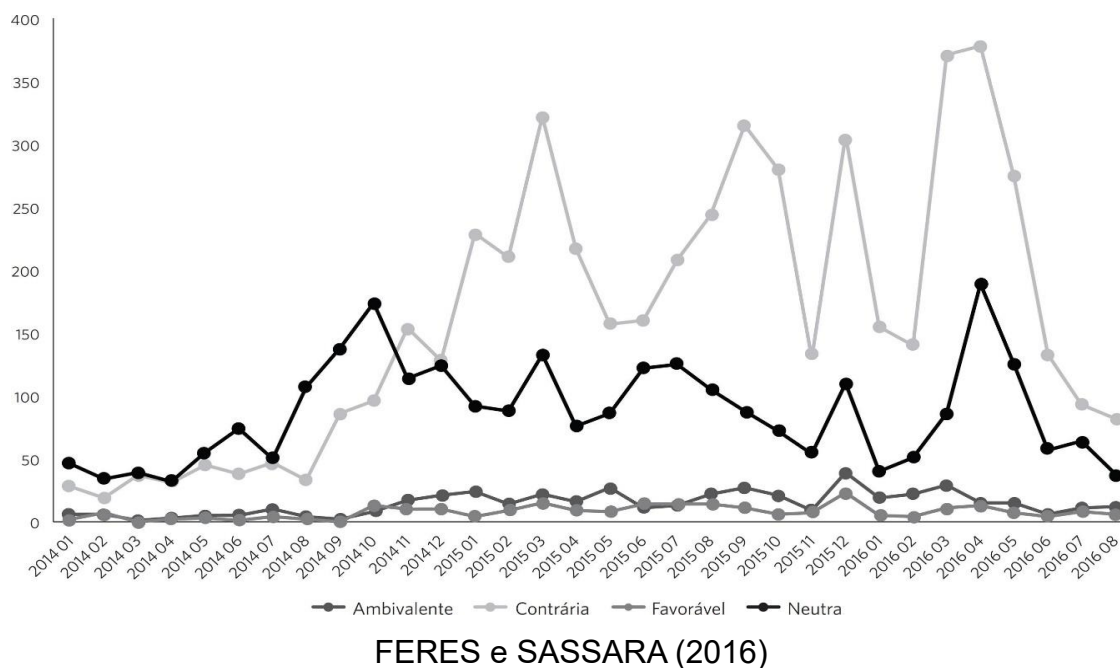
Apesar de ser reeleita, a então presidente encontraria o congresso mais dividido, sendo 58 vagas preenchidas por deputados da oposição, contra 70 do PT (ARAÚJO, 2021). A dicotomia que ganhou força em 2014, se estenderia pelos anos seguintes.

3.2.2 Crise no Governo Federal e o desmonte da Ciência (2015 a 2017)

Já nos primeiros quatro meses de governo em 2015, se observava o desgaste da imagem do governo Dilma os quais pesquisas demonstravam o governo com pior índice de avaliação em relação aos antecessores (SCHURSTER e TEIXEIRA, 2015). A mídia detinha uma postura que variou entre neutra e negativa até dezembro de

2014, agora se mostrava fortemente contrária à então presidente (figura 5):

Figura 7 - Matérias publicadas pela "Folha de São Paulo", "Estadão", "O Globo" e "Estado de Minas" referentes à Dilma Rousseff. Matérias classificadas como Favoráveis, Neutras, Contrárias ou Ambivalentes.



Enquanto isso, no cenário institucional, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) vinha fazendo grandes esforços. Foi uma das secretarias de maior participação na promoção de políticas sociais (como as Políticas de Ações Afirmativas). Souza (2019) elenca as principais atividades as quais a SEPPIR esteve ativamente associada: a) ao *Ministério da Educação*, acompanhando a implementação da Lei 12.711/2012 (conhecida como Lei de Cotas), Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, Comitê Interdisciplinar – PROEXT, Reservas de vagas nas instituições federais de ensino superior; b) ao *Ministério da Saúde*, através do Rede Cegonha, do acompanhamento das políticas nacionais de Atenção Integral à Saúde de Pessoas Privadas da Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), e atenção à saúde da população negra, em especial a mulher.

Dentre as atividades da SEPPIR junto à educação, entre as mais importantes estão os Indicadores da Qualidade na Educação: Relações Raciais na Escola, que integra a Coleção Educação e Relações Raciais. Promovido pela SEPPIR em

parceria ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, sigla em inglês para *United Nations International Children's Emergency Fund*) a coleção tem por objetivo

contribuir para que as escolas desenvolvam um processo de autoavaliação participativa sobre a implementação da Lei 10.639/03, ampliem a roda de pessoas e coletivos envolvidos com a superação do racismo e de outras discriminações e construam um plano de ação estratégica que gere transformações efetivas no cotidiano escolar, dando concretude a estratégias previstas na meta 7 do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014) (BRASIL, 2015).

A coleção possuía um acervo audiovisual, guia metodológico e temas a serem discutidos em atividades a fim de promover o diálogo e autoanálise a respeito das relações raciais e racismo. Além de materiais a respeito da figura do negro em representações imagéticas (BRASIL, 2015). A atenção à saúde para com a população negra foi de grande importância, especialmente as mulheres negras. Considerando que mulheres negras estão expostas de maneira desproporcional a fatores que possam gerar violência, como aos conflitos conjugais, racismo, desigualdades socioeconômicas, intolerância religiosa entre outros (RÔMIO, 2013). Contra as mulheres negras, há o racismo obstétrico, que consiste na violência contra a mulher negra em seu período gestacional, no parto ou puerpéra, sendo uma apropriação do corpo e dos processos reprodutivos das mulheres por parte dos profissionais da saúde (CURI *et al.*, 2020). Essa violência obstétrica se expressa na forma de relações desumanizadoras e abusivas. De acordo com estudos, as mulheres de cor preta tinham maior risco de pré-natal inadequado, receberam menos orientações sobre o processo e quando necessário, foram as que menos receberam anestesia durante a episiotomia (incisão no períneo) entre outros descasos e violências saúde (CURI *et al.*, 2020). A SEPPIR também atuou juntamente com ministérios e secretarias como o Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Secretaria de Comunicação Social, Secretaria dos Direitos Humanos, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Secretaria Geral e também a Fundação Roberto Marinho (SOUZA, 2019).

O primeiro semestre de 2015 foi fortemente marcado pelas manifestações promovidas pela direita, tendo destaque os pedidos de *impeachment* da então

presidente (SCHURSTER e TEIXEIRA, 2015). E ainda em 2015 o enfraquecimento da SEPPIR seguiria paralelo ao da então Presidenta Dilma Rousseff, através da Medida Provisória nº 696/2015, sendo a secretaria posteriormente fundida ao Ministério das Mulheres, Da Igualdade Racial, Da Juventude, e Dos Direitos Humanos (MMIRJDH) (SOUZA, 2019).

Em meio aos diversos escândalos políticos e pedidos de *impeachment*, Dilma foi denunciada por crimes de responsabilidade fiscal (RODRIGUES, 2018). As denúncias culminaram no impedimento de Dilma em exercer a função de presidente, função que seria assumida pelo vice-presidente Michel Temer como presidente interino, vindo a assumir oficialmente em agosto de 2016 (SOUZA, 2019). Suas medidas iniciais atraíram a atenção de diversos meios, sendo o científico e midiático os mais responsivos. Uma das primeiras medidas foi a chamada Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241 de 2016, conhecida como PEC 241/55, ou PEC 55. Sendo comumente anunciada como uma das medidas de contenção de gastos e controle da crise em 2016, a PEC 55 propunha a redução do orçamento público direcionados à educação e saúde. Estipulando também a redução de gastos públicos primários com recursos humanos, encargos sociais e investimentos que deveriam ser reduzidos todo ano até que se alcançasse os níveis do Índice de Preços do Consumidor Amplo (IPCA) (LIMA e MACIEL, 2018). Na prática, Braga e Nakatani (2016) discutem que a medida na verdade traz impacto social seriamente negativo, uma vez que é o público de menor renda que mais faz uso dos serviços públicos, principalmente educação e saúde.

Outra medida fortemente criticada por diversos campos foi a reforma na educação básica, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 2017)¹⁰. O que se pode destacar são as mudanças na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que definem as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (DBEN). O que se deve destacar é o parágrafo segundo do artigo 26 e o parágrafo segundo do artigo 35^a, respectivamente: §2º O ensino da arte,

¹⁰ Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as leis n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, aprovada pelo decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e o decreto-lei n. 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a lei n. 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Available at: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 8 de novembro de 2022

especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica”, e “§2º A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia”. Lima e Maciel (2018, p.14) destacam que

A olhos descuidados, uma leitura rápida do artigo 35-A da mesma lei pode levar ao entendimento de que sociologia e filosofia foram reinseridas como obrigatórias na BNCC (Base Nacional Comum Curricular). No entanto, há que se ponderar que não é exatamente isso que o texto da lei assegura, pois o que deve ser garantido são estudos e práticas, e não a inclusão obrigatória do componente curricular.

Assim, os autores discorrem a respeito do jogo semântico de se incluir as disciplinas de artes, sociologia e filosofia como disciplinas obrigatórias, mas não explicitar informações essenciais a respeito de como ou quanto estas disciplinas devem ser estudadas ou praticadas. A nova versão exclui ainda os temas abordados na Conferência Nacional para a Educação (Conae) em 2014, o qual havia o compromisso de promover discussões a respeito das questões de raça, gênero, diversidade sexual e religiosa (2014). O documento ainda afirma categoricamente a importância dessas discussões para o combate à desigualdade e para a prevenção de práticas que reforcem estruturas de poder associadas à raça, gênero, orientação sexual, entre outros:

Ao mesmo tempo, afirmam que a garantia a esse direito não se opõe à luta pela superação das desigualdades sociais. Pelo contrário, colocam em questão a forma desigual pela qual as diferenças vêm sendo historicamente tratadas na sociedade, nas instituições educativas e nas políticas públicas em geral. Alertam, ainda, para o fato de que, ao desconhecer a riqueza e a complexidade da diversidade, pode-se incorrer no erro de reforçar o papel estruturante do racismo e, desse modo, tratar as diferenças de forma discriminatória, aumentando ainda mais a desigualdade que se propaga pela conjugação de relações assimétricas de classe, étnico-raciais, gênero, diversidade religiosa, idade, orientação sexual,

cidade/campo e pela condição física, sensorial ou intelectual. (CONAE, 2014, p.30)

Essa medida, como explicam Lima e Maciel (2018), são na verdade reestruturações que intencionam transformar a educação básica numa formação tecnológica e instrumentalizada, a fim de formar mão de obra para as demandas do mercado. Os autores concluem fazendo menção também às observações de Frigotto (2016):

Não por acaso, o governo atual utiliza o recurso autoritário de uma medida provisória como forma de impedir que a sociedade discuta e resista ao projeto privatista que pretende desconstruir a função social do ensino médio e da BNCC, desestruturando os alicerces e os fundamentos temporais e epistemológicas que ao longo da história estabeleceram, ainda que precariamente, um currículo igual para todos, induzindo à conformação de uma escola para ricos e outra para pobres (*apud* LIMA e MACIEL, 2018, p.20).

Além de medidas como as já supracitadas, o governo Temer deixou um legado que seria reforçado nos anos seguintes pelo governo Bolsonaro (2018-2022).

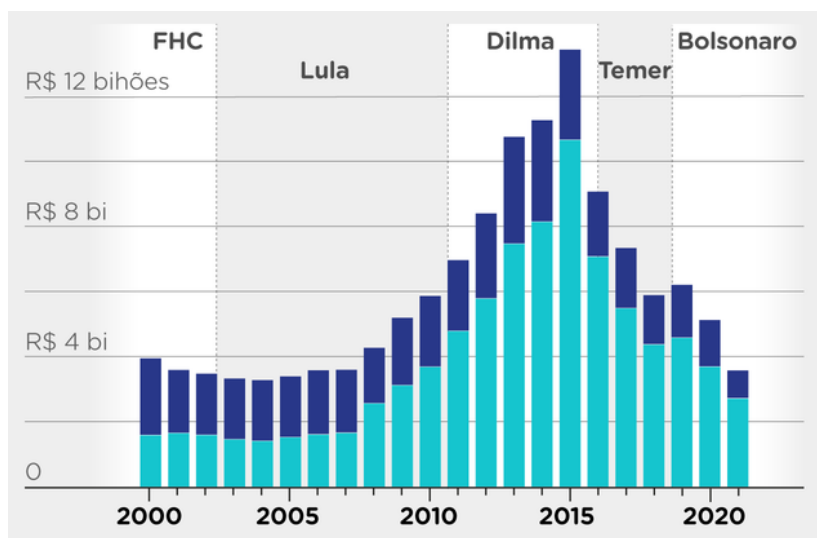
3.2.3 Governo Bolsonaro: Desinformação, Pandemia e Efeitos Sociais (2018 a 2021)

O processo de desmonte da SEPPIR através da anexação a diversos outros ministérios e cortes de orçamento, iniciada em 2015, encontraria um desfecho nos anos seguintes. Anexada ao Ministério da Justiça e Cidadania, a SEPPIR é hierarquicamente ligada ao Ministério da Cidadania, da Família e dos Direitos Humanos em 2018 sob a gestão da ministra Damares Alves, sendo inativada e extinta posteriormente (SOUZA, 2019). Dados de 2018 demonstram que a população branca tem média salarial 73,9% maior que a população negra, tendo ainda diferença não apenas na questão racial, mas também de gênero, onde homens brancos possuem rendimento 44% maior que mulheres negras, enquanto mulheres brancas possuem 74% maior rendimento que homens negros (IBGE, 2019). A

população negra está entre os 32% da população que possui renda igual ou inferior a US\$ 5,50 diários, valor diário de rendimento considerado na linha da pobreza, enquanto a porcentagem de brancos nessa faixa cai pela metade (IBGE, 2019).

Em 2 de setembro de 2018 ocorreu o incêndio do Museu Nacional, o qual cerca de 90% do acervo em exposição e em reserva foi destruído pelo fogo. O incêndio fora causado por falta de manutenção de equipamentos elétricos, e uma vez iniciado, não havia sistemas eficazes de combate ao fogo, o que permitiu o alastramento por toda a estrutura (predominantemente composta por madeira) e alcançando materiais inflamáveis (MATTOS *et al.*, 2020). No entanto, se este foi o caso mais abordado na mídia, Mattos e colaboradores (2020) relembram os casos do Instituto Butantã em 2010, Museu do Ipiranga em 2013 e do Museu da Língua Portuguesa (2015), todos afetados pela falta de manutenção e com acervos consumidos por incêndios. A ciência não era afetada apenas pelo descaso governamental, mas também por cortes frequentes em orçamentos relevantes. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ligada ao Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações são as duas principais agências de incentivo à ciência e inovação em nível federal no Brasil (ZANLORENSSI e SOUZA, 2021). Os autores destacam que “93,8% do orçamento da Capes e 70,9% do CNPq são destinados a bolsas de estudo, capacitação, entre outras verbas relacionadas ao fomento da ciência.” (ZANLORENSSI e SOUZA, 2021). No entanto, ao longo dos últimos anos até 2021, o orçamento destinado a essas agências vem caindo chegando a representar 73% do valor destinado em 2015.

Figura 8 - Orçamento federal destinado às agências CAPES (em azul claro) e CNPq (em azul escuro).



Fonte: Siop, Ministério da Economia. Adaptado de Zanlorenssi e Souza (2021)

Em 2018, somado ao desmonte da ciência emergiu uma crise de confiança nos sistemas de produção de conhecimento. Na política, indivíduos utilizando-se de patentes militares reivindicavam o poder simbólico sobre a verdade. Diante do avanço das redes sociais na *internet* e a capilarização dessas nos diversos extratos da sociedade, qualquer pessoa com acesso à rede agora poderia reivindicar o *status* de “fonte de informação”, uma vez que agora a lógica se dava através de algoritmos e engajamento (CAMARGO *et al.*, 2020). Entre as informações, circulavam também textos enganosos, ou mesmo fazendo uso do formato noticioso, traziam sobre si um caráter desinformativo, sendo conhecido por *fake News* (notícia falsa). Braga (2018) define *fake News* como a disseminação de notícias sabidamente falsas a fim de atrair, desinformar e obter vantagens políticas ou econômicas. Assim, ficou embaçada a linha que separa a informação da opinião. A verdade é alvo de grande estudo filosófico, tendo diversas teorias a fim de identificar e descrever “A Verdade”. Se ainda hoje é amplamente discutida, diversas teorias se debruçaram ao estudo da verdade: A Teoria Substantiva da Verdade, Teoria da Correspondência e Teorias Não Substantivas. Elas são funcionais quando se objetiva exclusivamente a realidade sensível dentro de um mesmo grupo compartilhando um conjunto de referências, experiências e linguagem. No entanto, as objeções a estas vertentes estão ligadas à fragilidade de sua coerência à linguagem e, fora da experiência sensorial ou da mesma cultura, este algo poderá perder sua condição de verdadeiro.

A credibilidade da narrativa já não se baseia nas fontes da informação, mas, o quanto tal narrativa reforça crenças pessoais. Seixas (2019) discorre sobre o

significado do prefixo “pós” no termo, que assume o significado de superação do conceito de verdade. Um tempo em que a necessidade de conferir e analisar a credibilidade já não é tão relevante quanto a perspectiva de verdade que a narrativa defende. O termo “pós-verdade” de acordo com o Dicionário Oxford foi o termo mais procurado em 2016 (HANCOCK, 2016). Esse fenômeno tem seu enfoque a partir do público, e não da narrativa. Na Era da Pós-Verdade, se ressalta a ação deliberada do público em dar preferência a narrativas que possam dar maior fundamentação às suas próprias crenças, uma busca por vieses de confirmação que possam sustentar opiniões que já estejam sedimentadas (SEIXAS, 2019). As *fake News* foram elementos emergentes neste período (SEIXAS, 2019). As redes sociais desempenharam e ainda desempenham o papel de mediar a disseminação da informação, sendo um exemplo marcante as eleições de 2018, onde o então candidato à presidente Jair Bolsonaro atuava fortemente no *youtube*, *facebook*, *instagram* e *whatsapp* (RUEDIGER e GRASSI, 2018).

O sentimento de pertencimento na era da pós-verdade foi desenvolvido e alimentado desde 2017 a partir de um sentimento de comunidade, proteção de valores e vieses de confirmação (SEIXAS, 2019). Algumas estruturas são perceptíveis na era da pós-verdade como a divisão entre o “eles” (opositores) e “nós” (aliados) em diferentes âmbitos: na política (esquerda versus direita), geograficamente (americanos versus chineses) (SACRAMENTO *et al.*, 2020). Essas estratégias de cisão da sociedade teriam efeitos prejudiciais diante da emergência de uma pandemia. Tomando maiores proporções, a doença atualmente conhecida como Covid-19 foi anunciada como epidemia pela Organização Mundial da Saúde (World Health Organization), um painel da Organização das Nações Unidas cujo objetivo é discutir e alertar medidas de saúde (WHO, 2020). A pandemia de Covid-19 não surgiu imediatamente em todo o planeta, a descoberta da existência do vírus foi descoberta nos mercados de frutos-do-mar da província de Wuhan, na China (LU, 2020). Ainda em 2020, surgiu rumores que a doença teria se originado do hábito de se alimentar de morcegos, seguido de um vídeo onde uma mulher chinesa alimentava-se de um morcego que estava imerso numa sopa (MAS, 2020). Também pode-se observar as representações em bases estereotípicas dos indivíduos na era da pós-verdade, como “esquerda petista” e “chineses comunistas”. Entretanto, o vídeo se trata de uma mulher que estava em viagem gastronômica em 2016 enquanto visitava Palau, nas Ilhas do Pacífico (MAS, 2020).

Para além disso, Bolsonaro em 2019 teria afirmado não ter dúvidas que o regime nazista na Alemanha, responsável por milhões de mortes, foi fruto de uma política de esquerda (QUERO, 2019). Ainda nessa linha, Bolsonaro voltaria a exaltar e reforçar narrativas de que o golpe militar em 1964 foi uma ação dos militares para “salvar” o Brasil do comunismo (PODER360, 2019). O revisionismo histórico se apresentou como um dispositivo discursivo. O intuito em tais narrativas foi construir no público o sentido de necessidade de reparação estabelecendo um inimigo comum (a ameaça terrorista comunista), que foi combatida pela ditadura a fim de preservar o Brasil do “Marxismo cultural” e seu plano de destruir os valores da nação (CAMARGO *et al.*, 2020). Logo, o sentimento de reparação seria o de reivindicar as memórias de uma ditadura como uma revolução, uma ação militar positiva.

A narrativa conspiratória apresentava um viés político cujo objetivo era reforçar um sentimento “anticomunista” através da distinção entre “eles” (o povo chinês, comunista, bárbaro) versus “nós” (ocidentais, capitalistas, civilizados) (SACRAMENTO *et al.*, 2020). Além das estratégias políticas importadas dos Estados Unidos da América, a violência policial ocorrida lá encontrou seus ecos no Brasil. No ano de 2020, segundo os relatórios oficiais, policiais estavam atendendo uma chamada a respeito de um homem que estava tentando usar cartões falsos e, ao encontrar o suspeito, ordenaram que saísse do veículo, o qual o homem supostamente resistira. O caso alcançou a mídia quando o policial branco foi filmado ajoelhado sobre o pescoço de um homem negro. George Floyd, de 40 anos, suplicava dizendo “Não consigo respirar”, enquanto o policial lhe ignorava. Em certo momento, Floyd dizia “Não me mate” enquanto testemunhas no local pediam ao policial que retirasse o joelho do pescoço de Floyd (BBC, 2020). O caso ocorrido em Minnesota, Estados Unidos, desencadeou inúmeras manifestações e repercutiu na imprensa brasileira levantando a discussão a respeito do racismo e suas manifestações no Brasil.

No mesmo mês do assassinato de Floyd, uma ação policial resultou na morte do menino João Pedro Mattos Filho, 14 anos, morto por armamento policial no Complexo do Salgueiro, São Gonçalo, Rio de Janeiro (GUIMARÃES, 2021). Em 18 de maio, João Pedro estaria em casa com amigos quando foi atingido no abdômen por balas de fuzil. O menino foi levado por um helicóptero para receber atendimento médico, sendo localizado no dia 19, no Instituto Médico Legal (IML). Não foi encontrado registro de passagem por hospitais. A casa onde o menino se encontrava

quando foi assassinado possuía 72 marcas de tiro (BRASIL, 2020). O caso, tal qual o de George Floyd, gerou comoção por meio do movimento Vidas Negras Importam (inspirado na versão norte-americana *#BlackLivesMatters*).

Em 2022, a *Folha de São Paulo* tentou contactar 32 entrevistados para nova reportagem dos 104 dos signatários que se opuseram anteriormente, dos quais “oito não retornaram à reportagem, nove declinaram, quatro disseram manter a posição, e 11 são atualmente favoráveis às cotas” (OBSERVATÓRIO, 2022, p. 21). Os que mudaram a própria opinião argumentaram que a produção acadêmica nos anos seguintes vinha demonstrando os efeitos prejudiciais do mito da democracia racial, o que enfraquecia uma argumentação recorrente de que o problema fosse exclusivamente a baixa qualidade da educação básica. Outra dimensão argumentativa

que apareceu nas entrevistas foi a constatação de que as universidades se tornaram melhores e mais inclusivas com as cotas raciais, além de terem mantido a excelência acadêmica *a despeito* da origem dos estudantes que ingressaram pela reserva de vagas (OBSERVATÓRIO, 2022, p. 21).

Em pesquisa da ABPN (DPU ABPN, 2022) a partir de dados coletados por questionários das 69 instituições federais de ensino superior, os quais cinco não responderam ao questionário e as demais responderam integral ou parcialmente, informações relevantes foram extraídas pela equipe:

- i. Mais da metade das instituições federais (n=36) só adotaram reservas de vagas após a implementação da lei de cotas das 59 existentes anteriormente a 2013.
- ii. O período de 10 anos para a avaliação da legislação compreende um período curto para a avaliação do número de titulações, uma vez que em média os cursos de ensino superior têm duração média de quatro a seis anos.
- iii. A percentagem de reservas variou, sendo a reserva mínima de 25% das vagas disponibilizadas, apresentando divergências entre as projeções do Censo de 2019 e os dados fornecidos pela Defensoria Pública da União (DPU).
- iv. Não houve padrão na regulamentação para avaliação de candidatos para as cotas raciais para além da autodeclaração, onde muitas das instituições não

- adotaram a heteroidentificação, permitindo fraudes.
- v. No que tange à pós-graduação, 41 das 64 instituições informaram adotar reservas de vagas para pessoas negras, enquanto 17 não adotavam e outras seis não informaram. Algumas das que informaram adotar reservas segundo medidas próprias. Trinta das instituições adotaram reservas após 2016.
 - vi. Quanto à conclusão por parte da pós-graduação, apenas 27 instituições obtiveram informações a serem extraídas, das quais dez instituições apresentaram ingressantes, mas não concluintes. Das outras 17 instituições federais, uma média de 26,8% dos alunos cotistas alcançara a titulação de mestrado ou doutorado.

O que se extrai dessas informações é que os principais entraves para uma maior presença de pessoas negras no ambiente acadêmico enquanto pesquisadores foi o período que levou para que as instituições federais adotassem as reservas ainda na graduação. Além disso, o período de dez anos das PPAA's corresponde a um período curto no que diz respeito para avaliação, uma vez que o prazo para implementação pelas instituições foi estipulado até 2016 para a graduação. Também se apreende que a percentagem de reserva de vagas estipulado em 20% corresponde a um percentual de baixo impacto. Ainda falta isonomia na implementação das reservas na pós-graduação, sobretudo, no que se refere à docência. Godoi e Santos (2021) avaliam que 10 anos depois da implementação da lei de cotas, os temores anteriores não se concretizaram, não há diferença no rendimento entre os alunos cotistas e os alunos por concorrência geral, e que, pelo contrário do que se afirmava, houve inúmeras tentativas de fraude onde candidatos autodeclarados negros não compareceram à heteroidentificação.

Em 2022, completando 10 anos da chamada Lei de Cotas resultados importantes emergem: alunos cotistas apresentam desempenho excelente, não apresentando diferença na nota média em comparação com outros alunos, e alunos cotistas apresentam maiores chances de conseguirem cargos de liderança no mercado de trabalho (ZEIDAN, 2022). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, 2018 foi o ano com maior número de matrículas de pessoas autodeclaradas negras, pretas ou pardas que pessoas brancas (BRASIL, 2019). Neste mesmo ano, observou-se maiores índices de permanências e conclusões do ensino superior por parte de pessoas negras, quando em comparação com anos

anteriores. Abandono escolar caiu de 30% em 2016, para 28% em 2018, enquanto o número de pessoas negras cursando o ensino superior passou de 50% em 2016 para 55% em 2018 (IBGE, 2019). Essa melhora observada é resultado da nº Lei nº 12.711/2012, que dispõe sobre a reserva obrigatória das vagas proporcional à percentagem de pessoas autodeclaradas negras, pretas ou pardas na unidade federal nas matrículas em cursos das instituições federais de ensino (BRASIL, 2012). Porém, este aumento no número de pessoas negras nos níveis superiores não reflete maior igualdade racial na pós-graduação. Uma vez estabelecidas as bases teóricas para a visão proposta na pesquisa, na análise de dados e o período delimitado, cabe abordar o papel e relevância da divulgação científica e jornalismo científico na sociedade.

3.3 COLETA, SELEÇÃO E PREPARAÇÃO DOS CORPORA

Ao final da coleta, obtivemos 787 matérias dos quais 388 pertencem à Revista *Galileu*, 370 pertencem à revista *Ciência Hoje* e 29 pertencem à revista *Superinteressante*. Todas as matérias possuem em seu corpo textual ao menos um dos termos descritores delimitados para a coleta. Assim, seguindo a primeira fase da análise de Bardin (1977; 2016), foram consideradas as regras propostas, sendo estas:

- a) *Exaustividade* - “uma vez definido o campo do corpus [...] é preciso terem-se em conta todos os elementos desse corpus” (BARDIN, 1977, p. 97). Na pesquisa exploratória conduzida anteriormente, coletas testes foram conduzidas a fim de verificar a utilidade dos termos descritores e o período delimitado. Por vezes, matérias apresentavam imagens ou vídeos acompanhando ou não textos escritos.
- b) *Representatividade* – “A análise pode efectuar-se numa amostra desde que o material a isso se preste. A amostragem diz-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial” (BARDIN, 1977, p. 97). A amostragem nesta pesquisa corresponde ao período de nove anos de publicações, republicações e atualizações, sendo resultado de três coletas independentes entre as revistas ao longo de

oito meses entre 2021 e 2022, a fim de garantir representatividade do material.

- c) *Homogeneidade* – “os documentos retidos devem ser homogêneos, quer dizer, devem obedecer a critérios precisos de escolha e não representar demasiada singularidade fora destes critérios de escolha” (BARDIN, 1977, p. 98). Durante a fase de seleção do *corpus*, foram encontradas matérias contendo as palavras-chave anteriormente mencionadas, porém, cujo assunto fosse diferente do escopo (e.g. ciência, buracos negros). Tais textos foram descartados da análise. Os *corpora* são compostos principalmente por texto, desconsiderando vídeos e imagens, exceto quando esses são representações visuais do que é descrito no texto. e quaisquer matérias que não estivessem no escopo do assunto raça e ciência.
- d) *Pertinência* - “os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo que suscita a análise” (BARDIN, 1977, p. 98). Esta regra é fortemente ligada à regra da Homogeneidade. Os *corpora* selecionados para análise final são relacionados ao tema proposto para esta pesquisa.
- e) *Exclusividade* – Também consideramos aqui a regra da exclusividade, o qual considera relevante a não repetição de uma mesma amostra em diversos grupos amostrais. Aqui, uma matéria foi incluída em apenas uma categoria. Mesmo em casos onde uma matéria apresentou características que a permitam estar em outras categorias, foi considerada a característica prevalente. As matérias frequentemente compunham enfoques claros, o que possibilitou categorização e, mesmo havendo características presentes em diversas categorias, uma delimitação objetiva foi possível¹¹.

¹¹ A regra da exclusividade foi posta em prática a partir de observações diretas nos textos, considerando os elementos mais presentes nas matérias. Nisso, foram consideradas também os Códigos TCR e o número de segmentos dedicados a discutir questões de raça. Assim, se uma matéria discorre sobre as questões de raça a partir da trajetória de uma personalidade histórica, será considerado a

Outro aspecto importante desta fase é a preparação do material. Fase em que foi conduzida a leitura flutuante, que consiste numa leitura cujo objetivo é estabelecer o primeiro contato, observar estruturas recorrentes e a partir dessa leitura, fazer a seleção do material que compõe o *corpus*. A preparação do material consiste em estabelecer um padrão de informações que deve estar presente em todos os *corpora*. O material coletado apresenta:

- *Título/Manchete* – De acordo com o dicionário Oxford (2022) a manchete pode ser compreendida como nome ou expressão que se coloca no começo de um livro, em seus capítulos, em publicação jornalística, peça teatral, filme, música etc., que pode indicar o assunto ou simplesmente identificar, individualizar a obra ou o trabalho.
- *Subtítulo* ou *lead* – busca sintetizar, apresentar o assunto a ser abordado, ou tem por objetivo atrair a atenção do leitor.
- *Autoria* – Corresponde ao autor ou autores do texto. Eventualmente, a autoria é direcionada à redação, não a um jornalista ou pesquisador.
- *Mês e Ano* – Corresponde ao período no tempo o qual a matéria foi publicada, republicada ou atualizada. Por vezes, matérias apresentaram tanto a data de publicação (mês e ano originalmente publicados) quanto a data de republicação/atualização (mês e ano que foram reintroduzidas no site). Para a análise, foi considerado apenas o ano mais recente (republicação/atualização).
- *Corpo Textual* – corresponde ao texto propriamente. Possui subdivisões, sendo elas: *Abertura*, *Desenvolvimento* e *Considerações Finais*.
- *Referencias* – corresponde à fonte utilizada pelo autor organizada separadamente na matéria.
- *Url* – corresponde ao endereço eletrônico no qual a matéria pode ser encontrada.

proposta principal da matéria. Nesse caso, se a narrativa da história toma mais segmentos da matéria, ela será enquadrada como Trajetórias e Raça. Mas se a discussão maior for sobre questões raciais, dedicando mais segmentos a esta discussão, ela será categorizada como Raça e Ciência.

Foi observado que algumas das informações presentes em algumas revistas, não foram coletadas automaticamente através do software para outra ou outras revistas. Esse acontecimento foi observado principalmente para a revista *Superinteressante* em relação à *Url* e o ano de publicação na revista *Ciência Hoje*. Tais informações foram colhidas manualmente após essa observação.

Nessa primeira fase, pôde ser observado informações dispostas numa estrutura de Pirâmide invertida nos textos das revistas *Galileu* e *Superinteressante*, apresentando uma característica comum no jornalismo científico. A técnica da Pirâmide Invertida consiste, como descreve Zamith (2005), numa “hierarquização das informações do mais para o menos importante. Os acontecimentos não são relatados por ordem cronológica, mas sim por ordem de importância”. De acordo com o autor, esta organização tende a condensar informações relevantes no *lead*. O corpo do texto se debruça sobre os detalhes e contextos no entorno do assunto já centralizado pelo *lead*. Esta estrutura foi parcialmente observada na revista *Ciência Hoje*. Por ser uma revista de natureza híbrida, eventualmente se observou esta mesma estrutura em uma parcela das matérias, mas não em todas. Para não haver discrepância, foi elaborado uma divisão estrutural do texto inspirado na tese de Gomes (2000).

Gomes (2000) em sua análise de matérias da revista *Ciência Hoje* adota como estrutura básica as categorias título, abertura, contextualização, metodologia, perspectivas e ponto de vista. No entanto, essa estrutura se aplica somente às matérias cujo objetivo seja apresentar um estudo, o que não foi o caso das matérias encontradas na presente pesquisa. Algumas das matérias se propunham a discutir assuntos sem necessariamente se debruçar sobre uma pesquisa específica, havendo também casos de matérias escritas por pesquisadores que discutiam determinado assunto sem mencionar estudos. Logo, foi necessário adaptar a estrutura de Gomes (2000) para uma amostra mais ampla. Guerreiro-Neto (2012) ressalta a importância do *lead* como um marco (em 1950) para a compreensão do jornalismo enquanto uma instituição. O *lead* precisa responder ao leitor, segundo Silva (2007) e Gomes (2000), as questões: quem; O que; Quando; Onde e Como; juntamente com a manchete compõe os recursos obrigatórios de uma matéria de natureza jornalística. Se faz necessário ressaltar que, apesar de muitos aspectos incorporados do jornalismo, os textos encontrados na *Ciência Hoje* ainda fazem uso de estruturas semelhantes às de publicações em periódicos. Assim, o *lead* apresenta função similar à de *abstracts*. A abertura, por sua vez, funciona como uma introdução ao assunto, sendo essa a

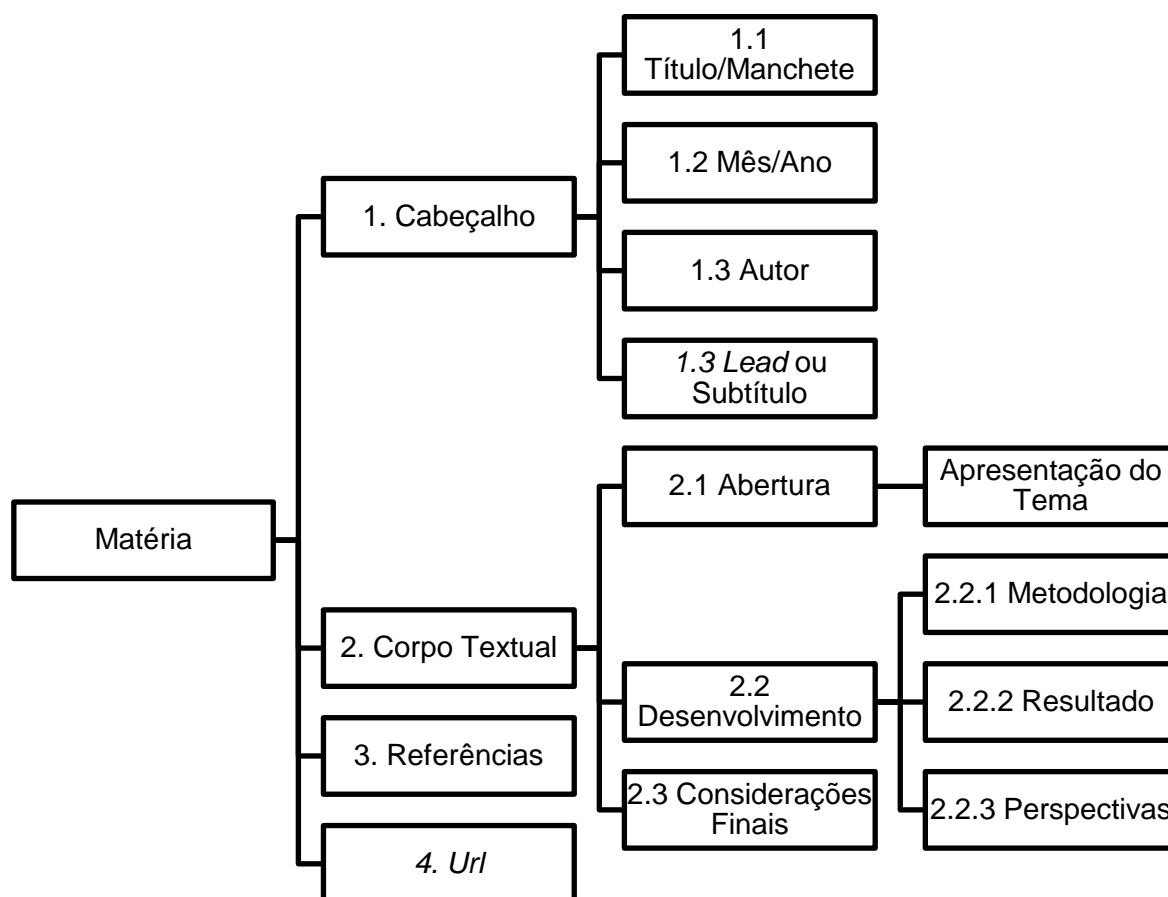
principal razão de haver separação aqui entre “abertura” e *lead*. As observações desses recursos permitiram uma identificação mais objetiva das matérias e seu público endereçado. Portanto, foi considerado também para os textos de divulgação científica o *título* e *lead*/subtítulo. Assim, a presente pesquisa organizou o corpo textual das matérias de jornalismo científico e de divulgação científica em *abertura*, *desenvolvimento* e *considerações finais*.

A *abertura* segue a descrição de Gomes (2000, p. 105) como “seção pode conter, além de informações básicas, que respondem a algumas das perguntas propostas pelos cânones do jornalismo (o quê, quem, quando, onde, como, e por quê?)”. Nessa seção há um breve texto para introduzir o assunto e então apresentar o tema, assunto ou pesquisa.

O *desenvolvimento* corresponde à seção “contextualização” de Gomes (2000), onde o assunto será minuciosamente discutido, trazendo dados estatísticos e por vezes abordando estudos específicos relacionados ao assunto central. O desenvolvimento abarca as subseções *metodologia*, *resultados* e *perspectiva*, quando estudos eram detalhados. A *metodologia* corresponde à descrição dos procedimentos adotados para a pesquisa como descrição do objeto de estudo, grupo amostral, tamanho da amostra, entre outros. Os *resultados* correspondem às observações feitas sobre dados preliminares ou após a conclusão da pesquisa. Sendo a *perspectiva* as expectativas sobre o estudo (quando se tratam de resultados preliminares), considerações de como o mesmo pode impactar na tecnologia ou sociedade entre outros.

As *considerações finais* correspondem às conclusões feitas a partir do estudo, ou do assunto abordado ao longo do corpo textual como um todo. Nessa seção as considerações partem do autor da matéria. Dessa forma, as matérias foram seccionadas de acordo com a estrutura apresentada na figura 3. A estrutura aqui adotada se mostrou útil tanto aos textos da revista *Ciência Hoje* quanto das revistas *Galileu* e *Superinteressante*.

Figura 9- Estrutura das matérias adotada na presente pesquisa.



Fonte: O autor (2023).

Ainda nessa fase é feito o reconhecimento dos índices que vão compor a análise e a categorização, no entanto, a respeito dos índices será abordado no próximo tópico. Uma vez estabelecida a estrutura das matérias e identificados os índices através das categorias de inclusão do material para análise, foi necessário também categorizar as matérias quanto ao gênero textual. As diferentes definições, consensos e dissensos a respeito dessas organizações de gêneros textuais já foi discutida no capítulo dedicado à comunicação. Portanto, aqui será apresentado apenas as fontes consideradas e a organização adotada na presente pesquisa (Quadro 5).

Quadro 4 - Classificação de gêneros e espécies Textuais segundo Salaverría e Cores (2005) e Marques de Melo e Assis (2010; 2016).

Classificação dos Textos Jornalísticos segundo Gênero Textual e Formato			
Gênero Informativo	Notícia	Nota Notícia Reportagem Entrevista	Nota Notícia Reportagem (clás-sica)
Gênero Interpretativo	Reportagem Crônica	Análise Perfil Enquete Cronologia Dossiê	Reportagem Inter-pretativa Reportagem-perfil
Gêneros Dialógicos	Entrevista Fórum ou Debate Chat	-	Entrevista Fórum/Debate
Gêneros Opinativos	Editorial Comentário Crítica (Resenha) Carta ao editor Artigo Coluna	Editorial Comentário Resenha Crônica Caricatura Carta ao editor Artigo Coluna	Editorial Comentário Resenha Crônica Caricatura Carta Artigo Coluna
<i>Fonte</i>	Salaverría e Cores (2005)	Marques de Melo e Assis (2010; 2016)	Presente Pesquisa (2022)

Fonte: O Autor

Também foram consideradas as seções os quais as matérias se encontravam no *site*. Ao final da preparação do material, os *corpora* estavam organizados segundo *fonte* (*Galileu*, *Superinteressante*, *Ciência Hoje*), *seção*, *mês* e *ano* (publicação e republicação/atualização) e *gênero textual*. Assim também como cada matéria tinha seu corpo textual igualmente subdividido em *Cabeçalho* e *Corpo Textual* (*abertura*, *desenvolvimento* e *considerações finais*), *Referência* e *Url*. Nessa fase, as matérias

foram agrupadas em quatro categorias, e aquelas matérias que não se enquadraram em nenhuma dessas categorias iniciais foram descartados por não estarem no escopo de análise:

- a) **Categoria 1 - Raça e Ciência:** matérias cujo corpo textual aborda questões de raça sob a perspectiva científica, ou cujo tema sejam estudos em que uma das discussões incluam pessoas negras como objeto de estudo, resultando em descobertas específicas para este grupo;
- b) **Categoria 2 - Trajetória E Raça:** matérias cujo corpo textual tem por objetivo apresentar cientistas negros através de uma narrativa sobre sua história de vida.;
- c) **Categoria 3 - Cientistas e Pesquisas:** Matérias cujo corpo textual tenha por objetivo apresentar os feitos de pesquisadores negros através de suas pesquisas e descobertas.
- d) **Categoria 4 - Raça como Tema Transversal:** Matérias cujo corpo textual tenha por objetivo abordar outro tema, trazendo ciência e raça como menções eventuais.

Feita a leitura flutuante, seleção dos documentos e preparação do material a partir da padronização de dados presentes em todas as matérias selecionadas para análise, segue-se à segunda fase da análise de Bardin (2016).

3.3.1 Codificação

Na segunda fase, Bardin (1977; 2016, p. 103) descreve a codificação como:

“uma transformação – efetuada sobre regras precisas – dos dados do texto, transformação essa que por recorte, agregação e enumeração, permite alcançar uma representação do conteúdo, ou da sua expressão suscetível a esclarecer ao analista acerca das características do texto, que podem servir de índices.”

A codificação consiste numa seleção dos índices a serem considerados a

partir da observação dos dados e sua demarcação no texto. Essa codificação pode se debruçar em recortes como palavra, tema, objeto, personagem, acontecimento, entre outros. Bardin (1977) enfatiza que a unidade de registro se encontra numa intersecção entre as unidades perceptíveis (a palavra, frase, documento, personagem) e a unidade semântica (tema, acontecimento, indivíduos). Para a codificação e análise dos dados, foi utilizado o *software* MaxQDA. O MaxQDA é um software para análise de textos, áudios, vídeos e imagens, que permite ao usuário criar códigos e categorias de palavras ou termos, além de identificar automaticamente ocorrências a partir das categorias e códigos criados pelo usuário (OLIVEIRA *et al.* 2015). Os códigos são apresentados num modelo hierárquico em formato de ramos, enquanto a criação de variáveis por parte do usuário, permite categorizar textos e respostas por características delimitadas pelo usuário (OLIVEIRA *et al.* 2015). O *software* permite ainda a associar variáveis aos textos, possibilitando a caracterização do mesmo quanto à origem, ano, entre outros (OLIVEIRA *et al.*, 2015).

Na presente pesquisa, o recorte principal considerou como unidade de registro o *personagem* “cientista” sob a unidade semântica *tema*. Assim sendo, as matérias analisadas foram codificadas a partir de dois códigos principais: O *personagem cientista* mencionado e o *tema*.

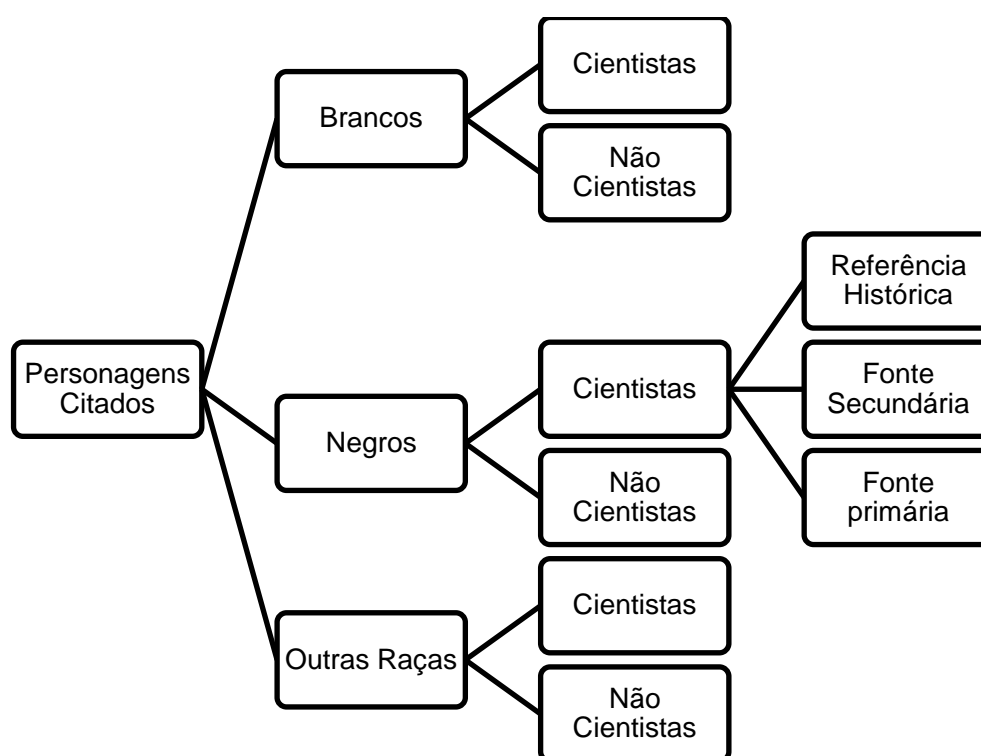
3.3.1.1 Código “Cientista Citado” e as categorias Emergentes

O *cientista* aqui é compreendido como o indivíduo atuante na área de pesquisa e/ou com título acadêmico (mestre, doutor), ou quando assim são apresentados pela matéria. Em cada matéria, todos os personagens que surgiram associadas a temas foram codificados. A unidade de registro foi o nome e sobrenome do indivíduo mencionado. Os personagens registrados em cada matéria foram divididos entre: *brancos*, *negros* e *outras raças/etnias*. Quando as matérias não os identificavam quanto à raça, esta informação foi coletada diretamente de informações públicas (*sites* das instituições que trabalham, currículos *lattes*, entre outros). No entanto, apesar de todos os personagens serem codificados, eles foram divididos entre *cientistas* e *não cientistas*. Assim, foi possível quantificar o número de cientistas mencionados e em quais raças sociais os mesmos eram identificados pela matéria. Também foram considerados os contextos em que cada cientista negro

esteve presente nas matérias. A classificação das fontes segue o modelo proposto por Schmitz (2012) no qual sua categorização destaca a fonte a partir de sua categoria (primária ou secundária), sua representatividade (institucional, empresarial, oficial, testemunhal, de referência ou especializada), entre outros. Schmitz (2012) menciona a definição de fonte primária como fonte diretamente relacionada à matéria podendo fornecer informações em “primeira mão”. O autor ainda apresenta a fonte secundária enquanto uma fonte que analisa, interpreta e comenta as informações da matéria construída a partir da fonte primária. Quanto ao grupo (representatividade), o autor dedica parte do texto a apresentar as fontes enquanto representantes institucionais, empresariais e individuais, mas nos interessa aqui nos debruçarmos sobre a fonte especializada. A fonte especializada se trata de indivíduos ou organizações reconhecidas por deterem conhecimentos específicos (perito, intelectual ou especializado), tendo a capacidade de analisar as situações e possíveis consequências do acontecimento. Esse tipo de fonte também pode receber atribuições de fonte primária ou secundária, uma vez que pode fornecer informações por estarem diretamente relacionadas à área ou terem capacidade de interpretar os eventos conforme sua especialidade (SCHMITZ, 2012). As referências são as fontes bibliográficas, documentos, dossiês entre outros, os quais os jornalistas podem buscar as informações. Esses contextos resultaram nos códigos: a) *Fonte Primária*, quando o cientista é citado ou relacionado diretamente a um acontecimento ou ao jornalista; b) *Fonte Secundária*, quando o cientista é citado direta ou indiretamente como fonte de interpretação ou análise da informação, acontecimento ou posições apresentadas pela fonte primária, e; c) *Referência Histórica*, quando um cientista é mencionado por seus feitos num determinado período da história apresentando determinada importância. Assim, os pesquisadores citados são fontes especializadas também atuam como primárias ou secundárias. No entanto, sua presença foi codificada quanto a sua relação com o acontecimento e o papel que apresenta na matéria. Os cientistas foram categorizados enquanto referência histórica quando o cientista citado ou apresentado já é falecido. Dessa forma, uma vez que não pode ser consultado diretamente, citações ao mesmo se faz a partir de referências bibliográficas, produções textuais do autor como artigos entre outros. As codificações “Personagens Citados” e as emergentes categorias de personagens segundo raça e relação com a ciência, permitiu observar a proporção de cientistas negros e brancos em cada matéria. Também foi possível observar

quantitativamente cientistas negros convidados a conversar com o autor ou revista servindo como fonte, cientistas negros citados por suas perspectivas em relação a determinados assuntos, e cientistas negros mencionados por produções científicas. Ao final da codificação, obtivemos as seguintes categorias:

Figura 10 - Categorias emergentes a partir da codificação "Personagens Citados". Essa codificação deu origem às categorias "Personagens Brancos", "Personagens Negros" e "Personagens pertencentes a outras raças/etnias". Os personagens também foram subcategorizados



Fonte: O autor (2023)

As informações quanto à raça foram coletadas a partir da caracterização da própria matéria. No entanto, nos casos em que as matérias não mencionaram raça dos cientistas mencionados, foi necessária uma busca em fontes como currículo *Lattes*, e eventualmente nos sites das instituições de trabalho dos cientistas mencionados.

3.3.1.2 O Tema "Raça" e seus códigos

Quanto ao código *tema*, foi observado que algumas matérias abordavam

ciência ou cientista associados a temas recorrentes juntamente à raça. Os temas serão denominados como *Códigos TCR*, tendo em vista que foi necessário estabelecer codificações utilizando por base a TCR. Assim, foi possível organizar os temas a partir de uma teoria consolidada como referência. Os códigos *TCR* apresentam então, a seguinte organização:

Quadro 5 - de códigos associados à tema. Utilizando por referência a Teoria Crítica da Raça

Categorias TCR	Raça	Raça sob olhar da Ciência		
		Conceito de Raça		
		Dados Étnicos		
		Dados Raciais		
		Miscigenação		
		Raça e Etnia		
		Raça e Sistema		
	Crítica à Política			
	Branquitude	Características		
		Conceito		
	Discriminação Racial	Discriminação Direta		
		Discriminação Indireta		
		Discriminação Positiva		
	Intersecção	Orientação Sexual		
		Gênero		
		Classe		
	Narrativas			
	Negritude			
	Racismo	Branqueamento		
		Conceito Racismo		
		Democracia racial		
		Estereótipos		
		Neutralidade Racial		
		Racismo e Ciência	Racismo cometido por Cientistas	
			Racismo Científico	
		Racismo Linguístico		
		Racismo Religioso		

	História	Contexto Histórico
		Interpretações Revisionistas

Fonte: O autor (2023).

As codificações associadas ao *tema* apresentam um panorama dos assuntos abordados nas matérias quando há intersecção entre questões raciais e ciência. Quando estas codificações de tema são associadas aos códigos associados aos personagens citados, permitem uma análise aprofundada da produção dos *corpora*.

Assim, todo o processo de elaboração do protocolo consistiu nas três fases propostas por Bardin (2016). Sendo a coleta, seleção e preparação dos *corpora* aquela que se debruça em coletar, organizar, identificar as estruturas dos *corpora* e classificar conforme os gêneros textuais selecionados. Nessa primeira fase, houve também a separação das matérias que se enquadravam no escopo de análise, onde também foi demarcados os índices que seriam utilizados nas codificações. Na segunda fase, com os *corpora* já organizados e selecionados, uma leitura mais aprofundada foi conduzida, somado à codificação a partir dos códigos TCR. Nessa fase, ocorreu a análise qualitativa e quantitativa dos *corpora*. A terceira fase consiste na inferência dos dados. A inferência e interpretação dos dados serão apresentados no próximo capítulo.

4. DAS CATEGORIAS, SUAS APREENSÕES E REFLEXÕES

Das 787 matérias coletadas, apenas 16,2% (n=128) apresentavam características associadas ao escopo desta pesquisa, compondo o *corpus* para análise. As seções os quais as matérias se encontravam, na revista *Galileu* observou-se quatro seções: *Ciência*, *Cultura*, *Revista* e *Sociedade*. A seção *Ciência* apresentou como característica principal tratar de assuntos relacionados às descobertas científicas, estudos específicos, pesquisadores cujos feitos tenham sido reconhecidos (e.g. premiações) ou ciência em diversos contextos. A seção *Cultura* apresentou como enfoque principal a ciência em contextos associados à cultura popular (e.g. filmes, livros, entre outros), eventos como mostras em locais públicos, museus, entre outros. A seção *Revista* por sua vez, é uma seção dedicada ao resgate de publicações de períodos anteriores ao formato atual do *site*. Assim, essa seção tem matérias a respeito de diversos assuntos sem necessariamente haver um padrão temático. Por fim, a seção *Sociedade* apresenta como característica discussão de temas recorrentes no cotidiano da sociedade, assuntos em alta naquele período, ou minuciosa observação do contexto de acontecimentos.

Quanto à revista *Superinteressante*, as matérias coletadas pertenciam a quatro seções, sendo duas delas *Sociedade* e *Ciência*, seguindo o mesmo padrão da revista *Galileu*. Outras duas seções são: *Comportamento* e *História*. A seção *Comportamento* apresentou como característica assuntos relacionados à produtos, objetos ou realidades que sejam influentes num determinado grupo social. A seção *História* se debruça em assuntos contemporâneos a partir de uma perspectiva que considere contextos históricos que influenciem no presente.

A revista *Ciência Hoje*, no entanto, teve 11 seções representadas nas matérias: *Acervo Revista Ciência Hoje (Acervo RCH)*, *Artigo*, *CH+*, *Ciência e Cultura Pop*, *Entrevista*, *Infinitas Possibilidades*, *Mulheres na Ciência*, *Na Estante*, *Na Rede e no Rádio*, *Na Tela* e *Artigos Interativos*. Apesar de ter maior número de seções mais especializadas, os assuntos se assemelham a algumas seções já vistas anteriormente. A seção *Acervo RCH* apresenta semelhança com a seção *Revista* da *Galileu*, onde o objetivo é um resgate de publicações de períodos anteriores ao formato atual do *site*. A seção *Artigo* frequentemente assume formato semelhante aos artigos de periódicos. A seção *CH+* apresenta como característica uma discussão detalhada sobre um tema específico, com menções a estudos diversos e

considerações mais enfáticas a respeito do tema abordado. As seções *Ciência e Cultura Pop*, *Na Rede e no Rádio*, *Na Estante* e *Na Tela* tem por característica a discussão de assuntos associados à sociedade e a cultura popular (e.g. filmes, séries, livros, música, eventos, entre outros). A seção *Entrevista*, por sua vez, não se debruça sobre um tema, mas sobre um pesquisador. Os textos dessa seção apresentam como característica questões norteadoras, mas deixando oportunidade para que o entrevistado discuta o quanto julgar necessário. A seção *Infinitas Possibilidades* tem a característica de discutir assuntos sobre sociedade relacionando a estudos, assim como propor reflexões a partir de tais discussões. A seção *Mulheres na Ciência* tem por característica discutir pesquisas ou assuntos considerando a diversidade de gênero na pesquisa. A seção *Artigos Interativos* é uma seção que adota formato similar aos fóruns ou debates *online*.

Quanto ao que se pôde observar em relação à combinação de palavras, a palavra mais frequente foi “negro” (n=957) e suas variações (negra, negros, negras, etc) em 121 matérias (94,5% dos *corpora*). O termo foi o que mais apresentou-se associado à outras palavras nos *corpora*. As revistas que mais utilizaram o termo e suas variações foram a *Galileu* (n=493) e *Ciência Hoje* (n=361), enquanto a revista *Superinteressante* foi a que menos usou o termo em suas matérias (n=103). A segunda palavra mais frequente foi “mulher” e suas variações (n=519), correspondendo a 60% matérias (n=78).

Figura 11 - Nuvem de Palavras com as palavras mais utilizadas em combinação com outras.

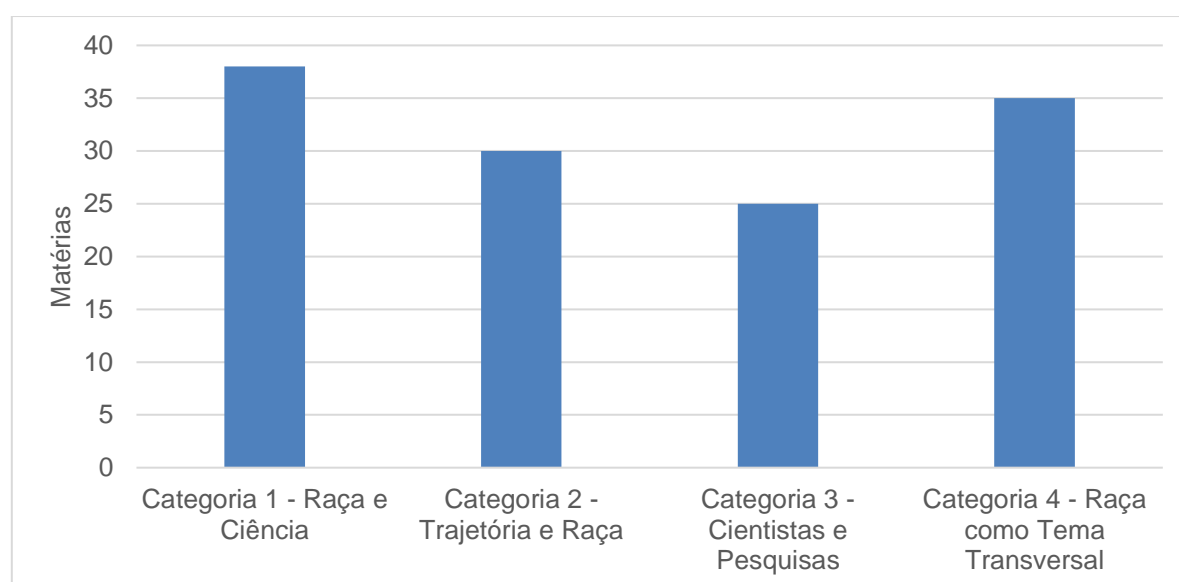


Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

As palavras “ciência” e suas variações emergiram como a terceira (n=401) no *ranking* de frequência. Quanto aos termos “cientista” e “pesquisador” estão como vigésima segunda posição (n=235) e trigésimo oitavo (n=179) lugar no *ranking*, respectivamente. Somados, os termos constituiriam o terceiro lugar (n=414), acima do termo “ciência” e abaixo da frequência do termo “mulher” e suas variações. Essa observação demonstra que nas matérias, há o devido esforço em apresentar os pesquisadores enquanto autoridades científicas.

Quanto às categorias, 29,7% das matérias se enquadraram na categoria Raça e Ciência (n=38), sendo a categoria com maior número de matérias. A categoria Trajetória e Raça é composta por 23,4% das matérias (n=30), e a categoria Cientistas e Pesquisas possui 19,3% das matérias analisadas (n=25). A segunda categoria com maior número de matérias é Raça como Tema Transversal com 35 matérias, correspondendo a 27,3% do *corpus* (Figura 12).

Figura 12 - Número de revistas enquadradas nas categorias de inclusão e organização por tema.



Fonte: O autor (2023)

Cada categoria apresentou maior associação a um gênero textual, no entanto, detalharemos a respeito nos próximos capítulos. De modo geral, os gêneros textuais nos permitem identificar a reportagem-perfil como o gênero discursivo mais

frequente entre as matérias (n=25), sendo artigo o segundo (n=24) e o Debate/Fórum o menos frequente (n=1) (Tabela 2).

Tabela 2 - Frequência de Gêneros Textuais encontradas a partir das matérias analisadas.

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem (válido)	Porcentagem (cum.)
Artigo	24	18,8	18,8	18,8
Coluna	4	3,1	3,1	21,9
Debate/Fórum	1	0,8	0,8	22,7
Entrevista	6	4,7	4,7	27,3
Nota	7	5,5	5,5	32,8
Notícia	16	12,5	12,5	45,3
Reportagem Clássica	11	8,6	8,6	53,9
Reportagem Interpretativa	17	13,3	13,3	67,2
Reportagem-Perfil	25	19,5	19,5	86,7
Resenha	17	13,3	13,3	100
TOTAL (válido)	128	100	100	
TOTAL	128	100		

Fonte: O autor (2023)

Quanto aos cientistas encontrados nas matérias, foi possível identificar 129 menções a cientistas brancos, 178 menções a cientistas negros e 9 menções a cientistas pertencentes a outras raças sociais. No entanto, os mesmos cientistas negros por vezes foram citados em mais de uma matéria, elevando o número de menções. Eliminando as repetições, o total de cientistas negros corresponde a 122 indivíduos, cujos nomes e frequência de menções poderão ser observados na tabela 3.

Tabela 3- Lista de cientistas negros mencionados nas matérias e o número de matérias em que cada cientista foi citado.

N	Nome	Matérias	N	Nome	Matérias
1	Abdias do Nascimento	4	62	Karine Teixeira Damasceno	1
2	Achille Mbembe	1	63	Katherine Johnson	9
3	Aklilu Lemma	1	64	Kenneth Clark	1
4	Alberto da Costa e Silva	1	65	Kiusam de Oliveira	1
5	Alessandra Devulsky	1	66	Laura Cavalcante Padilha	1

6	Alfred Oscar Coffin	1	67	Leda Martins	1
7	Alice Ball	3	68	Lélia Gonzalez	2
8	Alice H. Parker	1	69	Léopold Sédar Senghor	1
9	Alice Walker	1	70	Lisa Gelobter	1
10	Alisa Bierria	1	71	Luciara Ribeiro	1
11	Ana Célia da Silva	1	72	Luís Eduardo Batista	1
12	Ana Flávia Magalhães Pinto	1	73	Luiz Gonzaga Pinto da Gama	2
13	Ana M. Canavarro Benite	1	74	Luiza Bairros	2
14	André Pinto Rebouças	1	75	Mae Jemison	10
15	Andrelino Campos	1	76	Malone Mukwende	1
16	Angela Davis	4	77	Mamie Phillips Clark	4
17	Angela Nascimento	1	78	Mandla Maseko	1
18	Annie Easley	2	79	Marcelle Soares-Santos	1
19	Áurea Carolina	1	80	Marguerite Ann Johnson	1
20	Beatriz Nascimento	2	81	Maria Aparecida Silva Bento	1
21	Bel Santos Mayer	1	82	Maria Nely Santos	1
22	Bernard Harris Jr.	1	83	Marian Croak	1
23	Bia Timóteo	1	84	Marielle Franco	3
24	Brian Turyabagye	1	85	Marilene Rosa Nogueira da Silva	1
25	Carl Hart	1	86	Mario Medeiros	1
26	Charles E. Anderson	1	87	Martin Luther King	1
27	Cheikh Anta Diop	1	88	Mary Beatrice Davidson Kenner	1
28	Chimamanda Ngozi Adichie	2	89	Mary Jackson	2
29	Clarence Ellis	1	90	Milton Santos	2
30	Clovis Moura	1	91	Moctar Dembélé	1
31	Conceição Evaristo	2	92	Neil deGrasse Tyson	3
32	Coretta Scott King	1	93	Nia Imara	1
33	Cristiane Sobral	1	94	Nilma Lino Gomes	1
34	Daniela Gomes	1	95	Nina Joblonski	1
35	David Blackwell	1	96	Patricia Era Bath	2
36	David Williams	1	97	Paula Beatriz de Souza Cruz	1
37	Denise Ferreira da Silva	1	98	Peggy McIntosh	1
38	Djamila Ribeiro	4	99	Petronilha B. Gonçalves e Silva	2
39	Dorothy Vaughan	1	100	Rachel Hardeman	1
40	Eduardo Januário	1	101	Rita de Cássia dos Anjos	2
41	Elizabeth Rasekiala	1	102	Ronald McNair	1
42	Ernest Everett Just	1	103	Ruth Guimarães	1
43	Evan Forde	1	104	Saidiya Hartman	1

44	George Washington Carver	1	105	Shirley Ann Jackson	1
45	Gérard Niyondiko	1	106	Sian Proctor	1
46	Gladys West	1	107	Sílvio de Almeida	1
47	Grada Kilomba	1	108	Simone Maia Evaristo	1
48	Guion S. Bluford Jr.	1	109	Sonia Guimarães	3
49	Hélio Menezes	1	110	St. Elmo Brady	1
50	Jane Cooke Wright	2	111	Sueli Carneiro	2
51	Jane Cooke Wright	1	112	Valerie Thomas	1
52	Jaqueline Gomes de Jesus	1	113	Vanicléia Silva Santos	1
53	Jared Amarante	1	114	Victor J. Glover	1
54	Jeanette Epps	3	115	Virgínia Leone Bicudo	3
55	Jessica Watkins	1	116	Viviane dos Santos Barbosa	1
56	José Carlos do Patrocínio	1	117	W. E. B. Du Bois	3
57	José do Patrocínio	1	118	Wangari Maathai	1
58	Josildete Gomes Consorte	1	119	Yaa Gyasi	1
59	Josué de Castro	1	120	Yvonne Cagle	1
60	Juliano Moreira	1	121	Zélia Amador de Deus	1
61	Kabengele Munanga	1	122	Zeze Menezes	1

Fonte: O autor (2023)

Foi possível observar que maior frequência da *Galileu* com narrativas e percursos de cientistas, enquanto a revista *Superinteressante* demonstrou maior número de matérias que tratam questões raciais como temas transversais. Já a revista *Ciência Hoje* não apresentou relação com nenhuma das categorias especificamente. Essa observação também é expressa em como os cientistas negros são citados por cada revista. A revista *Galileu*, por se debruçar principalmente em narrativas e listas, apresenta 80% das citações a cientistas enquanto referência histórica (n=40) em 50 matérias das 68 matérias. A revista *Ciência Hoje* apresenta 36% das citações a cientistas negros enquanto fonte primária (n=8) em 22 matérias. Apesar de a *Galileu* apresentar 40% de citações como fontes primárias (n=9), a *Ciência Hoje* corresponde a um número menor de matérias em comparação à revista *Galileu*. A revista *Galileu* possui maior número de matérias pertencentes à categoria Trajetória e Raça. A *Superinteressante* apresentou maior número de matérias na categoria Raça como Tema Transversal (Tabela 4).

Tabela 4 - Número de matérias inclusas nas categorias. Divisão por revistas. Casos

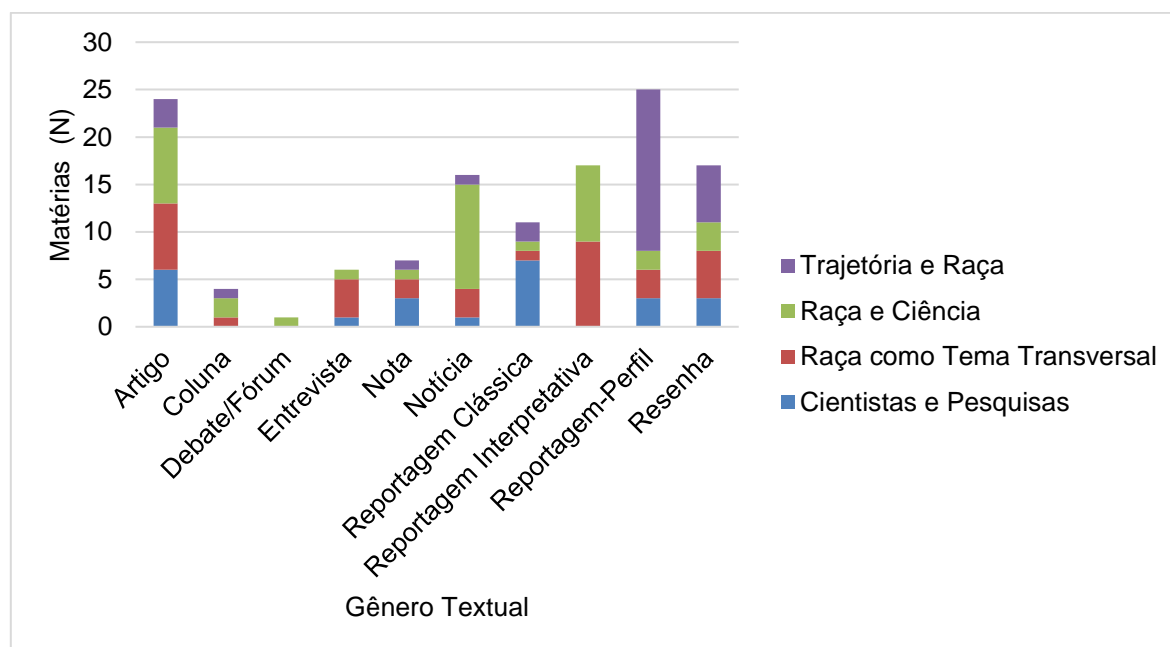
válidos: 128; Casos faltando: 0 (0,0%).

Categoria	<i>Ciência Hoje</i>	<i>Galileu</i>	<i>Superinteressante</i>	Total
Raça e Ciência	17	18	3	38
Trajatória e Raça	5	25	0	31
Cientistas e Pesquisas	8	15	2	24
4 Raça como Tema Transversal	14	10	11	35
Total	44	68	16	128

Fonte: O autor (2023)

O gênero Notícia corresponde a 11 das 16 matérias desse gênero presentes na categoria Raça e Ciência. Enquanto 17 das 25 matérias pertencentes ao gênero reportagem-perfil encontram-se na categoria Trajetória e Raça. Já a categoria Cientistas e Pesquisas apresenta maior frequência de matérias do gênero reportagem clássica (n=7). Quanto à categoria Raça como Tema Transversal, houve maior frequência de matérias do gênero interpretativo (n=9) (Figura 13).

Figura 13 - Classificação de Gênero Textual das matérias segundo as categorias.

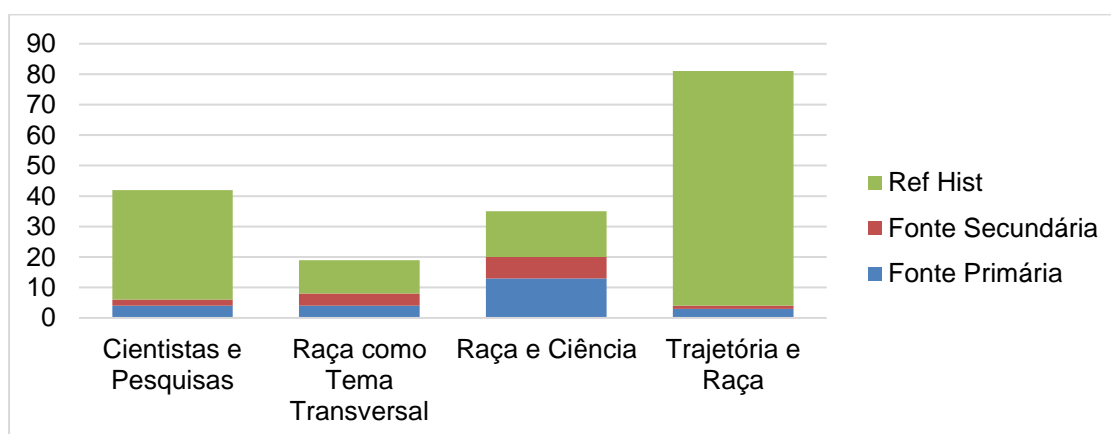


Fonte: O autor (2023)

Quanto às categorias e os cientistas negros, a categoria Raça e Ciência foi a que apresentou maior número de cientistas negros como fonte primária (n=13), secundária (n=8), mais 14 citações a cientistas enquanto referências históricas. Essa

categoria apresenta citações a cientistas negros em apenas 13,1% das matérias (n=5). No entanto, a categoria Trajetórias e Raça apresentou maior número de cientistas mencionados, onde das 178 codificações a cientistas negros, 81 foram nesta categoria. Correspondendo à 23% do total de matérias (n=128), e 46% do total de codificações relacionadas a cientistas (n=81). Em relação ao número de matérias, cientistas negros são citados como referência histórica, fonte primária e secundária em 26, três e uma matérias (respectivamente). A categoria Cientistas e Pesquisas foi a que demonstrou menor expressividade em todos os quesitos, sendo a categoria com menor número de matérias (n=24). A categoria Raça como Tema Transversal foi a que se destacou por ser a categoria em que 66% das matérias não citaram cientistas negros (n=23) (Figura 14).

Figura 14 - Número de cientistas negros citados em cada categoria divididos de acordo com as codificações de citação aos cientistas negros.



Fonte: O autor (2023)

É possível observar que para três das categorias não há relação direta dos cientistas como fonte primária e secundária com as categorias Raça e Ciência, Cientistas e Pesquisas e Raça como Tema Transversal. Em relação aos Códigos TCR, a categoria Raça e Ciência foi a que mais apresentou códigos em suas matérias com média de 5,3 temas associados a raça sendo mencionados ou discutidos por matéria. A categoria Raça como Tema Transversal foi a que apresentou segunda maior média de códigos TCR, sendo, no entanto, a categoria com menor menção a cientistas negros (Tabela 5).

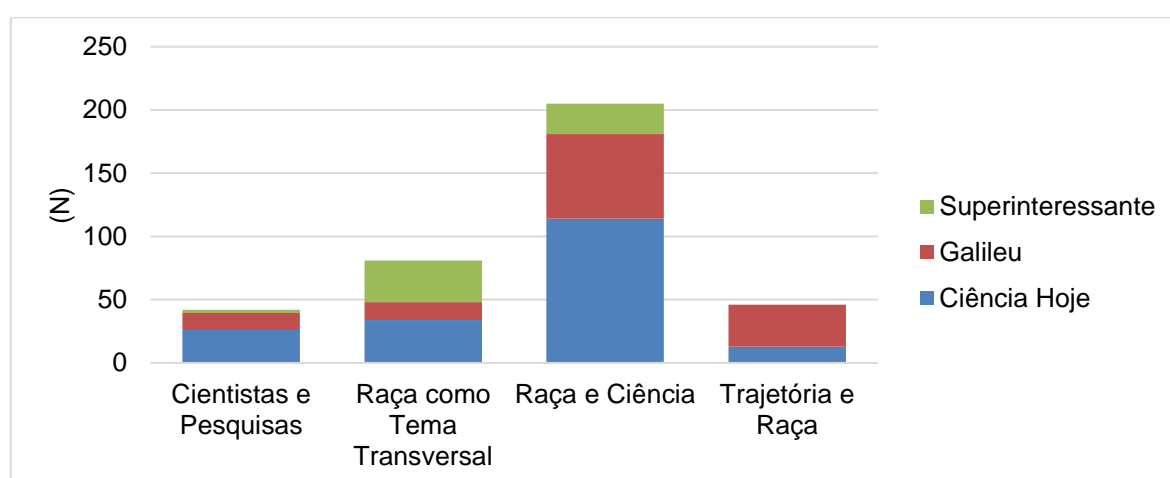
Tabela 5 - Média de temas TCR codificados por matéria segundo as categorias.

Categorias	Matérias (N)	Média de Códigos TCR por Matéria
Raça e Ciência	38	5,39
Trajatória e Raça	31	1,48
Cientistas e Pesquisas	24	1,75
Raça como Tema Transversal	35	2,31
Total	128	2,92

Fonte: O autor (2023)

Os códigos TCR ao todo, somam 374 segmentos codificados em 91 dos 128 documentos analisados. O código mais frequente considerando os segmentos codificados foi o código “Dados Raciais” que corresponde a 53 segmentos, sendo assim, 14% do total. Quando observada a frequência por matérias, o código “Raça e Sistema” aparece em 30 matérias, correspondendo a 33% das matérias com código. Ao observarmos os códigos TCR por categoria, podemos identificar a categoria Raça e Ciência como a categoria que discute o maior número de temas associados à questões raciais (n=205 codificações), sendo a categoria Raça como Tema Transversal a segunda que mais aborda tais questões (n=81) e a que menos traz tais questões é a categoria Cientistas e pesquisas (n=42).

Figura 15 - Número de segmentos codificados com os temas/códigos TCR por categoria e revista.



Fonte: O autor (2023)

Enquanto as categorias nos ajudam a identificar o tema geral a partir de uma visão macro, os gêneros textuais nos auxiliam a entender como tais temas têm sido discutidos, uma vez que a partir deles é possível identificar características narrativas. As escolhas relacionadas a produção mostraram-se optar por duas principais formas de apresentação do pesquisador negro: Narrativas que percorram sua trajetória de vida e suas contribuições à ciência; e narrativas que percorram sua vida acadêmica, culminando em sua contribuição. Assim, na primeira parte deste capítulo daremos enfoque nos dados emergentes mais relevantes para cada categoria. Na segunda parte discutiremos as implicações e aspectos a se considerar a partir dos dados analisados.

4.1 TEMAS RACIAIS NA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E JORNALISMO

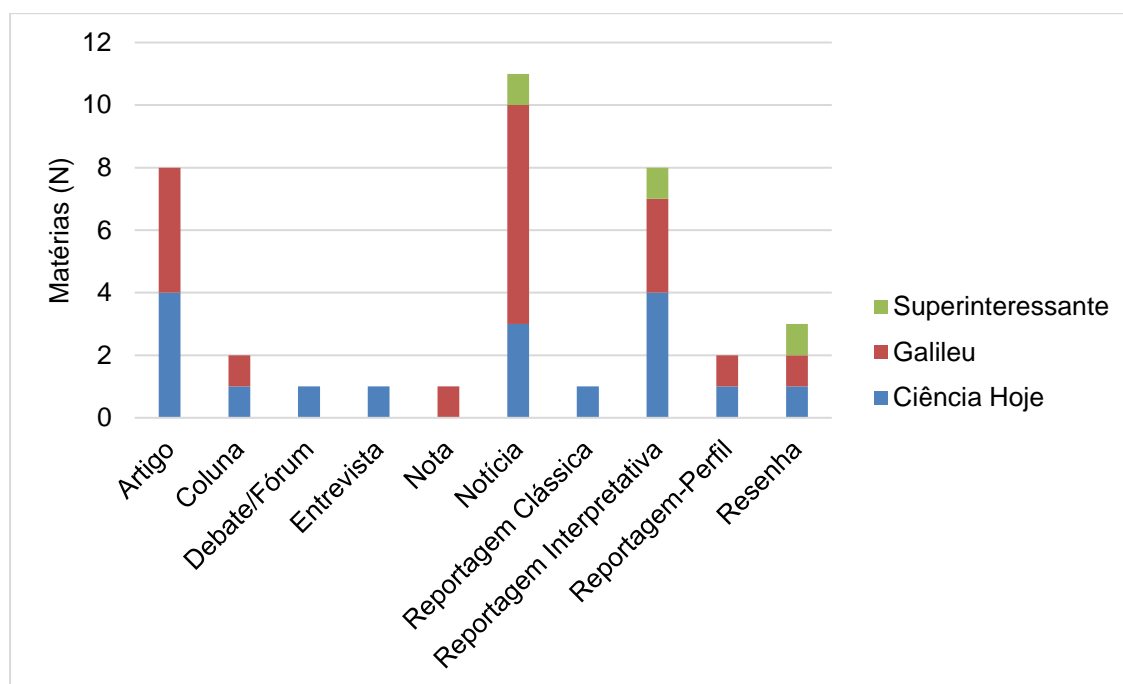
Esta primeira parte se dedicará a apresentar as categorias e resultados, trazendo citações das matérias que melhor representem o todo. Sendo assim, nos atentaremos ao gênero textual escolhido para abordar tais matérias, apresentarei os códigos emergentes mais frequentes e alguns dos cientistas citados, e finalizaremos esta parte com a relação de cada revista com os aspectos desenvolvidos.

4.1.1 Raça e Ciência

A categoria Raça e Ciência composta por 38 matérias foi a que apresentou o maior número de cientistas negros citados enquanto fonte primária, assim como também foi a categoria que aborda o maior número de temas associados a questões raciais. Nessa categoria estão 18 matérias da *Galileu*, três da revista *Superinteressante* e 17 matérias da revista *Ciência Hoje*. Os temas a serem amplamente discutidos nessa categoria devem-se ao grande número de matérias nos gêneros interpretativos e opinativos. Os gêneros mais frequentes nessa categoria foram artigo (n=8), reportagem interpretativa (n=8) e notícia (n=11), correspondendo a 27 das 38 matérias nesta categoria. O Artigo e a reportagem interpretativa, gêneros opinativo e interpretativo, foram os mais frequentes na revista *Ciência Hoje* (Figura 15).

Figura 16- Número de matérias na categoria Raça e Ciência segundo revista e

classificação textual.



Fonte: O autor (2023)

O gênero notícia possui um caráter informativo não fazendo uso de interpretações e opiniões. As discussões nesse estilo narrativo traziam informações de maneira objetiva:

A suposta diferença racial apontada pelo cientista (James D. Watson), entretanto, nunca se comprovou em pesquisas sérias: na realidade, os apoiadores da ideia de uma "supremacia branca" foram grupos que utilizaram a pseudociência para sustentar projetos como o nazismo na Alemanha da década de 1930. (*GALILEU*: Vencedor de Prêmio Nobel perde honrarias após comentários racistas, 2019)

As matérias nessa categoria buscam discutir o racismo em discussões que se desdobram a partir de acontecimentos específicos, pesquisas ou informações trazidas pelo próprio cientista. Nas revistas *Galileu* e *Superinteressante*, com certa frequência são utilizadas pesquisas como introdução ao assunto,

Um estudo revelou que, nos Estados Unidos, recém-nascidos têm maior chance de sobrevivência quando atendidos por médicos da

mesma raça. De acordo com o trabalho, conduzido por pesquisadores de três universidades norte-americanas, os bebês negros morrem três vezes mais do que bebês brancos durante a internação inicial. Porém, quando atendidos por médicos negros, sua taxa de mortalidade cai à metade. Já com os bebês brancos não existe diferença de mortalidade relacionada à raça do médico responsável. “Esta é a primeira evidência do efeito da concordância racial entre médico e paciente na diferença de mortalidade entre negros e brancos.” (GALILEU: Morte de bebês negros cai pela metade quando tratados por médicos negros, 2020)

Uma nova pesquisa da universidade Duke, nos Estados Unidos, mostra que mulheres pretas com cabelo natural são vistas como menos profissionais no ambiente de trabalho em relação àquelas que alisam os fios. Os resultados serão publicados em breve na revista científica *Social Psychological and Personality Science*. “Quando uma mulher negra escolhe alisar o cabelo, deve ser uma preferência pessoal, não um fardo para obedecer a um conjunto de critérios para os quais pode haver consequências adversas”, disse, em nota, Ashleigh Shelby Rosette, professora e reitora associada da Universidade Duke e a responsável por conduzir a pesquisa. (GALILEU: Mulheres negras com cabelo natural são vistas como menos profissionais, 2020)

As pesquisas que nos casos anteriores iniciaram as matérias, são apresentadas segundo recortes, seguindo-se breve discussão sobre questões raciais. Outras matérias, no entanto, optam por abordar questões raciais a partir de acontecimentos específicos:

Na última quarta-feira (10), cientistas negros de todo o mundo pararam suas produções em forma de protesto contra o racismo na academia. A iniciativa, chamada de Strike for Black Lives (em português, “greve pelas vidas negras”), foi motivada pela onda de manifestações em reação ao assassinato de George Floyd por um policial em Minneapolis, nos EUA. (SUPERINTERESSANTE: Strike for Black Lives: cientistas fazem greve para debater racismo, 2020)

Na semana passada, o caso bizarro de Rachel Dolezal, líder da Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor, deixou muita gente confusa. Ela se identifica como negra, mas seus pais vieram a público dizer que ela nasceu branca e é o mais caucasiana que uma pessoa pode ser, com ascendência tcheca, alemã e sueca. Fotos da infância de Rachel foram divulgadas, mostrando uma menina branca de cabelos loiros compridos. Nem parece a mesma pessoa de hoje, com um tom mais escuro de pele e black power. Em sua defesa, Rachel disse que sempre se identificou como negra. (*GALILEU: Por que Rachel Dolezal não pode ser considerada 'transraci-al'?*, 2015)

Já na Revista *Ciência Hoje*, as questões raciais frequentemente são introduzidas a partir de um contexto histórico:

Nascido anos após a Lei Áurea – que aboliu oficialmente a escravidão no Brasil, mas não criou condições dignas de inserção dos escravizados e seus descendentes na sociedade –, o movimento negro vem se transformando continuamente, influenciado por mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais no Brasil. Caracterizado pela pluralidade de suas formas de organização e também de suas pautas, o movimento vai muito além do combate ao racismo enraizado no país. (*CIÊNCIA HOJE: Novos rumos do movimento negro*, 2019)

Não é possível esquecer que, entre o final do século 16 e o meado do século 19, milhares de seres humanos originários de diversas partes do continente africano foram introduzidos à força na América portuguesa, constituindo um dos negócios mais lucrativos da fase de implantação do capitalismo. Nem que o tráfico negreiro nutriu um número considerável das grandes fortunas da época. (*CIÊNCIA HOJE: O peso da escravidão*, 2014)

Introduzido o assunto, as matérias se desdobram sobre o conceito de racismo enquanto sistema hierárquico da sociedade:

O racismo emerge de hierarquizações sociais, baseadas no estabelecimento de categorias de 'raça', que são historicamente constituídas e, conseqüentemente, moldam a própria estrutura de uma sociedade, permeando a cultura, as instituições, as práticas, as relações interpessoais e coletivas em seus diversos setores e atividades. (*Ciência Hoje: O necessário diálogo entre raça, gênero, educação e ciências*, 2021)

Como um sistema de relações de poder baseado na dominação:

“É uma ideologia que se reproduz facilmente e que está sempre ligada à dominação de um grupo sobre o outro”, diz Kabengele. Ou seja, além de qualquer aspecto psicológico, o racismo tem motivos bastante práticos. “Ele é um sistema de levar vantagens sobre outras pessoas e manter privilégios”, afirma a psicóloga Maria Aparecida Silva Bento, coordenadora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert). (*SUPERINTERESSANTE: A ciência contra o racismo*, 2017)

“Entendemos que o racismo está estruturado na nossa sociedade, e por isso impacta a vida de todos de diferentes formas”, diz Luís Eduardo Batista, pesquisador do Instituto de Saúde da Secretaria de Saúde de São Paulo. “Ele interfere no acesso aos serviços, na qualidade e até nas relações do usuário com o profissional”, complementa Batista, que também é coordenador do GT Racismo e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). (*GALILEU: Na pandemia de Covid-19, negros morrem mais do que brancos*, 2020)

. O código Dados Raciais permanece como fio condutor o qual por vezes introduz um assunto, ou mediando o passado com o presente, partem os discursos a respeito da influência da raça na sociedade. Os dados estatísticos (codificados como Dados Raciais) constituem 35 segmentos codificados em 16 matérias, sendo 17 segmentos na *Galileu*, 14 na revista *Ciência Hoje* e quatro na *Superinteressante* (Tabela 6).

Tabela 6- Códigos TCR mais frequentes da categoria Raça e Ciência (N) e percentagem em relação ao todo (considerando matérias os quais os códigos não estiveram presentes) e percentagem válida (considerando apenas as matérias em que estiveram presentes os códigos).

	Frequência (Matérias)	Porcentagem	Porcentagem (válida)
Dados Raciais	16	42,11	53,33
Raça e Sistema	13	34,21	43,33
Contexto Histórico	11	28,95	36,67
Ações Afirmativas	10	26,32	33,33
Racismo Científico	9	23,68	30,00
Gênero	6	15,79	20,00
Democracia racial	5	13,16	16,67
Branqueamento	4	10,53	13,33
Conceito de Raça	4	10,53	13,33
Estereótipos	4	10,53	13,33

Fonte: O autor (2023)

A partir da introdução e conceituação, as matérias tendem a trazer informações estatísticas para fundamentar e exemplificar os diversos aspectos do racismo na sociedade. Das diversas faces do racismo, o racismo científico é um dos mais discutidos:

Por exemplo, o termo racismo científico se refere às tentativas de explicar ou justificar discriminações e desigualdades sociais por meio de um pretense conceito biológico de raça, com base no qual certos grupos estariam mais propensos a determinados comportamentos e apresentariam maiores ou menores capacidades físicas e cognitivas. (*CIÊNCIA HOJE: O necessário diálogo entre raça, gênero, educação e ciências*, 2021)

A revista *Ciência Hoje* discute conceitualmente o racismo científico¹² e seus efeitos. Cabe ressaltar que foram codificados separadamente o racismo cometido

¹² O Racismo Científico é aqui compreendido a partir de um consenso da comunidade científica numa crença pseudocientífica (a suposta inferioridade racial de determinados grupos). O racismo cometido por cientista é aqui compreendido como discriminação direta ou indireta em função da crença de um indivíduo na pseudociência apesar do conceito biológico de raça não ter fundamento científico.

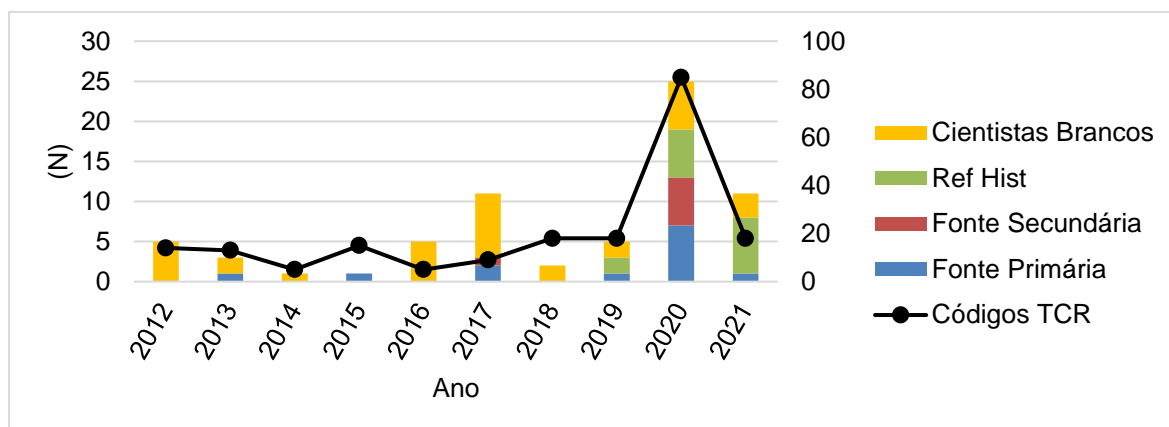
por cientista e o racismo científico, tendo como principal diferencial o tempo e a comunidade científica. Na revista *Galileu*, se discute com maior frequência o racismo associado à academia, e a *Superinteressante*, o racismo religioso:

Essa não é a primeira vez que o pesquisador teria feito comentários racistas: em 2007, ele afirmou que era "pessimista" sobre o futuro da África porque "todas as nossas políticas sociais são baseadas no fato de que a inteligência deles é a mesma que a nossa, enquanto todos os testes dizem que não é, na verdade". (*GALILEU: Vencedor de Prêmio Nobel perde honrarias após comentários racistas*, 2019)

Os pesquisadores associavam os traços físicos de cada raça a atributos morais para tentar eliminar características indesejáveis. Um deles foi o conde francês Joseph Arthur de Gobineau, que em 1855 concluiu que a miscigenação causa a decadência dos povos e que os alemães eram uma raça superior às outras. Um de seus discípulos foi o médico brasileiro Raimundo Nina Rodrigues, para quem os rituais de candomblé eram uma doença dos negros. (*SUPERINTERESSANTE: A ciência contra o racismo*, 2017)

Assim, podemos observar tanto a partir da análise qualitativa quanto nos dados quantitativos a respeito dos temas raciais, certa regularidade de códigos TCR até 2017. A respeito de cientistas negros, são poucas as participações enquanto fontes durante todo o período de 2012 a 2021, sendo em 2020 o ano com maior número de fontes especializadas negras (Figura 16).

Figura 17- Presença de Cientistas negros e brancos mencionados e Códigos TCR (eixo secundário) agrupados por ano.



Fonte: O autor (2023)

Dos 13 cientistas mencionados como fontes primárias e secundárias, apenas quatro correspondem ao período anterior a 2018. Neste mesmo período, 23 cientistas brancos foram referenciados (de um total de 34). Ao retornarmos às matérias que compõe a categoria, observamos que a branquitude só foi abordada uma vez nesses anos de 2012 a 2018:

Na mesma época, os europeus chegaram à África e à América e encontraram seres humanos de aparência diferente da que eles conheciam. “Até então, a humanidade era a Europa. O conceito de branco não existia antes de eles conhecerem o negro”, diz Munanga. O encontro trouxe novos dilemas. Os teólogos da época discutiam se os índios tinham alma com o objetivo de saber, por exemplo, se ter relações sexuais com eles era pecado (*SUPERINTERESSANTE: A ciência contra o racismo*, 2017)

Diante da Lei 12.288/10 (que prevê medidas a fim de promover igualdade racial), o CNPq incluiu o campo “raça/cor” na plataforma *Lattes*. Diante de tal medida, observa-se diversos movimentos contrários:

Ao saber da novidade, enviou um ao CNPq manifestando sua opinião. “Disse a eles que a história está crivada de lamentáveis episódios em que a ciência se curvou perante demandas irracionais da política, com consequências invariavelmente dramáticas”, conta. “Ao contrário de colaborar imediatamente com essa imposição racialista e anticientífica, o CNPq deveria ter se recusado a obedecer a essa

circular (que não está lastreada na Lei) e protestado fortemente através de sua Procuradoria Jurídica. (*CIÊNCIA HOJE: Qual a sua raça/cor?*, 2013)

Mesmo após a secretária de políticas de ações afirmativas da SEPPIR enfatizar a importância do campo para análise da presença de pesquisadores das diversas raças na academia, acadêmicos se posicionaram fortemente em oposição:

A indignação de Pena se explica pela sua linha de pesquisa. Há anos o geneticista estuda a ancestralidade genética da população brasileira e vem demonstrando que, biologicamente, não é possível falar em raças humanas. Outro ponto sustentado pelo trabalho de Pena é que, devido à ampla mistura de genes entre a população brasileira, não existe correspondência entre a cor da pele e a ancestralidade, podendo uma pessoa descendente de europeus ter pele escura e vice-versa. (*CIÊNCIA HOJE: Qual a sua raça/cor?*, 2013)

Para além dos privilégios sociais, a branquitude está associada ao poder do branco de ser *“a própria medida de si e dos outros, de modo que todos os não brancos somente podem ser uma imitação do branco. Sempre será um ‘não ser’. O ‘ser’ fica restrito ao homem branco e, no máximo, à mulher branca”* (*GALILEU: Precisamos falar sobre branquitude e seu papel na luta antirracista*, 2020). Utilizando-se de compreensões biológicas, avalia um fenômeno social e nega uma realidade que se instituiu no âmbito socioeconômico e cultural:

Ainda assim, Strozenberg acredita que a desracialização é uma forma válida de combater o racismo. “É importantíssimo divulgar que do ponto de vista da ciência a raça não faz sentido”, defende. “Pensar que a ciência vai ter essa influência no âmbito cultural é uma utopia, mas uma utopia em direção à qual devemos trabalhar. Quanto menos se enfatizar a ideia de raça e quanto mais se criticar essa ideia como critério para marcar a diferença entre seres humanos, melhor.” (*CIÊNCIA HOJE: Qual a sua raça/cor?*, 2013)

No entanto, nas perspectivas que negam a raça enquanto construção social (frequentemente presentes nas matérias anteriores à 2018), há a contribuição para: a invisibilização de pesquisadores negros; para o epistemicídio, e para a manutenção do racismo institucional:

“As tragédias geradas por essas teorias fizeram a ciência aceitar que as raças não tinham nada de biológico e que eram apenas um produto da sociedade. O que vemos agora é a tendência de volta à biologia”, diz o antropólogo João Baptista Borges Pereira, da USP. (...) “Estudar as diferenças humanas é perigoso porque sempre existirão pessoas que distorcerão os estudos, mas acredito que os cientistas e o público amadureceram o suficiente para seguirmos com as pesquisas”, diz a antropóloga Nina Joblonski, da Academia de Ciências da Califórnia, Estados Unidos. Ao mesmo tempo, as ciências humanas avaliam como o racismo é difundido e prejudicial. (*SUPERINTE-RESSANTE: A ciência contra o racismo*)

O que se pode observar é que de 2012 a 2018, o cientista negro, mesmo nas discussões que dizem respeito à raça, com certa frequência estava ausente. É importante considerar que o recorte da pesquisa tende a beneficiar a presença de cientistas negros desde os termos descritores, temas selecionados e categorias de inclusão. Em 2012, três matérias foram publicadas pela *Ciência Hoje* com os títulos “Cemitério dos Pretos Novos”, “Geneticamente Reprovada, Socialmente Presente” e “O Indivíduo, a História e a Genética”. Apesar de desde a manchete demonstrar um interesse em discutir raça, nenhum cientista negro é citado nas matérias. Para contrapor a visão de Sérgio Pena, que é convidado em duas das matérias, a historiadora Lilia Schwarcz em “Geneticamente Reprovada, socialmente presente”. Já em “O Indivíduo, a História e a Genética”, é convidado o historiador José Murilo de Carvalho. O mesmo se repete em 2013 em duas matérias, os quais apenas Ângela Maria de Lima Nascimento, a secretária da Seppir foi convidada a falar em resposta ao geneticista Sérgio Pena devido sua oposição ao campo raça/cor incluído na plataforma *Lattes*. Cientistas negros não são novamente citados até o ano de 2017.

As discussões passam por uma mudança interessante após 2018, não apenas no número de matérias que passa de 12 para 26, quanto na riqueza de temas abordados e alta na presença de cientistas negros enquanto fontes primárias e

secundárias¹³. Nesse período, o conceito de raça não está presente em nenhuma das matérias enquanto dicotomia entre aspectos biológicos e sociais. O conceito de raça emerge enquanto conceito a ser elucidado:

Se do ponto de vista biológico uma divisão da nossa espécie em “raças” seja fruto de arbitrariedades e vícios classificatórios – já que, mesmo com todas as diferenças e especificidades de cada população ancestral, a proporção de semelhanças e de variação genética compartilhada é significativamente maior –, pelo enfoque social, as assimetrias entre as populações de ascendência indígena, africana e europeia são inegáveis a (*CIÊNCIA HOJE: A medicina personalizada e os desafios para o contexto brasileiro, 2021*)

O código “branquitude” aparece em seis matérias, sendo duas delas totalmente dedicadas a pensar o assunto. Na revista *Ciência Hoje*, o artigo é assinado pela autora Lia Vainer Schucman, que surge novamente na revista *Galileu* como uma das fontes na matéria “Precisamos falar sobre branquitude e seu papel na luta antirracista”. As relações raciais sob a perspectiva da intersecção de outras estruturas de poder são mais discutidas, sendo a intersecção de gênero a mais frequente nas matérias (n=5), de classe (n=4) e orientação sexual (n=2). De um total de 26 matérias publicadas ou republicadas/atualizadas para o período de 2018 a 2021, estes números de matérias de fato ainda demonstram que os assuntos são pouco presentes na divulgação científica e no jornalismo científico. No entanto, já demonstra um maior avanço nas discussões a respeito, se comparado com o período anterior. Esse avanço é perceptível em 2018 onde duas matérias emergem correspondendo a um total de 18 segmentos codificados com os códigos TCR, crescendo para cinco matérias em 2019 com 21 segmentos e alcançando ápice em 2020. Esse ano especificamente apresenta 14 matérias com 81 códigos TCR, demonstrando maior interesse em abordar os temas raciais. A pandemia em 2020 motivou o aumento no número de matérias possivelmente devido à maneira como diversos grupos minorizados foram afetados tanto pelas negligências governamentais quanto pelas desigualdades sociais:

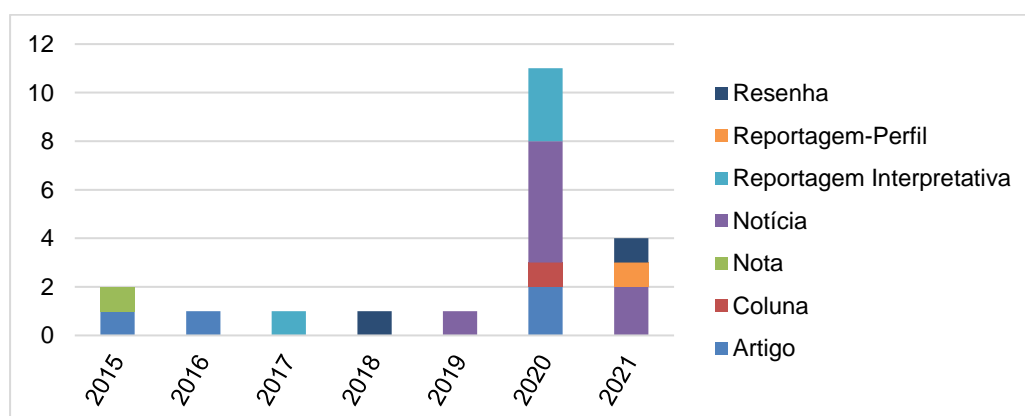
¹³ Ver Figura 14 na página 87.

De acordo com o Boletim Epidemiológico nº 17, do Ministério da Saúde, 49.6% dos óbitos foram registrados entre pardos; 7.4% entre pretos; 41% entre brancos, 0.5% entre indígenas e 1.6% entre amarelos. Portanto, se somarmos os dados pardos e pretos de acordo com as informações acima, o total chega a 57% dos casos. Ou seja, negros e negras são os mais atingidos e prejudicados pela pandemia até este momento. (*CIÊNCIA HOJE: O vírus do racismo e a covid-19* (O vírus do racismo e a covid-19, 2020)

Em 2020 também foi possível observar cientistas negros enquanto fontes primárias (n=7) e secundárias (n=7) em maior número que comparado aos anos anteriores. Em 2021 o número de matérias nessa categoria cai para seis, se mantendo ainda como um número maior do que o publicado anualmente no período anterior a 2018. Ainda em 2021, o número de códigos TCR cai para 29 segmentos se comparado à 2020, novamente se mantendo acima do número de codificações observadas anteriormente a 2018.

Nos debruçando mais especificamente no jornalismo científico, aqui representados pelas revistas *Galileu* e *Superinteressante*, apresentou matérias a partir de 2015, mantendo entre uma ou duas matérias por ano até 2019. É, no entanto em 2019 que observamos o uso mais frequente do gênero notícia, que em 2020 é amplamente utilizado (Figura 18).

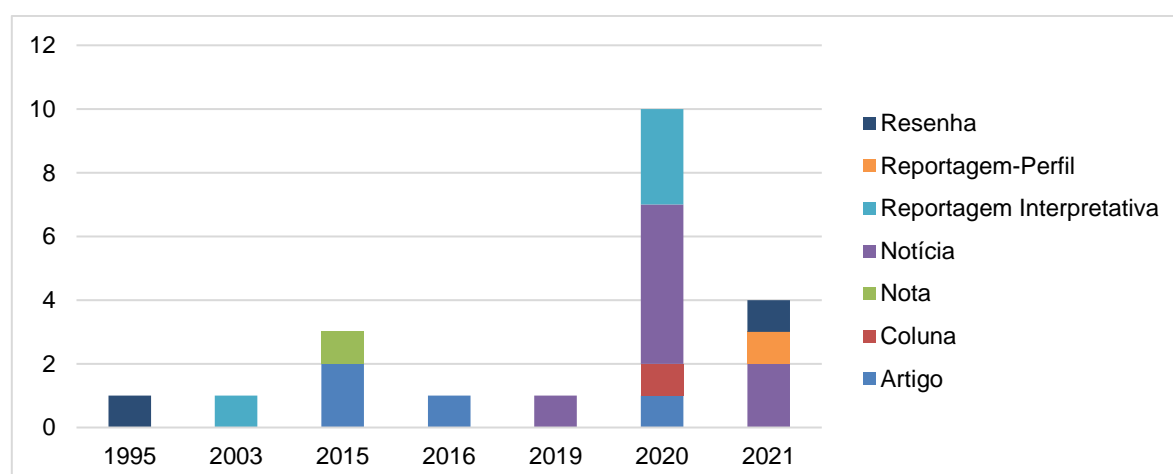
Figura 18 - Número de matérias publicadas, republicadas ou atualizadas presentes na categoria Raça e Ciência segundo gênero textual e ano.



Fonte: O autor (2023)

Sem o devido cuidado, poderíamos cometer o erro de afirmar que não houve publicações anteriores ao ano de 2015, quando na verdade, matérias publicadas entre 2012 e 2015 poderiam ter sido realocadas para anos posteriores. No entanto, ao verificarmos o ano de publicação original das matérias encontramos matérias publicadas em 1995 e 2003, havendo um hiato até o ano de 2015, onde retornam matérias a respeito do assunto. Para além disso, 2015 que conta com três matérias originais, tem uma de suas matérias atualizada e realocada para ano posterior. As matérias publicadas originalmente em 1995 e 2003 são atualizadas e retornam em 2017 e 2018 (figura 18).

Figura 19 - Número de matérias presentes na categoria Raça e Ciência segundo gênero textual e ano de publicação original.

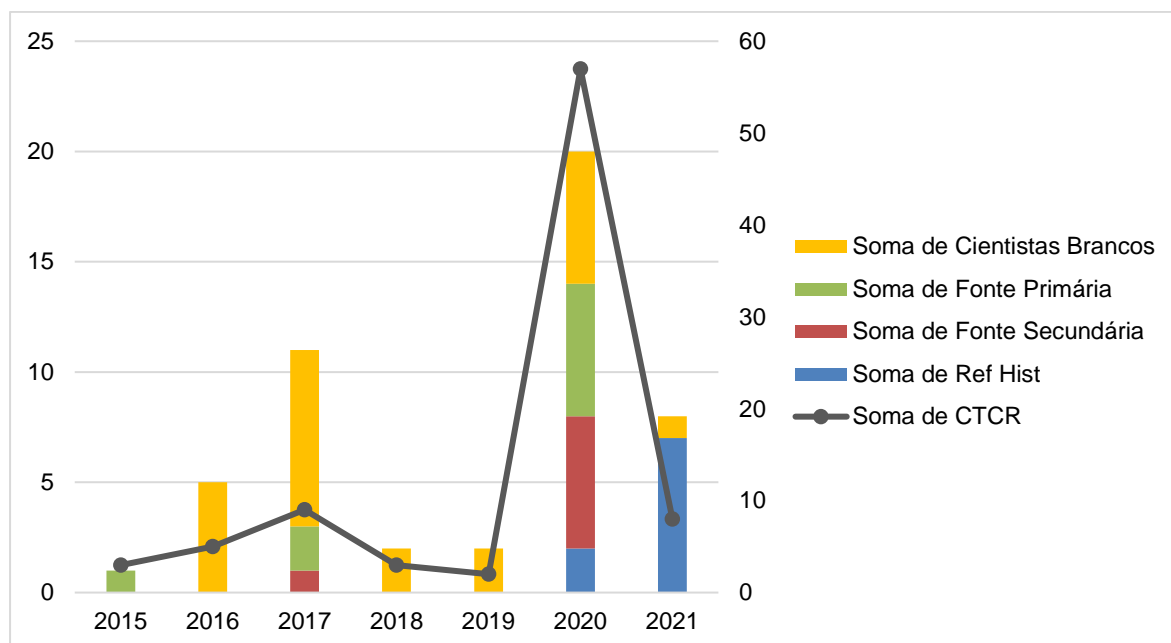


Fonte: O autor (2023)

Observamos uma positiva relação entre o número de cientistas negros e os códigos TCR nas matérias, assim como uma maior predominância de cientistas brancos nos períodos anteriores a 2020 (Figura 19)¹⁴.

Figura 20 - Presença de cientistas negros e brancos em relação aos Códigos TCR. Número de matérias organizados por ano de publicação, republicação ou atualização.

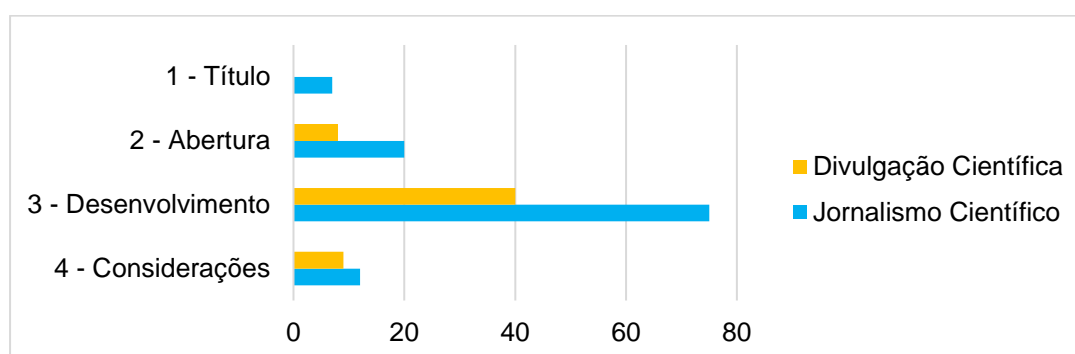
¹⁴ Nesse caso e no anterior, é importante enfatizar que a relação positiva não deva ser tomada como correlação. De fato, os códigos TCR e o número de cientistas negros apresentam crescimento paralelo, no entanto, a relação aqui não deve ser tomada como causalidade.



Fonte: O autor (2023)

Também foi possível identificar o uso frequente de pesquisas e estudos nas manchetes e *leads* das matérias do jornalismo científico. Apesar do jornalismo não necessariamente utilizar de “considerações finais” ou “conclusões”, ainda foi possível observar ao final de cada matéria um certo retorno à pesquisa, a fim de concluir o assunto (figura 20).

Figura 21- Número de segmentos nas matérias contendo menções a um ou mais estudos.

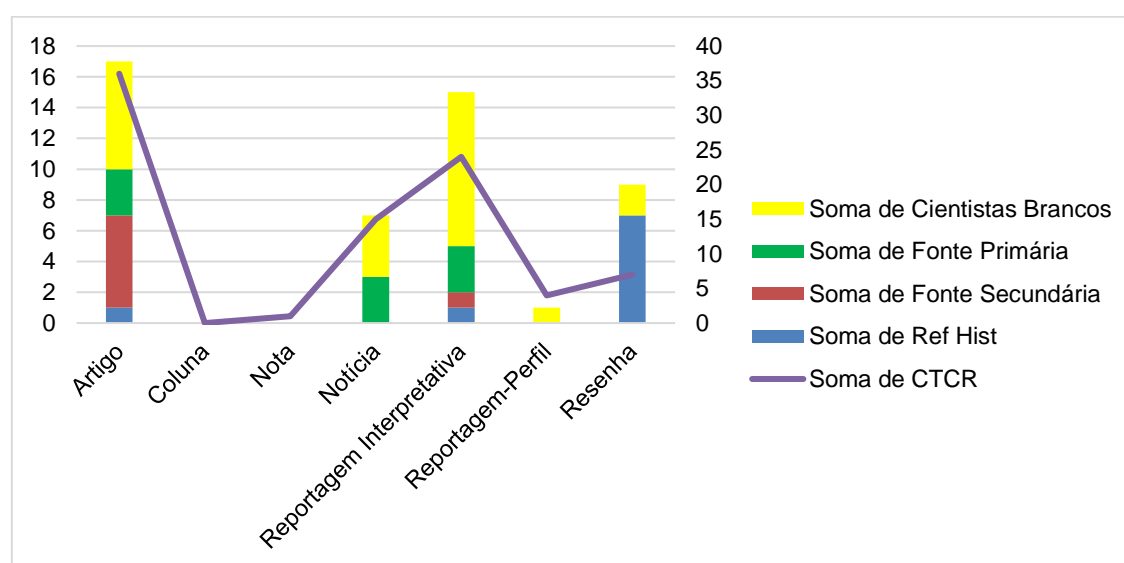


Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Já a reportagem interpretativa correspondeu apenas à quatro matérias, sendo a classificação mais frequente a notícia. O artigo se destaca como um gênero que nas discussões raciais, o número de cientistas negros enquanto fonte se sobrepõe

ao número de cientistas brancos. A sobreposição só acontece ao somando as fontes primárias e secundárias. Os dados *per se* já nos causam o alerda de temas raciais serem tratados majoritariamente por brancos. No entanto, os dados demonstraram que de fato, a reportagem interpretativa foi a segunda com a maior frequência de códigos TCR e cientistas negros enquanto fontes primárias e secundárias (figura 22):

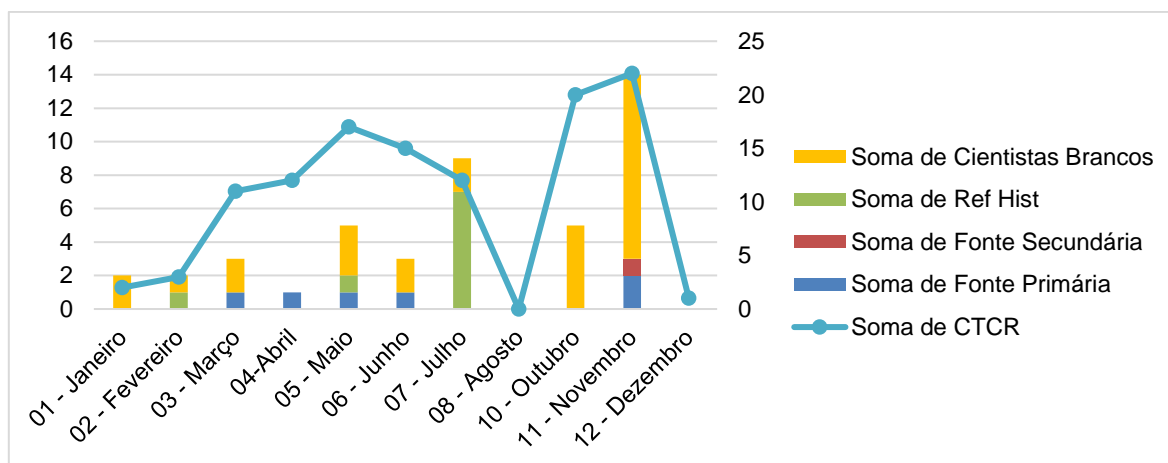
Figura 22- Número de cientistas brancos e negros presentes segundo as classificações textuais. No eixo secundário estão os números de códigos TCR de acordo com as classificações textuais.



Fonte: O autor (2023)

Como observamos anteriormente, a predominante presença do cientista branco se mantém até mesmo onde questões raciais são amplamente discutidas. Interessado em saber as possíveis influências causais no surgimento de discussões raciais, observei as matérias de acordo com o mês de publicação (figura 23).

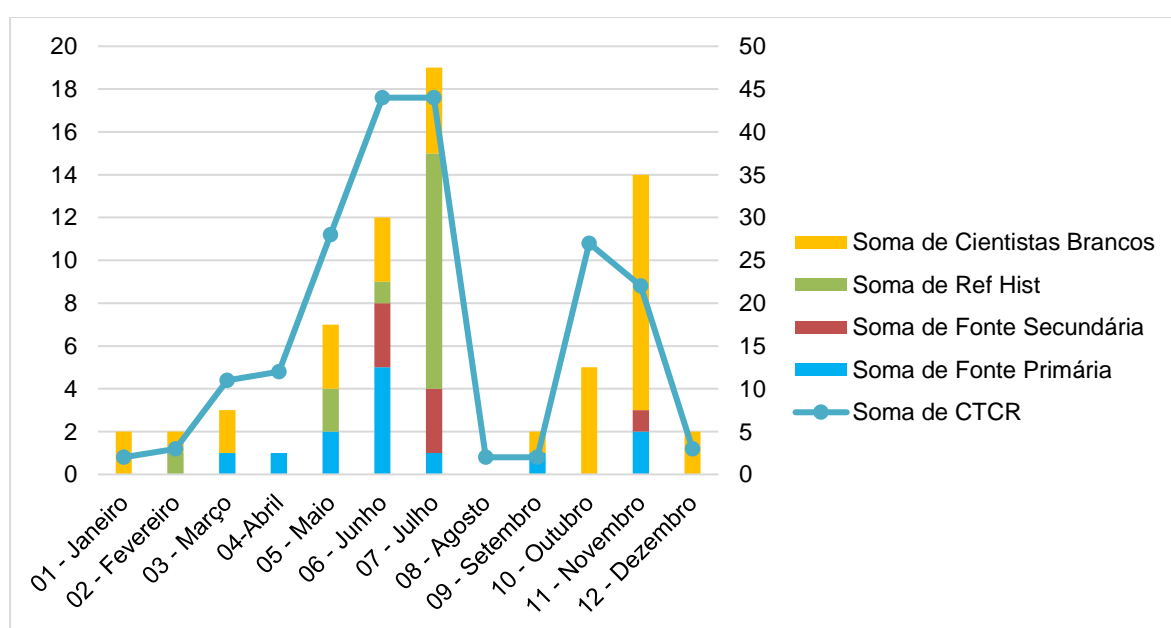
Figura 23 - Número de cientistas brancos e negros de acordo com o mês de publicação, republicação/atualização. Eixo secundário referente ao total de códigos TCR presente nas matérias. Gráfico desconsidera publicações referentes ao ano de 2020.



Fonte: O autor (2023)

Há informações importantes a se destacar: a) questões raciais se apresentam mais frequentemente nos meses próximos a maio e novembro, e; b) nestes meses, cientistas negros são convidados enquanto fontes primárias. Não incluímos o ano de 2020 nesse gráfico por se tratar de um ano atípico onde não apenas os cientistas negros foram mais presentes, quanto houve maior número de códigos TCR, como demonstra a seguir o gráfico incluindo dados do ano de 2020 (figura 24)

Figura 24 - Número de cientistas brancos e negros de acordo com o mês de publicação, republicação/atualização. Eixo secundário referente ao total de códigos TCR presente nas matérias.



Fonte: O autor (2023)

No ano de 2020, das 11 matérias publicadas nesse ano, nenhuma matéria foi publicada até maio. Em maio, uma matéria foi publicada, correspondendo a 11 das 57 codificações TCR para esse ano. Em junho, foram duas matérias publicadas somando 29 codificações TCR. Em julho foram publicadas mais três matérias correspondendo a mais 11 codificações TCR. Os três meses somados correspondem a seis matérias, sendo responsáveis por 51 das 57 codificações TCR para o ano de 2020. Nesses três meses também somados apresentam maior número de citações a cientistas negros (n=13), sendo apenas três cientistas brancos citados. Especificamente em julho ocorreu a violência contra George Floyd, e nos meses seguintes repercutiram protestos do movimento *#BlackLivesMatter*. Somados aos acontecimentos de violência no Brasil e os efeitos da pandemia, identifica-se que estas podem ter alavancado as discussões raciais nos meios de comunicação. No jornalismo científico, a raça emerge como produto a partir da observação da: predominância do gênero notícia; dos frequentes dados estatísticos apresentados, que correspondem a 19 das 57 codificações TCR do ano de 2020. Também é observável pela alta produção de conteúdo em períodos específicos. A frequência de pesquisadores brancos se sobrepondo ao número de pesquisadores negros mesmo quando a matéria se propunha a discutir raça e racismo fortemente observada nos anos anteriores não se repetiu em 2020. Da mesma maneira, pode-se estender para o campo científico as mesmas ponderações.

Quando nos atentamos mais especificamente à revista ciência hoje, pode-se perceber nas matérias produzidas por cientistas, uma certa semelhança às estruturas de periódicos, onde se faz uma introdução a partir de informações contextuais:

O Rio de Janeiro foi palco de capítulos marcantes da história da escravidão no Brasil. Por décadas foram desembarcados, comercializados e enterrados em sua área portuária milhares de escravos vindos da África, na maior das diásporas humanas conhecidas. No contexto brasileiro, o Rio de Janeiro foi a grande capital da empresa escravagista, já que seus portos – segundo historiadores como o norte-americano Herbert S. Klein e o brasileiro Manolo Florentino – receberam cerca de metade dos africanos

trazidos para a América portuguesa. Por isso, a cidade tem grande importância nos estudos sobre o tráfico negro. (*CIÊNCIA HOJE: Cemitério dos Pretos Novos*, 2012)

O trecho reproduzido acima é o primeiro parágrafo de uma matéria de 2012. Tendo sido escrita por pesquisadores, é um dos diversos textos que trazem consigo a seguinte estrutura: Introdução, Desenvolvimento e considerações. Estas matérias, por assumirem a estrutura de textos próximos a de periódicos, por vezes incluíam metodologia (uma descrição para cada pesquisa mencionada), resultados e eventualmente, até mesmo as referências usadas nas matérias (tabela 7).

Tabela 7 – Estrutura textual da revista *Ciência Hoje*. Frequência por matérias nessa categoria (n=17 matérias).

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem (válida)
Título	17	100	100
Subtítulo ou Lead	10	58,82	58,82
Abertura	17	100	100
Apresentação do Assunto/Objeto /Estudo	14	82,35	82,35
Desenvolvimento	17	100	100
Perspectiva	1	5,88	5,88
Metodologia	5	29,41	29,41
Resultados	2	11,76	11,76
Considerações	16	94,12	94,12
Referências	2	11,76	11,76
Autoria	17	100	100
Ano	17	100	100

Fonte: O autor (2023)

Já as matérias escritas por jornalistas, traziam consigo aspectos do jornalismo científico, como o *lead*:

Seu nome era Domingos Ferreira (1709-1771). Ofício: construtor de instrumentos musicais. Ele seria apenas mais um luthier esquecido no tempo e no espaço – não fosse uma inesperada descoberta que

revelaria informações até então desconhecidas da musicologia histórica no Brasil. (*CIÊNCIA HOJE: Violeiro dos tempos antigos*, 2014)

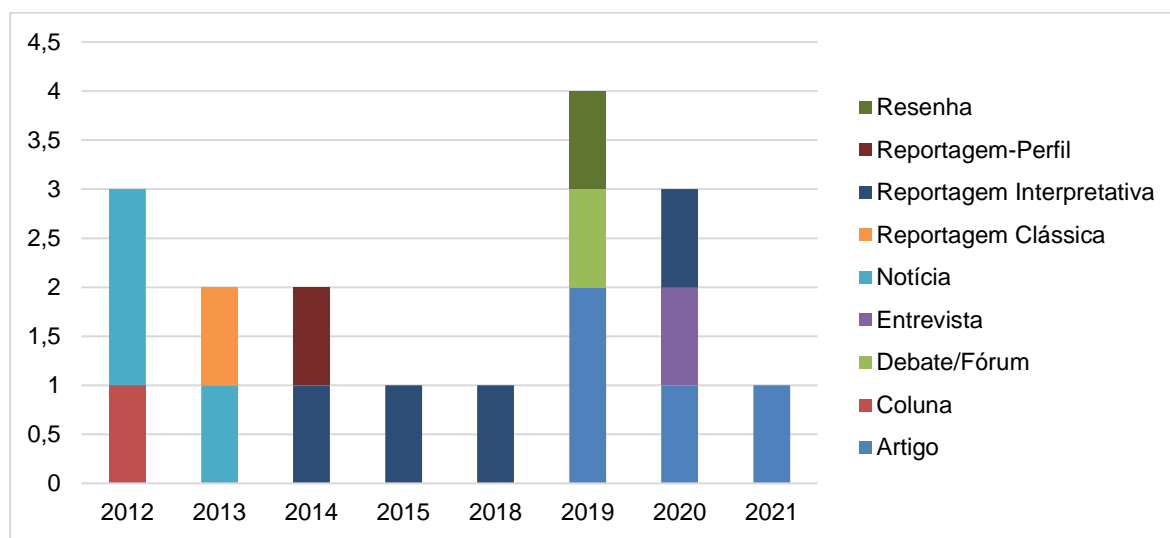
Ao longo dos anos a revista *Ciência Hoje* passou por uma mudança na produção textual. Inicialmente, a revista utilizava-se do artigo que, apesar de um gênero opinativo no jornalismo, trazia na *Ciência Hoje* forte influência do modelo acadêmico. Aqui os artigos trazem discussões cujas argumentações partem de citações a estudos, ainda mantendo certa impessoalidade entre o autor e o assunto.

O caso dos meninos do Educandário Romão de Mattos Duarte foi o único desse tipo que Aguilár encontrou durante sua pesquisa. Mas o historiador não descarta a possibilidade de que histórias semelhantes tenham acontecido em outras fazendas brasileiras no início do século 20. “Encontrei nas documentações eugenistas da época a ideia de que o trabalho deveria fazer parte da educação e formação das crianças pobres”, diz. “Esse discurso do trabalho como educação se transformava em uma forma de exploração sistemática do trabalho infantil pelas elites. É plausível que outros casos tenham ocorrido e sinceramente espero que esse trabalho sirva de motivação para mais pesquisas. (*CIÊNCIA HOJE Infância roubada*, 2013)

Considerando-se que mais da metade da população brasileira é de pessoas não brancas (negras e indígenas), políticas públicas com foco no combate ao racismo e ao machismo estruturais como impedimentos à aprendizagem e à progressão escolar não se justificam apenas como ações de justiça social, constituem, sobretudo, uma questão estratégica para o desenvolvimento do país. Em particular, é urgente que essas políticas incluam projetos de formação de professores nas áreas de matemática e de ciências exatas que sejam orientados por considerações sobre ‘de quem e para quem’ é a educação. (*CIÊNCIA HOJE: necessário diálogo entre raça, gênero, educação e ciências*, 2021)

Juntamente com os gêneros mais voltados ao relato do fato, como notícia ou reportagem clássica. Em 2014 a reportagem interpretativa emerge, e em 2019 os gêneros dialógicos como a entrevista e o Debate/fórum ganham espaço (figura 25).

Figura 25 - Gêneros textuais das matérias enquadradas na categoria Raça e Ciência na revista *Ciência Hoje*.



Fonte: O autor (2023)

Nos anos de 2012 a 2014 há a discussão ainda baseada nos dados genéticos de que o conceito de raça não se aplica ao ser humano

Outro ponto sustentado pelo trabalho de Pena é que, devido à ampla mistura de genes entre a população brasileira, não existe correspondência entre a cor da pele e a ancestralidade, podendo uma pessoa descendente de europeus ter pele escura e vice-versa. Com base nesses dados, o pesquisador toca a campanha internacional pela 'desracialização'. (*CIÊNCIA HOJE: Qual a sua raça/cor?*, 2013)

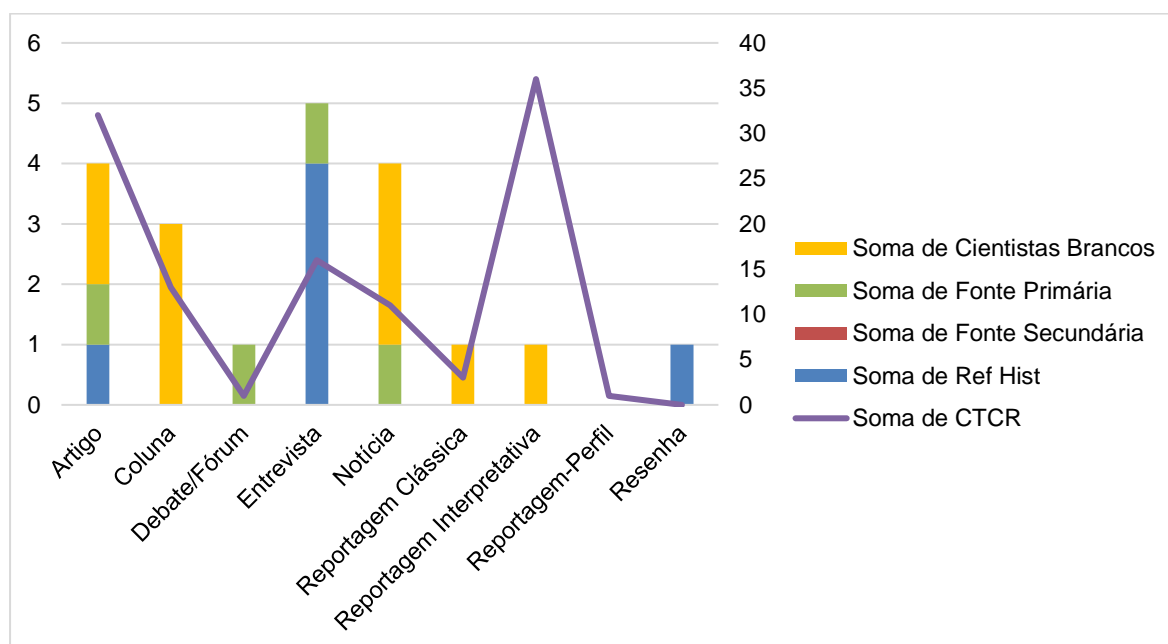
Vindo a iniciar um processo de mudança desse pensamento:

Também é errôneo pensar que o povo brasileiro é resultado da miscigenação de africanos, europeus e populações indígenas. Mesmo quando se incluem outras contribuições 'raciais', como japoneses e libaneses, nesse caldo, erramos ao afirmar que essa 'mistura' teria

ocorrido de forma natural e quase sempre harmoniosa (*CIÊNCIA HOJE: Brasil 'mestiço', 2015*)

Para os dados da revista *Ciência Hoje*, observamos que entre a presença de cientistas negros e códigos TCR não há a relação direta. No entanto, é possível observar ainda a maior frequência de códigos TCR para os textos classificados como artigo e reportagem interpretativa (figura 26). Essa observação demonstra que textos fazendo uso de abordagens interpretativas tendem a abarcar maior discussão e riqueza nos temas.

Figura 26 - Relação entre classificação textual e códigos TCR em comparação à quantidade de pesquisadores negros e brancos encontrados por matéria (N).



Fonte: O autor (2023)

Nas reportagens interpretativas não houve matérias publicadas por pesquisadores negros. Mas houve pesquisadores não negros que traziam discussões utilizando a voz autoral, se distanciando da linguagem impessoal. Este é um dos casos importantes de se observar e retomar algumas das discussões já levantadas. A autora Lia Vainer Schucman aborda a branquitude iniciando com um breve contexto histórico seguindo para a conceituação do termo:

Branquitude é o termo utilizado para denominar as construções das identidades raciais brancas em sociedades nas quais a categoria raça e o fenômeno do racismo funcionam como organizadores da estrutura social. A branquitude precisa ser pensada de modo relacional a outras identidades raciais e a partir de sua construção sócio-histórica e das relações de poder da estrutura social na qual está inserida. Em outras palavras, é preciso pensar que os grupos e sujeitos considerados brancos em determinados locais não necessariamente o são em outros contextos (*CIÊNCIA HOJE: A relação entre branquitude e privilégio*, 2020).

A partir desse conceito, a autora se desdobra minuciosamente sobre as implicações sociais da racialização e seus efeitos nos diversos aspectos da sociedade. Após discussões a respeito dos diversos estudos e da raça (biológica, genética e socialmente construída), a psicóloga caracteriza a branquitude e a identidade racial branca:

Um bom exemplo para *pensarmos* essa última colocação é como a história da Europa aparece nos currículos escolares sempre pensada como história geral, assim como suas guerras são lidas como mundiais. (...). Apesar de a branquitude ser pensada como uma posição de privilégios simbólicos e materiais, é preciso entender como isso funciona *interseccionalmente* em cada sociedade. A branquitude é produto da história, e é uma categoria relacional – isto é, não existiria não fosse a construída “comparação” com outras ideias de raça. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos (*CIÊNCIA HOJE: A relação entre branquitude e privilégio*, 2020, *grifo nosso*)

A partir desse ponto, a autora já demonstra mais frequentemente sua voz autoral. Se no texto anterior a autora busca conduzir o leitor através de exemplos, contextualizações e definições, em alguns momentos a autora busca inspirar o leitor a posturas mais ativas:

Como exemplo disso, *podemos* citar o famoso artigo de 1988, de McIntosh, onde ela elenca, a partir de sua experiência como mulher

branca, privilégios da branquitude no dia a dia: Apontar esses privilégios é fundamental para *alcançarmos* uma sociedade mais justa e igualitária. E, para uma real transformação no tecido social, é preciso que sujeitos brancos sejam precursores de mudanças em seus micros e macros lugares de poder e atuação (*CIÊNCIA HOJE: A relação entre branquitude e privilégio, 2020, grifo nosso*)

Como abordado anteriormente, Alcoff (1991) sinaliza a indissociabilidade do indivíduo ao contexto sociocultural em que se construiu sua visão de mundo. Sabendo que fala para especialistas (público endereçado), Schucman traz aprofundamento no tema que deseja abordar, referenda argumentos citando outros autores e aponta a necessidade da ação. Em momento algum busca falar por outros, mas traz na matéria uma percepção de lugar em que fala:

a branquitude é um “ponto de vista”, *um lugar* a partir do qual *nos* vemos e vemos os outros e as ordens nacionais e globais, ou seja, esta localização identitária permite aos brancos um lugar de conforto para olhar ao seu entorno, pensando a si mesmo como norma e/ou padrão de humanidade a ser seguido (*CIÊNCIA HOJE: A relação entre branquitude e privilégio, 2020, grifo nosso*)

Tanto no jornalismo científico quanto na divulgação científica é possível observar a influência da visão de objetividade sobre a produção de conhecimento. No jornalismo científico, isso é demonstrado a partir dos aspectos apresentados e da predominância do gênero ‘Notícia’ (n=8). O mesmo acontece com o gênero interpretativo que como dito anteriormente, busca trazer antecedentes temporais e espaciais a fim de contextualizar os eventos anteriores que desembocam no acontecimento relatado, assim como também apresentam os desdobramentos já observados em outras esferas. Há a predominância da passividade e voz impessoal. De Tarso Oliveira e Vidal (2020, p. 187) abordam a voz passiva como um mecanismo de desvio de atenção, onde, diante de “uma necessidade de desviar a atenção do leitor para longe do agente de uma ação, encontra na passivização essa possibilidade de modificar a perspectiva de uma cena”. E aqui observamos os problemas da passivização, onde o agente da ação, frequentemente é dissociado do acontecimento:

O Rio de Janeiro foi palco de capítulos marcantes da história da escravidão no Brasil. Por décadas foram desembarcados, comercializados e enterrados em sua área portuária milhares de escravos vindos da África, na maior das diásporas humanas conhecidas. No contexto brasileiro, o Rio de Janeiro foi a grande capital da empresa escravagista, já que seus portos – segundo historiadores como o norte-americano Herbert S. Klein e o brasileiro Manolo Florentino – receberam cerca de metade dos africanos trazidos para a América portuguesa. Por isso, a cidade tem grande importância nos estudos sobre o tráfico negreiro. (*CIÊNCIA HOJE: Cemitério dos Pretos Novos*, 2012)

Os negros são menos inteligentes do que os brancos? Sim, dizem Charles Murray e Richard Herrnstein no livro *A Curva Normal*. Para os dois, a inteligência, além de ser mais generosa com os brancos, é maior entre os mais ricos e não muda de lado de jeito nenhum, nem se o Estado descarregar montanhas de dinheiro em educação. Claro, tão logo apareceu, *o livro foi chamado de racista e nazista* por todos os lados. Talvez ele não seja tão maligno, mas uma leitura mais atenta mostra que está longe de ser científico. Escondidas atrás de pilhas de números e estatísticas, estão as posições políticas, contra a assistência social aos mais necessitados. E se há uma grande ameaça para a ciência, é a tentativa de usá-la para encobrir fins políticos. (*SUPERINTERESSANTE: Uma questão de inteligência: livro A Curva Normal não é científico*, 2018)

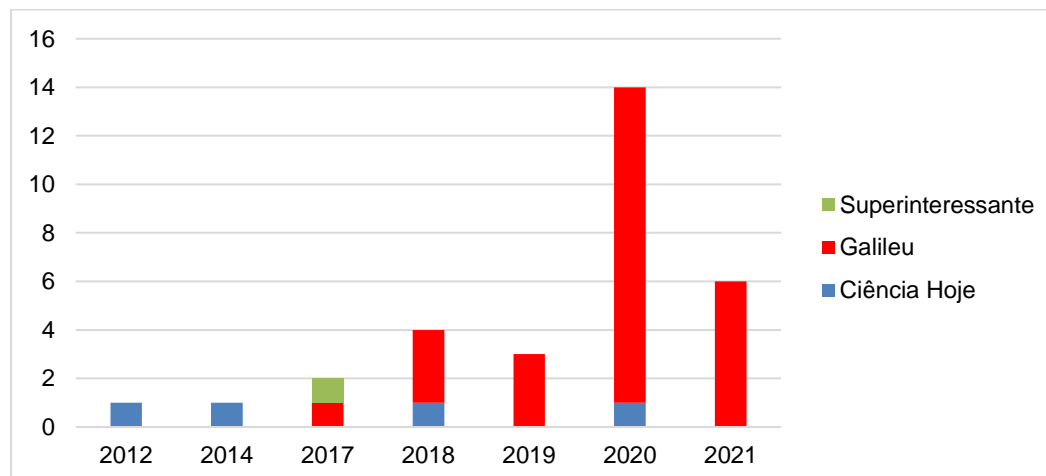
No primeiro caso, ao falar de um período escravocrata, o texto apresenta os povos escravizados como “desembarcados”, “comercializados” e “enterrados”. No texto seguinte, ao apresentar os autores Charles Murray e Richard Herrnstein, como autores do livro “*A Curva Normal*”, o texto da revista *Superinteressante* discorre a respeito do livro não ser científico. Aqui quero chamar a atenção para a maneira em que, uma vez apresentados os autores, segundo o texto, é o livro que é chamado “racista” e “nazista”. Além disso, o texto segue dizendo que o livro “*talvez não seja tão maligno assim*”. Precisamos observar que as críticas não recaem aos autores, assim como no texto de Souza e colaboradores (2012), publicado pela *Ciência Hoje*, os povos escravizados são apresentados, mas os agentes da ação são ocultados:

quem comercializou? Quem os enterrou?¹⁵ Essa busca pela neutralidade e objetividade presente nos fundamentos do jornalismo, e aqui estendo para a divulgação científica também, são o que os posicionam num sistema que favorece a hegemonia (STOCKER, 2018).

4.1.2 Trajetórias e Cientistas na *Galileu*

A categoria Trajetórias e Raça, caracterizada pelas matérias em que o corpo textual apresenta enfoque em narrativas a respeito de cientistas, corresponde a 24,2% dos *corpora* (n=31). Foi também mais frequente no ano de 2020 (n=14), e apresentou maior número de cientistas negros enquanto referência histórica sendo 74 citações em 27 matérias. Das matérias nessa categoria, 26 foram publicadas pela revista *Galileu*, quatro foram publicadas pela revista *Ciência Hoje* e apenas uma pela revista *Superinteressante* ao longo de todo o período de 2012 a 2021 (Figura 27).

Figura 27 - Mapa de documentos dispostos de acordo com a coocorrência de códigos.



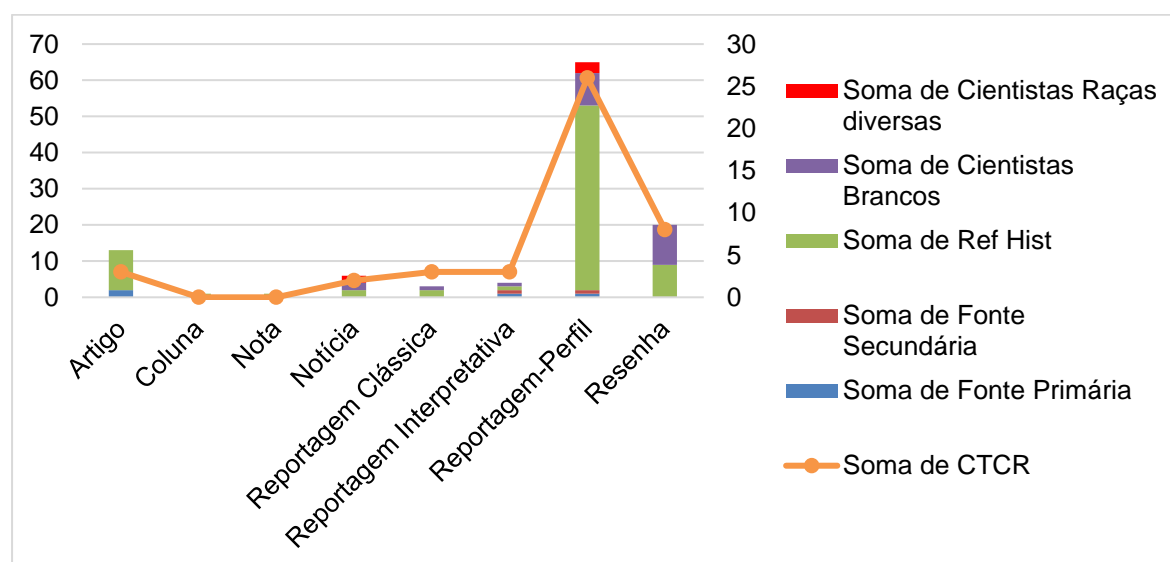
Fonte: O autor (2023)

Importante também observar que das 31 matérias nessa categoria, 27 foram publicadas a partir de 2018. Dessa forma, diferente das matérias na categoria Raça e Ciência que houve (poucas) publicações, mas regulares, matérias apresentando

¹⁵ Para além das escolhas estilísticas e figuras de linguagem e seus usos na produção de um texto, é preciso pensar a que servem tais escolhas especificamente em aspectos da sociedade.

cientistas negros e suas narrativas não demonstraram regularidade. Identifica-se os anos 2013, 2015 e 2016 como anos sem publicações. A revista *Galileu* passou a publicar a partir de 2017, enquanto a revista *Superinteressante* publicou apenas uma matéria com essa característica. A revista *Ciência Hoje* que apresenta matérias em 2012 e 2014, apresentou publicações irregulares nos anos seguintes. Foi predominante o gênero textual reportagem-perfil, com 17 matérias enquadradas nessa classificação. Igualmente, foi a reportagem-perfil o gênero que apresentou maior número de códigos TCR (Figura 27).

Figura 28- Número de pesquisadores de acordo com os gêneros textuais. Eixo secundário apresentando a soma de códigos TCR por gênero.



Fonte: O autor (2023)

As matérias que constituem essa categoria apresentam um perfil de narrativa estruturada em:

- I. Breve introdução da origem do cientista (local e ano de nascimento): *“Mae Jemison nasceu no dia 17 de outubro de 1956, no Alabama, EUA, época em que a Nasa não permitia que mulheres se tornassem astronautas— muito menos mulheres negras —, mas é claro que isso não impediu Jemison de sonhar” (GALILEU: 5 cientistas negras que mudaram a história da ciência, 2020);*

- II. Seguido da instituição ou instituições de formação: (Sobre Marielle Franco) “*Socióloga e com mestrado em Administração Pública, foi eleita em 2017 pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), com 46,5 mil votos. Além disso, presidiu a Comissão da Mulher da Câmara.*” (GALILEU: “AmarElo”: 7 personalidades negras retratadas no documentário, 2020);
- III. E área de pesquisa e contribuição: (Sobre Virginia Leone Bicudo): “*Sua contribuição para a psicanálise no Brasil é pouco lembrada: sua tese de mestrado, por exemplo, só foi publicada 65 anos depois, e tanto a Sociedade Brasileira de Psicanálise quanto a Fundação Escola de Sociologia Política só a homenagearam no centenário de seu nascimento*”. (GALILEU: Conheça 10 mulheres incríveis que fizeram história na ciência, 2019).

Algumas reportagens-perfil optaram por apresentar um único pesquisador, onde observou-se maior detalhamento na história do mesmo, outras matérias optaram por listar diversos pesquisadores de diversas áreas e suas contribuições. Outras matérias apresentam um pesquisador a partir de sua pesquisa, narrando sua história ao longo de sua relação com a ciência.

Figura 29 - Matérias enquadradas na categoria Trajetória e Raça: a) *Galileu* apresenta W.E.B. Du Bois e sua contribuição intelectual para a ciência (MARASCIULO, 2020); b) Lista com 23 pesquisadores e suas contribuições em diversas áreas (LOPES, 2018); c) Matéria da *Superinteressante* a respeito de Carl Hart e sua contribuição na neurociência (BURGIERMAN, 2017), e; d) Matéria a respeito das cientistas negras Brasileiras

(SANTOS, 2018).



Elaborado pelo autor (2023)

Nessa categoria, os temas raciais emergem a partir da maneira como interseccionam a vida do pesquisador apresentado. Uma vez que houve predominância de reportagens-perfil objetivando apresentar personalidades femininas, houve maior predominância de mulheres cientistas. O código TCR mais frequente foi o de intersecção de gênero, com 11 segmentos codificados em seis documentos, seguido de relatos de discriminação direta em seis segmentos (n=4 matérias) (Tabela 8).

Tabela 8 - Códigos TCR presentes nas matérias que compõe a categoria Trajetória e Raça segundo número de documentos contendo o código e número de segmentos codificados.

	Documentos (N)	Segmentos (N)	Porcentagem	Porcentagem (válida)
Gênero	6	11	19,35	33,33
Contexto Histórico	4	4	12,90	22,22
Discriminação Direta	4	6	12,90	22,22
Ações Afirmativas	3	3	9,68	16,67
Negritude	3	3	9,68	16,67
Raça e Sistema	3	6	9,68	16,67
Crítica à Política	2	2	6,45	11,11
Dados Raciais	2	2	6,45	11,11
Narrativas	2	2	6,45	11,11
Conceito Racismo	1	2	3,23	5,56
Miscigenação	1	1	3,23	5,56
Raça e Etnia	1	1	3,23	5,56

Racismo Científico	1	2	3,23	5,56
DOCUMENTOS com código(s)	18		58,06	100,00
DOCUMENTOS sem código(s)	13		41,94	-
TOTAL	31	45	100,00	

Fonte: O autor (2023)

As maneiras de se introduzir os pesquisadores apresentados foram diversos, na revista *Galileu* frequentemente introduziam no *Lead* as personalidades que pretendia abordar:

- I. “*Conheça o legado de mulheres como a matemática da Nasa Katherine Johnson e a astronauta Mae Jemison, primeira mulher negra a ir para o espaço*” (*GALILEU: 5 cientistas negras que mudaram a história da ciência*, 2020).
- II. “*Tereza de Benguela, Carolina de Jesus, Marielle Franco... Conheça as histórias de mulheres que influenciaram e mudaram a história do país*” (*GALILEU: 11 mulheres negras brasileiras pioneiras em cultura, política e ciência*, 2020)
- III. “*Ativa na luta antirracista e feminista, (Sônia) Guimarães também é professora do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) desde 1993*” (*GALILEU: Conheça Sônia Guimarães, primeira brasileira negra doutora em Física*, 2020)

A abertura buscava contextualizar a importância de pesquisadores diversos na ciência, dessa forma, os códigos TCR apareciam eventualmente como parte desse contexto: “*Mesmo com todos os obstáculos do racismo estrutural, mulheres negras enfrentaram os preconceitos e limitações da academia e do mercado de trabalho deixando um gigantesco legado para a ciência e a sociedade.*” (RODRIGUES, 2020). Logo, os códigos TCR, quando abordados, em sua maioria estavam presentes ao longo do relato em formas sucintas e não aprofundadas na história de personalidades:

Além de mudar o modelo assistencial, Moreira também trabalhou para contrariar o pensamento racista comum no meio acadêmico,

que *atribuía os distúrbios psicológicos à miscigenação*. O médico defendia que a origem dos transtornos, na verdade, tinha relação com questões físicas e sociais, como falta de acesso a educação e saúde. (MARASCIULO, 2020, grifo nosso).

Outro destaque é a Resenha, a segunda classificação textual mais frequente, com seis matérias. Também foi a segunda em que emergiram códigos TCR com maior frequência depois da reportagem-perfil. A resenha com certa frequência se debruça sobre produções bibliográficas ou cinematográficas que se pretendem discutir raça. Ao trazer estas produções as resenhas apresentam breves contextos sobre o autor (no caso dos livros) e sobre os pensadores citados (no caso das produções cinematográficas). A exemplo, trago trecho de uma resenha a respeito do documentário “AmarElo - é tudo pra ontem”, do diretor Fred Ouro Preto, produzido pelo cantor e compositor Emicida:

Lélia Gonzalez é uma das personalidades importantes que aparecem no documentário (Foto). Lélia Gonzalez nasceu em Belo Horizonte, em 1935. Filha de pais pobres, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde conseguiu cursar graduação em História e, fez mestrado em Comunicação e doutorado em Antropologia Política. (LOURENÇO, 2020).

Uma vez que o objetivo é apresentar os pesquisadores e contribuições, as questões raciais nessa categoria pouco ou nada discutem as questões raciais. É importante ressaltar que discutir questões raciais não é o objetivo das matérias incluídas nessa categoria. Essas matérias se pretendem apenas apresentar pesquisadores negros e suas contribuições para a ciência e sociedade.

As matérias que se dedicam a narrar a história de poucos ou uma única personalidade apresentam riqueza de detalhes, no entanto, essas matérias correspondem apenas à oito das 31 matérias. Proponho então, que façamos um exercício. Leiamos os trechos de três matérias narrando o trajeto de Mamie Phipps Clark:

A psicóloga e ativista de direitos civis foi a segunda pessoa afro-americana a se tornar doutora pela Universidade Columbia. Mamie provou como a segregação racial prejudica as crianças através do experimento desenvolvido com seu marido e de testes com lápis de cor.

Mammie foi diretora do Centro de Northside para o Desenvolvimento Infantil entre os anos 1946 e 1979, quando se aposentou. (LOPES, 2018)

Mamie Phipps Clark nasceu em 1917, nos Estados Unidos, e faleceu em agosto de 1983. Ela foi psicóloga social e, até chegar na Universidade Columbia, sua educação havia disso bastante segregada. Apesar de seu pai ter sido um *médico* respeitado, sua família foi discriminada por ser negra. Em uma entrevista de 1976, Clark relembrou um linchamento racista em sua cidade, ocorrido quando ela tinha apenas seis anos, e descreveu sentir os efeitos da segregação educacional durante a infância. Seu trabalho mais famoso é o “teste das bonecas”, no qual Mamie e seu marido avaliaram as preferências raciais de crianças usando quatro bonecas que diferiam apenas no cabelo e na cor da pele. O experimento revelou que, quando perguntadas sobre diversas qualidades, as crianças atribuíram mais as características mais positivas aos brinquedos brancos e as mais negativas aos bonecos negros. Mamie e seu marido, o também psicólogo Kenneth Clark, concluíram que o preconceito, a discriminação e a segregação fizeram com que as crianças negras desenvolvessem um senso de inferioridade e de “auto-ódio”. Ela completa: “Se a sociedade diz que é melhor ser branco, não apenas os brancos, mas os negros passam a acreditar. E uma criança tenta escapar da armadilha da inferioridade negando sua própria raça.” Seu trabalho mais famoso é o teste das bonecas, no qual Mamie avaliou as preferências raciais de crianças (RODRIGUES, 2020)

Quando Mamie nasceu em 1917, a população negra ainda vivia segregada e à margem de serviços de educação e saúde nos Estados Unidos. Para ajudar a reverter esse quadro, ela se dedicou ao estudo da psicologia e fez um mestrado sobre como a questão racial impacta a identidade de crianças negras. Em 1943, se tornou a primeira-mulher negra a obter o doutorado na Universidade de Columbia (foi também a segunda pessoa afro-americana a alcançar o título, pois a primeira havia sido seu marido, Kenneth Clark). Junto com Kenneth, ficou conhecida pelos experimentos com bonecas brancas e negras, que mostraram como o racismo prejudica a autoimagem da

população negra. Seu estudo ajudou a acabar com a segregação em escolas públicas em 1954. (LOPES, 2018).

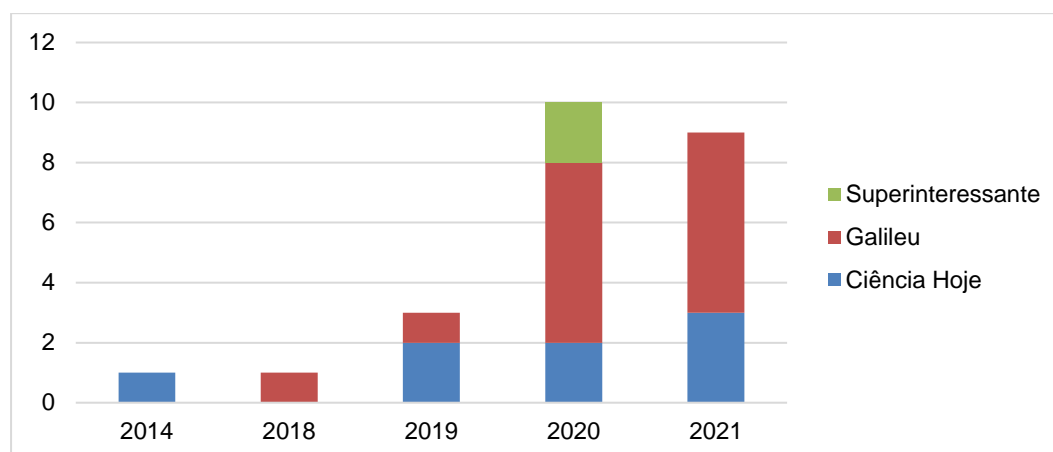
Nas três matérias anteriores, observa-se Mamie P. Clark principalmente como: a) primeira mulher negra a obter o título de doutorado na Universidade de Columbia, ou; b) segunda pessoa negra a obter o título, e; c) autora que conduziu pesquisas sobre a influência psicológica do racismo sobre crianças. Apenas uma das matérias traz o significado da pesquisa de Mamie, e apenas uma menciona sua relevância no caso *Brown v. Conselho de Educação*. O caso *Brown v. Conselho de Educação*, como mencionado ainda no capítulo 1, foi o caso em que Linda Brown inquiriu o direito de estudar em escolas mais próximas de casa. Observando seu impacto na psicologia em comparação com o que é relatado nas três matérias, cabe ponderar as definições de arquétipo e estereótipo. Essa forma de narrativa se mostrou frequente entre as matérias.

4.1.3 Cientistas e Pesquisas

As matérias encontradas nesta categoria correspondem às matérias que objetivam exclusivamente a apresentar pesquisadores e relatar os processos ao longo de suas pesquisas. Nessa categoria se encontram ao todo 24 matérias, sendo 14 da revista *Galileu*, oito da revista *Ciência Hoje* e duas da revista *Superinteressante*. As matérias foram publicadas ao longo de 2014 a 2021, dos quais não houveram publicações os anos de 2015 a 2017 (Figura 29).

Figura 30- Matérias publicadas, republicadas e atualizadas ao longo do período

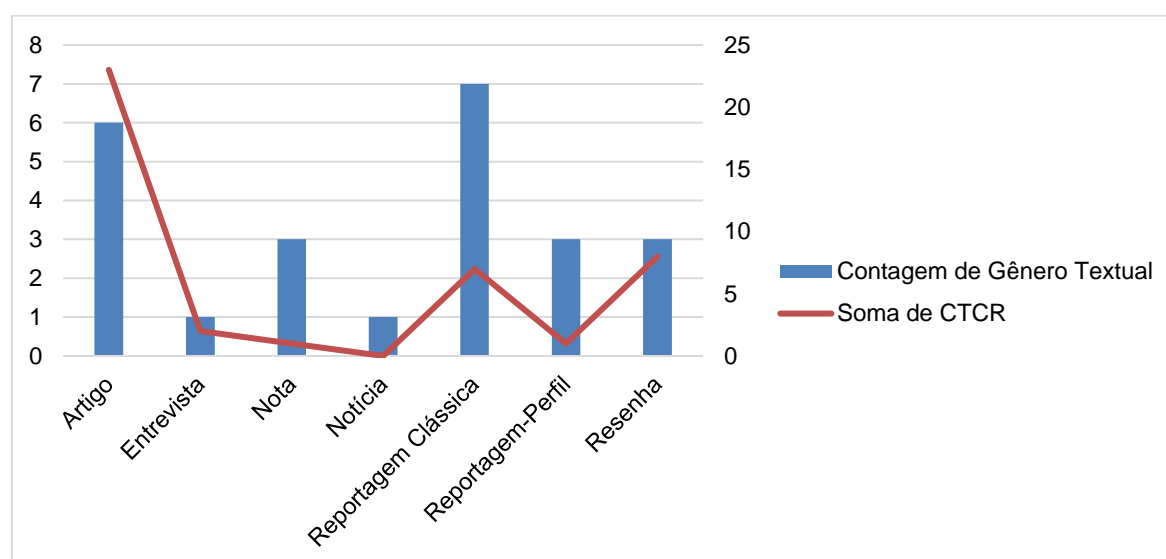
selecionado para coleta.



Fonte: O autor (2023)

Quanto ao gênero textual em que foram classificadas, observa-se predominância das reportagens clássicas (n=7), seguido de artigos (n=6), e resenhas, notas e reportagem-perfil com três matérias cada uma. Seguindo as mesmas observações levantadas na categoria Raça e Ciência, o gênero onde emergiram códigos TCR com maior frequência foi o artigo, dos quais cinco das matérias pertenciam à *Ciência Hoje* (figura 30).

Figura 31 - Matérias de acordo com a classificação textual. Eixo secundário corresponde à soma de códigos TCR emergentes.



Fonte: O autor (2023)

A estrutura observada nas matérias se assemelha aquela apresentada na categoria Trajetórias e Cientistas. Essa estrutura foi predominante nas revistas *Galileu* e *Superinteressante*, cujas matérias novamente apresentavam-se em estilos de “listas”: “5 contribuições de pesquisadores africanos à ciência” (KANITZ e ORTIZ, 2020):

Cheikh Anta Diop, um antropólogo nascido no Senegal em 1923, ajudou a virar esse jogo. Para resolver a questão egípcia, ele criou em 1966 o laboratório de radiocarbono (método de datação radiométrica que utiliza o carbono como base para estimar a idade de materiais) na Universidade de Dakar, capital do país, que hoje carrega seu nome. Ali, fez testes na melanina muito bem preservada de múmias provenientes de escavações em Marietta, no Egito. As análises de Diop indicaram que as múmias eram de negros por causa do nível de melanina inexistente nas raças de pele branca. Isso colocou de vez os egípcios antigos entre os africanos. Suas teses vinham desde 12 anos antes, quando publicou seu primeiro livro, no qual discute a língua, cultura e lógica africanas, mostrando como o continente abrigava um povo intelectualmente dotado. Ele estudou também o início das civilizações na África. (KANITZ e ORTIZ, 2020)

Houve matérias que se dedicavam a contar pesquisas de um único cientista, com enfoque no percurso acadêmico e eventos que antecederam e influenciaram no desenvolvimento da pesquisa:

Malone Mukwende, o estudante de medicina que criou um guia para identificar sintomas de doenças na pele negra. Foi durante suas aulas de medicina na St. George’s, Universidade de Londres, no Reino Unido, que o estudante Malone Mukwende percebeu algo sério: os sintomas descritos nos livros se referiam majoritariamente à pele branca. Por isso, o jovem decidiu voltar seus estudos para os diversos tons de pele — e, assim, publicou um guia que pode melhorar o ensino e diagnóstico médico. (GALILEU, 2020).

Após contextualizar o que conduziu à pesquisa, é apresentada a pesquisa: *“Mukwende, então, decidiu criar o ‘Mind the Gap’ (“Cuidado com o vão”, em tradução livre), manual que mostra como os sintomas de diversas doenças se apresentam em vários tons de pele.”* (GALILEU, 2020). Essa estrutura fortemente presente nas reportagens também se repetia nas demais classificações, também trouxe eventualmente os próprios pesquisadores enquanto fontes primárias ou secundárias, falando a respeito da própria pesquisa: *“O óxido nítrico altera o metabolismo da planta, intensificando mecanismos de defesa e, dessa forma, aumentando a tolerância à seca. Constatamos um crescimento de 60% na produtividade da soja”*, conta (Fernanda Farnese) (GALILEU, 2020).

A revista *Ciência Hoje*, no entanto, na seção *Infinitas Possibilidades* demonstrou diferenças no relato das pesquisas conduzidas: *“Quando o rap e a ciência se encontram, há espaço para uma crítica contundente sobre a realidade e, também, sobre a ciência. O projeto Rap e Ciência nasceu em 2018, numa tela de computador de um apartamento na Tijuca, Zona Norte do Rio de Janeiro”*. (No meio do rap, tinha ciência, Pos. 8). Nessas matérias os autores abrem espaço para uma perspectiva crítica, distanciando-se do estrito relato ao longo do texto:

O enfoque puramente biológico sobre o assunto poderia resultar na invalidação como um todo do conceito de raça, levando os alunos a ignorarem sua existência enquanto construção social. A ideia é que eles percebam que, no âmbito das relações sociais, o termo faz sentido, devido ao fato de nossa colonização ter se apoiado no uso de mão de obra negra escravizada. Por causa das características de nosso processo histórico, herdamos uma brutal desigualdade nas condições de vida entre negros e brancos. (Por que discutir racismo em aulas de biologia)

Algumas das matérias foram escritas pelos autores dos estudos que se propunham apresentar, o que eventualmente se expressou em uma narrativa pessoal a respeito da pesquisa:

Como questão central no processo de construção da protagonista, empenhei-me em não reproduzir ou endossar *estereótipos* recorrentes nas representações gráficas de mulheres negras.

Tradicionalmente, estas aparecem de forma ora sexualizada, ora desumanizada, e muito raramente como protagonistas. (Protagonismo negro e feminino está no gíbi)

Nesses casos emergem os códigos TCR e mesmo brevemente, levantam reflexões a respeito. Entre o período de 2012 a 2018, apenas uma matéria publicada pôde ser enquadrada nessa categoria. Essa matéria denominada “*Memórias de um Africanista*”, publicada na revista *Ciência Hoje* (2014) se trata de uma entrevista no qual as perguntas se debruçam sobre a especialidade do pesquisador Alberto da Costa e Silva. As perguntas são direcionadas às conquistas acadêmicas do pesquisador, suas pesquisas e produções bibliográficas, no qual apenas dois segmentos foram codificados como códigos TCR: Narrativas e Negritude. Apesar de incluso o código “narrativa”, a narrativa no texto não se desdobra sobre o pesquisador ou outros pesquisadores, mas sobre a história da diáspora africana, que foi apresentado como objeto de estudo do historiador. Os códigos TCR nessa categoria só emergiram em maior número a partir de 2019, nas matérias que se dedicavam a discutir as pesquisas e projetos com propostas de combate ao racismo. Duas das matérias publicadas em 2019 se tratavam de estudos e projetos que se dedicavam a produzir debates a respeito do racismo na educação: “Combate ao racismo começa na Escola” e “Por que discutir racismo em aulas de biologia?” (MAIA, 2019; GRAVINA, 2019). Ambas as matérias publicadas na revista *Ciência Hoje*, somam 15 codificações TCR nessa categoria. Em 2020, sete codificações correspondem às dez matérias publicadas nesse ano. E em 2021, 18 segmentos correspondem às nove matérias publicadas. Totalizando 42 codificações TCR nessa categoria, o código TCR mais frequente foi a de Intersecção (n=8), se somadas as intersecções de classe e gênero, e o código “narrativas” (n=7). Elementos de escrevivência são observados em alguns dos textos analisados e estes elementos compõem textos que interseccionam a produção do pesquisador com a sua experiência pessoal. Dessa forma, os códigos emergindo sutilmente naqueles textos escritos por pesquisadores na revista *Ciência Hoje* carregam tanto suas observações enquanto cientistas quanto identificações com o texto escrito:

Não são poucas as vezes em que nós, professores, nos questionamos sobre como contornar a impessoalidade e o distanciamento

presente nas aulas e nos materiais didáticos, sem que isso resulte num teor excessivamente anedótico ou num esvaziamento do pensamento crítico (VELOSO, 2021)

Após apresentar uma reflexão universal, neste caso, a do universo acadêmico docente, a autora se dedica a narrar seu percurso em busca de alternativas que tornassem mais palatáveis e interessantes os conteúdos a serem lecionados: “*Em minha trajetória como professora de história do ensino básico, vislumbrei o universo dos quadrinhos como um caminho possível e promissor diante dessas inquietações.*” (VELOSO, 2021). A autora segue então destrinchando os aspectos trazidos para sua obra e suas preocupações em não reproduzir estereótipos e contemplar experiências que possam ser apropriadas por seus leitores. A dissertação da autora, além de premiado, deu origem à revista em quadrinhos “Caetana diz não: Histórias de mulheres na sociedade escravagista”. No entanto, estes elementos foram frequentemente encontrados apenas nos artigos da revista *Ciência Hoje*, predominando nas revistas *Galileu* e *Superinteressante* as reportagens clássicas e reportagens perfil.

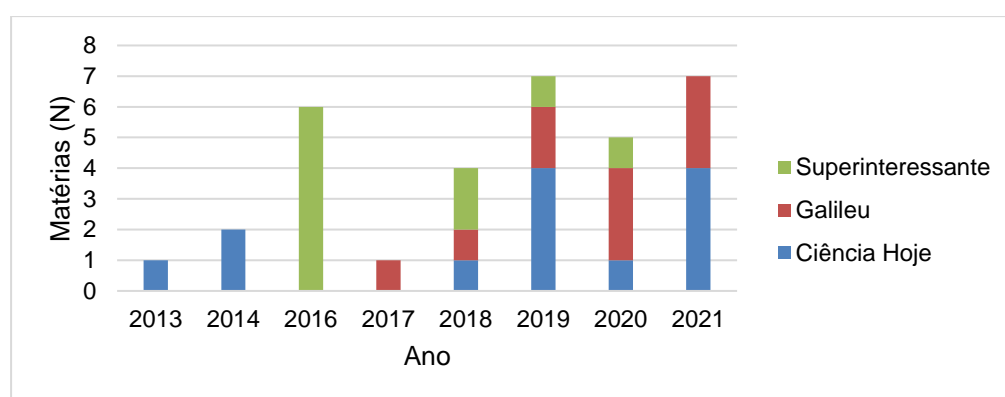
A escrevivência se mostrou uma alternativa com alto potencial narrativo para a divulgação científica, além de se desvencilhar do engessamento o qual são submetidos textos científicos que tem sua relação direta com o público (mesmo que não endereçado, o mesmo consta como ratificado). Dada sua natureza híbrida, as Escrevivências podem ser mais plausíveis na revista *Ciência Hoje*, uma vez que suas matérias são por vezes escritas pelos próprios pesquisadores.

4.1.4 Raça Como Tema Transversal

A categoria Raça como Tema Transversal corresponde às matérias que, apesar de não terem como assunto principal a ciência ou as questões raciais, ambos os aspectos emergem associados em algum momento no texto. Nessa categoria estão as matérias que objetivam falar de ciência, sem haver a pretensão de abordar questões raciais. Também estão inclusas as matérias que se pretendem falar de questões raciais, sem a pretensão de falar especificamente sobre uma perspectiva científica. Em ambos os casos, estão inclusas as matérias em que ambos os aspectos (científico e racial) se interseccionam quando um desses aspectos não é o ponto central de uma matéria.

Das 128 matérias enquadradas para análise, 35 foram inclusas nesta categoria, sendo 16 pertencentes à revista *Ciência Hoje*, nove à revista *Galileu* e outras 10 à revista *Superinteressante*. As matérias se distribuem em sua publicação ou republicação/atualização correspondente ao período de 2013 à 2021, excetuando o ano de 2015 (Figura 31)

Figura 32 - Número de matérias publicadas ou republicadas/atualizadas por ano. Legenda demarca número de matérias por revista.



Fonte: O autor (2023)

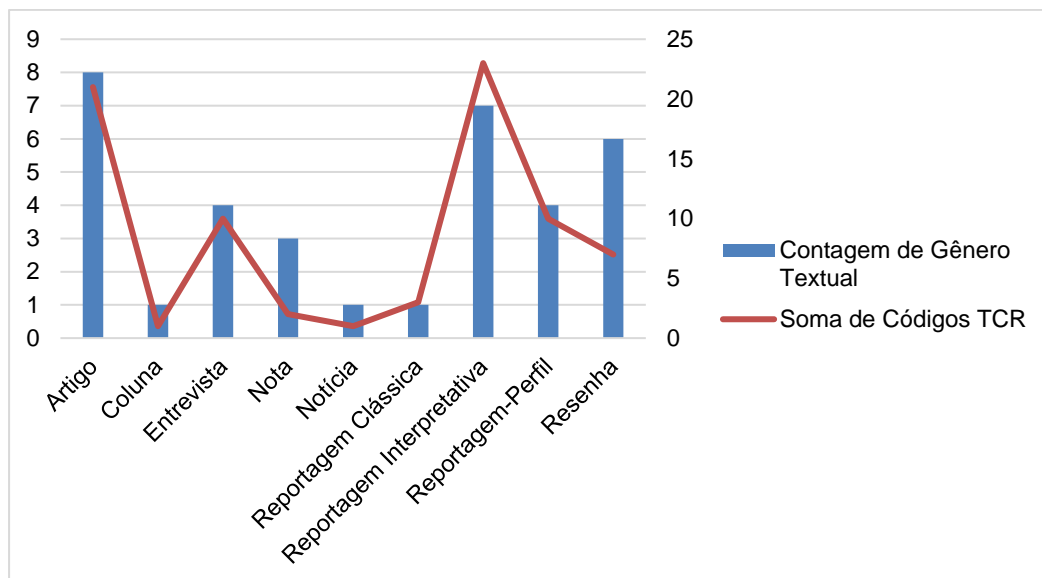
Considerando a natureza dessa categoria, não há necessariamente convergência em uma estrutura narrativa ou temática. Se por um lado esse aspecto pode não revelar uma convergência no que diz respeito ao assunto, por outro, nos apresenta a partir da diversidade temática como se inserem as questões raciais e ciência. Um exemplo é a matéria “*Por trás dos desastres e conflitos da mineração*” publicada por Luiz Jardim Wanderley (2019), que objetiva abordar os efeitos dos desastres ambientais ocorridos em barragens da Samarco/Vale/BHP Billiton, em Mariana, e da Vale, em Brumadinho. Ambos os desastres ocorrendo no estado de Minas Gerais. Nessa matéria publicada na *Ciência Hoje*, o autor se debruça sobre o histórico contexto da mineração e a partir de diversos estudos, debate os amplos aspectos envolvidos na construção, manutenção e recursos que envolvem as barragens. Ao se debruçar sobre os efeitos, o autor dedica um parágrafo a discutir os mais afetados por esses desastres sociotécnicos:

Os desastres e impactos socioambientais são desigualmente distribuídos na sociedade. Grupos mais vulneráveis, pobres, excluídos e

com baixo grau de influência política sofrem de maneira desproporcional com as ações da mineração: trabalhadores (em especial, terceirizados), populações não brancas, comunidades tradicionais e mulheres (...). Nos desastres recentes da Samarco e da Vale, as populações mais atingidas eram predominantemente formadas por pessoas não brancas, sendo em Bento Rodrigues (Mariana) e em Parque Cachoeira (Brumadinho). O uso de critérios racistas na mineração brasileira não é algo contemporâneo, mas sim estrutural da lucratividade dessa atividade. Foram, sobretudo, negros escravizados que deram suas vidas e força de trabalho para cavar dutos e desmontar morros na insalubre mineração aurífera do período colonial. Os povos nativos também sofreram com o avanço da fronteira mineral, que provocou a expulsão desses povos de suas terras e o encarceramento e o genocídio de diferentes tribos por bandeirantes e colonizadores. Vê-se que o racismo estrutural da sociedade brasileira, (Por trás dos desastres e conflitos da mineração, Pos. 6)

Nessa categoria foi possível identificar maior frequência dos gêneros artigo (n=8) e reportagem interpretativa (n=7), sendo estes também os gêneros textuais com maior número de códigos TCR. De um total de 78 codificações dos códigos TCR, 21 e 23 correspondem aos artigos e reportagens interpretativas, respectivamente (figura 32).

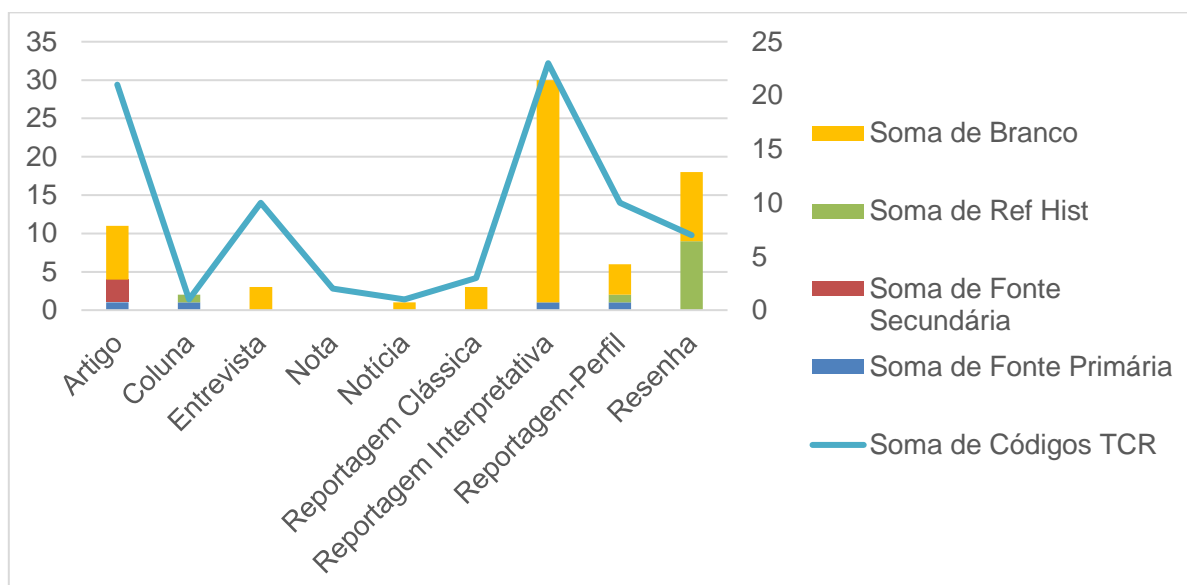
Figura 33- Número de matérias enquadradas em cada gênero textual. Em eixo secundário, número de códigos TCR.



Fonte: O autor (2023)

Diante destas observações, ao considerarmos a presença de cientistas negros e brancos, identificamos também que o número de cientistas brancos nesses gêneros textuais são maioria em relação ao número de cientistas negros. Dados que eram esperados uma vez que essa categoria não tem discussões raciais como aspecto central das matérias, e ao considerar que temas raciais podem emergir em diversos contextos socioculturais, econômicos e acadêmicos em geral (figura 33).

Figura 34 - Presença de pesquisadores negros e brancos nas matérias. Matérias organizadas por gênero textual, no eixo secundário, está a soma de códigos TCR.



Fonte: O autor (2023)

No caso específico da *Ciência Hoje*, seu caráter híbrido instiga algumas observações específicas. Sendo produzida também por pesquisadores, os autores também foram codificados quando pesquisadores negros tiveram voz autoral presente, uma vez que o próprio autor se torna também uma fonte. Não foi codificado quando o autor, sendo pesquisador negro, manteve uma voz impessoal, já que o autor opta por utilizar de moduladores buscando distanciar-se do texto. A partir dessa observação, é relevante considerar que a alta frequência de códigos raciais tenham emergido na ausência de fontes primárias e secundárias devido à impessoalidade aplicada pelo autor. Este foi o caso de algumas das matérias, como a resenha onde o autor Márcio André de Oliveira dos Santos, que a partir da análise de dois filmes, aborda as lutas raciais e outros temas:

Por outro lado, a liderança política de uma ativista dos Panteras Negras evidencia o oposto, ou seja, o fato de que, em uma organização de autodefesa da comunidade negra, é uma mulher que se impõe como protagonista, uma referência a personagens emblemáticas do movimento pelos direitos civis, como a feminista Angela Davis (SANTOS, xxX).

O autor, em texto de outra fonte, se identifica como “homem negro, pai de dois meninos negros”¹⁶. Apesar de não necessariamente traçar uma linha discursiva com o aspecto científico, o autor traz o ativismo de base acadêmica à memória. Outros casos também fizeram uso da cultura cinematográfica para abordar questões raciais, como o filme *Pantera Negra* (2018). O jornalista Felipe Germano (2018) entrevista a atriz Letitia Wright, que interpreta uma cientista no filme, e aponta que mulheres negras e cientistas são temas pouco explorados nas produções cinematográficas. Assim, o jornalista a questiona como foi a experiência, ao que a atriz lhe responde:

Há muitas negras cientistas espalhadas pelo mundo. O problema é que as pessoas não veem isso. Você provavelmente só descobriu

¹⁶ <http://ciclocontinuoeditorial.com/o-prof-marcio-andre-de-oliveira-dos-santos-comenta-o-livro-dialogos-contemporaneos-sobre-homens-negros-e-masculinidades/>

que negras nos ajudaram a chegar ao espaço quando assistiu Estrelas além do tempo. Aí vira um choque. O importante é botar debaixo dos holofotes essas pessoas que estão nas ciências. (Entrevistamos o elenco de Pantera Negra)

Aqui não pretendo dedicar tanto tempo a respeito das matérias que objetivam tratar de produções cinematográficas, literárias (que correspondem a oito das matérias). Por ora, nos atentaremos em que circunstâncias emergem os códigos TCR nas matérias. O racismo como forma estruturante e estruturada das relações em sociedade são apresentados primeiramente em contextos históricos, como no futebol como forma de construir a imagem nacional de povo mestiço e unido em 1950:

Já por parte da elite intelectual brasileira, essa equipe provoca uma descoberta do futebol como força de afirmação nacional – entre os principais cultores dessa visão estavam o antropólogo-historiador Gilberto Freyre, o romancista José Lins do Rego e o jornalista Mario Filho, como bem analisou outro sociólogo e historiador, Bernardo Buarque de Hollanda. (Futebol e sociedade no Brasil)

Visão essa que na derrota traria fortes vieses de uma visão determinista da elite sobre a seleção:

Por outro, as atitudes autodepreciativas trazidas pela derrota inesperada na final, com explicações racialistas (a ‘inferioridade dos jogadores’ refletiria a ‘inferioridade do povo brasileiro’) que persistem no novo insucesso quatro anos depois, como registra o relatório do chefe da delegação brasileira na Copa de 1954. (Futebol e sociedade no Brasil)

Quando comparado à outra matéria a respeito do mesmo tema (futebol), ambos pela *Ciência Hoje* e publicados em 2014, observa-se um rumo diferente em sua narrativa:

A crescente competição entre esses clubes ajudou a derrubar as barreiras postas à participação de jogadores vindos das classes menos

favorecidas, inclusive negros, que marcaram o esporte por sua performance e sua origem. Os jogadores Tesourinha e Garrincha podem ser tomados como exemplos de atletas que, devido ao talento, superaram as discriminações racial e socioeconômica da época em que viveram e alcançaram prestígio e melhor qualidade de vida pelo próprio mérito. Ambos foram contratados como empregados em fábricas, recebendo alimentação e outros benefícios, para competirem em seus times de futebol. Ao adotar o mérito como elemento principal da prática esportiva, os clubes de ponta passaram, progressivamente, a incorporar aos seus elencos jogadores vindos de outras camadas sociais (Futebol: esperança de mudar de vida)

A primeira matéria, escrita por um autor oriundo do departamento de antropologia do Museu Nacional (UFRJ). A segunda matéria, escrita por um autor oriundo do departamento de Educação Física e Artística da UERJ¹⁷. Observamos no primeiro texto um relato objetivando narrar acontecimentos em um olhar histórico com ênfase nas perspectivas das classes altas quanto à seleção brasileira sendo representada por jogadores negros e a construção de uma visão de nacionalidade. No segundo texto, observamos um texto objetivando apresentar o futebol como alternativa às desiguais oportunidades de inserção no mercado de trabalho e ascensão. Objetivo esse apresentado já no primeiro enunciado: “*Os sujeitos das camadas populares percebem a arte popular – o futebol é considerado uma delas – como uma oportunidade de ascensão social*” e em sua manchete “Futebol: esperança de mudar de vida” (VIANNA, 2014). Outro caso a se observar é a entrevista conduzida por Versignassi (2020) para a revista *Superinteressante* com o conhecido autor e biólogo Richard Dawkins. Na entrevista, entre diversos assuntos que atravessam as opiniões do pesquisador, o entrevistador relembra as posições de Dawkins quanto às políticas afirmativas: “*Você é contra cotas para negros em universidades, e outras formas de ação afirmativa.*” (VERSIGNASSI, 2020). Diante desta afirmação, o entrevistador pergunta então sobre qual seria a melhor maneira de se combater o racismo, ao que é respondido:

¹⁷ Informações fornecidas pelos próprios autores nas matérias.

É difícil ser contra ações afirmativas, né? Elas *apelam* para o nosso senso de justiça... A lógica é: os *negros do passado* foram escravizados, então os negros de *hoje devem dar o troco*, via ações afirmativas, *às custas dos brancos de hoje*. Mas isso é um tanto injusto, porque os brancos do século 21 não foram os responsáveis pela escravidão. Não somos responsáveis pelo que os nossos ancestrais, de qualquer cor ou sexo, fizeram. O que precisamos é acabar com todo tipo de discriminação. Gosto da história de Georg Solti, que foi um grande maestro da Filarmônica de Chicago. Quando alguém ia fazer um teste para tentar uma vaga na orquestra, ele exigia que o candidato tocasse atrás de uma cortina, para não discriminar ninguém pela cor ou pelo sexo. Os candidatos tinham que entrar descalços, para que ele não pudesse identificar se a pessoa estivesse usando saltos ou não. Admiro isso. (VERSIGNASSI, 2020, grifo nosso).

Aqui se mostra importante a necessidade, tanto por parte da comunidade científica quanto por parte da comunidade jornalística, ambas como meios de produção de conhecimento, considerar o possível *habitus* e o campo de quem fala em relação ao que é dito. A perspectiva de Boaventura nos oferece uma reflexão a respeito do diálogo entre cientistas e suas áreas de atuação. A perspectiva de Dawkins não demonstra grande distância da de Sérgio Pena em uma matéria publicada pela *Ciência Hoje*:

A indignação de Pena se explica pela sua linha de pesquisa. Há anos o geneticista estuda a ancestralidade genética da população brasileira e vem demonstrando que, biologicamente, não é possível falar em raças humanas. Outro ponto sustentado pelo trabalho de Pena é que, devido à ampla mistura de genes entre a população brasileira, não existe correspondência entre a cor da pele e a ancestralidade, podendo uma pessoa descendente de europeus ter pele escura e vice-versa. (MOUTINHO, 2013)

A matéria em questão enquadrada na categoria Raça e Ciência dialoga fortemente com a visão expressa por Dawkins na presente categoria (Raça como Tema Transversal). A visão de uma superação do racismo através da anulação do conceito

de raça parte de um lugar comum entre ambos: A concepção biológica de raças. Boaventura Santos (1997) nos alerta que para estabelecer diálogo intercultural há a necessidade de se compreender as estruturas de sentido da outra cultura, que aqui podemos observar enquanto áreas de pesquisa. Quando fala sobre racismo, tanto Pena quanto Dawkins atribuem ao termo “racismo” o sentido de discriminação racial direta. Dawkins traz o exemplo das audições onde o candidato canta por detrás de uma cortina, enquanto Pena em outro momento prossegue argumentando: “*A única opção é eliminar o conceito de raça completamente e criar uma sociedade ‘desraciada’, onde as diferenças individuais sejam valorizadas.*” (MOUTINHO, 2013). Os pesquisadores trazem argumentos baseados nas estruturas de sentido presentes nas ciências biológicas sem considerar as estruturas construídas historicamente nas ciências sociais sobre racismo:

O racismo emerge de hierarquizações sociais, baseadas no estabelecimento de categorias de ‘raça’, que são historicamente constituídas e, conseqüentemente, moldam a própria estrutura de uma sociedade, permeando a cultura, as instituições, as práticas, as relações interpessoais e coletivas em seus diversos setores e atividades. (O necessário diálogo entre raça, gênero, educação e ciências, Pos. 5)

A confusão conceitual entre racismo e discriminação cometida por ambos ocorre pelas diferentes estruturas de sentido que existem entre a maneira em que as ciências biológicas entendem o sentido de raça e a maneira como as ciências sociais a entendem. Se o racismo fosse restrito apenas à discriminação direta, não teríamos 53 codificações associadas a estudos como: “*os bebês negros morrem três vezes mais do que bebês brancos durante a internação inicial.*” (Cursino, 2020); Ou,

“Em termos de óbitos por Covid-19, pessoas sem escolaridade têm taxas três vezes maiores (71,3%) em relação àqueles com nível superior (22,5%). Combinando raça e índice de escolaridade, o cenário fica ainda mais desigual: pretos e partos sem escolaridade morrem quatro vezes mais pelo novo coronavírus do que brancos com nível superior (80,35% contra 19,65%). (Na pandemia de Covid-19, negros morrem mais do que brancos.)

A discriminação direta é efeito de uma estrutura de sociedade que opera a partir de um dispositivo racial:

Segundo o Atlas da Violência 2019, 75,5% dos mortos por assassinato são negros: em 2017, o Brasil somou 49.524 homicídios de pessoas negras, uma alta de 9,1% em relação ao ano anterior. Para cada indivíduo não negro assassinado, quase três negros foram perderam a vida. Por aqui, também temos centenas de casos como o de George Floyd, de pessoas negras que morrem nas mãos da polícia. (MARASCIULO, 2020)

Desconsiderar os sentidos e conceitos desenvolvidos nas ciências sociais ao advogar pela “desracialização” da sociedade é um erro comparável a desconsiderar os mecanismos que operam na seleção natural. Comparável talvez a atribuir à Teoria Sintética da Evolução o argumento simplista e reducionista de que os animais não humanos na natureza adquirem determinadas características ao longo de gerações porque cedem às pressões naturais¹⁸. Infelizmente, essa perspectiva presente nas ciências naturais frequentemente é utilizada como argumentos para referendar a oposição a grupos minorizados. Comparando os resultados do Observatório (2022) com os encontrados nesta pesquisa, as ações afirmativas apareceram em 42 segmentos de 15 matérias, dos quais aquelas anteriores à 2018 frequentemente dicotomizaram a questão:

Na *opinião* da pesquisadora (Lilia Schwarcz), “as cotas são importantes num país que pratica um preconceito dissimulado, promovem a reflexão”. Salzano é mais *ponderado* nessa questão: “As cotas devem ser pensadas com cuidado, pois a constituição garante a não discriminação por raça, sexo ou religião e, ao favorecer um grupo, desfavorece outro. Não é fácil encontrar um equilíbrio”. (GARCIA, 2022; grifo nosso)

¹⁸ Não pretendo aprofundar-me nesses mecanismos, uma vez que não é o escopo nem objetivo do presente trabalho. Em exercício de imaginação comparativo, poderíamos imaginar que na natureza, a seleção natural cessaria se parássemos de falar dela.

Observe que na matéria, o que diz a antropóloga Lilia Schwarcz, que é a favor das cotas, é apresentado como *opinião*, enquadrado no *doxa*. Enquanto o que diz Salzano, que diverge da pesquisadora, é apresentado como “ponderado”¹⁹. Ainda em 2013, uma outra matéria também da revista *Ciência Hoje* apresenta as ressalvas de pesquisadores quando as ações afirmativas, que dizem afirmam que são “*virtuosas e devem ser implementadas, mas é um contrassenso que, em prol de ações reparadoras, as próprias vítimas do racismo no passado queiram agora usá-lo como base para suas políticas de ação afirmativa*”, diz” Sérgio Pena, geneticista e opositor das PPAA’s (MOUTINHO, 2013). Este padrão se repete até 2018, quando emergem matérias mais favoráveis e aprofundadas na discussão:

Após seis anos de implementação dessas cotas, podemos afirmar que a ‘cara’ das universidades públicas brasileiras mudou: está mais negra, mais indígena, mais popular, mais diversificada. Os estudantes que entram por meio das cotas têm, em geral, desempenho semelhante ao dos não cotistas, com pequenas variações que não impedem seu sucesso acadêmico. Abaixo aponta-se as mudanças ocorridas ao longo de mais de uma década em termos de matrículas. (HERINGER, 2018)

A matéria que se propõe a fazer uma avaliação das cotas inicia-se com dados de 2021 a respeito da presença de alunos negros no ensino superior. A matéria dedica dois tópicos para apresentar o que é a lei de cotas e ações afirmativas e apresentar a dicotomia presente em discussões dos anos anteriores. A partir disso, o último tópico apresenta dados de 2018 para a presença e dificuldades de alunos negros no ensino superior, incluindo-se na narrativa: “*sabemos também que, em função do preconceito, discriminação e desigualdades raciais na sociedade brasileira, a população negra tem suas oportunidades limitadas. Por isso, a ação afirmativa é importante, ao menos de forma temporária*” (HERINGER, 2018). Observatório da Branquitude (2022) em sua pesquisa “Quem são os anticotas no Brasil”, identificou que os principais opositores da lei, desde 2017, são aqueles que se alinham

¹⁹ Ponderar: 1 Examinar algo detidamente; apreciar, avaliar. 2 Levar em conta; considerar. 3 Pensar muito sobre algo; refletir. 4 Mencionar algo (argumentos, indícios, razões etc.) em defesa de alguma coisa; alegar. 5 MAT Atribuir pesos a várias grandezas para a extração da média ponderada. (MICHAEIS, 2022)

politicamente à ala direita “conservadora”. No entanto, a lei ganhou maior aceitação por parte da mídia e de outros intelectuais acadêmicos.

No jornalismo científico, aqui representado pelas revistas *Galileu* e *Superinteressante*, para além do gênero que se escolhe, é preciso uma reavaliação dos métodos tradicionais de se produzir conteúdo para o jornalismo. Isso implica não apenas considerar as próprias “escolhas narrativas” (que constatamos serem construídas socialmente), mas também considerar o lugar do qual a fonte irá falar. O discurso no jornalismo é um discurso pelo qual falam diversas vozes: o jornalista que assina a matéria, as fontes de informação, o editorial, a empresa jornalística. Nesse sentido, Schneider e Tavares (2013) abordam o poder de fala nas revistas *Galileu* e *Superinteressante*, no qual a perspectiva de mundo que prevalece são aquelas cujas vozes tem poder de expressão.

4.2 A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E A NECESSIDADE DE (AUTO/RE) AVALIAÇÃO

Dados os levantamentos e observações construídas até aqui, cabe agora ponderarmos a respeito da produção de conhecimento pelo jornalismo científico e a divulgação científica. É aqui que alcançamos nossa segunda parte, a discussão. Tomo brevemente o princípio da ausência para pensarmos a maneira como os pesquisadores negros são amplamente apresentados nas matérias. O princípio que torna “algo censurado, proibido, que se oculta à vista e ao conhecimento. Algo que não deve existir no mundo da branquitude.” (KILOMBA, 2020, p. 14). Quando falamos do total de matérias, observa-se nas 178 citações aos cientistas negros nas 128 matérias, 77,5% (n=138) são citados enquanto referências históricas. Cientistas negros que mesmo tendo produzido conhecimento e tecnologia, estão inacessíveis na contemporaneidade. A ausência se apresenta no pequeno percentual de 14% (n=25) e 8,5% (n=14) correspondem a fontes primárias e secundárias, respectivamente.

Na perspectiva comunicacional, Hall (2016, p. 191) diferencia estereótipo a partir do que Richard Dyer denomina *tipificação*: (Os estereótipos) “se *apossam* de poucas características ‘simples, vívidas, memoráveis, facilmente compreendidas e amplamente reconhecidas’ sobre uma pessoa; tudo sobre ela é *reduzido* a esses traços que são, depois, exagerados e depois simplificados”. Disso então, Hall (2016) explica que o passo seguinte da estereotipagem é o de “cisão”, uma vez reduzida, *essencializada*,

naturalizada e demarcada a diferença, ela divide e exclui o que, a partir da estereotipagem, é agora identificada enquanto *anormal*. Dessa perspectiva levanto a questão: O quanto uma representação precisa ser replicada, para então ser reduzida, excluída e definir-se como estereotipagem? Se os estereótipos são a redução e esvaziamento de uma representação, através da invisibilidade, cientistas negros sequer são representados o suficiente para desvencilhar-se da narrativa arquetípica. As existências ocultadas à vista são os corpos negros vivos que apesar de eventualmente presentes, são minorizados e invisibilizados. Estes cientistas negros apresentados nas matérias, através da ausência e invisibilização, dificilmente podem ser definidos enquanto estereótipos ou arquétipos.

Se a natureza prototípica do arquétipo sugere um modelo o qual deverá ser desenvolvido novos formatos, o que podemos observar é a exaustiva reprodução de um grupo de cientistas com histórias reduzidas aos formatos já apresentados aqui. Nessa perspectiva, há que se ponderar quais demarcações estão sendo atribuídas quando três a cada quatro cientistas negros apresentados em matérias são pessoas não mais capazes de expressar suas vozes, contar suas próprias histórias. Há que se ponderar também os efeitos de representações reduzidas a nomes, locais e anos de nascimento, instituições e contribuições. Exclusões de vivências e lutas e questões emergentes nas entrelinhas, como: O que levou Mamie P. Clark a decidir entender psicologicamente as identidades do povo negro num período de segregação? Estendo brevemente a discussão para o que foi excluído da narrativa das matérias sobre Clark.

McNeill (2017) traz uma citação de Clark, no qual a pesquisadora diz ter consciência de sua cor desde a infância. A pesquisadora cita a necessidade de construir uma armadura em torno de si ainda tão jovem, de ter que aprender o que se deve ou não fazer, simplesmente por ser uma pessoa negra. Consciente dessa realidade, a pesquisadora decidiu que gostaria de alguma maneira ajudar crianças negras. Mamie era filha de um físico respeitado em sua área, o que lhe concedeu determinados privilégios²⁰, como uma criação “acalorada e protetiva”. Ela, que como professora poderia ajudar alunos, a princípio desejava seguir carreira na matemática ou Física como seu pai, mas observou que os pesquisadores da área eram distantes e

²⁰ Importante lembrar que em matéria anterior, Harold H. Phipps, o pai de Mamie P. Clark havia sido apresentado como médico.

impessoais em relação a mulheres estudantes. Enquanto ponderava novos caminhos, conheceu um estudante de psicologia chamado Kenneth Clark, que a encorajou em seguir na psicologia como uma maneira de concretizar seu objetivo de ajudar crianças num país segregado. A pesquisadora, para além de auxiliar na revogação das chamadas Leis *Jim Crow*, teve uma carreira de 36 anos, e um casamento de 46 anos. Seu objetivo foi cumprido, e seu legado abriu novas perspectivas para a psicologia.

Abordaremos a comunicação científica por ambos os meios (jornalismo e divulgação) a partir de um aspecto que se origina no pensamento pedagógico de Paulo Freire. Considero que o meio comunicacional, ao agregar alguns desses aspectos, alcançaria ainda maior potencial em sua relação com o tema e com o público. Assim, abordarei separadamente, considerando as particularidades de cada campo, e apresentando os aspectos que podem ser incorporados não apenas em sua técnica, mas também em seu processo educacional. Por isso, trarei para o jornalismo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo. Considerando que o campo científico se dá através de diversos cursos e não seria possível trazer cada um, opto por dar enfoque nas Bases Nacionais Comum Curriculares, e a relação orientador-orientando como elemento basal na formação do cientista.

4.2.1 Jornalismo Científico e a Incorporação De Elementos Da Educação

O jornalismo ao se deparar com os meios de comunicação das redes sociais, encontraram um aspecto novo no fluxo de informações. As atuais tecnologias permitem ao jornalismo prosseguir para um método mais participativo do público, o que demanda novos métodos de produção, já alertava Xosé López García (2007, 115):

Los viejos mecanismos de participación –cartas al director, llamadas a programas...-quedaron desfasados en una sociedad marcada por la información casi en tiempo real, por la multiplicación de la oferta y saturación de la oferta de contenidos “blandos”.

O autor segue discutindo a respeito da necessidade do jornalismo se reestruturar, onde não cabe mais apenas a translocação dos antigos métodos de produção para os ambientes virtuais. Essa reestruturação também é sugerida por Dalmolin e

colaboradores (2021), que partem de uma análise de literaturas “cinzentas”, frequentemente produzidas ao final dos cursos (monografias, dissertações, teses, livros, entre outros). Os autores enfatizam a necessidade de uma reformulação já a partir dos cursos de jornalismo que se constituem numa disputa transitando entre modelo informacional e o modelo relacional. Seguindo na mesma linha de Lopes Garcia, que defende uma reformulação considerando uma produção participativa, menos passiva e a construção de um novo perfil do jornalista em relação ao seu público (LOPEZ GARCIA, 2007).

O jornalismo mantém sua importância na veiculação de conhecimento de qualidade, podendo considerar o Jornalismo Participativo uma possível metodologia frente ao crescimento do uso das redes sociais como fonte de informação (LOPEZ GARCIA, 2007). A estrutura informacional nos cursos de jornalismo atualmente corresponde a uma educação “detida no propósito de instrumentalizar as práticas produtoras de conteúdo que percebem os acontecimentos a partir de um interesse econômico comercial” (DALMOLIN *et al.*, 2021, p.89). Lacombe (2012) trouxe na sua dissertação uma pesquisa avaliando a produção científica expressa na revista *Galileu*. Sua análise, no entanto, o autor chega à conclusão que a revista dedica espaço mínimo à produção científica, uma vez que seu principal objetivo não é a ciência, e sim o entretenimento. Dessa forma, os cientistas que recebem destaque, como observado por Lacombe (2012), o recebem possuem alguma relevância midiática. O autor também levanta a reflexão de que tanto o enunciador quanto o enunciado são sujeitos (no sentido de serem também sujeitados, subordinados). Os sujeitos que são apresentados como fonte, são sujeitos subordinados ao enunciado, e este, à função de “infoentreter”. Assim, a revista *Galileu*, como observado por Lacombe (2012), “não contempla de fato a produção científica. A revista trabalha no limiar do entretenimento, usando temas recorrentes da sociedade moderna para abordar questões científicas, e não o contrário” (LACOMBE, 2012, p. 90). O autor também observa que esses aspectos apresentam muito mais de uma perspectiva de atender a um mercado seguindo uma lógica de demanda por parte da revista que propriamente divulgar a ciência. Silva e colaboradores (2021) ao observar a *Superinteressante*, ponderam a respeito dos artifícios utilizados pela revista para apresentar a ciência e os cientistas:

Das apresentações equivocadas, consideramos que a preocupação em tornar as publicações atrativas ao leitor, a revista acabava optando por artifícios textuais, termos e verbos que corroboravam tais concepções. Acreditamos que este é o caso com a palavra “descoberta” e a ideia de “desvendar os mistérios ocultos”. É necessário refletir se uma apresentação fantástica da ciência pode, ao mesmo tempo que cria admiração, causar distanciamento das pessoas que que tem contato com o material da revista. Isto pois, vista como algo mitológico, pode ser que o seu leitor não se considere capaz de realizá-la (SILVA *et al.* 2021, p. 370).

A partir dos dados aqui já apresentados, podemos compará-los a outros estudos que seguem linhas semelhantes, como Stocker (2018), que analisa comentários das matérias da *Galileu* e *Fantástico*. A matéria da *Galileu* em questão é denominada “Tudo que você sabe sobre gênero está errado”, e alcançou 19 mil curtidas, 1,8 mil comentários e 5.563 compartilhamentos em uma página de fãs no *facebook*. Já a matéria do *Fantástico* intitulada “Quem sou eu?” teve em seu primeiro episódio 5,3 mil curtidas, 849 comentários e 1.950 compartilhamentos (também no *facebook*) (STOCKER, 2018). As matérias foram escolhidas pela autora por tratarem de pessoas transgênero a partir da perspectiva da recepção, no entanto, podemos aqui observar algumas semelhanças quanto às matérias da revista *Galileu* (STOCKER, 2018): a) se basearam em diversos dados estatísticos; b) referências teóricas são frequentemente introduzidas ao longo do texto, e; c) a revista com frequência faz uso do tom segundo a lógica masculinista²¹.

Algumas observações dos comentários trazidos ao artigo pela autora podem ser úteis para refletir nossas observações. Na matéria da revista *Galileu* cujo o título é “Tudo que você sabe sobre gênero está errado” (LOUREIRO e VIEIRA, 2015) nos demonstra que este tipo de manchete assertiva não é incomum na revista, a partir das observações diretas nesta pesquisa. A exemplo da matéria “Você é racista - só não sabe disso ainda” (CUSTÓDIO e LOUREIRO, 2020). A recepção observada pela autora conteve respostas relacionadas à manchete como “[...] **achei o subtítulo da matéria um pouco prepotente**, até pq (porque), posso estar errada, mas, acredito

²¹ Termo o qual eu substituiria por “hegemônica”, face ao contexto da presente pesquisa, mantenho o termo “masculinista” respeitando os sentidos trazidos pela autora.

eu, que o público alvo da revista não seja tão ignorante nessa questão” (STOCKER, 2018, p.24)²². A respeito disso, Resende (2009, p. 36) observa que

Na narrativa jornalística, a forma autoritária de narrar histórias se mantém, e, de certa forma, com mais agravantes por apresentar-se velada. Envolto no real e na verdade como referentes, além de trazer a imparcialidade e a objetividade como elementos que operam sentidos, o discurso jornalístico tradicional — o que encontra legitimidade epistemológica — coloca à disposição do jornalista escassos recursos com os quais narrar os fatos do cotidiano.

Stocker (2018) identifica as reações ao assunto da matéria: Razão biológica, Motivos Religiosos, Menções ao preconceito, Quebra de Contrato e *Empatia*. Este último encontrado apenas na matéria do *Fantástico*. A objetividade tão almejada pode ser o motivo de distanciamento do interlocutor, o qual a partir do ambiente de troca proporcionada por um jornalismo participativo é capaz de “redimensionar seu potencial transformador na sociedade em nosso” (STOCKER, 2018, p. 30). A conclusão da autora é:

Este estudo explicita o quanto uma abordagem que amplia os modos de escuta e as lentes para observar a realidade do “outro”, abrindo brechas para as subjetividades, pode produzir sentidos que potencializam o exercício de alteridade nos leitores. (STOCKER, 2018, p.30)

A autora defende o uso da subjetividade em matérias a fim de produzir um sentimento de empatia (STOCKER, 2018). Já problematizamos a “objetividade” anteriormente, e a objetividade a partir de narrativas impessoais, referendando-me por Robinson e Cuver (2016) que defendem a “Objetividade Pragmática”. A objetividade e imparcialidade, como reflete Lacombe (2012) é apenas um conceito, abstrato e até mesmo irreal, sendo apenas efeitos discursivos nos textos. O jornalismo hegemônico ainda está sujeito às mesmas concepções presentes no homem branco como um todo. O pesquisador branco entendendo-se como o ser neutro, nessas matérias, permite-se falar a respeito de tudo (CARDOSO, 2022). A branquidade estabeleceu uma

²² Ênfase pela própria autora.

visão própria de modelo, um padrão estético no qual entende a si mesmo como padrão para a beleza, o poder, a intelectualidade entre outros (LEÃO, 2020). Um campo jornalístico composto por jornalistas majoritariamente brancos incorre na possibilidade de cometer os erros frequentes quando se fala a respeito do “Outro”: a estereotipagem ou, a “Comodificação do Outro”.

Hooks (1991) discorre a respeito da transformação do “Outro” em *commodities*, se debruçando em aspectos culturais e de etnicidade. Os autores já se aprofundaram em muitas das formas de exploração do corpo negro (apropriação cultural, fetichização, etc.), e aqui convido a repensar as questões raciais enquanto *commodity* para o jornalismo e produto a ser consumido pelos leitores. Critica-se a comodificação dos temas raciais (e também dos cientistas negros) em função de um sistema de produção, que traz em suas premissas a “responsabilidade social e pluralidade” sem haver uma real inserção dos mesmos. No entanto, seria ingenuidade pensar que estas inserções aconteceriam sem haver interesses convergentes, uma vez que pensar um campo, demanda também pensar o poder em disputa. A observação levantada por Hooks (1991) e Hall (2016) podem ser trazidas para a observação dos dados aqui apresentados, onde as questões raciais, são abordadas apenas em períodos específicos e diante de acontecimentos específicos. Apesar de estruturais na sociedade e importante discussão a ser revisitada com frequência, as questões raciais se apresentam como um produto a ser discutido em decorrência dos meses da abolição, mês da consciência negra ou de manifestações públicas a respeito.

Ao ocorrer a disputa pelos espaços, a branquitude assume uma postura de alienação e aliança, alienação aos negros a partir do isolamento e invisibilização, e aliança a outros brancos: “a intelectualidade branca realiza um pacto narcísico para defesa dos seus mercados, para não dividirem seus ganhos materiais e simbólicos.” (CARDOSO, 2022, p. 13). Dessa forma, cientistas negros enquanto fontes primárias e secundárias ficam restritos a contextos específicos, como os meses de maio e novembro, meses de rememoração da Lei Áurea e da Consciência Negra, respectivamente. Estes profissionais ficam ausentes no decorrer dos outros períodos, exceto em casos de acontecimentos específicos onde é retomada a discussão sobre o racismo na sociedade. Ao tratar cientistas negros vivos como minoria, números altos de pesquisadores negros que já não estão mais presentes para serem fontes primárias ou secundárias, o jornalismo incorre na prática de apresentar o pesquisador negro enquanto o Outro, o “ser de fora”. Restringindo a voz, a história e presença. O

jornalismo deixa de trazer à luz cientistas negros, “pelo contrário, refletindo a sociedade opressora, sendo dimensão da ‘cultura do silêncio’, a ‘educação “bancária’ mantém e estimula a contradição” (p. 82). Silêncio esse em diversos sentidos, esse lugar de *outro* consciente ou inconscientemente atribuído, se consolida no jornalismo científico mesmo quando o mesmo objetiva apresentá-los. Sabendo da necessidade de trazê-los à luz, o faz reduzindo-o à poucas informações relativas à instituição de estudo e contribuição, frequentemente tecnológica.

Sua solução estaria em deixarem a condição de ser “seres fora de” e assumirem a de “seres dentro de”. Na verdade, porém, os chamados marginalizados, que são os oprimidos, jamais estiveram fora de. Sempre estiveram dentro de. Dentro da estrutura que os transforma em “seres para outro” (FREIRE, 1996, p. 84).

Essa comunicação tradicional já questionada por Lopes Garcia (2007), que aqui podemos também chamar de *jornalismo bancário*, cujo enfoque seja o relato, distancia-se de seus próprios ideais. Freire (1996) ao observar essa relação a que denomina *opressor-oprimido*, identifica no oprimido não apenas a possibilidade de libertação própria, mas também de humanização do opressor. As Diretrizes Curriculares Nacionais previstas na Resolução Nº 1, de 27 de setembro DE 2013, juntamente com o parecer CNE/CES no 39/2013, instituem que deve constar entre as aptidões do jornalista:

Art. 5º O concluinte do curso de Jornalismo deve estar apto para o desempenho profissional de jornalista, com formação acadêmica generalista, humanista, *crítica*, ética e *reflexiva*, capacitando-o, dessa forma, a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania, capaz de responder, por um lado, à complexidade e ao pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas, e, por outro, possuir os fundamentos teóricos e técnicos especializados, o que lhe proporcionará clareza e segurança para o exercício de sua função social específica, de identidade profissional singular e diferenciada em relação ao campo maior da comunicação social. (BRASIL, 2013)

Ainda no Art. 5º, em parágrafo único, espera-se que seja da competência do jornalista: a) identificar e reconhecer a relevância e o interesse público entre os temas da atualidade; b) perseguir elevado grau de *precisão*²³ no registro e na interpretação dos fatos noticiáveis; e ainda “adotar critérios de rigor e independência na seleção das fontes e no relacionamento profissional com elas, tendo em vista o princípio da *pluralidade*, o favorecimento do debate, o aprofundamento da investigação e a garantia social da veracidade”. Exatidão se refere à proximidade com a realidade, enquanto a precisão se refere à concordância entre repetições. Uma informação precisa não necessariamente é exata, e o inverso também é possível. O que destaco aqui é que nesse ponto, o artigo 5º estabelece que haja na investigação concordância entre as perspectivas sobre a realidade, não uma representação fiel dela.

Entre os aspectos, enfatizei as aptidões de desempenho crítico e reflexivo, para que possamos ponderar a respeito. Igualmente, no Art. 6º, são estabelecidos eixos e competências do perfil do egresso jornalista: Parágrafo Único - Eixo de fundamentação *humanística*, cujo objetivo é capacitar o jornalista para exercer a sua função *intelectual* de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a cidadania, privilegiando a realidade brasileira (...). Freire (1996, p. 41) observa que o opressor ao praticar violência, não apenas desumaniza aos outros, mas desumaniza a si mesmo: “A violência dos opressores que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos”. Se há desde as diretrizes essa expectativa que o profissional seja crítico e reflexivo, humanista e que preserve o princípio da pluralidade, penso então que possa haver um estrangulamento dessas aptidões na prática da profissão.

Pela relação comunicacional com aqueles se encontram nessa realidade, por uma comunicação não bancária, mas dialógica. Para Freire (1996), observar, entender e refletir não podem estar separados da *práxis*. Quando se sacrifica a reflexão, o que se produz é o ativismo esvaziado. Quando se sacrifica a ação, o que se produz é a *palavreria*, verbalismo. Somente quando a ação e reflexão estão associados é que se produz a *práxis* (FREIRE, 1996). Assim, já anteriormente demonstramos

²³ Da Silva e Dias (1997) define como *precisão* a concordância entre determinadas repetições, sendo entendida como grau de variações de resultados em relação a testes repetidos (menor distância entre os diversos resultados equivale a maior precisão). Paralelamente, utiliza-se o termo *exatidão* para definir a distância entre um determinado resultado e uma referência da “realidade”.

nossa concordância com Robinson e Curver (2016) na proposta de maior presença do jornalismo interpretativo, e acrescento uma perspectiva Freiriana de reflexão a ser considerada na produção de informação:

A reflexão que propõe, por ser autêntica, não é sobre este homem abstração nem sobre este mundo sem homem, mas sobre os homens em suas relações com o mundo. Relações em que consciência e mundo se dão simultaneamente. Não há uma consciência antes e um mundo depois e vice-versa. “A consciência e o mundo, diz Sartre, se dão ao mesmo tempo: exterior por essência à consciência, o mundo é, por essência, relativo a ela (FREIRE, 1996, p. 98)

Essa reflexão que se propõe parte da necessidade do indivíduo, para Freire, o educador, e para nós, o jornalista, admita-se consciente na produção. Deixando de lado o objetivismo que aparta o ser do mundo, mas trazendo-o para próximo da sua consciência de que faz parte e dialoga com esse mundo. As matérias enquadradas enquanto gêneros interpretativos se dão como maioria, esvaziando-se, no entanto, pela maioria de reportagens-perfil que se dedicam a listar personagens negros.

As propostas para uma educação dialógica que Freire (1996) levanta não se distanciam da prática jornalística em sua investigação. Dentre as diretrizes trazidas, ainda no parágrafo único do Art. 6º, inciso terceiro, encontramos:

- a) contextualizar, interpretar e explicar informações relevantes da atualidade, agregando-lhes elementos de elucidação necessários à compreensão da realidade”; n) dominar linguagens midiáticas e formatos discursivos, utilizados nos processos de produção jornalística nos diferentes meios e modalidades tecnológicas de comunicação;
- p) avaliar criticamente produtos e práticas jornalísticas.

O jornalista é o mediador, mas também tem seu discurso mediado por meios tecnológicos, pela própria consciência de realidade e pela crítica avaliação que deve fazer aos produtos e práticas jornalísticas. Nesse ponto também convergem as perspectivas do jornalismo para com a de Freire (1996 p. 121):

É na realidade mediatizadora, na consciência que dela tenhamos educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação. O momento deste buscar é o que inaugura o diálogo da educação como prática da liberdade. É o momento em que se realiza a investigação do que chamamos de universo temático do povo ou o conjunto de seus temas geradores.

Nesse encontro, o jornalista pode incluir as práticas de mediação como defendido por Freire, que parte dos temas geradores para uma relação e comunicação dialógicas. A dificuldade para uma comunicação para com o público parece semelhante entre o jornalismo, divulgação científica e também para a educação. Paulo Freire traz para a discussão da educação aquilo que o mesmo denomina *educação bancária*, no qual o locutor narra ou disserta, enquanto o interlocutor paciente e passivamente recebe os depósitos de conhecimento/informação (FREIRE, 2020).

Esse tipo de educação, que aqui podemos estender à comunicação, se baseia em relações fundamentalmente narradoras, dissertadoras. O autor ressalta que a informação tende “a petrificar-se ou a fazer-se algo quase morto, sejam valores ou dimensões concretas da realidade” (FREIRE, 1996, p. 79). Sua crítica vai da observação de se tratar o conteúdo como um objeto alienado à experiência existencial de quem ouve. Se na educação, Freire (1996) ressalta a sonoridade como uma característica dessa ausente conexão com a realidade, expressa na repetição “Quatro vezes quatro, dezesseis; Pará, capital Belém, que o educando fixa, memoriza, repete, sem perceber o que realmente significa quatro vezes quatro” (p. 80), podemos observar ainda há pouco no jornalismo as manchetes que buscam atenção através do impacto. Para além das manchetes, também observamos o jornalismo tentar demarcar o racismo através dos dados estatísticos, ou mesmo pelo contexto histórico em que se dá sociedade. Informações e histórias de cientistas que teriam potencial transformador. Ao restringir-se apenas como relatos, relações unilaterais bancárias, permanecem como “retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram (p.79).

Na prática²⁴ do jornalismo há a atenção no relato do “novo”, a ênfase no “acontecimento”. Os acontecimentos frequentemente observados nos códigos TCR, poderiam ser entendidos por Freire (1996) como parte das “situações-limites”, os quais

²⁴ Já apresentado no capítulo - 2.3 JORNALISMO E CIÊNCIA.

atribui certas características trazendo a ideia de situações resultantes dos emaranhados sistemas que culminem em acontecimentos históricos e/ou, cujo o resultado traga ponderações sobre a realidade. O autor ressalta que, com certa frequência, as “situações-limites” apresentam-se como “determinantes históricas” e “esmagadoras”. Assim, um exemplo de situações-limites tomado do *corpus*, na perspectiva de Paulo Freire seria: “*Embora 18% da população do país seja negra, 52% dos casos e 58% das mortes por Covid-19 são de pacientes negros, segundo um relatório da amFar publicado no início de maio*” (MARASCIULO, 2020). Para o jornalismo, as situações-limites podem ser entendidas como as diversas formas de racismo, como a violência policial contra George Floyd, os dados estatísticos que demonstram que em quaisquer situações, o corpo negro é o que mais sofre (saúde, segurança, desigualdade social, entre outros). Mas também pode e deve se estender também aos eventos históricos, como uma personalidade relevante nas ciências e suas falas como na matéria da *Galileu* denominada “Como a ciência contribuiu com machismo e racismo ao longo da história”:

“O homem é mais poderoso em corpo e mente que a mulher, e no estado selvagem ele a mantém numa condição de servidão muito mais abjeta que o faz o macho de qualquer outro animal; portanto, não surpreende que ele tenha ganhado o poder de seleção”, escreveu Charles Darwin no segundo volume de *A Origem do Homem*, publicado em 1871 (LOPES, 2020)²⁵

Como define Freire: “Em síntese, as “situações-limites” implicam na existência daqueles a quem direta ou indiretamente ‘servem’ e daqueles a quem ‘negam’ e ‘freiam’” (1996, p. 130). Proponho incluir também nessa perspectiva de situações-limite, aquelas em que os limites que demarcam e restringem existências são desafiados, como produções literárias, artísticas, científicas, como exemplo a matéria em que se aborda o livro *Ariel* — a travessia de um príncipe trans e quilombola, de Jared Amarante: “*Ariel é um menino transexual, gordo e preto, que é levado a conhecer*

²⁵ Darwin traz para a sociedade a perspectiva determinista que até então era atribuída à natureza. Essa perspectiva, assim como Darwinismo Social e as teorias racialistas trariam consequências complexas nas relações de poder na sociedade.

sua ancestralidade no Quilombocéu e se torna príncipe da paz". (LOPES, 2021)²⁶. Dessas situações-limites emergem os temas geradores, entendidos por Paulo Freire como os temas que “se encontram, em última análise, de um lado, envolvidos, de outro, envolvendo as ‘situações-limites’” (1996, p. 130). Esses temas envolvem as relações diretas e indiretas, em diversas escalas das situações-limite, mas geralmente estão contidas no universo temático mínimo. Não apenas a partir do acontecimento, mas da compreensão da realidade ali existente e da relação com que os que nela vivem têm com essa realidade:

Investigar o “tema gerador” é investigar, repitamos, o pensar dos homens referido à realidade, é investigar seu atuar sobre a realidade, que é sua práxis. A metodologia que defendemos exige, por isto mesmo, que, no fluxo da investigação, se façam ambos sujeitos da mesma – os investigadores e os homens do povo que, aparentemente, seriam seu objeto (FREIRE, 1996, p. 137).

Acreditar que é possível que exista distância entre o jornalista e o acontecimento através da objetividade, e que há “pureza” na investigação fora do indivíduo, como se o mesmo pudesse “alhear-se” daquilo que investiga, é assumir ingenuidade (FREIRE, 1996):

Poderá dizer-se que o fato de sermos homens do povo, tanto quanto os investigadores, sujeitos da busca de sua temática significativa sacrifica a objetividade da investigação. Que os achados já não serão “puros” porque terão sofrido uma interferência intrusa. No caso, em última análise, daqueles que são os maiores interessados – ou devem ser – em sua própria educação (FREIRE, 2000, p. 137).

Alcoff (1991) já discutia a impossibilidade de o indivíduo desvencilhar-se de seu *habitus*. Não levemente Amaral (2005) trouxe ao jornalismo a necessidade de compreensão do lugar de fala²⁷. Pois para toda e qualquer forma de comunicação, é necessário consciência e entendimento a respeito da própria posição numa

²⁶ A matéria dedica um parágrafo a esse livro, uma vez que o objetivo era apresentar uma lista de recomendação de leitura.

²⁷ Já abordado no tópico **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

sociedade e a construção de sua própria perspectiva. Por considerar esses aspectos, Freire (1996, p. 145) sugere uma investigação que, partindo da “descodificação, os investigadores, ora incidem sua visão crítica, observadora, diretamente, sobre certos momentos da existência da área, ora o fazem através de diálogos informais com seus habitantes”. O método assume primeiramente uma postura de consciência e esforço na compreensão da realidade, e daqueles que a experienciam. Para a educação, o educador praticaria esta metodologia em relação dialógica com os educandos²⁸. Freire (1996, p. 41) comenta: “E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores”. Neste e em diversos outros estudos já elencados aqui o que se tenta é justamente trazer propostas que permitam a libertação não apenas das pessoas negras, mas também das pessoas brancas que, pelas práticas hegemônicas, são desumanizadas e impossibilitadas em cumprir as expectativas “humanistas” presentes em suas diretrizes e juramentos.

A objetividade dicotomizada da subjetividade, a negação desta na análise da realidade ou na ação sobre ela, é objetivismo. Da mesma forma, a negação da objetividade, na análise como na ação, conduzindo ao subjetivismo que se alonga em posições solipsistas, nega a ação mesma, por negar a realidade objetiva, desde que esta passa a ser criação da consciência. Nem objetivismo, nem subjetivismo ou psicologismo, mas subjetividade e objetividade em permanente dialeticidade (FREIRE, 1996, p. 51)

Nessa perspectiva, pela objetividade compreende-se a realidade, e pela subjetividade relacionamo-nos e transformamos ela. A proposta para o jornalismo é a de que o jornalista precisa entender o ambiente e relações presentes no acontecimento, no estudo, na informação que deseja transmitir. Os cientistas das narrativas foram motivados a tais pesquisas, seria necessário entender que suas motivações são estas. Suas pesquisas passaram por processos relacionais e investigativos, se faz necessário entender os contextos desses processos. Temas raciais são, em si, situações-limites ou temas geradores. É preciso aprender e apreender os significados, os contextos, as experiências de quem vive ou aborda essas temáticas e se questionar

²⁸ Paulo Freire denomina Educador-educando e Educandos-educadores, uma vez que nessa perspectiva de relações dialógicas, tanto o educador aprende, como o educando ensina.

o quanto essas apreensões dialogam com a realidade do leitor. Para Freire (1996), a educação depende de um processo de decodificação da realidade, para uma nova codificação contextual, no qual o educador fará do tema gerador uma forma de se pensar a realidade. Se praticado de maneira adequada, o educando não apenas entenderá o que lhe foi apresentado, mas decodificará a realidade a partir das informações que lhe foram apresentadas. O jornalista naturalmente precisa decodificar a realidade e recodificá-la para o público na prática do jornalismo. No entanto, essa decodificação precisa passar pela *interação* com realidades além da experienciada pelo próprio jornalista. Essa interação precisa dialogar com vozes de lugares diferentes da que ele costuma ouvir. A percepção crítica deve estar ativa mesmo quando a voz a falar é a de uma fonte especializada, ou quando vem de alguém que compartilhe similaridade com o jornalista, uma vez que mesmo esses não podem escapar ao próprio *habitus*²⁹.

A reformulação da instituição jornalística como defende Lopes Garcia (1992) para um jornalismo dialógico e participativo é em si uma alternativa importante a se considerar. Somado a isso, o jornalismo precisa em suas práticas individuais, pelas ações do próprio jornalista, agregar novas perspectivas, muitas já elencadas anteriormente. Enquanto uma reformulação estrutural demanda tempo, olhar para o jornalista neste momento pode ser o passo para mitigar algumas das problemáticas já discutidas. Tanto Lago (2010) quanto Stocker (2018) concordam com a necessidade de o jornalismo contemplar e incorporar o “Outro” não apenas por estarem entre as responsabilidades da instituição (responsabilidade social e pluralidade), mas também como medida de prevenção para que não se transforme o “outro” em inimigo. O jornalista também é indissociável de seu *habitus* tendo grande dificuldade em acolher narrativamente a alteridade e, através do discurso, promover o “encontro” com o outro:

esta perspectiva esbarra em dificuldades que não são apenas referentes à estrutura narrativa do jornalismo, mas anteriores a esta. Entendo que a perspectiva é dificultada pela própria característica do agente jornalista, formado prioritariamente junto às camadas médias e altas da população, carregando este *habitus* de classe e as predisposições a ele inerentes, além da formação junto a um campo que,

²⁹ Sobre vozes especializadas, os cientistas, falarei no próximo tópico.

estruturalmente, afasta e desqualifica a alteridade. (LAGO, 2010, p. 168)

A reportagem interpretativa despontou como uma forma mais rica de abordar os diversos aspectos que correspondem a presença de cientistas negros e temáticas raciais. Elementos da escrevivência e o método freiriano para propor análises dialógicas podem ser ferramentas importantes para o próprio jornalista que, mesmo envolvido nesse paradigma, pretende assumir estratégias mais humanistas de se tratar questões raciais. Levanto aqui a perspectiva de um jornalismo e divulgação científica que possam considerar a escrevivência como método narrativo.

A escrevivência como metodologia e forma de escrita também foi utilizada na categoria Trajetória e Raça³⁰, em uma matéria denominada “Orgulho e Preconceito”. Nessa matéria observa-se mais fortemente os vestígios da experiência pessoal e coletiva:

Fui uma criança que encontrou, nos livros, caminhos para andar a vida. Nasci na capital federal, em 1978, em uma família negra, de mãe mineira, professora, e pai sergipano, operador de computadores na Universidade de Brasília (UnB). Cresci na Ceilândia, periferia proletária. Só vi asfalto na minha rua aos 10 anos de idade, mas eu corria o mundo com os olhos, subindo o telhado para admirar o céu e a linha do horizonte, e lendo vorazmente, desde pequena, o que meus pais compravam e o que estava disponível na escola pública em que minha mãe lecionava. (Orgulho e preconceito).

Aqui, a psicóloga permite ao leitor capturar algumas experiências coletivas: Família negra, periférica e pobre. Logo apresentada, a autora delimita as características que a tornavam o “Outro” entre os iguais: “*Desde cedo fui discriminada por ser uma criança tida como inteligente, porém desafeita aos esportes, sensível e afeminada.*” (Orgulho e preconceito, Pos. 4). Apreende-se que mesmo na periferia, entre os semelhantes, ela era o “Outro” por não ter o apreço esperado aos esportes, por ser sensível e afeminada. Evaristo reflete que uma característica de sua escrita são

³⁰ Optei por trazer agora esta matéria por ser a única na categoria Trajetórias e Raça que traz características marcadas do estilo de narrativa de Escrevivência. Logo, apesar de tardio, pareceu-me mais coerente trazê-lo neste tópico.

personagens que experienciam os espaços de exclusão (2020, p. 32): “A maioria das personagens que construo se apresenta a partir de espaços de exclusão por vários motivos. Pessoas que experimentam condições de exclusão tendem a se identificar e a se comover com essas personagens”. Jaqueline Gomes de Jesus Santos conta então sua descoberta na psicologia, sua aproximação com os “*Queer Studies*” e o entendimento de sua produção como compromisso ético. Seu texto traça sua história e experiências coletivas enquanto o Outro, culminando em sua autodescoberta: “*Nesse período eu tive o que, tecnicamente, denomino ‘epifania’, ao me reconhecer como uma mulher trans.*” (Orgulho e preconceito). Mas a narrativa não termina nesse ponto. A autora conclui discorrendo suas produções atuais e futuras, e perspectivas acadêmicas.

No jornalismo científico, em texto escrito por Burgierman (2017) cuja manchete é “*Crack – Tudo o que sabíamos sobre ele estava errado*, publicado pela revista *Superinteressante*. Nesta matéria, o autor inicia o texto apresentando uma questão que perpassou a mente do cientista que se desejava apresentar: “*por que eu estou aqui de jaleco branco, enquanto esse sujeito está fumando crack?*” Foi essa a pergunta que surgiu na cabeça do neurocientista Carl Hart” (BURGIERMAN, 2017). O autor da matéria desdobra-se sobre o contexto em que vivia o pesquisador Carl Hart, como sendo homem negro, e que nos “*anos 80, quando estava no ensino médio, num bairro pobre de Miami, o pai alcoólatra, a mãe desequilibrada, cada um numa casa, a vida sem perspectivas, Hart traficava maconha*” (BURGIERMAN, 2017). As situações-limite são brevemente discorridas e, apesar de não serem o foco, não são esquecidas:

Ele circulava com um fuzil no porta-malas, ameaçava brancos que se aventurassem pelo bairro, roubava baterias de lojas de autopeças e televisores da casa dos vizinhos. Por sorte (e por ser jogador de basquete e futebol americano e, portanto, correr bem), nunca foi pego. Se fosse, a ficha suja acabaria com suas chances de sucesso. A maioria das pessoas à sua volta – amigos e família – saiu-se pior. Uns se afundaram no crack, outros mofaram na cadeia. Um morreu com um buraco de bala numa execução na rua. (BURGIERMAN, 2017)

No entanto, são nos temas geradores que o texto se debruça. O jornalista apresenta os aspectos da vida de Hart que poderiam tê-lo conduzido a uma vida diferente do pesquisador que se tornou, com *“três pós-doutorados, o primeiro negro a ser contratado como professor titular na área de ciências desta que é uma das melhores e mais tradicionais universidades americanas”* (BURGIERMAN, 2017). Esta descrição é dada ainda no início da abertura, após o questionamento que se passa pela mente do pesquisador. O autor da matéria aqui se permite narrar uma história que percorra os aspectos do pesquisador em suas diferentes fases. Em vez da impessoalidade observada em muitas das matérias, o jornalista aqui não inicia a matéria ausentando-se da narrativa por conferir credibilidade, mas por dar ênfase no pesquisador o qual deseja apresentar. A matéria não procura parafrasear o pesquisador, pois inúmeras vezes traz integralmente suas falas. Apenas no final o autor apresenta-se como parte da narrativa, uma vez que é nesse momento que o pesquisador vem ao encontro do autor: *“No último dia dele (Hart) em São Paulo, ofereço uma carona até o aeroporto. Foi o único horário que consegui em sua agenda, em meio a reuniões, debates em livrarias e visitas a cracolândias. Pergunto se ele se chocou com o que viu”*. (BURGIERMAN, 2017). Neste último parágrafo, o autor finaliza com ponderações do pesquisador a respeito da realidade de pessoas negras no Brasil. O pesquisador pondera que a visão que encontrou aqui é a mesma de diversos outros países. E que as medidas que devem ser tomadas já são conhecidas:

“Além disso, muitos cientistas se beneficiam dessa perspectiva errada, porque o governo gasta uma fortuna combatendo as drogas e esse dinheiro acaba financiando suas pesquisas.” Assim, gasta-se muito, não resolve-se nada. Afinal, não é o exército, nem o governo, nem a polícia que vão vencer o crack. (Crack – Tudo o que sabíamos sobre ele estava errado, Pos. 12)

Esta conclusão vem após diversos parágrafos que enfatizam estudos do próprio pesquisador demonstrando que a droga conhecida como *Crack* não é o fator mais relevante para que ocorra o vício, é a pobreza e miséria. Ao trazer como ponto central a diferença de posição entre ambos os sujeitos diante da mesma situação. É no universo *micro* que o autor constrói a reflexão a respeito dos aspectos individuais e sistemáticos do que implica a raça na sociedade.

Não se pode afirmar que maneiras mais humanas, menos epistemicidas e arquetípicas de se narrar a trajetória de pesquisadores negros sejam inexistentes. Foi apresentado aqui a matéria da autora Jaqueline Gomes de Jesus (2020), publicada pela revista *Ciência Hoje* e o de Burgierman (2017) pela revista *Superinteressante*. As mesmas já são discutidas há décadas, só não estão sendo praticadas nas instâncias e com a frequência que mais são necessárias. Assim, essas matérias transformam cientistas e corpos negros não mais vivos e estatísticas de mortes de pessoas negras em situações-limite que produzam temas geradores dos quais frutificarão reflexões. Nos temas geradores se encontram formas de instigar à reflexão. Dentre as matérias, algumas emergiram se distanciando da perspectiva exclusivamente objetivista e aproximando-se de uma abordagem que permite espaço para a experiência e subjetividade. Essas matérias pareceram incorporar alguns desses elementos em sua estrutura, deixando de apresentar os temas raciais enquanto commodities.

4.2.2 A Divulgação Científica, Autonomia e Afetos

Não existem diretrizes nacionais que definam parâmetros para o “fazer ciência”, portanto, precisamos trazer alguns autores que se debruçaram sobre o que é ciência, ou quais regras permeiam este campo.

A revista *Ciência Hoje* é uma revista de divulgação de natureza híbrida, cujas matérias são produzidas tanto por cientistas quanto por jornalistas. As matérias escritas por cientistas, apesar de ter o público especializado como o endereçado, uma audiência não especializada ainda é considerada na codificação do discurso. Já as matérias escritas por jornalistas, são endereçadas ao público não especializado. Essas características foram observadas em suas estruturas. Uma das questões observadas foram a assimilação de métodos jornalísticos nos discursos da revista *Ciência Hoje*. Essa assimilação trouxe também aspectos que precisam ser discutidos. E aqui retomo a De Tarso Oliveira e Vidal (2020, p.187), que a partir de Abreu (2018), ressalta as funções da voz passiva:

um outro motivo para o uso da voz passiva que é o de permitir o descarte dos responsáveis por uma determinada ação, ora por ser redundante explicitá-los, ora por ser *comprometedor* fazê-lo.

Consequentemente, a voz passiva com descarte do agente poderá ser empregada em situações em que se quer *proteger* a face de quem produziu a ação como, por exemplo, quando há razões éticas (grifo nosso)

Observamos a problemática quando tais aspectos são especialmente ocorrentes em discussões que permeiam aspectos socioculturais, como as questões raciais. Um exemplo levantado foi a dos casos de racismo no qual os agentes da discriminação são eliminados da análise, esta que recai sobre o produto: o livro publicado. Vidal (2011), em sua tese, lembra que quando se escreve algo, há a intenção de promover mudança pragmática a partir das informações que o destinatário já possui. No entanto, essa concepção de uma objetividade “pura” se mostra uma crença na anulação do sujeito, a fim de gerar uma percepção de neutralidade. A esse respeito, é importante ressaltar:

De resto, passa-se a perceber também que, por trás da decantada neutralidade, podem-se esconder processos relacionados à dominação e a poder social, e a tal impessoalidade linguística serve como uma aura a comportar os sentidos filosóficos embutidos naquelas concepções (OLIVEIRA E VIDAL, 2017, p. 333).

A divulgação científica é percebida por muitos praticantes da atividade como uma espécie de *marketing* científico, ou como uma atividade missionária de “alfabetização” científica de um público leigo (MASSARANI e MOREIRA, 2002). Cruz (2022) nos instiga a pensar a divulgação científica não apenas como campo de pesquisa, mas também como campo (no sentido descrito por Bourdieu) editorial, no qual os códigos e valores de um campo estão relacionados ao poder econômico, social e intelectual:

Um campo é um espaço estruturado de posições sociais, que pode ser ocupado por agentes e organizações e no qual a posição de qualquer agente ou organização depende do tipo e da quantidade de recursos ou capital que eles têm a sua disposição (THOMPSON, 2013, p. 10).

Nesse sentido, a divulgação científica que aqui abordo especificamente debruça-se no contexto da Revista *Ciência Hoje*. O campo da divulgação científica, por sua vez, também possui determinados paradigmas, apesar de ainda haver determinados dissensos no meio³¹. Na divulgação científica ainda se observa a maior frequência de uma abordagem embasada na perspectiva de uma população “deficitária” de informação científica que, nessa visão, se trata de um “conjunto de analfabetos em ciência que devem receber o conteúdo redentor de um conhecimento descontextualizado e encapsulado” (MOREIRA E MASSARANI, 2002, p. 63). Tanto essa perspectiva quanto a de um modelo contextual trazem a perspectiva de transmissão de conhecimento, no qual o pesquisador/comunicador deposita seus conhecimentos sobre aquele que vê o mundo, mas supostamente não entende como o mesmo funciona³². Como já abordado anteriormente, a verdade está associada a sistemas de poder, e reconhecer no outro o valor de sua *epistemé*, é também conferir-lhe certo grau de poder. É, para o cientista, dificultoso também afastar-se do paradigma em que está inserido, e produzir uma crítica aquilo a que sempre esteve imerso. No que tange o aspecto de uma divulgação científica mais eficaz, considero que a expertise leiga é aquela que mais se aproxima de um modelo dialógico, o qual, poderia se tornar uma espécie de modelo relacional de divulgação científica. O primeiro aspecto desse processo seria o de se modificar o processo pedagógico do cientista ingressante para a formação de pesquisadores menos resistentes a epistemologias oriundas de outros campos.

Na relação orientador-orientando, Severino (2009, p. 21) define que a “função do orientador deveria ser aquela de um educador, cuja experiência, mais amadurecida, compartilha com o orientando, num processo conjunto de construção de conhecimento”. Observa-se aqui semelhanças com a perspectiva freiriana de conhecimento como algo a ser construído dialogicamente. Essa relação também pode ser observada segundo as considerações de Freire (2020, p. 13) sobre o educador que a princípio percebe-se na função de orientar num sistema bancário:

Nesta forma de compreender e de viver o processo formador, eu, objeto agora, terei a possibilidade, amanhã, de me tornar o falso sujeito da “formação” do futuro objeto de meu ato formador. É preciso

³¹ Alguns já demonstrados no capítulo 1, como os modelos de DC.

³² Os quais não pretendo me prolongar.

que, pelo contrário, desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado.

Orientar/educar num princípio de iniciar cientificamente um educando numa perspectiva bancária onde o orientador recomenda acervos bibliográficos correntes na área e transmite procedimentos metodológicos padrões, é formar educandos como objetos de um paradigma. Formar, como observa Freire (2020), significa “dar forma”, e brinca com as palavras enquanto transmite informações que levam a uma reflexão relevante: o docente precisa entender que enquanto ensina, também deve estar aberto a aprender:

Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém. Por isso é que, do ponto de vista gramatical, o verbo ensinar é um verbo transitivo-relativo. Verbo que pede um objeto direto - alguma coisa - e um objeto indireto - a alguém. Do ponto de vista democrático em que me situo, mas também do ponto de vista da radicalidade metafísica em que me coloco e de que decorre minha compreensão do homem e da mulher como seres históricos e inacabados e sobre que se funda a minha inteligência do processo de conhecer, ensinar é algo mais que um verbo transitivo-relativo (FREIRE, 2020, p. 13).

Nóbrega (2018) levanta a questão a respeito da preparação do pesquisador para a atividade como orientador. Com certa frequência, na falta de experiência como educador, o orientador “no início só pode se basear na experiência que teve como orientando, agindo intuitivamente, como um leigo” (NÓBREGA, 2018, p. 1058). Isso devido à falta de diretrizes claras das instituições, a descaracterização e desprofissionalização da atividade (NÓBREGA, 2018). Espera-se que no percurso institucional, mestrandos e doutorandos desenvolvam competências a respeito de “[...] saberes de conteúdo substantivo da área de concentração e da linha de

pesquisa; saberes epistemológicos e metodológicos; saberes de prática docente; saberes de prática de pesquisa, e, por fim, saberes de produção escrita” (COSTA, SOUSA e SILVA, 2014, p. 832). No entanto, pouca clareza, definição e procedimentos são apresentados para que os pesquisadores desenvolvam as competências sobre a prática docente (NÓBREGA, 2018).

Logo, o orientador que pouco foi preparado para a orientação retorna à própria experiência passada para orientar um aluno que futuramente, replicará a mesma maneira de orientar. Não necessariamente essa circularidade é nociva, mas problemática quando “o orientador assume a postura de detentor de poder e possuidor hegemônico do saber, o aluno não tem como construir voz própria, e disso decorre insegurança, desmotivação e dependência” (NÓBREGA, 2018, p. 1064). Para que a ciência não se torne mera ideologia, como observa Feyerabend (1977), é necessário que o orientando seja instigado a ponderar o paradigma no qual está inserido, por meio da curiosidade pelo qual, associado ao método e perspectiva crítica, se produzirá conhecimento:

Na verdade, a curiosidade ingênua que, “desarmada”, está associada ao saber do senso comum, é a mesma curiosidade que, criticizando-se, aproximando-se de forma cada vez mais metodicamente rigorosa do objeto cognoscível, se torna curiosidade epistemológica (FREIRE, 2020, p. 17).

Essa curiosidade deve vir como estímulo a buscar pensadores que estejam dentro e fora do paradigma que o orientando está inserido. O educador deve entender e permitir (ao educando e a si mesmo) a compreensão e assunção de identidade:

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar (FREIRE, 2020, p. 22)

Compreender que o orientador e o orientando possuem experiências diferentes, relações sociais e história diferentes, também envolve compreender a “*episteme*” advinda da experiência³³. Assim, “ensinar, aprender e pesquisar lidam com esses dois momentos do ciclo gnosiológico: o em que se ensina e se aprende o conhecimento já existente e o em que se trabalha a produção do conhecimento ainda não existente” (FREIRE, 2020, p. 16). Um processo pedagógico de reconhecimento do orientando pelo orientador, e do orientador pelo orientando, e ambos reconhecendo o paradigma em que estão inseridos, pode conduzir à prática científica que se entenda como um processo de construção do saber associado à consciência da realidade³⁴. Nesse sentido, o produto dessa relação seria o conhecimento associado à prática.

Aproximando com os dados aqui já observados, a raça que na genética não encontra bases em que se referendar, continua constituindo dispositivo predominante na sociedade sob as diversas formas de exercício da biopolítica. As matérias analisadas nos trazem uma compreensão desse mecanismo³⁵: pessoas negras são a maioria das vítimas de homicídio (MARASCIULO, 2020); são os que tem menores chances de conseguir doações de órgãos (NINNI, 2020); são aqueles cujos filhos recém nascidos tem três vezes mais chances de morrer se cuidados por médicos brancos (CURSINO 2020); são maioria entre a pobreza e a miséria (CUSTÓDIO e LOUREIRO, 2015); e são apenas 15% dos jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior (GIRALDO, 2021). Esses dados são apenas cinco dos 53 segmentos codificados como apresentando estatísticas raciais, e somente esses segmentos já nos remetem ao dispositivo racial.

Assim, não raramente ocorrem nas matérias o que aqui vou denominar como “dissonâncias paradigmáticas”³⁶, que seriam não apenas discordâncias entre

³³ Paulo Freire (2020) faz pouca diferença entre o conhecimento produzido no meio acadêmico e o conhecimento produzido pela experiência, mas enfatiza a importância da educação e do educador para que o conhecimento experiencial não se desdobre em senso comum ou ideologia.

³⁴ Pode-se levantar o questionamento do funcionamento desse processo pedagógico para as ciências naturais, que frequentemente se dedicam a pesquisar aspectos da natureza que, por vezes não tem relação direta com a sociedade. A isso, Paulo Freire lembra: A formação dos professores e das professoras devia insistir na constituição deste saber necessário e que me faz certo desta coisa óbvia, que é a importância inegável que tem sobre nós o contorno ecológico, social e econômico em que vivemos (2020, p.70).

³⁵ O código dados raciais, correspondente aos dados estatísticos, optei por não nos debruçarmos tão profundamente, por serem já conhecidos e densamente discutidos em inúmeros estudos e matérias.

³⁶ Escolho o termo “dissonância” pois segundo o dicionário Michaelis (2022), pode ser compreendido como: “Falta de harmonia entre sons, causando impressão desagradável ao ouvido. (...) 3 Ausência

pesquisadores de diferentes campos científicos, mas diferentes discursos a partir dos paradigmas dos quais os pesquisadores se encontram. Semelhante ao observado por Boaventura (1992), a falta de harmonia no que se refere aos conjuntos basais de compreensão de cada campo conduzem à entendimentos diferentes de termos comuns. Em alguns casos, essas diferenças não são prejudiciais à compreensão pública ou aos debates emergentes. Haja visto o exemplo dos diferentes usos dos termos “precisão” e “exatidão”. Se considerados a partir da estatística, a precisão almejada pelo jornalismo pode ser entendida como uma não necessária fidelidade à realidade (exatidão), mas puramente coerência entre os relatos. O que seria desconsiderar os significados de precisão para o próprio jornalismo, causando erros consideráveis de interpretação. Em casos de termos com forte relevância na sociedade, como “raça”, essa dissonância pode ecoar como fontes que referendem perspectivas hegemônicas. O processo pedagógico de educação do pesquisador pode ser o ponto de partida para o entendimento das disputas que ocorrem em torno da linguagem e da produção de verdade. Deve ser também nesse processo que o orientando esteja pronto a lidar com o novo: “É próprio do pensar certo a disponibilidade ao risco, a aceitação do novo que não pode ser negado ou acolhido só porque é novo, assim como o critério de recusa ao velho não é apenas o cronológico” (FREIRE, 2020, p. 19). É no processo de formação do cientista que deve ser produzido o entendimento de *inter* e *transdisciplinaridade* das temáticas sem que no processo se perca significados intrínsecos a cada disciplina. O pesquisador que se pretenda constituir um divulgador científico, precisa estar aberto a dialogar. Não a “transferir” conhecimento, mas dialogar para que seja produzido o conhecimento. Não uma abertura relutante e estimulada pela necessidade, como ocorreu nas experiências das pesquisas com o HIV (como relatado por Epstein). Mas uma disposição espontânea e voluntária a essa construção e às epistemologias que partem de diferentes campos (sejam acadêmicos ou não).

Pode-se presumir que este tipo de divulgação científica relacional esteja ainda distante de ser praticada, no entanto, entre as matérias da *Ciência Hoje* há o relato de um projeto que pode estimular esse tipo de prática. A matéria “*No meio do rap,*

de harmonia, de concordância (entre duas ou mais coisas); desproporção entre as partes de um todo”. Nesse sentido, não se trata meramente de divergência de opiniões, mas de sentidos e significados, que estão descontextualizados e esvaziados.

tinha ciência”, da autora Renata Fontanetto (2020) conta sobre o projeto *Rap e Ciência*, que ocorre desde 2018. Inscrito no evento “Hackaton da Divulgação Científica em Saúde da Fiocruz”, o projeto reuniu cinco jovens moradores das comunidades próximas para que produzissem músicas. Das quatro músicas, duas foram escolhidas pelos pesquisadores e outras duas pelos jovens. Além de produzir músicas, videoclipe, vencer o evento produzido pela Fiocruz e participar de outros eventos, o projeto produziu efeitos bilaterais na relação entre os jovens e os pesquisadores:

“Entrei no projeto para aprender a fazer divulgação científica, mas, na verdade, aprendi a fazer ciência. Foi no dia a dia do projeto, conversando com os rappers, conhecendo suas realidades e o impacto da ciência na sociedade, que eu entendi, na prática, que o que fazemos no laboratório é para e pela sociedade. Acho que todos os cientistas deveriam passar por uma experiência como essa” (no meio do rap, tinha ciência)

Para além de um modelo dialógico, o projeto produziu uma divulgação científica relacional, no qual os pesquisadores e os jovens foram transformados pelas experiências interseccionadas: “Esse projeto consegue agregar ciência, que é tudo na vida, com o hip hop, que é o que a gente vive, o que tira as pessoas do crime e o que faz as pessoas ficarem melhor com a saúde mental”. (No meio do rap, tinha ciência, Pos. 16). A *escrevivência*, como já apresentado anteriormente é compreendido como a literatura que promove uma intersecção entre a experiência e a ficção (SOARES, 2017). As *escrevivências* tem ganhado espaço também no campo acadêmico mostrando-se uma ferramenta importante. Em sua observação enquanto docente, a autora Fernanda Felisberto (2020) identifica o *Memorial* enquanto um gênero textual acadêmico frequentemente utilizado por alunos que desejam maior liberdade de escrita. A escolha vem associada à ideia de *escrevivência*, onde Felisberto (2020, p. 171) identifica marcadores e pondera também a partir da própria experiência:

Dessa forma, o texto não é mais “nosso” nem esconde a autoria atrás de uma terceira pessoa do singular, basta recordar quantas vezes escrevi o presente artigo pretende na tentativa de espremer uma

neutralidade. Mas, na conjuntura atual, o texto é meu, e consequentemente de todos os estudantes que assumem a responsabilidade da autoria, por isso a necessidade de ampliar, nesse contexto, os seus usos.

Felisberto (2020) prossegue conclamando aos autores a trazer a presença da voz autoral nos textos acadêmicos como uma forma de construção de epistemologias que confrontem o epistemicídio. As escrevivências como metodologia acadêmica e forma de resistência encontram respaldo também em Soares (2017, p. 207):

Finalmente, a aposta no uso da noção de escrevivência como ferramenta metodológica tem um motivo que merece destaque entre os já elencados. Ela se presta a uma subversão da produção de conhecimento, pois, além de introduzir uma fissura de caráter eminentemente artístico na escrita científica, apresenta-se por meio da entoação de vozes de mulheres subalternas e de sua posicionalidade na narração da sua própria existência.

Uma educação e produção que partam de um projeto político-pedagógico numa perspectiva relacional pode ser um passo importante em direção a melhores relações do jornalismo com questões sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões pontuais e amplas construídas até aqui a partir das análises também são acompanhadas de alertas e indicações a se considerar para que evitemos insistir num reducionismo da representação do pesquisador, sobretudo o pesquisador negro. Para além disso, também embasadas por diversos autores, foram levantadas discussões que considerem novas perspectivas e práticas na produção de conteúdo pelo jornalismo científico e divulgação da ciência.

Quanto a identificar quem e em quais contextos o cientista negro é representado no jornalismo científico, pudemos constatar a hipótese de que os pesquisadores são representados em grande maioria através das narrativas sintetizadas de suas trajetórias. Essas narrativas frequentemente se apresentavam nas reportagens em formatos de listas tanto para a categoria Trajetórias e Raça quanto para a categoria Cientistas e pesquisas. A primeira categoria, abarca matérias predominantemente do jornalismo científico aqui representados pelas revistas *Galileu* e *Superinteressante*, já a segunda categoria abarca tanto o jornalismo científico quanto a revista de divulgação científica representada pela revista *Ciência Hoje*. Na segunda categoria se enquadraram mais matérias da *Ciência Hoje*, uma vez que sua estrutura não faz uso frequente de listas, preferindo debruçar-se sobre três ou menos cientistas. No entanto, permaneceu a estrutura observada de relato. A partir destas observações, foi levantada a discussão sobre os significados de arquétipo e estereótipo, e a complexidade de se enquadrar tais representações em uma das duas definições. Pelo sentido e as funções do estereótipo para a sociedade, considerando que a forma pode também ser efeito da invisibilização de pesquisadores negros, compreendo então o atribuído por Stuart Hall que, tais representações sejam estereotípicas (mesmo que nunca tenham sequer saído do “arquétipo”). Assim, observamos a 122 cientistas em 177 citações, sendo a maioria enquanto referências históricas, o que elevou o número de cientistas nas reportagens-perfil. Levantamos as perspectivas de autores que consideram as *Escrevivências* como um gênero literário a ser incorporado, a fim de conferir maior robustez e profundidade às narrativas sobre cientistas negros.

Avaliamos também os contextos em que as matérias abordavam questões raciais, o qual a hipótese de a presença de pesquisadores negros estarem correlacionadas às questões raciais nas matérias mostrou-se equivocada. Como observamos, os códigos TCR emergiam de fato paralelamente à presença dos

pesquisadores negros nas matérias. Porém, o período se mostrou a causa mais provável, como os feriados de 13 de maio e 20 de novembro. As questões raciais na categoria Raça e Ciência frequentemente foram introduzidas nas matérias mais frequentemente a partir de contextos históricos ou dados estatísticos relacionados à raça. A partir dessas observações, levantamos breves considerações a respeito da necessidade da compreensão do jornalista e do pesquisador em contextos semelhantes de se pensar o *habitus* e lugar de fala o qual estão inseridos. Observamos também complexas discussões mediadas pela diferença de sentidos que os termos e temas raciais podem ter para diferentes pesquisadores e campos, apresentando ainda poucos especialistas negros para dialogarem a respeito. Nesse aspecto, consideramos importante dar enfoque às discussões sobre objetividade e neutralidade como aspectos que favorecem apenas a hegemonia.

A estrutura narrativa mais frequente foi a classificação textual reportagem-perfil seguido de artigo, que somadas correspondem a 38,2% de todos os *corpora*. Assim, trouxemos à discussão perspectivas defendidas por outros autores e compatíveis com as perspectivas construídas nessa pesquisa, como a rejeição de uma objetividade idealizada pelos meios de produção. Outras observações foram suprimidas nessa pesquisa para que os aspectos essenciais fossem discutidos. Um exemplo foi uma presença significativa da cultura audiovisual e literária retratada em diversas matérias. Também foram observadas outras raças e etnias ainda menos representadas nas matérias, que merecem discussão, mas não fizeram parte do recorte a que essa pesquisa foi proposta. Dessa forma, os aspectos salientados foram levantados para conduzir a uma discussão que considerasse a comunicação tanto na sua prática individual quanto sua estrutura pedagógica. Foram observados determinados padrões narrativos na produção de conteúdo relacionado aos cientistas negros e temas raciais. Tais padrões nos revelam não apenas uma produção distanciada da realidade daquele que produz para aquele que experiencia.

Dessa maneira, para ambas as formas de produção, é necessária uma transformação oriunda ainda do processo pedagógico, que se refletirá na prática. Para um pesquisador que deseja discutir questões raciais a partir de outros campos da ciência, é relevante que compreenda alguns dos signos e significados inerentes à área que as estuda. E para aquele pesquisador que deseja debruçar-se sobre a prática científica, também deve ter em mente a posição de que fala e a quais conceitos está subordinado. Uma perspectiva crítica não deve se ater apenas a “apontar

defeitos”, mas a entender mecanismos e propor práticas transformadoras. A objetividade pragmática defendida por Robinson e Cuper dialogam com outras pesquisas e se aproximam da visão freiriana de uma comunicação centrada na codificação que abarque o objetivo e subjetivo.

Termino esta pesquisa acrescentando a observação que, por se tratar de uma análise de conteúdo, houve esforço em apreender e discutir aspectos gerais dos *corpora*. Dessa forma, muitos outros aspectos e observações não adentraram à discussão geral. Também considero importante lembrar que em grande parte a representação do cientista negro consistia em mulheres, ressaltando a importância de movimentos negro de base acadêmica nessas representações. Assim, importa que futuros trabalhos se debrucem sobre a representação de cientistas e temas étnico-raciais a partir de uma análise mais direcionada a uma análise do discurso com diferentes recortes de gênero, raça e etnia. Estes temas emergiram nos dados e não adentraram na discussão, no entanto, sua importância demonstra a necessidade de maior atenção a recortes mais direcionados a estes públicos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, B.; SILVA, S. A representação do negro no cinema e na TV. *Língua, Literatura e Ensino-ISSN 1981-6871*, v. 7, 2013.
- ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento** Trad. Guido Antonio de Almeida (2ª ed.), Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985
- ADORNO, Theodoro W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. In: *Fragments filosóficos.*, 1947.
- ALCOFF, Linda. The problem of speaking for others. **Cultural critique**, n. 20, p. 5-32, 1991.
- ALMEIDA, Janaína Rabelo Cunha Ferreira; MIRANDA, Maíra Avelar. O uso de pronomes de primeira pessoa em artigos acadêmicos: uma abordagem baseada em corpus. **Veredas-Revista de Estudos Linguísticos**, v. 13, n. 2, 2009.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALVES-BRITO, A.; MASSONI, N.T.; GUERRA, A. & J.R. MACEDO. Histórias (in)visíveis nas ciências. i. cheikh anta diop: um corpo negro na física. **Revista da ABPN**, v. 12, n. 31, p. 290-318, 2020.
- ALEXANDER, Bryant Keith. Pele negra/máscaras brancas: a sustentabilidade performativa da branquitude (com desculpas a Frantz Fanon). **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), 2021.
- AMARAL, Oswaldo E.; RIBEIRO, Pedro Floriano. Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014. **Revista de Sociologia e Política** [online], v. 23, n. 56, 107pp, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-987315235605>>. ISSN 1678-9873. <https://doi.org/10.1590/1678-987315235605>. [Acessado 7 Outubro 2022]
- AMARAL, Márcia Franz. Lugares de fala: um conceito para abordar o segmento popular da grande imprensa. **Revista Contracampo**, n. 12, p. 103-114, 2005.
- ARAÚJO, Thayná Muniz Da Silva. **O impeachment de Dilma Rousseff: Golpe ou justiça? Uma análise metodológica a respeito dos parâmetros políticos e sociais do segundo mandato Dilma**. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab. Resende, Trabalho de Conclusão de Curso. 2021.
- Aires, J. A., Boer, N., Brandt, C. F., Ferrari, N., Gomes, M. G., Oliveira, V. L. B., Paz, A. M., Pinheiro, N. A. M., & Scheid, N. M. J. (2003) Divulgação científica na sala de

aula: um estudo sobre a contribuição da revista Ciência Hoje das Crianças. **Atas do IV Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, Bauru.

AZEVEDO, Celia M. Marinho. Cotas raciais e universidade pública brasileira: uma reflexão à luz da experiência dos Estados Unidos. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 23, 2001.

BAIRROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez 1935-1994. **Afro-Ásia**, n. 23, p. 0, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso [1952-1953]**. Organização, posfácio, tradução e notas de Paulo Bezerra. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977

BERTOCCHI, Daniela. Gêneros jornalísticos em espaços digitais. **Livro de Actas—4^o SOPCOM**. Recuperado em, v. 27, 2005.

BBC (British Broadcast Corporation. Caso George Floyd: morte de homem negro filmado com policial branco com joelhos em seu pescoço causa indignação nos EUA. **G1 Globo**, 27, maio de 2020. Mundo. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policial-branco-com-joelhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghtml>

BOLSON, Bibiana Hegele. **A Folha de São Paulo e o racismo no futebol brasileiro: análise das coberturas jornalísticas nos casos Desábato/Grafite e Patrícia Moreira/Aranha**. 2016. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

BRAGA, Renê Moraes da Costa. A indústria das fake news e o discurso de ódio. In: PEREIRA, Rodolfo Viana (Org.). **Direitos políticos, liberdade de expressão e discurso de ódio**. Volume I. Belo Horizonte: IDDE, 2018. p. 203-220. ISBN 978-85-67134-05-5. Disponível em: <https://goo.gl/XmUwkd>

BRAGA, H.; NAKATANI, P. A PEC 55: inconsistência e alternativa. **Debates em rede**, 21 dez. 2016. Available at: . Access on: June, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. Acessado em 17 de fevereiro de 2022, em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>

BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental. Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEB, 1998.

- BRASIL. Parecer CNE/CES 39/2013 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo. In: Conselho Nacional de Educação – CNE. Brasília: MEC 2013.
- BRASIL. **Lei N° 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2012/Lei/L12711.htm> Acesso em 16 out. 2022.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas. Brasília, 2019.
- BRASIL, Agência. Casa onde João Pedro foi morto tem 72 marcas de tiros, diz entidade. **Veja**, 20, maio de 2020. Brasil. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/casa-onde-joao-pedro-foi-morto-tem-72-marcas-de-tiros-diz-entidade/>
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Proposta transfere de 2022 para 2042 a revisão da Lei de Cotas no ensino superior. Texto de Ralph Machado. Educação, Cultura e Esportes, 2021. <https://www.camara.leg.br/noticias/781991-proposta-transfere-revisao-da-lei-de-cotas-no-ensino-superior-para-2042>
- BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. O Ministério Público e a Igualdade Étnico-racial na Educação – Contribuições para a implementação da LDB alterada pela Lei 10.639/2003. Brasília, Conselho Nacional do Ministério Público e Ação Educativa, 2015.
- BROSSARD, Dominique & Bruce V. LEWENSTEIN. Uma avaliação crítica dos modelos de compreensão pública da ciência: usando a prática para informar a teoria. In: Pesquisa em Divulgação Científica: Textos Escolhidos. Massarani, Luisa e Moreira, Ildeu de Castro (Eds). Rio de Janeiro, Fiocruz – COC, p. 15-56, 2021.
- BRUGNAGO, Fabricio e CHAIA, Vera Lucia Michalany. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. **Aurora**, v. 7, n. 21, p. 99-129, 2014.
- BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo científico: conceitos e funções. **Ciência e cultura**, v. 37, n. 9, p. 1420-1427, 1985.
- BLANCO, Beatriz; DA ROSA AMARAL, Adriana; GOULART, Lucas Aguiar. Disputas interseccionais a partir da divulgação científica nas plataformas digitais: as contradições entre cientista e influenciador em Átila Iamarino. **Revista Fronteiras—estudos midiáticos**, v. 24, n. 1, p. 181-196, 2022.

- BRITTO, Livia Mayer Totola; KARNINKE, Tatiana Mascarenhas. O Caso Brown v. Board Education, medidas estruturantes e o ativismo judicial. In: **Anais do Congresso de Processo Civil Internacional**. 2019. p. 273-283.
- BOURDIEU, P.; CURTO, D.R.; DOMINGOS, N.; JERÓNIMO, M.B. **O poder simbólico**. 1989.
- BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: **The sociology of economic life**. Routledge, 2016. p. 78-92.
- BELL, Jr., Derrick A. Brown v. Board of Education and the Interest-Convergence Dilemma Author(s): Source: Harvard Law Review, Vol. 93, No. 3 (Jan., 1980), pp. 518-533
- BERGNER, Gwen. Black children, White preference: Brown v. Board, the doll tests, and the politics of self-esteem. *American Quarterly*, v. 61, n. 2, p. 299-332, 2009.
- CARDOSO, L. A branquitude acadêmica, a invisibilização da produção científica negra e o objetivo-fim. In: GÓES, L. 130 anos de (des)ilusão: a farsa abolicionista em perspectiva desde olhares marginalizados. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018, p. 295-311.
- CARDOSO, Lourenço Conceicao. A branquitude acadêmica, a invisibilização da produção científica negra, a autoproteção branca, o pesquisador branco e o objetivo-fim. **Educação**, p. e72/1-24, 2022.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005.
- CAMPOS, Maria José. Versões modernistas da democracia racial em movimento:-estudo sobre as trajetórias e as obras de Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo até 1945. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. Feusp, 2005. (Tese de doutorado)
- CASTELLS, Manuel. Local and global: Cities in the network society. *Tijdschrift voor economische en sociale geografie*, v. 93, n. 5, p. 548-558, 2002.
- CASTRO, Melanie Beatriz. Dilma bolada e o segundo turno da campanha de reeleição: identidade e ressignificação. 2017.

- CASTRO, Raquel Cardoso; DE CASTRO, Murilo Cardoso; DE CASTRO, João Cardoso. O Que é Conhecimento?-Uma Breve Revisão de Literatura. **Revista Cesumar–Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v. 14, n. 1, p. 55-72, 2009.
- CAVALCANTE FILHO, Urbano. A construção composicional em enunciados de divulgação científica: uma análise dialógico-comparativa de Ciência Hoje e La Recherche. **Linha D'Água**, p. 99-120, 2018.
- CRENSHAW, Kimberlé. *et al.* Critical Race Studies: the first decade: critical reflections, or “a foot in the closing door”. In: *UCLA Law Review*, v. 1343, p. 1–36, 2002.
- CIÊNCIA HOJE. História. 2020. Disponível em: <<https://cienciahoje.org.br/instituto/historia/>>
- CAMARGO, G.M.; BODÊ DE MORAES, P.R.; ROSA, P.O. A (des)construção da memória sobre a ditadura pós-1964 pelo governo de Jair Bolsonaro. *Revista Cantareira*, n. 33, 2020.
- CASTRO, Paula. Notas para uma leitura da teoria das representações sociais em S. Moscovici. *Análise social*, p. 949-979, 2002.
- CAZELLA, Barbara Bruna Bressiani *et al.* O sistema de cotas raciais para negros nas universidades públicas brasileiras. *Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL]*, v. 13, n. 2, p. 373-394, 2012.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010 (IBGE). 2010. Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em: mar.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura política e política cultural*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP. v. 9, n.23, p.71-84, 1995 (ISSN 0103-4014).
- CURI, Paula Land; RIBEIRO, Mariana Thomaz de Aquino; MARRA, Camilla Bonelli. A violência obstétrica praticada contra mulheres negras no SUS. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 72, n. SPE, p. 156-169, 2020.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONAE, 2014, Brasília, DF. O PNE na articulação do sistema nacional de educação. Documento – referência... Brasília, DF: Fórum Nacional de Educação, 2013.
- CRUZ, Luana Teixeira de Souza. Divulgação científica em campo: discussão sobre edição e sociabilidades na revista *Ciência Hoje*. In: Vanessa Oliveira Fagundes e Maurício Guilherme Silva Jr. (Org.). *Modos de dizer as ciências: narrativas, meios e mediações na divulgação científica*. / Belo Horizonte: Fapemig, 2022. 266 p.

- COSTA, Francisco José; SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de; SILVA, Anielson Barbosa. Um Modelo para o Processo de Orientação na Pós-Graduação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 11, n. 25, p. 823-852, set. 2014. Disponível em: <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/638/pdf>>. Acesso em: Dezembro de 2022.
- DAVIES, Sarah R. An empirical and conceptual note on science communication's role in society. *Science Communication*, v. 43, n. 1, p. 116-133, 2021.
- DALMONTE, Edson Fernando. Presente: o tempo do jornalismo e seus desdobramentos. *História (São Paulo)*, v. 29, p. 328-344, 2010.
- DALMOLIN, Aline Roes; ALMEIDA, Edileuson Santos; SILVEIRA, Ada Cristina Machado. Os paradigmas informacional e relacional na formação em jornalismo. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, v. 20, n. 36, 2021.
- DU BOIS, William Edward Burghardt. *As almas do povo negro*. Veneta, 2021.
- DELGADO, Richard; STEFANCIC, Jean. *Critical Race Theory: An Introduction*. NYU Press, 2017.
- DA COSTA MELO, Willamys; SCHUCMAN, Lia Vainer. Mérito e mito da democracia racial. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 21, p. 14-23, 2022.
- DAMIATI, Djaine. A invenção do indivíduo pós-humano: imaginação, competência e a expectativa de ser outro nas capas das revistas *Superinteressante* e *Galileu*. 2017.
- DA SILVA SOARES, Iraneide. CAMINHOS, PEGADAS E MEMÓRIAS: uma história social do movimento negro brasileiro. *Universitas: Relações Internacionais*, v. 14, n. 1, 2016.
- DE SOUSA, Ana Livia Mendes; DE SÁ, Paloma Israely Barbosa; BUFREM, Leilah Santiago. *Memória e Oralidade: a cantoria de viola e a contação de histórias na Região do Cariri Cearense*. 2020.
- DEPARTAMENTO GERAL DA UNIÃO, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES NEGROS; Pesquisa DPU ABPN sobre a Implementação da Política de Cotas Raciais nas Universidades Federais. ABPN, 2022.
- DE TARSO OLIVEIRA, Paulo; VIDAL, Maria Eunice Barbosa. Impessoalidade e passividade nos manuais acadêmicos: Implicações para a clareza na pesquisa qualitativa. **New Trends in Qualitative Research**, v. 2, p. 182-195, 2020.
- DA SILVA, J. Humberto Dias. Precisão, Exatidão, e a Terminologia das Medições. *Physics Teacher*, v. 35, p. 15-17, 1997

- EPSTEIN, Steven. The construction of lay expertise: AIDS activism and the forging of credibility in the reform of clinical trials. **Science, technology, & human values**, v. 20, n. 4, p. 408-437, 1995.
- EPSTEIN, Steven. A construção do Conhecimento Leigo: O ativismo contra a AIDS e a construção da credibilidade na Reforma dos Ensaio Clínicos. In: MASSARANI, Luísa e MOREIRA, Ildeu (Editores). Pesquisa em Divulgação Científica: Textos escolhidos. Rio de Janeiro, Fiocruz/COC, 184p, 2021.
- EVARISTO, Conceição. Becos da memória. Rio de Janeiro: Pallas, 4 Ed, 192p., 2018.
- EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**, p. 26-47, 2020.
- FRANÇA, Vera V.; SIMÕES, Paula G. Estudo da comunicação na Europa. In: Curso básico de teorias da comunicação. Autêntica, 2017.
- FERREIRA, Gianmarco Loures; QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa. A trajetória da Teoria Crítica da Raça: história, conceitos e reflexões para pensar o Brasil. Teoria Jurídica Contemporânea, v. 3, n. 1, p. 201-229, 2018.
- FERES Junior, João e SASSARA, Luna de Oliveira. O terceiro turno de Dilma Rousseff. Saúde em Debate [online]. 2016, v. 40, n. spe [Acessado 7 Outubro 2022] , pp. 176-185. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042016S15>>. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-11042016S15>.
- FORBES, 2015. "Meet Dilma Bolada, Facebook's Most Influential Fictional Character", Forbes, 28/04/2014. <http://www.forbes.com/sites/andersonantunes/2014/04/28/meet-dilma-bolada-facebooks-mostinfluential-fictional-character>
- FRANÇA, Vera V.; SIMÕES, Paula G. Curso básico de teorias da comunicação. Autêntica, 2017.
- FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, Vron (org.). Branquidade: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garland, 2004. p. 307-338.
- FERREIRA, G.L. & M.V.L. QUEIROZ. A trajetória da teoria crítica da raça: história, conceitos e reflexões para pensar o brasil. Teoria Jurídica Contemporânea, v. 3, n. 1, p. 201-229, 2018. ISSN 2526-0464.
- FEYERABEND, Paul. Contra o método. MOTA, Octanny S. e Leonidas HEGENBERG (Trad). Rio de Janeiro, F. Alves, 488 p, 1977.
- FIGUEIREDO, Ângela; GROSFOGUEL, Ramón. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário.

- Sociedade e Cultura, v. 12, n. 2, p. 223-234, 2009. GARRIDO, Atuação militante de Lélia Gonzalez na discussão da Constituição Federal de 1988
- FERTIG, André. História, Memória e o Império do Brasil: Januário da Cunha Barbosa, Karl von Martius e a Criação de um Passado para o Brasil. *Revista Sociais e Humanas*, v. 19, n. 1, p. 43-49, 2006.
- FELISBERTO, Fernanda. Escrivência como rota de escrita acadêmica In: DUARTE, Constância Lima, Isabella Rosado NUNES (Orgs). **Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**, Rio de Janeiro : Mina Comunicação e Arte, 1. ed., 282p, 2020.
- FRANCISCATO, Carlos Eduardo. O jornalismo e a reformulação da experiência do tempo nas sociedades ocidentais. 2005.
- FRANKENBERG, Ruth. The mirage of an unmarked whiteness. In: *The new social theory reader*. Routledge, 2020. p. 416-421.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Editora Paz e terra, 1996.
- Freire, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 72ª ed, 256pp, 2020.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). *Atlas da Violência 2021*. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/atlas-violencia-2021-v7.pdf> >. Acesso em: 02 jan. 2022.
- FORTUNA, Marlene. **A performance da oralidade teatral**. Annablume, 2000.
- FOUCAULT, M. (1995). Sobre a história da sexualidade. In: M. Foucault, *Microfísica do poder* (pp. 243-276). Rio de Janeiro: Graal
- FOUCAULT, Michel; **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. FONTES, Martins (Org); GALVÃO, Maria Ermantina (Trad), 2005.
- FOUCAULT, M. Verdade e Poder. MACHADO, R. (org). In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.
- GARCÍA, Xosé López. Gestión de las vías de participación en el ciberperiodismo. **Estudios sobre el mensaje periodístico**, v. 13, p. 111-121, 2007.
- GUAZINA, Liziane. O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares. *Revista Debates*, v. 1, n. 1, p. 49, 2007.

- GUARALDO, T. O papel do líder de opinião na teoria da folkcomunicação. *Razón y Palabra*, n. 60, 2008.
- GENRO FILHO, Adelmo. Sobre a necessidade de uma teoria do jornalismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 1, n. 1, p. 160-163, 2004.
- GELEDES. Estadão usa foto de negro em matéria sobre ataque neonazista a escolas e redes não perdoam. Portal Géledes, 2022. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/estadao-usa-foto-de-negro-em-materia-sobre-ataque-neonazista-a-escolas-e-redes-nao-perdoam> Acesso em: 2 de janeiro de 2022.
- GUERREIRO NETO, Guilherme. O jornalismo como instituição social. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Fortaleza, CE, p. 15, 2012
- GODOI, Marciano Seabra de; SANTOS, Maria Angélica dos. Dez anos da lei federal das cotas universitárias: avaliação de seus efeitos e propostas para sua renovação e aperfeiçoamento. *Revista de Informação Legislativa: RIL*, Brasília, DF, v. 58, n. 229, p. 11-35, jan./mar. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p11
- GUIMARÃES, MCS. Comunicar a ciência: da divulgação científica ao engajamento em pesquisa. In: *Divulgação e jornalismo científico em saúde e ambiente na Amazônia / Maria Cristina Soares Guimarães (org.). [et al.]*. – Manaus: EDUA, p. 186, 2014.
- GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello. A divulgação científica em *Ciência Hoje*: características discursivo textuais. 2000. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado, Programa em Linguística, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, RE.
- GOMES, Itania Maria Mota. O infotainment e a cultura televisiva. **A TV em transição. Tendências de programação no Brasil e no mundo**, v. 1, p. 195-221, 2009.
- GOMES, Nilma Lima. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. *Política e Sociedade*, v. 10, n. 18, 2011.
- GOMES, Nilma Lino; SILVA, Paulo Vinícius Baptista; DE BRITO, José Eustáquio. Ações Afirmativas de Promoção da Igualdade Racial na educação: lutas, conquistas e desafios. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 42, e258226, 2021.
- GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: *Caderno de formação política do Círculo Palmarino n.01 Batalha de Ideias*. (2011). 2011. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf. Acessado em 07.02.2020.

GUIMARÃES, MCS. Comunicar a ciência: da divulgação científica ao engajamento em pesquisa. In: *Divulgação e jornalismo científico em saúde e ambiente na Amazônia* / Maria Cristina Soares Guimarães (org.). [et al.]. – Manaus: EDUA, p. 186, 2014.

GOFFMAN, Erving. *Footing*. 1979.

GUAZINA, Sônia; GUIMARÃES, Isabel Padilha. O super corpo negro: a representação do lutador anderson silva, no comercial The GreatPreparation, da cerveja Budweiser. *Animus: Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, Santa Maria, v. 15, n. 29, p. 124-144, 2016.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A democracia racial revisitada. *Afro-Ásia*, n. 60, p. 9-44, 2019.

GUIMARÃES, Lígia. Caso João Pedro: Quando o Estado mata nossos filhos a Justiça não acontece, diz mãe do adolescente morto em operação policial. *BBC News*, São Paulo, 14, maio de 2021. Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57121830>

HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Ituassu, Arthur (Org. Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio, Apicuri, 260p., 2016.

HALL, S. Codificação/Decodificação. In: HALL, Stuart. *Da diáspora*. Belo horizonte: UFMG, p. 36, 2003.

HANCOCK, J.R. Dicionário Oxford dedica sua palavra do ano, 'pós-verdade', a Trump e Brexit. **El País**, 2016.

HENRIQUES, R. Texto para discussão nº. 807. *Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

HESSEN, Johannes; CORREIA, António. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins fontes, 2000.

HOOKS, Bell. *Black looks: Race and representation*. South End Press Boston, MA, p. 219, 1992.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41, 2019. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41, 2019.
- INSTITUTO CIÊNCIA HOJE. *Ciência Hoje*. 2021. Disponível em: < <https://cienciahoje.org.br/instituto/sobre/>>
- JESUS, Rodrigo Ednilson de. Mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de jovens negros: estereótipos, silenciamento e invisibilização. *Educação em Revista*, v. 34, 2018.
- KILOMBA, G. Fanon, existência, ausência. In: FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Ubu Editora. 2020. *e-book*.
- KINDERMANN, Conceição Aparecida. O estudo dos gêneros do jornal: o caso da reportagem. *ENCONTRO DO CELSUL*, v. 5, 2002.
- KUHN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. **Editora Perspectiva**, 5ª Edição, p. 259, 1998.
- LACOMBE, Michel da Silva Coelho. A veiculação da ciência nas capas de revistas: o caso da revista *Galileu*. 2012.
- LAGE, Nilson. Teoria e técnica de reportagem, entrevista e pesquisa jornalística. Recuperado de <http://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2017/10/A-reportagem.pdf>, 2001.
- LAGO, Cláudia. Ensinamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, v. 6, n. 1, p. 156-170, 2010.
- LAMA-ZUBIRÁN, Paula de la; LAMA-GARCÍA, Alfredo de la; CASTILLO-MUSSOT, Marcelo del. Na opinião dos cientistas: existem regras na pesquisa? Estudo piloto sobre as regras mais propagadas da pesquisa científica. **Uniciencia**, v. 35, n. 1, p. 284-298, 2021.
- LAZARFELD, Paul Felix *et al.* La comunicación de masas. Centro Editor de América Latina, 1978.
- LASSWELL, Harold D. The structure and function of communication in society. The communication of ideas, v. 37, n. 1, p. 136-139, 1948.
- LEÃO, Cleber Teixeira. Entre o visível e o invisível: a branquitude e as relações raciais nos conteúdos curriculares de ensino de história. 2020.
- LIMA, V.A. Sete teses sobre a relação Mídia e Política. Mimeo, 2003.
- LIMA, Marcelo e MACIEL, Samanta Lopes. A reforma do Ensino Médio do governo Temer: corrosão do direito à educação no contexto de crise do capital no Brasil. *Revista*

- Brasileira de Educação [online]. 2018, v. 23 [Acessado 7 Novembro 2022], e230058. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230058>>. Epub 08 Out 2018. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230058>.
- LOPES, Cristina. Apresentação. In: Cotas raciais: Por que sim? LOPES, Cristina (Org.). 2.ed. - Rio de Janeiro: Ibase, Observatório da Cidadania, 44p., 2006.
- LU, DONNA. "The hunt to find the coronavirus pandemic's patient zero." **New scientist** (1971), v. 245, n. 3276, p. 9. 2020.
- MAS, L., 2020. Is bat soup a delicacy in China? We debunk a rumour on the origin of the coronavirus. **The Observers France**. Available from <https://observers.france24.com/en/20200203-china-coronavirus-bat-soup-debunk-videos-viral-palau-indonesia> [05 may 2020].
- MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu Castro. Divulgación de la ciencia: perspectivas históricas y
- MOREIRA, Ildeu Castro; Luísa MASSARANI. Aspectos históricos da Divulgação Científica no Brasil. In: BRITO, F.; MASSARANI, L; MOREIRA, IC (Orgs.). **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Ciência/UFRJ**, p. 133-41, 2002.
- MLODINOW, Leonard. Subliminar: Como o inconsciente influencia nossas vidas. Zahar, 2013
- MACHADO, Liliana Mesquita. 30 anos de reportagem político-social na imprensa escrita do Porto (1974-2004): Jornal de Notícias, o Primeiro de Janeiro e O Comércio do Porto. *Comunicação & Inovação*, v. 13, n. 25, 2012.
- MATTOS, Alexandra Carneiro; SILVA, Valéria Soares; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. Morte anunciada: o (des) caso com o patrimônio. **RACIn-Revista Analisando em Ciência da Informação**, 2020.
- MARQUES DE MELO, José. *Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3ª ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.
- MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 39, p. 39-56, 2016.
- MCNEILL, L. How a Psychologist's Work on Race Identity Helped Overturn School Segregation in 1950s America. *Smithsonian Magazine*, 2017. Disponível em:

- <https://www.smithsonianmag.com/science-nature/psychologist-work-racial-identity-helped-overturn-school-segregation-180966934/>> Acesso em: dezembro 2022.
- MEDINA, Jorge Lellis Bomfim. Gêneros jornalísticos: repensando a questão. In: Revista Symposium, Ano. 2001. p. 45-55.
- MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento. Media & Jornalismo, v. 1, n. 1, p. 9-22, 2002.
- MENDEZ, Rosemary Bars; VILLALTA, Daniella Crespim; BATISTA, Gláubio. Gêneros e formatos na comunicação massiva periodística: um estudo do jornal Folha de S. Paulo e da revista Veja. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 1998. p. 1-23.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira, 2004.
- MARTIUS K. F. V. & J. H. RODRIGUES. Como se deve escrever a História do Brasil. Revista de História de América, n. 42, p. 433-458, 1956.
- MASSARANI, L.; CASTELFRANCHI, Y.; PEDREIRA, A. E. Cientistas na TV: como homens e mulheres da ciência são representados no Jornal Nacional e no Fantástico. Cadernos Pagu, Campinas, n. 56, 2019a.
- MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro e Fatima BRITO. Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil.. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Forum de Ciência e Cultura, 2002.
- MANCHETE. In: Oxford Languages. Oxford University, 2022. Disponível em: https://www.google.com/search?q=manchete+dic%C3%A1rio&rlz=1C1GCEU_pt-BRBR997BR997&oq=manchete+dic%C3%A1rio&aqs=chrome>. Acesso em: 27/07/2022.
- MARTINS, Leonardo Fernandes *et al.* Esgotamento entre profissionais da Atenção Primária à Saúde. Ciência & Saúde Coletiva, v. 19, p. 4739-4750, 2014.
- MBEMBE, A. Crítica da Razão negra. São Paulo, n. 1, p. 175, 2018.
- MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento. Media & Jornalismo, v. 1, n. 1, p. 9-22, 2002.
- MENDHEIN, B. Lost and Found: Alice Augusta Ball, an Extraordinary Woman of Hawai'i Nei. Northwest Hawaii Times. Setembro, 2007. Disponível em: <http://www.northwesthawaii.com/hnsept07.htm>

- MORAES GONÇALVES, Elizabeth; DOS SANTOS, Marli; PORTO RENÓ, Denis. Reportagem: o gênero sob medida para o jornalismo contemporâneo Chasqui. *Revista Latinoamericana de Comunicación*, núm. 130, diciembre, 2015, pp. 223- 242
- MORIN, Edgar. Imaginários da educação: por uma reforma da Universidade e do Pensamento. *Revista Famecos*, v. 4, n. 6, p. 17-20, 1997.
- MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em psicologia social. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003
- MIRANDA, Jeovanna Ferreira; MATALOBOS, Adriana Ramos Leite. Prevalência da anemia falciforme em crianças no Brasil. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 6, p. 26903-26908, 2021.
- NOCI, Javier Díaz; SALAVERRÍA, Ramón. Hipertexto periodístico: teoría y modelos.
- NOCI, JD & SALAVERRÍA, R. Manual de Redacción Ciberperiodística, Barcelona: Ariel, v. 81, 2003.
- NASCIMENTO, Abdias do. O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp.41 e 92.
- NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Editora Perspectiva SA, 2016.
- NETO, Nivaldo Aureliano Léo. Divulgação e Educação Científica Racista no Boletim de Eugenia (1929–1933): Uma Análise Crítica com Vistas a Contribuir para uma Educação em Ciências Contemporânea. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, p. e24750-31, 2021.
- NIETZSCHE, Friedrich. Sobre a verdade no sentido extra-moral. **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, p. 30-39, 1987.
- NÓBREGA, Maria Helena da. Orientandos e orientadores no século XXI: Desafios da pós-graduação. **Educação & Realidade**, v. 43, p. 1055-1076, 2018.
- NUNES, Aline. Pai policial e símbolo nazista quem e o atirador que invadiu escolas em Aracruz. *A Gazeta*, 2022. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/policia/pai-policial-e-simbolo-nazista-quem-e-o-atirador-que-invadiu-escolas-em-aracruz-1122>
Acesso em: 2 de janeiro de 2022.
- OLIVEIRA, P. T., & Vidal, M. E. B. (2017). O mito da neutralidade científica e o uso da linguagem impessoal. In Atas do 6º congresso ibero-americano em investigação qualitativa: investigação qualitativa na educação, v. 1 (pp. 332-336). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623674407>

- OLIVEIRA, M., BITENCOURT, C.C., SANTOS, A.C.M.Z. dos e TEIXEIRA, E.K. 2015. Thematic Content Analysis: Is There a Difference Between the Support Provided by the MAXQDA® and NVivo® Software Packages? *Revista de Administração da UFSM*, v. 9, n. 1, p. 72–82. 2015. DOI: <https://doi.org/10.5902/1983465911213>.
- OBSERVATÓRIO DA BRANQUITUDE. Quem são os anticotas no Brasil? *Boletim do Observatório da Branquitude*, 2022.
- OLIVA, Alberto. Kuhn: o normal e o revolucionário na reprodução da racionalidade científica. In: PORTOCARRERO, Vera. *Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas* (p. 15). SciELO - Editora FIOCRUZ. Edição do Kindle.
- PORTOCARRERO, Vera (Org.) *Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas [livro eletrônico]* /Organizado por Vera Portocarrero. - Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994.
- PRIMO, Alex. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. In: *E-Compós*. 2007.
- PASQUALI, A. *Compreender la comunicacion*. Caracas, Monte Avila Editora, p.185-206, 1979.
- PENA, SÉRGIO. D. J.; BIRCHAL, TELMA. A inexistência biológica versus a existência social de raças humanas: pode a ciência instruir o etos social. *Revista USP*, São Paulo, n. 68, p. 10-21, dez./fev. 2005-2006.
- PODER360. Vídeo favorável à ditadura divulgado pelo Planalto, via Whatsapp. **Youtube**, 31 março de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4qtyo_ZilOA>. Acesso em 4 abr. 2022.
- PONTES, F.S. & G.Y. BAN. A (não) representação das negras e negros no jornal laboratório foca livre. *Revista ALTERJOR*, v. 2, n. 18, 2018.
- QUERO, Caio. Bolsonaro defende discurso sobre Ustra e 'nazismo de esquerda' no último dia em Israel. **BBC News Brasil**, Israel, 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47794953>> Acesso em 4 de abril de 2022.
- ROJO, Roxane. O letramento escolar e os textos da divulgação científica-a apropriação dos gêneros de discurso na escola. *Linguagem em (Dis) curso*, v. 8, p. 581-612, 2008.
- RESENDE, Fernando. **A narrativa do discurso jornalístico**: a questão do outro. São Bernardo do Campo: Anais do 6º Encontro Anual da SBPJor, 2008.
- ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira. A vitimização de mulheres por agressão física, segundo raça/cor no Brasil. In: MARCONDES, Mariana Mazzini *et al.*, (Org.) *Dossiê*

- mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, 2013.
- REIS, José. Entrevista. In: MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro e Fatima BRITO. *Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Forum de Ciência e Cultura, 2002.
- REIS, Nelio R. *et al.* (Ed.). **Morcegos do Brasil**. Univesidade Estadual de Londrina, 2007.
- REZNIK, G; MASSARANI, LM; RAMALHO, M; MALCHER, MA; AMORIM, L; CASTELFRANCHI, Y. Como adolescentes apreendem a ciência e a profissão de cientista? *Artigos • Rev. Estud. Fem.* 25 (2) • May-Aug 2017 • <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n2p829>
- ROCHA, Jose Geraldo. De preto à afrodescendente: implicações terminológicas. 2010.
- RODRIGUES, T. M. (2018). The Role of the Media in the Processes of Impeachment of Dilma Rousseff(2016) and Michel Temer(2017). *Contracampo - Brazilian Journal of*
- ROBINSON, Sue; CULVER, Kathleen Bartzén. When White reporters cover race: News media, objectivity and community (dis) trust. **Journalism**, v. 1, p. 17, 2016.
- RUEDIGER, Marco Aurélio; GRASSI, Amaro. Redes sociais nas eleições 2018. **FGV Diretoria de Análises de Políticas Públicas**, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/25737> Acesso em 4 de abril de 2022.
- SACRAMENTO, I.; MONARI, A.C.P. & CHEN, X. O vírus do morcego: fake news e estereotipagem dos hábitos alimentares chineses no contexto da Covid-19. **Comunicação & Inovação**, São Caetano do Sul, São Paulo, v. 21, n. 47, p. 82-98, 2020.
- SALAVERRÍA A., Ramón; CORES, Rafael. Géneros periodísticos en los cibermedios hispanos. 2005.
- SALOMÃO, Virgínia. Revistas regionais: uma revisão de literatura. 2009. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.
- SCHURSTER, Karl; TEIXEIRA, Francisco Carlos. Uma breve análise sobre os primeiros meses de governo Dilma Rousseff. *Boletín Informativo del CENSUD*, 2015.
- SCHWARCZ, LM. O espetáculo da miscigenação. In: DOMINGUES, HMB., SÁ, MR., and GLICK, T., orgs. *A recepção do Darwinismo no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, pp. 165-180. *História e saúde collection*. ISBN 978-85-7541-496-5. Available from SciELO Books

- SCHMITZ, Aldo Antonio *et al.* Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes empresariais nas relações com jornalistas de economia e negócios. 2012.
- SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Revista Psicologia Política*, v. 17, n. 39, p. 203-219, 2017.
- SANTANA, C.Q. & PEREIRA, L.S. O caso Alice Ball: uma proposta interseccional para o Ensino de Química. *Ensino de Química em Foco*, 2021.
- SEIXAS, R. A retórica da pós-verdade: o problema das convicções. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 18, 2019.
- SEPPIR – Secretaria Pública de Promoção da Igualdade Racial. Promovendo a igualdade racial para um Brasil sem racismo. ALVES, Daiane Souza; SOUZA, Edileuza Penha de; SANTOS, Izete e Katia Regina da Costa SANTOS (org.). Brasília: Editora IABS, 120 p., 2018.
- SILVA, Roberto B.; RAMALHO, Antonio S.; CASSORLA, Roosevelt. A anemia falciforme como problema de saúde pública no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 27, p. 54-58, 1993.
- SILVA, Pollyanna Honorata. **Os gêneros jornalísticos e as várias faces da notícia. 2007. 141 f.** 2020. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado)-Curso de Letras, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/15506>. Acesso em: 10/07/2022
- SILVA, Romulo Ramunch Mourão; OVIGLI, Daniel Fernando Bovolenta. As representações da ciência em matérias de uma revista de divulgação científica: A cosmologia *Superinteressante*. *Investigações em Ensino de Ciências*, v. 26, n. 1, p. 343-374, 2021.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de direitos humanos. **Lua Nova: revista de cultura e política**, p. 105-124, 1992.
- SCHNEIDER, Catarina; DA SILVA TAVARES, Michele. Ciência em pauta: as estratégias discursivas das revistas *Superinteressante* e *Galileu*. **Iniciacom**, v. 5, n. 2, 2013.
- SOUZA, Marina Nascimento. Articulação de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil: atuação da SEPPIR entre 2003 e 2016. Dissertação. Orientação: Cecília Olivieri. 107f, 2019.
- STOCKER, Pâmela Caroline. Jornalismo e gênero: produção e disputa de sentidos no discurso dos leitores. 2018.

- SEVERINO, Antônio Joaquim. Pós-graduação e pesquisa: o processo de produção e de sistematização do conhecimento. **Revista Diálogo Educacional**, v. 9, n. 26, p. 13-27, 2009.
- TAVARES, Isabel; BRAGA, Maria Lúcia de Santana; LIMA, Betina Stefanello. As negras e os negros nas bolsas de formação e de pesquisa do CNPq-ano 2015. 2019.
- TWENGE, Jean M.; CROCKER, Jennifer. Race and self-esteem: meta-analyses comparing whites, blacks, Hispanics, Asians, and American Indians and comment on Gray-Little and Hafdahl (2000). 2002.
- THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista de Administração Pública*, v. 40, p. 27-53, 2006.
- THOMPSON, John B. Mercadores de Cultura: o mercado editorial no século XXI. Tradução de Alzira Allegro. São Paulo: Editora Unesp, 2013. Título original: Merchants of
- VIDAL, M. E. B. (2011). *A construção do sentido na escrita de alunos universitários: uma proposta de ensino fundamentada nos princípios cognitivos de adaptação e complexidade*. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa não publicada). Universidade Estadual Paulista (UNESP). Araraquara-SP.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). COVID 19 **Public Health Emergency of International Concern (PHEIC) Global research and innovation forum: towards a research roadmap**. 2020. World Health Organization Geneva. Available from: https://www.who.int/blueprint/priority-diseases/key-action/Global_Research_Forum_FINAL_VERSION_for_web_14_feb_2020.pdf?ua=1
- WRIGHT, C. 2018. Post-Truth, Postmodernism and Alternative Facts. **New Perspectives**, v. 26, n. 3, 2018.
- WALTERS, Ronald. O princípio da Ação Afirmativa e o progresso racial nos Estados Unidos. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, n. 28, out. 1995.
- WILLIAMSON, Eugene. Plato's "eidos" and the archetypes of Jung and Frye. **Interpretations**, p. 94-104, 1985.
- ZAMITH, Fernando. Pirâmide invertida na cibernotícia: a resistência de uma técnica centenária. **Prisma. com: Revista de Ciências da Informação e da Comunicação do CETAC**, n. ° 1, Outubro 2005, p. 175-192, 2005.
- ZANLORESSI, G. e SOUZA, C. Orçamentos da Capes e do CNPq caíram 73,4% desde 2015. *Nexo Jornal*, 2021.
- ZEIDAN, R. Aniversário de dez anos da lei de cotas deve ser celebrado com orgulho. Folha de São Paulo. 2022. Acesso em: 25 de janeiro de 2022.

https://www1.folha.uol.com.br/colunas/rodrigo-zeidan/2022/01/aniversario-de-dez-anos-da-lei-de-cotas-deve-ser-celebrado-com-orgulho.shtml?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=newscolumnista

ZIMAN, John. Public understanding of science. *Science, Technology, & Human Values*, v. 16, n. 1, p. 99-105, 1991.

ANEXO A

Revista	Seção	Categoria	Autoria	Nome do documento	Atualização
<i>Ciência Hoje</i>	Artigo	Raça como Tema Transversal	Alexandre Marques Cabral	Religião e Bondade	2019
<i>Ciência Hoje</i>	Ciência e Cultura POP	Raça como Tema Transversal	Aline Nery	A Capitã Marvel e as mulheres cientistas	2019
<i>Ciência Hoje</i>	Infinitas Possibilidades	Cientistas e Pesquisas	Ana Flávia Magalhães Pinto	Nossa história conta	2021
<i>Ciência Hoje</i>	Artigo	Raça e Ciência	Ana Flávia Magalhães Pinto	O protagonismo negro no 13 de maio	2019
<i>Ciência Hoje</i>	Artigos Interativos	Raça e Ciência	Ana Flávia Magalhães Pinto	13 de maio também é dia de negro!	2019
<i>Ciência Hoje</i>	Acervo RCH	Trajetória e Raça	Angela Alonso	O triângulo negro da abolição	2012
<i>Ciência Hoje</i>	Infinitas Possibilidades	Cientistas e Pesquisas	Cecília Belindo de Araújo Porto	O que a arqueologia pode ensinar às crianças?	2020
<i>Ciência Hoje</i>	Acervo RCH	Raça como Tema Transversal	Celia Maria Marinho de Azevedo	O sonho de Martin Luther King	2014
<i>Ciência Hoje</i>	CH+	Raça como Tema Transversal	Déborah Araujo	Está na capa	2013
<i>Ciência Hoje</i>	Artigo	Cientistas e Pesquisas	Eduardo Maia	Combate ao racismo começa na escola	2019
<i>Ciência Hoje</i>	Acervo RCH	Raça e Ciência	Henrique Kugler	Violeiro dos tempos antigos	2014

Revista	Seção	Categoria	Autoria	Nome do documento	Atualização
<i>Ciência Hoje</i>	Acervo RCH	Raça como Tema Transversal	Imaculada Kangussu	Os hipopótamos de Marcuse	2014
<i>Ciência Hoje</i>	Mulheres na Ciência	Trajetória e Raça	Jaqueline Gomes de Jesus	Orgulho e preconceito	2020
<i>Ciência Hoje</i>	Acervo RCH	Raça como Tema Transversal	José Antonio Vianna	Futebol: esperança de mudar de vida	2014
<i>Ciência Hoje</i>	Acervo RCH	Raça como Tema Transversal	José Sergio Leite Lopes	Futebol e sociedade no Brasil	2014
<i>Ciência Hoje</i>	Artigo	Raça como Tema Transversal	Júlia Adão Bernardes	Reflexões geográficas sobre a pandemia	2020
<i>Ciência Hoje</i>	Acervo RCH	Raça e Ciência	Laura de Mello e Souza	O peso da escravidão	2014
<i>Ciência Hoje</i>	Artigo	Raça e Ciência	Lia Vainer Schucman	A relação entre branquitude e privilégio	2020
<i>Ciência Hoje</i>	Ciência e Cultura POP	Raça como Tema Transversal	Lucas Mascarenhas de Miranda	Estereótipo: ameaça invisível	2021
<i>Ciência Hoje</i>	Artigo	Raça como Tema Transversal	Luiz Jardim Wanderley	Por trás dos desastres e conflitos da mineração	2019
<i>Ciência Hoje</i>	CH+	Raça e Ciência	Marcelo Garcia	Geneticamente reprovada, socialmente presente	2012
<i>Ciência Hoje</i>	CH+	Raça e Ciência	Marcelo Garcia	O indivíduo, a história e a genética	2012

Revista	Seção	Categoria	Autoria	Nome do documento	Atualização
<i>Ciência Hoje</i>	Na Tela	Raça como Tema Transversal	Marcio André de Oliveira dos Santos	Um espelho do presente	2019
<i>Ciência Hoje</i>	Artigo	Raça e Ciência	Marcio André de Oliveira dos Santos	Novos rumos do movimento negro	2019
<i>Ciência Hoje</i>	Artigo	Raça e Ciência	Marcio André dos Santos	O vírus do racismo e a covid-19	2020
<i>Ciência Hoje</i>	Artigo	Raça e Ciência	Mariana Inglez e Michel Naslavsky	A medicina personalizada e os desafios para o contexto brasileiro	2021
<i>Ciência Hoje</i>	Infinitas Possibilidades	Cientistas e Pesquisas	Michele Gravina	Por que discutir racismo em aulas de biologia?	2019
<i>Ciência Hoje</i>	Acervo RCH	Raça e Ciência	Monica Lima	Brasil 'mestiço'	2015
<i>Ciência Hoje</i>	Na Rede e no Rádio	Cientistas e Pesquisas	Mônica Lima	Vozes da África	2021
<i>Ciência Hoje</i>	Na Estante	Raça como Tema Transversal	Monica Lima e Souza	Na Estante	2018
<i>Ciência Hoje</i>	Na Tela	Raça como Tema Transversal	Peter Schulz	Suspense de ficção científica	2019
<i>Ciência Hoje</i>	Entrevista	Raça como Tema Transversal	Por Valquíria Daher	O novo ensino médio e desafio dos professores	2021
<i>Ciência Hoje</i>	Artigo	Raça como Tema Transversal	Rafael Grohmann	Trabalho por plataformas digitais	2021
<i>Ciência Hoje</i>	Acervo RCH	Cientistas e Pesquisas	Redação <i>Ciência Hoje</i>	Memórias de um africanista	2014

Revista	Seção	Categoria	Autoria	Nome do documento	Atualização
<i>Ciência Hoje</i>	Infinitas Possibilidades	Cientistas e Pesquisas	Renata Fontanetto	No meio do rap, tinha ciência	2020
<i>Ciência Hoje</i>	Infinitas Possibilidades	Cientistas e Pesquisas	Roberta Veloso	Protagonismo negro e feminino está no gibi	2021
<i>Ciência Hoje</i>	Artigo	Raça e Ciência	Rosana Heringer	Um balanço da política de cotas	2018
<i>Ciência Hoje</i>	Acervo RCH	Raça e Ciência	Sheila Mendonça de Souza	Cemitério dos Pretos Novos	2012
<i>Ciência Hoje</i>	Acervo RCH	Raça e Ciência	Sofia Moutinho	Infância roubada	2013
<i>Ciência Hoje</i>	CH+	Raça e Ciência	Sofia Moutinho	Qual a sua raça/cor?	2013
<i>Ciência Hoje</i>	Entrevista	Raça como Tema Transversal	Valquíria Daher	Um movimento pelo direito de ser mãe e cientista	2021
<i>Ciência Hoje</i>	Entrevista	Raça e Ciência	Valquíria Daher	O antirracismo como sentido da vida	2020
<i>Ciência Hoje</i>	Mulheres na Ciência	Trajetória e Raça	Vanicléia Silva Santos	Cientistas negras no Brasil: elas existem?	2018
<i>Ciência Hoje</i>	Artigo	Raça e Ciência	Victor Giraldo	O necessário diálogo entre raça, gênero, educação e ciências	2021
<i>Galileu</i>	Revista	Raça como Tema Transversal	André Jorge de Oliveira	Carl Sagan: como o criador de Cosmos criou uma geração apaixonada	2017
<i>Galileu</i>	Ciência	Cientistas e Pesquisas	Beatriz Lourenço	Movimento no Twitter busca	2020

Revista	Seção	Categoria	Autoria	Nome do documento	Atualização
				desconstruir estereótipo de cientist	
<i>Galileu</i>	Cultura	Cientistas e Pesquisas	Beatriz Lourenço	Samuel L. Jackson parte em jornada pessoal em série sobre esca	2020
<i>Galileu</i>	Cultura	Trajetória e Raça	Beatriz Lourenço	"AmarElo": 7 personalidades negras retratadas no documentários	2020
<i>Galileu</i>	Sociedade	Trajetória e Raça	Beatriz Lourenço	Nasa renomeia sua sede em homenagem à engenheira Mary W. Jackso	2020
<i>Galileu</i>	Cultura	Trajetória e Raça	Camila Mazzotto	Documentário "Como Ela Faz?" discute desigualdade de gênero no	2021
<i>Galileu</i>	Cultura	Trajetória e Raça	Camila Mazzotto	Doutor Gama: filme mostra como Luiz Gama libertou escravos no s	2021
<i>Galileu</i>	Ciência	Raça como Tema Transversal	Fernando Bumbeers	A ciência explica por que essas irmãs gêmeas são tão diferentes	2015
<i>Galileu</i>	Ciência	Raça e Ciência	Frederico Corsino	Morte de bebês negros cai pela metade quando	2020

Revista	Seção	Categoria	Autoria	Nome do documento	Atualização
				tratados por médic	
<i>Galileu</i>	Ciência	Raça e Ciência	Gabriela Lou- reiro	Por que Rachel Dolezal não pode ser consi- derada 'transra- cial'?	2015
<i>Galileu</i>	Revista	Raça e Ciência	Gabriela Lou- reiro	Ciências mais ou menos exatas	2016
<i>Galileu</i>	Ciência	Cientistas e Pes- quisas	Giuliana Vigg- iano	4 experimentos que mudaram a ciência (e você talvez não co- nheça	2020
<i>Galileu</i>	Ciência	Trajetória e Raça	Júlio Viana	6 cartazes lin- dos de mulhe- res cientistas para você baixar gratu	2017
<i>Galileu</i>	Ciência	Raça e Ciência	Karina Ninni	Afrodescenden- tes têm mais di- ficuldade de en- contrar doado- res de	2020
<i>Galileu</i>	Cultura	Cientistas e Pes- quisas	Larissa Lopes	8 lançamentos literários para ler em julho e aproveitar as féri	2021
<i>Galileu</i>	Cultura	Cientistas e Pes- quisas	Larissa Lopes	8 livros sobre luto, precon- ceito e desigual- dade para refle- tir	2021

Revista	Seção	Categoria	Autoria	Nome do documento	Atualização
<i>Galileu</i>	Sociedade	Cientistas e Pesquisas	Larissa Lopes	10 invenções que não existiriam se não fossem por mulheres negras	2021
<i>Galileu</i>	Ciência	Raça como Tema Transversal	Larissa Lopes	Plataforma destaca 250 mulheres protagonistas na ciência Brasil	2020
<i>Galileu</i>	Cultura	Raça como Tema Transversal	Larissa Lopes	6 livros para ler em março e refletir sobre desigualdade, racismo	2021
<i>Galileu</i>	Cultura	Raça como Tema Transversal	Larissa Lopes	7 lançamentos de livros que você precisa conferir em setembro	2021
<i>Galileu</i>	Sociedade	Raça como Tema Transversal	Larissa Lopes	Como a ciência contribuiu com machismo e racismo ao longo da história	2020
<i>Galileu</i>	Ciência	Trajetória e Raça	Larissa Lopes	23 cientistas negros que você precisa conhecer	2020
<i>Galileu</i>	Ciência	Trajetória e Raça	Larissa Lopes	Conheça 10 mulheres que mudaram a história da ciência mundial	2018
<i>Galileu</i>	Ciência	Trajetória e Raça	Larissa Lopes	Katherine Johnson: conheça a	2021

Revista	Seção	Categoria	Autoria	Nome do documento	Atualização
				história da matemática da Nasa em	
<i>Galileu</i>	Ciência	Trajetória e Raça	Larissa Lopes	Rita de Cássia dos Anjos: brasileira premiada busca origem de r	2020
<i>Galileu</i>	Sociedade	Trajetória e Raça	Larissa Lopes	8 livros para ler em abril e sonhar, repensar ou encarar a real	2021
<i>Galileu</i>	Sociedade	Trajetória e Raça	Larissa Lopes	11 mulheres negras brasileiras pioneiras em cultura, política e	2020
<i>Galileu</i>	Cultura	Cientistas e Pesquisas	Letícia Rodrigues	"Nia": alunas de audiovisual criam jogo de tabuleiro sobre cult	2020
<i>Galileu</i>	Ciência	Trajetória e Raça	Letícia Rodrigues	5 cientistas negras que mudaram a história da ciência	2020
<i>Galileu</i>	Ciência	Trajetória e Raça	Letícia Rodrigues	Mae Jemison: a história da primeira negra a chegar ao espaço em	2020
<i>Galileu</i>	Cultura	Raça e Ciência	Lucas Santos	7 livros sobre racismo para comprar e	2021

Revista	Seção	Categoria	Autoria	Nome do documento	Atualização
				entender a luta contra o	
<i>Galileu</i>	Cultura	Trajetória e Raça	MARCELA FRANCO	História do Brasil: 8 livros para entender a formação do país	2021
<i>Galileu</i>	Ciência	Trajetória e Raça	Marília Marasciulo	Conheça Sônia Guimarães, primeira brasileira negra doutora em f	2020
<i>Galileu</i>	Ciência	Trajetória e Raça	Marília Marasciulo	Mae Jemison: conheça a primeira astronauta negra a ir para o es	2018
<i>Galileu</i>	Sociedade	Trajetória e Raça	Marília Marasciulo	Abdias do Nascimento: conheça um dos maiores ativistas negros d	2020
<i>Galileu</i>	Sociedade	Raça e Ciência	Marília Marasciulo	5 razões pelas quais o Dia da Consciência Negra é tão necessário	2020
<i>Galileu</i>	Sociedade	Raça e Ciência	Marília Marasciulo	Gilberto Freyre: 5 pontos para entender a importância do sociól	2021
<i>Galileu</i>	Sociedade	Raça e Ciência	Marília Marasciulo	Na pandemia de Covid-19, negros morrem	2020

Revista	Seção	Categoria	Autoria	Nome do documento	Atualização
				mais do que brancos. Por	
<i>Galileu</i>	Sociedade	Raça e Ciência	Marília Marasciulo	Precisamos falar sobre branquitude e seu papel na luta antirrac	2020
<i>Galileu</i>	Sociedade	Trajetória e Raça	Marília Marasciulo	“A literatura tem permitido que crianças negras se valorizem co	2020
<i>Galileu</i>	Sociedade	Trajetória e Raça	Marília Marasciulo	Conheça 10 mulheres incríveis que fizeram história na ciência	2019
<i>Galileu</i>	Sociedade	Trajetória e Raça	Marília Marasciulo	Conheça W. E. B. Du Bois, um dos maiores intelectuais do movime	2020
<i>Galileu</i>	Sociedade	Trajetória e Raça	Marília Marasciulo	Coretta Scott King: conheça sua trajetória na luta por direitos	2020
<i>Galileu</i>	Sociedade	Trajetória e Raça	Marília Marasciulo	Juliano Moreira, o psiquiatra negro que inaugurou a disciplina	2021
<i>Galileu</i>	História	Trajetória e Raça	Marília Marasciulo	Ruth Guimarães, a primeira escritora negra a se projetar nacion	2020

Revista	Seção	Categoria	Autoria	Nome do documento	Atualização
<i>Galileu</i>	Sociedade	Trajetória e Raça	Marília Marasciulo	Virgínia Leone Bicudo, a mulher que ajudou a implantar a psican	2019
<i>Galileu</i>	Ciência	Trajetória e Raça	Marília Marasciulo	Katherine Johnson: 5 lições inspiradoras que aprendemos com a m	2020
<i>Galileu</i>	Ciência	Cientistas e Pesquisas	Redação <i>Galileu</i>	Astrofísica brasileira vence importante prêmio da ciência mundi	2019
<i>Galileu</i>	Ciência	Cientistas e Pesquisas	Redação <i>Galileu</i>	Astrônomos criam primeiro "berçário de estrelas" impresso em 3D	2021
<i>Galileu</i>	Ciência	Cientistas e Pesquisas	Redação <i>Galileu</i>	Estudante cria guia para identificar sintomas de doenças na pel	2020
<i>Galileu</i>	Ciência	Cientistas e Pesquisas	Redação <i>Galileu</i>	Jeanette Epps será a primeira astronauta negra em longa missão	2018
<i>Galileu</i>	Ciência	Cientistas e Pesquisas	Redação <i>Galileu</i>	Para Mulheres na Ciência 2020: saiba o que estudam as vencedora	2020

Revista	Seção	Categoria	Autoria	Nome do documento	Atualização
<i>Galileu</i>	Ciência	Cientistas e Pesquisas	Redação <i>Galileu</i>	Sian Proctor é a primeira mulher negra a pilotar uma nave espacial	2021
<i>Galileu</i>	Cultura	Raça como Tema Transversal	Redação <i>Galileu</i>	'Pantera Negra' é indicado ao Oscar de Melhor Filme	2019
<i>Galileu</i>	Ciência	Raça e Ciência	Redação <i>Galileu</i>	Estudo com 17 milhões de pessoas confirma grupos de risco da Covid-19	2020
<i>Galileu</i>	Sociedade	Raça e Ciência	Redação <i>Galileu</i>	Considerando variáveis, mais negros morrem pela Covid-19 em São Paulo	2020
<i>Galileu</i>	Sociedade	Raça e Ciência	Redação <i>Galileu</i>	Crianças negras são mais vistas como "bravas" por professores e pais	2020
<i>Galileu</i>	Sociedade	Raça e Ciência	Redação <i>Galileu</i>	Mulheres negras com cabelo natural são vistas como menos profissionais	2020
<i>Galileu</i>	Sociedade	Raça e Ciência	Redação <i>Galileu</i>	Pandemia pode contribuir para protestos anti-governo pelo mundo	2021
<i>Galileu</i>	Sociedade	Raça e Ciência	Redação <i>Galileu</i>	Reparação histórica de	2021

Revista	Seção	Categoria	Autoria	Nome do documento	Atualização
				escravizados poderia ter contido Covid-1	
<i>Galileu</i>	Sociedade	Raça e Ciência	Redação <i>Galileu</i>	Vencedor de Prêmio Nobel perde honrarias após comentários racistas	2019
<i>Galileu</i>	Ciência	Trajectoria e Raça	Redação <i>Galileu</i>	Astronauta que seria 1º africano negro a ir ao espaço morre em	2019
<i>Galileu</i>	Ciência	Trajectoria e Raça	Redação <i>Galileu</i>	Holograma de Mae Jemison homenageia mulheres na ciência em museu	2018
<i>Galileu</i>	Sociedade	Raça como Tema Transversal	Robert Gudmes-tad	Harriet Tubman: quem foi a abolicionista que estampará notas de	2021
<i>Galileu</i>	Cultura	Cientistas e Pesquisas	Tiemi Osato	Exposição apresenta Carolina de Jesus para além de "Quarto de d	2021
<i>Galileu</i>	Sociedade	Raça e Ciência	Tristan Bridges	23% das jovens negras nos EUA se identificam como bissexuais	2019
<i>Galileu</i>	Revista	Raça e Ciência	Túlio Custódio	Você é racista - só não sabe disso ainda	2020

Revista	Seção	Categoria	Autoria	Nome do documento	Atualização
<i>Galileu</i>	Cultura	Raça como Tema Transversal		Conheça 8 filmes incríveis sobre grandes cientistas	2018
<i>Superinteressante</i>	Ciência	Raça como Tema Transversal	Alexandre Versignassi	Richard Dawkins: o profeta de Darwin	2020
<i>Superinteressante</i>	Sociedade	Raça como Tema Transversal	Carol Castro	5 outras “Marielles” que você não conhece	2018
<i>Superinteressante</i>	Ciência	Cientistas e Pesquisas	Carolina Fioratti	Conheça os astronautas negros da Nasa que já foram ao espaço	2020
<i>Superinteressante</i>	Sociedade	Raça e Ciência	Carolina Fioratti	Strike for Black Lives: cientistas fazem greve para debater rac	2020
<i>Superinteressante</i>	Comportamento	Trajectoria e Raça	Denis Russo Burgierman	Crack – Tudo o que sabíamos sobre ele estava errado	2017
<i>Superinteressante</i>	História	Raça como Tema Transversal	Eduardo Szklarz	Étnicas e religiosas. caldeirão fumegante	2016
<i>Superinteressante</i>	Comportamento	Raça como Tema Transversal	Felipe Germano	Entrevistamos o elenco de Pantera Negra	2018
<i>Superinteressante</i>	Ciência	Cientistas e Pesquisas	Henrique Kanitz	5 contribuições de pesquisadores africanos à ciência	2020

Revista	Seção	Categoria	Autoria	Nome do documento	Atualização
<i>Superinteressante</i>	Ciência	Raça como Tema Transversal	Jerônimo Teixeira	Natureza humana	2016
<i>Superinteressante</i>	Ciência	Raça como Tema Transversal	Karin Hueck	HeLas: as células que dominaram o mundo	2016
<i>Superinteressante</i>	História	Raça como Tema Transversal	Leandro Sarmatz	Matar resolve?	2016
<i>Superinteressante</i>	Ciência	Raça e Ciência	Marco Chiaretti	Uma questão de inteligência: livro A Curva Normal não é científico	2018
<i>Superinteressante</i>	História	Raça como Tema Transversal	Norton Godoy	O dia em que o homem moderno nasceu	2019
<i>Superinteressante</i>	Comportamento	Raça como Tema Transversal	Redação <i>Superinteressante</i>	Gêmos: A vida no plural	2016
<i>Superinteressante</i>	Ciência	Raça como Tema Transversal	Redação <i>Superinteressante</i>	Cientistas, sujeira no jaleco	2016
<i>Superinteressante</i>	História	Raça e Ciência	Redação <i>Superinteressante</i>	A ciência contra o racismo	2017